



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RICARDO JOSÉ SIZILIO**



**Pedras e raios no Parlamento brasileiro**  
**A atuação legislativa de Carlos Marighella (1946-1948)**

Salvador - Bahia  
2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**RICARDO JOSÉ SIZILIO**

**Pedras e raios no Parlamento brasileiro**  
A atuação legislativa de Carlos Marighella  
(1946-1948)

Tese apresentada à banca examinadora  
do Programa de Pós-Graduação em  
História, da Universidade Federal da  
Bahia, para a obtenção do título de  
doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Maurício  
Freitas Brito.

Salvador - Bahia  
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)  
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

---

Sizilio, Ricardo  
S625 Pedras e raios no Parlamento brasileiro: a atuação legislativa de Carlos Marighella (1946-1948) / Ricardo José Sizilio, 2025.  
287 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Maurício Freitas Brito  
Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2025.

1. Marighella, Carlos, 1911-1969. 2. Partido Comunista do Brasil. 3. Brasil. Assembleia Nacional Constituinte. 4. Bahia - Política e governo. I. Brito, Antonio Maurício Freitas. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 324.2

---

Responsável técnica: Hozana Maria Oliveira Campos de Azevedo - CRB/5-1213



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
RICARDO JOSÉ SIZILIO	2019106661	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO		
Pedras e raios no Parlamento brasileiro: a atuação legislativa de Carlos Marighella (1946-1948)		
EXAMINADORES	Documento assinado digitalmente ANTONIO MAURICIO FREITAS BRITO Data: 24/04/2025 13:47:09-0300 Verifique em <a href="https://validar.id.gov.br">https://validar.id.gov.br</a>	CPF 548.260.475-68
ANTONIO MAURICIO FREITAS BRITO (Orientador - UFBA)		
CARLOS ZACARIAS FIGUEIROA DE SENA JUNIOR (UFBA)		457.687.065-34
JUNIELE RABÉLO DE ALMEIDA (UFF)		012.690.956-33
LEONARDO SOARES DOS SANTOS (UFF)		085.281.207-83
MARCELO DA SILVA LINS (UESC)		690.687.985-53
MUNIZ GONCALVES FERREIRA (UFRRJ)		669.304.807-20

ATA

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH), realizada em 24/04/2025 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM HISTÓRIA, área de concentração História Social, do(a) candidato(a) RICARDO JOSÉ SIZILIO, de matrícula 2019106661, intitulada "Pedras e raios no Parlamento brasileiro: a atuação legislativa de Carlos Marighella (1946-1948)". Às 08:30 do dia 24 de abril de 2025, Ambiente virtual, foi aberta a sessão pelo orientador e presidente da banca examinadora Prof. ANTONIO MAURICIO FREITAS BRITO que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. CARLOS ZACARIAS FIGUEIROA DE SENA JUNIOR, Profº. Dra. JUNIELE RABÉLO DE ALMEIDA, Prof. Dr. LEONARDO SOARES DOS SANTOS, Prof. Dr. MARCELO DA SILVA LINS e Prof. Dr. MUNIZ GONCALVES FERREIRA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, após as respostas do doutorando, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado recomendando a sua publicação, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca

PARECER GERAL

A tese está bem escrita, coesa, clara e delimitada. Amparada em uma curadoria de um conjunto diversificado de fontes analisadas com rigor teórico-metodológico e organizadas/catalogadas de maneira sofisticada, a pesquisa oferece contribuição à historiografia sobre a história do PCB e de Marighella mostrando um sujeito de múltiplas faces e versatilidade, sem cair numa abordagem hagiográfica. Apresenta dados relevantes para compreender a atuação legislativa do PCB no contexto específico. É inovadora também na forma ao discorrer sobre o objeto a partir de temas sem seguir cronologia rígida. Trata-se de pesquisa original com diálogo historiográfico e sustentada por base documental sólida. Pelas razões elencadas, o parecer é pela aprovação da tese com recomendação de publicação.

SSA, 24/04/2025: Assinatura do aluno:

Documento assinado digitalmente  
RICARDO JOSÉ SIZILIO  
Data: 24/04/2025 16:35:55-0300  
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

SSA, 24/04/2025: Assinatura do orientador:

Documento assinado digitalmente  
ANTONIO MAURICIO FREITAS BRITO  
Data: 24/04/2025 13:49:09-0300  
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

## **DEDICATÓRIA**

---

*Amarradão na torre dá pra ir pro mundo inteiro  
E onde quer que eu vá no mundo, vejo a minha torre  
É só balançar  
Que a corda me leva de volta pra ela*

**Gilberto Gil.** *Sandra.*

*Quem poderá fazer aquele amor morrer?  
Se o amor é como um grão  
Morre, nasce trigo  
Vive, morre pão*

**Gilberto Gil.** *Drão.*

*À Helena Sizilio (em memória) e à Júlia  
Cavalcante Sizilio.*

*Este texto é dedicado à minha mãe e à  
minha filha, que incorporam todos os  
significados da palavra amor.*

## AGRADECIMENTOS

---

*Há muito tempo que eu saí de casa  
Há muito tempo que eu caí na estrada  
Há muito tempo que eu estou na vida  
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz*

...

*E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas*

**Gonzaguinha.** *Caminhos do Coração.*

A escrita de um trabalho acadêmico é uma experiência singular e, sobretudo, consigo, principalmente uma tese, com os incontáveis meses na frente da tela analisando as fontes, elaborando, reelaborando e revisando o texto. Mas, o exílio da escrita pode ser atenuado pela colaboração generosa, afeto e amizade de pessoas que contribuem para que o texto esteja pronto depois de uma jornada de anos.

Por isso, agradeço inicialmente à minha família, sempre presente, apesar da distância. Rosimeire, Rosangela, Breno, Ryan, Heloise e Isis, além de Henrique Cavalcante, obrigado por existirem. É um alento saber que posso contar com vocês a qualquer momento.

Deise Cavalcante Machado merece menção especial por todas as trocas e por compartilhar o afeto, alegrias e desafios diários com a nossa pequena/grande Júlia.

Por esses anos de pesquisa, agradeço a Antônio Maurício Freitas Brito pela parceria e orientação, sempre reforçando que a produção deve ser prioritariamente leve e prazerosa. Aproveito para mencionar que, durante a pandemia da Covid/19, Maurício me ligou algumas vezes com o objetivo de saber como eu estava enfrentando aquele tempo árido e sombrio, e se precisava de algo. Sem dúvida, esse gesto foi mais um ensinamento.

Agradeço aos professores Carlos Zacarias de Sena Júnior, Leonardo Soares dos Santos e Marcelo da Silva Lins, que gentilmente aceitaram participar das bancas de qualificação e de defesa de tese, contribuindo para o aperfeiçoamento deste texto. Esses três grandes estudiosos do PCB também colaboraram com esta pesquisa em diversas

oportunidades, a partir das trocas nos muitos eventos acadêmicos em que participamos juntos. Importante dizer que Carlos Zacarias acompanha parte significativa da minha trajetória acadêmica, tendo orientado a pesquisa de mestrado. A Marcelo Lins, em particular, agradeço também pela sua generosidade em ceder os arquivos do jornal *O Momento* fotografados por ele.

Com alegria, agradeço a gentil presença do professor Muniz Gonçalves Ferreira e da professora Juniele Rabêlo de Almeida na banca de defesa de tese. Ambos, que também são referências, sempre foram solícitos nas vezes em que recorri a eles. Para exemplificar, em um ato extremamente generoso e incomum no mundo acadêmico, o professor Muniz Ferreira compartilhou um artigo de sua autoria, ainda inédito, a fim de contribuir com minhas pesquisas. Toda essa generosidade me faz agradecer amplamente a presença de profissionais tão exemplares.

Aos queridos amigos Alan Cerqueira, Cloves Oliveira, Igor Gomes, Margarete Neves e Moisés Moraes, agradeço pelas sugestões que ajudaram no desenvolvimento de alguns temas presentes nesta tese. Agradeço também a Ede Ricardo Soares e Iracélli Alves pela solicitude em compartilhar alguns dos textos necessários para a escrita desta tese.

Agradeço pela gentileza, lucidez e simpatia de Clara Charf, Armênio Guedes (*em memória*) e Luís Contreiras (*em memória*), todos militantes do PCB desde as décadas de 1930 e 1940, que compartilharam algumas horas de suas vidas com bons papos e muitas perguntas. Estes comunistas da velha-guarda me esclareceram, com suas experiências, questões que os livros não foram capazes.

É necessário reconhecer que sem o apoio financeiro da CAPES esta pesquisa teria se concretizado com maiores dificuldades.

Mafalda e Kafka, os gatos que tanto alegram o meu dia a dia e me ensinam diariamente que amor e posse não dialogam, merecem ser citados. Afinal, eles estão presentes desde o início das pesquisas sobre Marighella, em 2013, na maioria das vezes exigindo e dando carinho enquanto estou na frente do computador.

Os caminhos e descaminhos percorridos nesses últimos anos, com seus prazeres e dores, foram compartilhados mais intensamente com algumas pessoas, que me ofereceram o melhor de si, a amizade. Mais do que agradecimento, é preciso brindar a existência de Erastho Felício, Flaviane Nascimento, Flor Reis, Gustavo Pinheiro, Ingrid Maria Machado, Janine Reis, Jackson Andrade, João Meireles, Nilceane Lima, além de Pipa e Gil, meus afilhados queridos. Todas essas pessoas me ajudaram de variadas

formas, cada uma ao seu jeito alegrou minha vida, compartilhando conversas, risadas, comidas, bebidas, experiências. Indiscutivelmente, a vida de cada uma dessas pessoas é muito importante para a minha.

Seguramente não mencionei alguma pessoa importante dessa trajetória. Este é um risco perene a todos que ousam nominar, quando é mais fácil não fazê-lo. Para estes, peço desculpas pelo lapso da memória, mas tenham a certeza de que, embora eventualmente não citados nestas linhas, meu reconhecimento não se finda nessas páginas.

Por fim, não custa lembrar o ensinamento de Guimarães Rosa: “o correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. *O que ela quer da gente é coragem.* O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre ainda no meio da tristeza!”

Que tenhamos sempre coragem e alegria diante da vida!

*vida não é a que a gente viveu,  
e sim a que a gente recorda,  
e como recorda para contá-la*

**Gabriel Garcia Marques.** *Viver para contar*

*Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença distante das estrelas!*

**Mário Quintana.** *Das Utopias*

## RESUMO

---

Esta tese analisa a atuação política de Carlos Marighella durante seu mandato de deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte e na Câmara dos Deputados entre 1946 e 1948. Examina como o comunista desenvolveu a sua atividade institucional no Parlamento brasileiro, tendo em perspectiva que este período foi bastante importante em sua trajetória política, apesar da pouca ênfase que as obras biográficas dão aos anos em que Marighella atuou no legislativo. Dessa maneira, esta pesquisa aborda, principalmente, como se estabeleceram as relações e quais foram os canais de interlocução entre o deputado e a população, sobretudo da Bahia; os aspectos socioeconômicos da Bahia e do Brasil apresentados pelo parlamentar no Congresso; as emendas ao projeto da Constituição de 1946 e os projetos de lei elaborados por Marighella; e como a imprensa abordou o seu mandato. À luz da atividade institucional de Marighella, também são apresentados ângulos da história do PCB e dos demais parlamentares comunistas, tendo em vista que, em grande medida, essas histórias iluminam-se reciprocamente. Amparada, principalmente, na documentação oficial do Parlamento brasileiro, como pronunciamentos, projetos de leis e emendas ao projeto da Constituição de 1946, assim como em reportagens publicadas na grande imprensa e em periódicos do partido, além de depoimentos de ex-parlamentares e militantes do PCB, esta pesquisa busca contribuir com uma melhor compreensão sobre a história deste importante dirigente comunista, tendo como argumento central que a atuação parlamentar de Marighella foi decisiva para que ele ascendesse na estrutura partidária e tivesse seu nome conhecido em diversos estados do país.

**Palavras-chave:** Carlos Marighella. Partido Comunista do Brasil. Assembleia Nacional Constituinte. Câmara dos Deputados. Bahia. Brasil.

## ABSTRACT

---

This thesis analyzes Carlos Marighella's political activities during his term as a federal deputy in the National Constituent Assembly and in the Chamber of Deputies, between 1946 and 1948. It examines how the communist developed his institutional activity in the Brazilian Parliament, considering that this period was quite important in his political trajectory, despite the little emphasis that biographical works give to the years in which Marighella served in the legislature. Thus, this research mainly addresses how relations were established and what channels of communication were used between the deputy and the population, especially in Bahia; the socioeconomic aspects of Bahia and Brazil presented by the parliamentarian in Congress; the amendments to the 1946 Constitution and the bills drafted by Marighella; and how the press covered his term. In light of Marighella's institutional activities, angles on the history of the PCB and other communist parliamentarians are also presented, considering that, to a large extent, these stories illuminate each other. Based mainly on official documentation from the Brazilian Parliament, such as statements, bills and amendments to the 1946 Constitution, as well as reports published in the mainstream press and party periodicals, in addition to testimonies from former parliamentarians and PCB activists, this research seeks to contribute to a better understanding of the history of this important communist leader, with the central argument that Marighella's parliamentary activity was decisive for his rise in the party structure and for his name to become known in several states of the country.

**Key-Words:** Carlos Marighella. Communist Party of Brazil. National Constituent Assembly. Chamber of Deputies. Bahia. Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1 – Quantidade de intervenções da bancada comunista na Assembleia Constituinte (1946)	15
Figura 2 – Quantidade de intervenções dos deputados do PCB na Câmara dos Deputados (1946/1947)	16
Figura 3 – Nuvem de palavras (1946-1948)	24
Figura 4 – Panfleto: O “inimigo público nº 1” (1968)	32
Figura 5 – Matéria sobre a anistia dos presos políticos (1945)	48
Figura 6 – A bancada comunista na Assembleia Constituinte (1946)	53
Figura 7 – Declaração de Rendimentos de Marighella (1947)	63
Figura 8 – Balancete contábil do PCB (1946)	64
Figura 9 – Marighella sendo sabatinado no Sindicato dos Transviários (1946)	83
Figura 10 – Matéria sobre a atividade parlamentar de Marighella (1946)	88
Figura 11 – Diploma de deputado federal de Carlos Marighella (1946)	99
Figura 12 – Matéria sobre a greve dos bancários (1946)	102
Figura 13 – Matéria com imagem de Marighella discursando (1946)	104
Figura 14 – Matéria sobre a articulação de Mangabeira com os comunistas (1946)	106
Figura 15 – Matéria do <i>O Momento</i> sobre a concessão do abono de natal (1946)	112
Figura 16 - Matéria da <i>Tribuna Popular</i> sobre a concessão do abono de natal (1946)	113
Figura 17 - Matéria sobre a ocupação do Corta-braço (1947)	122
Figura 18 – Projeto de Lei 276/1946, que institui o Dia dos Lavradores (1946)	139
Figura 19 – Matéria “A religião, o Estado, a família” (1947)	154
Figura 20 - Matéria sobre o divórcio com Marighella e Herbert Moses (1946)	155
Figura 21 - Trechos do Projeto de Lei 422/1947 (1947)	176
Figura 22 – Ilustração o provocador Marighella (1947)	192
Figura 23 - Matéria com Marighella discursando na Constituinte (1946)	197
Figura 24 - Reportagem sobre a liberdade de imprensa (1946)	199
Figura 25 - Matéria sobre Marighella em São Paulo (1946)	200
Figura 26 - Matéria sobre a atuação parlamentar de Marighella (1946)	201
Figura 27 – Divulgação do comício de Marighella em Salvador (1946)	202
Figura 28 – Matéria sobre os parlamentares comunistas (1947)	203
Figura 29 – Livreto “Em defesa dos mandatos do povo” (1947)	205

## LISTA DE ABREVIATURAS

---

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALN	Ação Libertadora Nacional
CADEM	Consórcio Administrador de Empresas de Mineração
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CIA	Agência Central de Inteligência dos EUA
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
ED	Esquerda Democrática
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
OLAS	Organização Latino Americana de Solidariedade
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Projeto de Lei
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano Progressista
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

---

Introdução	12
Carlos Marighella	26
O mandato de Marighella nas obras biográficas	33
A bancada comunista no Parlamento	46
Representante e representados baianos	79
Marighella e os trabalhadores brasileiros	95
Questões socioeconômicas brasileira	114
Reforma agrária e a questão da terra	130
A religião, o Estado, a família	145
O legislador	166
O mandato através da imprensa	185
Considerações Finais	209
Referências	219
Apêndices	
Data dos pronunciamentos de Marighella / palavras-chave	242
Projetos de lei apresentados por Marighella	255
Requerimentos apresentados por Marighella	256
Anexos	
Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB	257
Pronunciamento em homenagem ao 2 de Julho, data da Independência da Bahia	268
Fotografias, matérias, textos e documentos	270

## INTRODUÇÃO

---

Em abril de 2013, o Senado Federal devolveu simbolicamente o mandato de Luís Carlos Prestes. A Resolução nº 12 declarou nula a decisão da Mesa do Senado, em janeiro de 1948, que extinguiu o mandato do senador comunista.<sup>1</sup> Meses depois, em agosto, a Câmara dos Deputados, em sessão solene, também reconheceu por meio da Resolução nº 24 que o tratamento dispensado aos deputados do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>2</sup> em 1948 não levou em conta princípios basilares da democracia e do devido processo legal.<sup>3</sup>

Tal qual o Senado, a resolução da Câmara dos Deputados tornou nula a cassação dos mandatos dos deputados comunistas, ocorrida 65 anos antes, devolvendo simbolicamente a representação popular aos deputados federais Abílio Fernandes (RS), Agostinho Dias de Oliveira (PE), Alcedo Coutinho (PE), Carlos Marighella (BA), Claudino Silva (RJ), Francisco Gomes (DF), Gervásio de Azevedo (SP), Gregório Bezerra (PE), Henrique Oest (RJ), João Amazonas (DF), Jorge Amado (SP), José Maria Crispim (SP), Maurício Grabois (DF) e Osvaldo Pacheco (SP).<sup>4</sup>

Os parlamentares comunistas<sup>5</sup> que tiveram seus mandatos cassados em 08 de janeiro de 1948, além dos que renunciaram antes da conclusão da legislatura,<sup>6</sup> foram importantes nas discussões durante a elaboração da Constituição de 1946 e nos debates da vida pública brasileira no curto período em que puderam atuar no Parlamento. Destaque-se, porém, que a atividade política dos parlamentares, do próprio partido e dos seus militantes durante esse período não foi exercida com plenos direitos democráticos.

---

<sup>1</sup> BRASIL. *Resolução do Senado Federal nº 12*, de 18 de abril de 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/586934>. Acesso em: 16 nov. 2024.

<sup>2</sup> Sobre o nome e a sigla do Partido Comunista do Brasil, é importante salientar que o PCB, fundado em 1922, decidiu mudar seu nome para Partido Comunista Brasileiro na Conferência Nacional, realizada em 1961, em consonância com as resoluções do V Congresso, de 1960. Porém, permaneceu com a mesma sigla. Em 1962, antigos dirigentes e militantes dissidentes do PCB criaram um novo partido, restaurando o antigo nome, Partido Comunista do Brasil, mas, com a sigla PCdoB.

<sup>3</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 ago. 2013. p. 33483-84. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Será utilizado o termo comunista(s) ao longo do texto para designar os militantes do PCB, sem que isso negue a existência de outros partidos ou mesmo pessoas que se associavam ao marxismo/comunismo, mas sem vínculo com esta organização.

<sup>6</sup> Os deputados federais constituintes, Batista Neto (DF), Alcides Sabença (RJ) e Milton Caires de Brito (SP) renunciaram aos seus mandatos após os trabalhos da Assembleia Constituinte, por motivos diversos, sendo substituídos por Francisco Gomes (DF), Henrique Oest (RJ) e Gervásio de Azevedo (SP), respectivamente.

De tal forma, que em diversas ocasiões Marighella usou a tribuna do Parlamento para denunciar as arbitrariedades cometidas pelas autoridades policiais contra os comunistas. Para exemplificar, entre 1946 e 1948, o jornal comunista *O Momento* foi empastelado, a imunidade parlamentar do deputado João Amazonas foi violada ao ter sua casa invadida, e o próprio PCB teve seu registro partidário cancelado. Além disso, a documentação policial demonstra que todos os parlamentares do partido eram monitorados diariamente. Portanto, é importante ter em vista que, apesar da representação no Parlamento, o Partido Comunista e seus integrantes não estiveram tão longe da clandestinidade que marcou a sua atividade política nas duas primeiras décadas de sua existência.<sup>7</sup> Esses fatos, por sua vez, lançam questionamentos sobre a perspectiva de que, com as eleições de 1945 e a promulgação da nova Carta Constitucional em 1946, o Brasil tinha de fato um Estado Democrático de Direito.

Fato é que a inédita presença dos comunistas no Parlamento brasileiro causou tensões desde seus momentos iniciais, tendo em vista que o Congresso Nacional “abrigava a fina flor das forças conservadoras do país, eleita por uma poderosa máquina eleitoral e que reabilitara a oligarquia deposta em 1930”.<sup>8</sup> Tais tensões foram relatadas por Jorge Amado, deputado eleito pelo PCB/SP, que ao escrever sobre o período em que atuou no Parlamento afirma:

o exercício do mandato pela bancada comunista tornara-se cada vez mais difícil à proporção que o clima democrático resultante da vitória das Nações Unidas sobre o nazismo cedia lugar às discórdias da guerra fria. Os deputados dos demais partidos nos olhavam com olhos de suspeita, quando não de repulsa. Qualquer emenda ou projeto da bancada via-se rejeitado *in limine*. *O que estará por detrás disso?* Perguntavam-se senadores e deputados do PSD, da UDN, do PTB ou do PST, e descobriam na proposição mais inocente o famigerado dedo de Moscou. [...] o dedo e o olho de Moscou estavam em toda parte ameaçando a sociedade estabelecida, a religião, a moral, os bons costumes, a família brasileira.<sup>9</sup>

Não obstante as tensões e o medo do “famigerado dedo de Moscou”, a presença dos comunistas no Congresso Nacional proporcionou visibilidade e debates sobre temas, como a efetiva separação entre a Igreja e o Estado, e a garantia da ampla

<sup>7</sup> CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1922-1943)*. Volume I. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982. p. 1-6. Segundo Edgard Carone, desde a sua fundação em 1922, o PCB teve poucos meses de legalidade. Antes de 1945, o partido só havia permanecido na legalidade entre março e julho de 1924 e de janeiro a agosto de 1927.

<sup>8</sup> NETTO, Evaristo Giovannetti. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986. p. 147.

<sup>9</sup> AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: Guia de ruas e mistérios de Salvador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 67-68.

liberdade de consciência e de crença e o livre exercício de cultos religiosos no Brasil, sem que estivessem vinculados à ordem pública e aos bons costumes, conforme emendas apresentadas por Carlos Marighella durante a Assembleia Constituinte.<sup>10</sup> Assim como estas, a maioria das proposições criadas pelos comunistas não foi aprovada pelos demais constituintes para a Carta Constitucional de 1946.<sup>11</sup> E algumas das que foram rejeitadas, apresentadas ou apoiadas pelos comunistas, como o direito de voto para os analfabetos ou o divórcio, reapareceram em debates parlamentares posteriores, sendo muitas delas consagradas décadas depois e ratificadas na Constituição de 1988, o que reforça a importância dos debates promovidos e/ou apoiados pelo PCB no Parlamento brasileiro.

Convém destacar que tal vigor nas discussões no Parlamento é, de alguma forma, surpreendente, tendo em vista a inexperiência do partido em atuar legalmente. Acrescente-se isso ao fato de a bancada comunista ser a mais jovem da Constituinte, com a maioria dos seus membros tendo menos de 40 anos. Também era do PCB a maior porcentagem de parlamentares sem curso universitário e que havia exercido profissões caracterizadas pelo trabalho manual. Além disso, a maioria desses quinze parlamentares, com longa trajetória no partido, foi presa na ditadura do Estado Novo,<sup>12</sup> o que reforça a singularidade desses políticos.

Um desses jovens legisladores que foi preso no Estado Novo era Carlos Marighella, que assumiu o mandato de deputado federal constituinte aos 34 anos. Eleito pela Bahia em 1945, após ter ficado quase dez anos longe de seu estado natal, Marighella teve intensa atuação no Parlamento, tanto na Assembleia Constituinte quanto na Câmara dos Deputados. Em cerca de dois anos de mandato ele fez mais de 200 intervenções na tribuna, entre pronunciamentos, declaração de voto e apresentação de requerimentos, por exemplo.<sup>13</sup> Marighella foi responsável por 20% das 363

<sup>10</sup> As emendas ao projeto constitucional se diferenciam do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) atual. Isso porque uma PEC tem o objetivo de modificar algum dispositivo contido na Constituição. Já as emendas ao projeto constitucional ocorrem durante a elaboração de uma Constituição. Na de 1946, após ser elaborado por uma comissão, o projeto foi submetido aos constituintes, que apresentaram cerca de 4.000 emendas, com retificações, supressões e adições ao texto original, que em seguida foram votadas. Esta temática será melhor desenvolvida no capítulo “O legislador”.

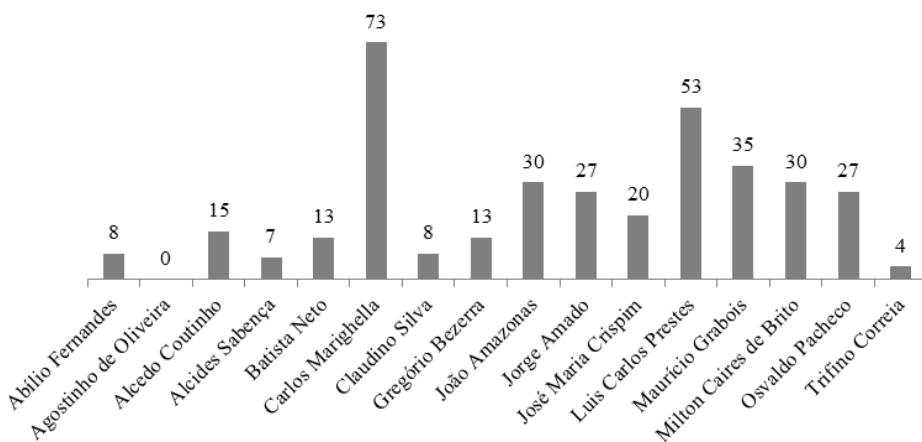
<sup>11</sup> BRASIL. *Constituição (1946)*. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 20 mai. 2024.

<sup>12</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. p. 64-87.

<sup>13</sup> De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, as palavras discurso e pronunciamento possuem distintos significados, não sendo meras palavras, mas conceitos, podendo ser entendidas de várias maneiras. Nesse sentido, o historiador, no texto “A dimensão retórica da historiografia” distingue

intervenções da bancada comunista na Constituinte, composta por 14 deputados e um senador, e por 24% das 583 intervenções na Câmara dos Deputados, o que pode ser melhor observado a partir das representações gráficas abaixo.<sup>14</sup>

**Figura 1 – Quantidade de intervenções da bancada comunista na Assembleia Constituinte (1946)**

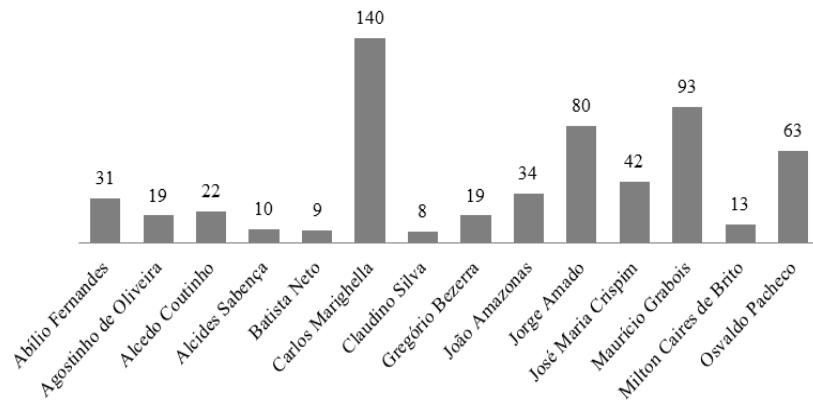


**Fonte:** Câmara dos Deputados/ Elaborado pelo autor.

pronunciamento, “como ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, éticas, econômicas, jurídicas, estéticas, etc. Trata-se do ato de exprimir-se verbalmente, de proferir ou articular um discurso; de ler em voz alta e clara uma peça de oratória; de manifestar o que pensa ou sente”. Enquanto o discurso é definido como “uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrada de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram ou presenciaram, seja através da sua versão original, quando por escrito, seja através de sua reprodução, veiculação e repercussão através dos distintos meios de comunicação social: o jornal, a revista, o rádio”, etc. Já no site da Câmara dos Deputados, na aba “discursos e pronunciamentos”, os termos são apresentados como sinônimos, já que está escrito que no “Banco de Discursos” contém todos os pronunciamentos dos deputados. Feitas essas considerações, será utilizado o termo pronunciamento prioritariamente para as manifestações dos parlamentares no Parlamento, por ele ser mais adequado para a análise da atividade legislativa. Todavia, quando for utilizado o termo discurso, como normalmente é feito nas biografias, ele será empregado como sinônimo de pronunciamento. Cf: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 223-250.

<sup>14</sup> BRASIL. *Sumário de discurso de parlamentares (1946-1949)*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados – CEDI. Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação – CORPI. Brasília. Segundo os dados arquivados na Câmara dos Deputados, das 363 intervenções dos comunistas realizadas na tribuna da Assembleia Constituinte, 73 foram feitas por Carlos Marighella. Na Câmara dos Deputados foram 140 das 583. Importante ressaltar que não constam os dados referentes aos deputados Francisco Gomes (DF), Henrique Oest (RJ) e Gervásio de Azevedo (SP), que assumiram após as renúncias de Batista Neto (DF), Alcides Sabença (RJ) e Caires de Brito (SP). Ademais, estas informações são puramente quantitativas, já que nesta contagem há, por exemplo, pedido de esclarecimento ou questão de ordem sobre determinada matéria. Ainda que quantitativos, esses dados servem para demonstrar a intensa atuação de Marighella no Parlamento. Já a análise qualitativa dos pronunciamentos de Carlos Marighella será desenvolvida ao longo deste texto.

**Figura 2 – Quantidade de intervenções dos deputados do PCB na Câmara dos Deputados (1946/1947)**



**Fonte:** Câmara dos Deputados/ Elaborado pelo autor.

A grande quantidade de intervenções feitas por Marighella, à primeira vista, chama atenção, tendo em perspectiva que ele não era o líder da bancada e tampouco um dos mais influentes dirigentes do partido até então. Apesar de não ser o líder do partido no Parlamento, Marighella foi o escolhido pela direção do PCB para ser o secretário da bancada.<sup>15</sup> Segundo Armênio Guedes,<sup>16</sup> que trabalhou na assessoria parlamentar da bancada, Marighella tinha grande importância na representação pecebista, pois “era quem fazia as reuniões, via como é que podíamos fazer os discursos, as leis que íamos propor, os artigos que íamos aprovar ou não na Constituição”.<sup>17</sup>

Diante disso, entende-se que o fato de Marighella ter sido o secretário da bancada foi um dos principais fatores para a grande quantidade de intervenções feitas por ele no Parlamento. E, nas palavras de Jorge Amado, Marighella, ao subir “à tribuna, punha em pânico os parlamentares”, já que suas “palavras eram pedras e raios”.<sup>18</sup>

Posto isso, registre-se que a atuação legislativa de Carlos Marighella é o objeto central desse estudo, buscando responder como o comunista desenvolveu sua atividade parlamentar. À luz da atividade institucional de Marighella, com seus pronunciamentos,

<sup>15</sup> O NOVO líder da bancada comunista. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 21 set. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/heremoteca-digital/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

<sup>16</sup> Armênio Guedes nasceu em 1918, na cidade de Mucugê-Bahia, graduando-se em Direito em 1939. De acordo com ele, conheceu Marighella em 1935, na 1ª reunião de organização da célula do PCB na Faculdade de Direito da Bahia. Em 1943, participou da reorganização do partido. Dirigente nacional do PCB, Armênio concorreu junto com Marighella em 1945 ao cargo de deputado pela Bahia, mas não se elegeu. Segundo ele, secretariava as reuniões da bancada do PCB. Faleceu em 2015, aos 96 anos.

<sup>17</sup> GUEDES, Armênio. *Armênio Guedes*: depoimento [out. 2013]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. Salvador.

<sup>18</sup> AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 205-206.

emendas ao projeto da Constituição de 1946 e projetos de lei apresentados, este texto discute como se estabeleceram as relações entre representante e representados,<sup>19</sup> tendo em vista que, embora tenha sido eleito pela Bahia, Marighella não era um agente político conhecido e popular ou com grande atuação política em seu estado natal.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> A palavra representação é polissêmica, por isso traz consigo uma enorme gama de significados. Do ponto de vista político, o conceito de representação, representantes e representados é complexo e disputado, sendo alvo de discussão há muito tempo, envolvendo estudiosos de diversas áreas, dentre os quais Pierre Bourdieu e Hanna Pitkin, que apontam os limites e/ou autonomia, por exemplo, da atuação de um parlamentar e o quanto que suas ações de fato representam determinado grupo social. No aspecto político, Luis Felipe Miguel explica que a própria ideia de “democracia representativa”, em que o processo eleitoral ocupa um lugar central, hoje tornado lugar-comum, é bastante recente. E que, “na prática política, os cidadãos comuns não escolhem um representante para promover seus interesses, formulação que lhes concede o papel ativo. Ao contrário, eles apenas reagem diante das ofertas que o mercado político apresenta”. Além disso, o desenvolvimento dos partidos políticos, que paulatinamente passam a ocupar a posição de protagonistas, cria o fenômeno do duplo mandato, já que o representante presta contas a seu partido, tanto ou mais que a seu eleitorado. Assim, “as visões correntes da representação política, no senso comum, no ordenamento jurídico e também na ciência política, estão centradas no voto e na primeira dimensão, positiva, do exercício do poder: trata-se do processo de escolha de delegados para que tomem as decisões em nosso nome. A eleição ocupa uma posição de destaque absoluto, pois, bifronte, é o episódio fundador e, ao mesmo tempo, a meta orientadora da relação entre representantes e representados”. Por sua vez, Maurizio Cotta afirma que a representação política pode definir-se então como uma representação eletiva e que “o núcleo fundamental da representação está na ‘responsabilidade’ periódica a que estão sujeitos os atores políticos em competição (os partidos). Responsabilidade quer dizer ‘chamado para responder’, para ‘prestar contas’, das próprias ações junto daqueles que têm o poder da designação”. Assim, “em síntese, a representação política poderia ser definida como ‘um sistema institucionalizado de responsabilidade política, realizada através da designação eleitoral livre de certos organismos políticos fundamentais (o mais das vezes, os parlamentos)’”. Acrescente-se a isso a perspectiva apresentada por Bernard Manin de que, em meados do século XX, surgiu “a democracia de partido”, onde o eleitor baseava sua confiança não mais em uma pessoa, mas em uma organização, o partido em que mais confiava. Por tudo isso, e não obstante todas as discussões acerca do conceito de representação política, e para além da perspectiva de que o simples ato de votar já institui a relação representante-representado, para os objetivos desta tese, entende-se ser adequado denominar os eleitores de Marighella como representados, tendo em vista que periodicamente o parlamentar (e os demais membros da bancada) fazia a “prestação de conta de seu mandato”. Ademais, ainda que seja difícil aferir, é bastante plausível que o eleitorado do PCB em 1945 tivesse uma posição ideológica definida, sentindo-se representado pelas ações do partido e dos seus parlamentares. Respectivamente: MIGUEL, Luis Felipe. “Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, n. 51, 2003. p. 123-140.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KsmNcpQnt7TTB5TxGkjQBQx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 jan. 2025.; COTTA, Maurizio. Representação Política. In BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1001-1006.; MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 10, n. 29, 1995. p. 5-34. Disponível em: <https://anpocs.org.br/1995/10/07/vol-10-no-29-sao-paulo-1995/> Acesso em: 07 jan. 2025. Ainda sobre o tema, Cf: PITKIN, Hanna Fenichel. “Representação: palavras, instituições e ideias”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, 2006. p.15-47. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Em%20primeiro%20lugar%2C%20a%20represen,quadro%20ou%20encenar%20uma%20pe%C3%A7a> Acesso em: 05 jan. 2025.; BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

<sup>20</sup> Diferentemente do que é escrito nas biografias, *Carlos Marighella: O inimigo número um da Ditadura Militar*; *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*; *Carlos: a face oculta de Marighella e Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, a vitória eleitoral de Marighella não ocorreu por ele ser um agente político conhecido e com grande trajetória política na Bahia. Marighella foi eleito por um conjunto de fatores, sendo o mais preponderante o fato de o PCB o escolher como um dos candidatos preferenciais do

Também aborda a diversidade das demandas da população no período em questão, assim como aspectos sociais e econômicos do estado.

Neste período de vida pública, o deputado baiano fez uma grande quantidade de pronunciamentos no Parlamento, além de ter concedido entrevistas, produzido textos e feito declarações, principalmente para a imprensa comunista. Por isso, este período é ímpar para compreender um pouco melhor a história de Marighella, além de entender como sua atuação no Parlamento contribuiu para a trajetória política deste importante personagem da política brasileira do século XX.

Quanto a isso, é importante ressaltar que as primeiras declarações públicas de Marighella ocorreram em 1945, após ter sido anistiado, enquanto participava do processo eleitoral. Antes desse período, não há documentação conhecida que revele seus posicionamentos políticos, até porque havia perseguição aos comunistas, o PCB não atuava de forma legal, sem contar que ele ficou cerca de sete anos preso e não era um membro da Comissão Executiva do partido.<sup>21</sup>

Portanto, o estudo sobre a atividade parlamentar de Marighella é fundamental para melhor compreender a trajetória e as ideias do comunista baiano, iluminando outra face que não a do guerrilheiro de fins da década de 1960, logo, a sua ação dentro da ordem institucional. A partir da atuação legislativa de Marighella, ainda é possível apreender a linha de ação do PCB no Congresso, afinal, os feitos dele estavam intrinsecamente vinculados às diretrizes do partido. Nesse sentido, é necessário ter em perspectiva a orientação de Antonio Gramsci, de que para escrever a história de um

partido, aqueles que os militantes deveriam votar. Na campanha eleitoral, os candidatos preferenciais tinham maior projeção na imprensa comunista e nos comícios, e os demais candidatos chegavam até a fazer campanha para os escolhidos pela direção do PCB. Cf: SIZILIO, Ricardo. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia*. Salvador: Edufba, 2019.

<sup>21</sup> Em sua autobiografia, Marighella escreveu que, “apesar de ter rompido com Costa Leite, Bangú, Molares, Caetano Machado, Honório de Freitas Guimarães, etc., na cadeia, nós, e eu incluso, nos negávamos a reconhecer a organização exterior do Partido. Essa condição era também uma posição liquidacionista. Em 1943 fui eleito, pela primeira vez, para o Comitê Central, e como tinha uma posição de não reconhecer a organização do Partido fora da cadeia, não tomei conhecimento de minha eleição ao Comitê Central, quando me encontrava no cárcere. Em 1945 houve a anistia sob a pressão das massas e eu, depois de ter cumprido sete anos da sentença do Tribunal de Segurança, fui libertado. Logo entrei em contato com o Partido e procurei fazer autocrítica da minha posição anterior, porém tinha muito pouca ideologia para fazê-la como se devia”. Apesar desta declaração, é fato que Marighella estava ligado ao grupo que reorganizou o partido em 1943, já que ele foi eleito para o Comitê Central. Assim, embora não haja documentação sobre seus posicionamentos, notadamente, o grupo que reorganizou o partido reconhecia seus trabalhos prestados ao PCB até então. MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. Manuscrito em espanhol. 7 f. 1954. p. 5. Arquivo Estatal de História Política e Social da Rússia (RGASPI). Fundo 495: armazenamento 197, dossiê 170. Moscou- Rússia. Para o acesso integral ao conteúdo deste documento: SIZILIO, Ricardo José. A autobiografia de Carlos Marighella. *Revista de Pesquisa Histórica CLIO*, Programa de Pós-Graduação em História UFPE, v. 37, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/239866>. Acesso em: 11 set. 2024.

partido, além de abordar a “história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-os com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou que os criticou ‘realisticamente’”, é necessário “levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social”.<sup>22</sup> Desse modo, busca-se perceber como as formulações feitas pelo deputado contribuíram para o debate de temas dentro do próprio partido.

Ao analisar os trabalhos legislativos de Marighella, também há interesse nos “de baixo”, nos trabalhadores, em suas demandas, ensejando desobscurecer “a atuação dos trabalhadores, e o grau com que contribuíram com esforços conscientes, no fazer-se da história”.<sup>23</sup> Além disso, enseja-se jogar luz em aspectos das experiências dessas pessoas, afinal, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agiram e pensaram dentro de determinadas condições.<sup>24</sup> No mesmo sentido, o estudo sobre a atuação institucional se torna relevante, pois “o legislativo assume grande significado [...] como representação microcósrica das forças sociais e seus interesses; como arena para a articulação de alternativas políticas que atendam aqueles diferentes interesses”.<sup>25</sup> Por fim, e não menos importante, ao observar a trajetória de Marighella, não se pode perder de vista que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem e nem sob as circunstâncias de sua própria escolha, mas sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.<sup>26</sup>

Dito isso, reitera-se que a atuação parlamentar de Carlos Marighella é o objeto desse estudo. Partindo da ideia de que o sujeito se constitui ao longo dos anos e que sua trajetória se constrói através do acúmulo das inúmeras experiências vividas, busca-se contribuir com a melhor compreensão da história deste importante dirigente comunista,

---

<sup>22</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos dos Cárceres*. Vol. 3. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 87.

<sup>23</sup> THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. Trad: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 13.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>25</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *O poder legislativo da Bahia: A primeira República (1889-1930)*. Salvador: Assembleia Legislativa; UFBA, 1985. p. 18.

<sup>26</sup> MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2000. p. 15.

tendo em perspectiva que, a partir da trajetória de Marighella, há “um pretexto para a abordagem histórica da sociedade” na qual o indivíduo estava inserido.<sup>27</sup>

\*\*\*

Começar esse texto a partir da devolução simbólica dos mandatos dos parlamentares comunistas cassados em 1948 não foi uma opção aleatória. Afinal, a decisão do Senado Federal e da Câmara dos Deputados em 2013, ainda que de forma simbólica, reestabelece a escolha de uma parte significativa dos brasileiros que depositou suas esperanças naqueles homens e nos ideais defendidos pelo PCB. Restaura de alguma forma uma expectativa de ação política por dentro de uma ordem democrática que foi ferida violentamente logo após ter sido reinaugurada com o fim do Estado Novo. A escolha também se deu em virtude de contemplar a bancada comunista, já que ao tratar do mandato parlamentar de Marighella é essencial levar em conta os demais comunistas e as diretrizes do PCB.

Além desses dois motivos, há um mais particular e simbólico, que é o fato de ter sido submetido ao PPGH-UFBA, naquele mesmo ano de 2013, o projeto de pesquisa de mestrado com o intuito de investigar a atividade política de Carlos Marighella, desde o processo eleitoral até sua atuação parlamentar. Ressalte-se que, em 2013, já havia uma produção considerável sobre a vida e obra de Marighella, tanto acadêmica quanto literária, em geral, contribuindo para a reconstrução da história e a consolidação da memória positiva do comunista baiano.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. n. 36/37, ano 20, 2007. p. 11. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1146/1066>. Acesso em: 16 jul. 2024.

<sup>28</sup> Além das biografias sobre Carlos Marighella anteriormente referenciadas, há outras obras que foram escritas sobre e/ou têm o comunista baiano como personagem essencial para os textos, como: BETTO, Frei. *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ed. Ática, 1987; SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia e MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999; MIR, Luís. *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994. REZENDE, Claudinei Cássio de. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. TENDLER, Silvio. *Quatro Baianos Porretas: Castro Alves, Carlos Marighella, Glauber Rocha e Milton Santos*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2011; PINHEIRO, Milton e FERREIRA, Muniz (Org.). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo: ICP; Rio de Janeiro: FDR, 2013. Além desses textos, alguns dos trabalhos acadêmicos escritos sobre Marighella são: SANDRI, Luís Antonio. “*Um revolucionário legal*”: a atuação parlamentar do Deputado Carlos Marighella na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. 50

Mas é nesta última década que se consolida a construção da memória positiva de Marighella, tendo em perspectiva que sua trajetória passou a ser conhecida pelo grande público, principalmente com a repercussão da biografia *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, escrita pelo jornalista Mário Magalhães, em 2012, vencedora de alguns prêmios, como o Jabuti. Mais recentemente, em 2021, foi lançado o filme *Marighella* (também transformado em minissérie), baseado na biografia de Magalhães. Isso sem contar com as produções artísticas que já tinham Marighella como personagem principal.<sup>29</sup>

Tudo isso fez com que o comunista se tornasse conhecido/admirado/mitificado por um número muito maior de pessoas do que em relação a 2013. Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que o movimento inverso também ocorre, por vezes na mesma proporção ou maior, afinal, “como em todas as imagens míticas, esta não tem apenas um significado: um mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições”.<sup>30</sup> Nesse sentido, ainda deve-se considerar que a memória é um valor disputado em conflitos sociais e, “particularmente, em conflitos que opõem grupos políticos diversos”,<sup>31</sup> como é o caso das disputas de memória sobre a ditadura militar no Brasil.

Por tudo isso, escrever essa tese trouxe contornos mais desafiadores, em função de existir uma falsa sensação de esgotamento sobre a trajetória de Marighella. Mas, é preciso levar em consideração que os trabalhos acadêmicos, biografias, documentários e filme direcionam seus olhares principalmente para a década de 1960, período em que houve a implantação da ditadura militar no país, o rompimento de Marighella com o PCB e a posterior criação da Ação Libertadora Nacional (ALN), uma das principais organizações de resistência e combate à ditadura, o que fez com que ele fosse considerado “o inimigo número um” do regime ditatorial.

f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de História. Porto Alegre, 2009; SOARES, Wagner dos Santos. *De inimigo público a herói nacional: representações da morte de Carlos Marighella*. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2012.

<sup>29</sup> Há pelo menos duas músicas em homenagem a Carlos Marighella: *Um comunista*, de Caetano Veloso e *Mil faces de um homem leal*, dos Racionais MC's. Além dessas músicas, na última década foram lançados dois documentários: *Carlos Marighella: quem samba fica, quem não samba vai embora*, dirigido por Carlos Pronzato; e *Marighella*, dirigido por Isa Grinspum Ferraz, ambos de 2012. Além destes, também há *Marighella*, retrato falado de um brasileiro, dirigido por Silvio Tendler em 2001.

<sup>30</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 123.

<sup>31</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. (Conferência no CPDOC. Rio de Janeiro, 1987. Transcrição e tradução de Monique Augras. Edição de Dora Rocha). *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V 5, n. 10, 1992. p. 204.

Essa seletividade memorialística implicou em pouca visibilidade, desconhecimento e até um certo esquecimento da atuação institucional de Marighella. Nas biografias, no pouco espaço dedicado para a atividade parlamentar do comunista, os autores, com maior ou menor ênfase, optaram por apenas descrever alguns pronunciamentos do comunista, sem fazer uma análise mais cuidadosa do conteúdo dos inúmeros discursos proferidos pelo legislador baiano.

Não obstante essa falsa sensação de esgotamento sobre o tema, vislumbra-se contribuir para o debate sobre a trajetória de Carlos Marighella, até porque há apenas três pesquisas acadêmicas dedicadas a esse período e tema. A monografia de bacharelado em História de Luís Sandri, escrita em 2009, aborda de forma descritiva alguns aspectos da atividade parlamentar de Marighella, singularmente, sobre os sete meses dos trabalhos da Assembleia Constituinte.<sup>32</sup> A dissertação de mestrado de Danyelle Dias, defendida em 2018, trata da eleição de Carlos Marighella até a cassação dos mandatos dos parlamentares, contribuindo para o conhecimento acerca deste período, mas buscando perceber, sobretudo, as ações do comunista como expressão de uma “cultura política”.<sup>33</sup> Mais recentemente, a dissertação de mestrado de Eduardo Bueno, de 2023, analisa a atuação parlamentar de Marighella através dos seus discursos e de periódicos, focando em temas como o cancelamento do registro do PCB, a cassação dos mandatos dos parlamentares e a construção do comunista como um intelectual do partido.<sup>34</sup>

Assim sendo, esta tese se difere desses trabalhos, tendo em vista que o mandato do parlamentar será analisado focando em como a sua ação institucional era desenvolvida no cotidiano, entrelaçando suas ações com as diretrizes do PCB e como a imprensa repercutiu seu mandato. Para a construção deste texto, foram utilizados como *corpus documental*, principalmente, os pronunciamentos de Marighella na Assembleia Constituinte e na Câmara dos Deputados, identificando as principais questões apresentadas pelo parlamentar. Também são analisadas correspondências enviadas ao comunista; jornais da grande imprensa e os periódicos comunistas, salvaguardados,

<sup>32</sup> SANDRI, Luís Antonio. op. cit.,

<sup>33</sup> DIAS, Danyelle Nayara Santos. “*Como age um verdadeiro deputado do povo e do proletariado?!*”: A cultura política comunista expressada por meio da trajetória parlamentar de Carlos Marighella (1945-1948). 137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em História. Montes Claros, 2018.

<sup>34</sup> BUENO, Eduardo dos Santos. *O Constituinte Carlos Marighella: Uma análise através de discursos e periódicos*. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2023.

sobretudo, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CEDEM), assim como na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Também foram utilizados nesta tese entrevistas e documentos do partido, localizados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e Tribunal Superior Eleitoral.

O cuidado na análise das fontes, fazendo a crítica interna e externa da documentação, foi imprescindível nesta pesquisa. Afinal, como afirma Jacques Le Goff, todo documento é parcial, não existindo “um documento objetivo, inócuo, primário”, sendo fruto das escolhas e intenções de quem o elabora, logo, um ponto de vista parcial da história.<sup>35</sup> Além disso, deve-se enfatizar que não há hierarquização entre as fontes e cada tipo de documento necessita de uma abordagem específica.

Para a análise dos pronunciamentos, foi indispensável a ciência do grau de subjetividade que estes carregam, pois “entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificada”.<sup>36</sup> Já as correspondências possibilitam perceber a constituição de redes e relações que se estabelecem em torno de um ou vários missivistas, o que exige atenção redobrada devido ao seu caráter subjetivo e normalmente pessoal.<sup>37</sup>

Em relação aos jornais, também houve a preocupação em identificar a linha editorial e qual grupo político fazia parte do veículo, porém, na maioria das vezes, não foi possível estabelecer tais vínculos. Desse modo, foi preciso realizar uma abordagem própria tanto para esses tipos de fontes quanto para as demais utilizadas nesta pesquisa, sendo necessário cruzar as informações fornecidas pelo conjunto da documentação, tendo em vista que as fontes históricas possuem suas limitações.

Esse cruzamento das fontes foi necessário porque compete ao historiador “reunir uma ampla variedade de informações em geral fragmentárias: e para fazer isso precisamos, se me perdoam a expressão, construir nós mesmos o quebra-cabeça, ou seja, formular como tais informações *deveriam* se encaixar”. Conforme a perspectiva de Eric Hobsbawm, o historiador deve ter o compromisso com a evidência, escrevendo uma história apoiada em documentos, comparando com o maior número possível de

<sup>35</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão, et al. Campinas: Editora da Unicamp. 1990. p. 545.

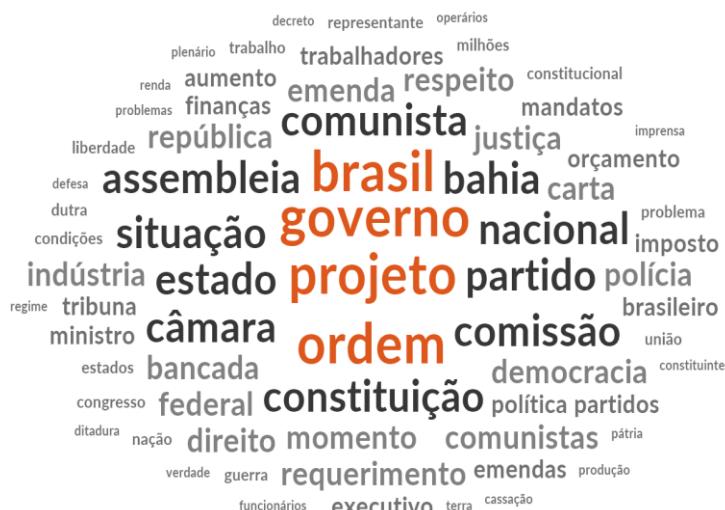
<sup>36</sup> BERSTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 61.

<sup>37</sup> GOMES, Ângela de Castro (Org). *Escrita de si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 54-75.

fontes documentais que lhe permitam obter os elementos necessários para uma aproximação confiável das evidências.<sup>38</sup>

Em sentido semelhante à parcialidade e incompletude dessas fontes históricas, é necessário informar sobre a impossibilidade de se tratar de todas as questões apresentadas e debatidas por Marighella enquanto parlamentar, em suas mais de 200 intervenções na tribuna.<sup>39</sup> Desta forma, a opção foi a de selecionar as temáticas e as formulações mais recorrentes de Marighella, distribuídas em capítulos independentes, mas conectados. Sempre que possível, serão apresentados os pronunciamentos, não apenas interpretando-os, tendo em perspectiva que o acesso a esse material possibilita o surgimento de novas interpretações e debates. Assim, após uma breve apresentação de Carlos Marighella, será discutido nesta tese como o seu mandato foi apresentado nas obras biográficas. Nos capítulos seguintes, a atuação do parlamentar na Assembleia Constituinte e na Câmara dos Deputados será analisada. Finalmente, será tratado como a imprensa abordou a atividade legislativa de Marighella.

**Figura 3 – Nuvem de palavras (1946-1948)**



**Fonte:** Software Nvivo.

Por fim, como apontamento para os debates que virão ao longo deste texto, cabe apresentar esta *nuvem de palavras* com as 70 expressões mais utilizadas por Marighella

<sup>38</sup> HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História: Ensaios*. Trad. Cid Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 280-300.

<sup>39</sup> Essa quantidade não se refere ao número exato de pronunciamentos de Marighella, haja vista que no Sumário de Discursos de Marighella da Câmara dos Deputados constam 213 intervenções do parlamentar ao longo do seu mandato. Porém, ao se fazer a análise qualitativa da documentação, constatou-se que algumas dessas intervenções não foram pronunciamentos sobre determinado assunto, sendo muitas vezes um pequeno aparte no discurso de outro parlamentar ou mesmo uma pergunta para sanar alguma dúvida.

ao longo de seu mandato parlamentar.<sup>40</sup> Como se vê acima, Brasil, governo, projeto e ordem foram as palavras mais recorrentes, simbolicamente ilustrando, por exemplo, o quanto falsas eram as acusações de que os comunistas utilizavam o Parlamento brasileiro a serviço de Moscou, tendo em perspectiva a implantação imediata do comunismo no Brasil. O que se vê nas palavras mais usuais, e o que se verá em seus pronunciamentos, é um parlamentar (assim como os outros comunistas) que utilizou a tribuna do Congresso Nacional para debater a situação do país, da Bahia e dos brasileiros, além de denunciar as arbitrariedades e violências, por exemplo, contra trabalhadores e comunistas, como será melhor demonstrado ao longo desta tese.

---

<sup>40</sup> A partir da transcrição de todos os pronunciamentos de Marighella, foi utilizado o software Nvivo para filtrar as expressões mais utilizadas pelo comunista em seus discursos. As palavras mais mencionadas ficam ao centro da nuvem e são maiores. A ideia inicial para a utilização desse recurso foi mapear as principais expressões utilizadas por Marighella, a fim de estabelecer uma linha de atuação ao longo do seu mandato, ou uma temática mais recorrente. Todavia, constatou-se que Marighella abordou diversas temáticas em seus pronunciamentos.

## CARLOS MARIGHELLA

---

Nascido em Salvador, capital da Bahia, em 5 de dezembro de 1911, Carlos Marighella<sup>41</sup> era o mais velho dos oito filhos de Maria Rita Marighella - que antes do casamento chamava-se Maria Rita dos Santos<sup>42</sup> - e de Augusto Marighella, imigrante italiano radicado na Bahia.<sup>43</sup> Maria Rita, neta de africanos escravizados,<sup>44</sup> certamente carregava consigo as dificuldades dos negros para se estabelecerem em uma sociedade excluente, que aboliu a escravidão no mesmo ano de seu nascimento. Já Augusto Marighella chegou ao Brasil na primeira década do século XX, possivelmente buscando oportunidades de trabalho, assim como fizeram seus conterrâneos na segunda metade do século XIX.

O casal se estabeleceu na Baixa dos Sapateiros, região próxima ao centro administrativo de Salvador, onde estavam a Prefeitura e a Câmara Municipal, e era caracterizada pelo “comércio varejista”, onde predominavam lojas que vendiam “artigos

---

<sup>41</sup> Esta é uma versão ampliada e revisada do resumo da trajetória de Carlos Marighella que está em SIZILIO, Ricardo. “Vai, Carlos, ser Marighella na vida”: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945) Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017. p. 23-26.

<sup>42</sup> Entende-se que o nome de batismo da mãe de Marighella era Maria Rita dos Santos. Isso porque, na certidão de nascimento de Marighella, apesar de não constar seu sobrenome de solteira, é informado que seus pais tinham apenas o sobrenome “dos Santos”. Registre-se, porém, que na certidão de óbito do comunista é informado que o nome de sua mãe é Maria Rita do Nascimento Marighella, ao que tudo indica, por erro do cartório.

<sup>43</sup> Parte das informações biográficas de Marighella, como a qualificação de Augusto Marighella e a quantidade de irmãos de Marighella, estão em: JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: O inimigo número um da Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004; NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999; SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos: a face oculta de Marighella*. 332 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Severino Sombra. Programa de Pós-Graduação em História. Vassouras, 1999; MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>44</sup> *Certidão de nascimento de Carlos Marighella*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro. No poema Canto para o atabaque, exaltando a mestiçagem do Brasil, Marighella escreve: *Ei Brasil-africano! Minha vó era nega haussá, ela veio da África*. Embora Marighella tenha escrito que sua avó fosse “nega haussá” e que viera da África, é improvável que ela fosse africana, considerando, entre outros, que em 1850 findou oficialmente o tráfico negreiro no Brasil. Apesar de não ter cessado integralmente o tráfico intercontinental, tornou-se muito mais difícil a chegada de escravizados ao país. Aliado a isso, após a Revolta dos Malês, em 1835, houve a diminuição da entrada de escravizados malês e haussá na Bahia. Desse modo, entende-se que a *nega haussá* vinda da África a qual Marighella se refere era sua bisavó, tomando como base, inclusive, o ano de nascimento de Maria Rita dos Santos (1888) e o nome de seus pais, Maria Especiosa dos Santos e Jesuino dos Santos. Importante destacar que o sobrenome “dos Santos” normalmente era atribuído a escravizados, geralmente, os que eram batizados compulsoriamente, sem que tivessem com sua família e/ou padrinho. Por tudo isso, considera-se que a mãe de Maria Rita tenha nascido em solo brasileiro.

de segunda necessidade”.<sup>45</sup> A pobreza da cidade também estava refletida nos lares da pouco abastada e comercial Baixa dos Sapateiros. No entanto, tudo indica que a família do mecânico italiano tinha uma condição social mais confortável do que as demais, devido ao fato de Augusto Marighella ser um profissional especializado, inclusive, habilitado a consertar navios.

Carlos, o primogênito de Augusto e Rita, iniciou o ensino secundário no Ginásio Carneiro Ribeiro, transferindo-se no 4º ano para o Ginásio da Bahia, a única instituição pública deste segmento de ensino à época, onde concluiu o ensino secundário.<sup>46</sup> Embora fosse mantida pelo Estado, a escola cobrava algumas taxas, o que fazia com que seu público não fosse formado pela população mais pobre da cidade. Cabe ressaltar que, no início do século XX, não era comum os mais pobres frequentarem escolas no Brasil. Quanto a isso, registre-se que no início da década de 1920 a Bahia tinha aproximadamente 80% de analfabetos,<sup>47</sup> percentual muito próximo ao verificado no restante do país, em que a pouca instrução em níveis básicos era uma das suas características mais evidentes.

No Ginásio da Bahia, é provável que Carlos Marighella tenha se tornado conhecido entre uma parcela do corpo estudantil, em função de ter respondido em versos a uma prova de física. Ainda no ensino secundário, opcionalmente, estudou um ano a mais, por isso, em 1930, bacharelou-se em ciências e letras, o que lhe habilitou para a docência. Mesmo sem atuar em escolas formais, trabalhou como professor particular, concomitantemente ao período em que cursou engenharia civil, iniciado em 1931 na Escola Politécnica da Bahia, uma das poucas instituições de ensino superior do estado, que à época era privada.

No ano seguinte ao início do curso superior, em 1932, o então estudante de engenharia conheceu o cárcere pela primeira vez após participar, junto com pouco mais de quinhentas pessoas, essencialmente estudantes, da ocupação da Faculdade de

<sup>45</sup> SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana*. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008. p. 49.

Ressalte-se que este estudo de Milton Santos está centrado nas décadas de 1940 e 1950, no entanto, o autor abordou, também, a transformação espacial, populacional e comercial de Salvador ao longo dos séculos. Em diversas passagens, Milton Santos caracterizou a Baixa dos Sapateiros, desde sua ocupação no século XIX, como uma região comercial. Por isso, ainda que a obra não trate especificamente da década de 1920, pode-se utilizar tal referência sem o receio de estar cometendo anacronismo, haja vista que o objetivo é o de apenas ressaltar as características comerciais da região em questão.

<sup>46</sup> O Ginásio da Bahia era a única escola de ensino público do estado da Bahia voltada para o acesso ao ensino superior. Dessa forma, nesta análise não foram consideradas as Escolas Normais e as de ofícios.

<sup>47</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.

Medicina da Bahia contra a ruptura da ordem constitucional realizada por Vargas em 1930. Dois anos depois, em 1934, Marighella foi advertido e suspenso do curso de Engenharia sob a suspeita de ter furtado provas e documentos da Politécnica e por ter se rebelado contra o inquérito que o investigava.

Aos 22 anos, no mesmo ano em que foi impedido de frequentar o curso de engenharia, Marighella ingressou no PCB, partido do qual fez parte por mais de três décadas, e que passou a viver dele e para ele. Em 1934, a organização e a estrutura partidária do PCB na Bahia eram bastante incipientes, apesar de haver registros de atividades dos comunistas no estado desde meados da década de 1920, principalmente nas cidades do interior.<sup>48</sup>

No período em que Marighella militou na Bahia, entre 1934 e 1935, o PCB possuía poucos militantes e quase nenhuma inserção na sociedade. Importante levar em consideração que o partido estava na ilegalidade, sendo perseguido pela polícia e tinha criado o seu Comitê Regional no estado apenas no ano anterior. Assim, é provável que pouca quantidade de militantes tenha contribuído para que Marighella, com cerca de um ano na organização, chegasse a ser um dos dirigentes estaduais do partido no estado.

Para uma noção da pouca quantidade de militantes na Bahia, no ano anterior à entrada de Marighella no PCB, em 1933, a conferência que criou o Comitê Regional no estado foi realizada com menos de 20 militantes, sendo dez os eleitos para os cargos

<sup>48</sup> Acerca das atividades dos comunistas na Bahia, Marcelo Lins afirma que os primeiros seis comunistas da Bahia foram identificados em 1925, perfazendo pouco mais de 1% dos quatrocentos e setenta e seis militantes do partido naquele ano. Baseado na documentação do PCB, o autor afirma que é provável que os primeiros comunistas estivessem concentrados na região das cidades de São Félix, Cachoeira e Muritiba, que “na época possuía alta concentração de trabalhadores e trabalhadoras nas plantações e empresas de beneficiamento de fumo”. Carlos Zacarias de Sena Júnior, por sua vez, escreveu como hipótese que “a formação do PCB no estado, iniciada a partir da constituição de um núcleo embrionário originário em 1925 e com existência até 1931, passou por um momento de dissolução em 1932 e 1933, até voltar a se articular em 1934”. O autor trabalha com a probabilidade de que o processo de fundação do partido no estado “parece ter mesmo se interrompido ou pelo menos se enfraquecido em algum ponto depois de 1925”, mas “que, a partir de 1935, o PCB na Bahia cresceu com a ANL, e com o ingresso de estudantes, que vão representar o grosso do partido, no período seguinte”. Ede Ricardo Soares acrescenta que há indícios de que a estreita ligação de Alagoinhas com o comunismo, desde o início da década de 1930, está diretamente vinculada à atuação dos ferroviários na cidade. Mais recentemente, Ricardo Sizilio localizou o 2º Boletim Interno do Comitê Regional do PCB na Bahia, de 1934, inferindo que o CR-BA foi criado no 2º semestre de 1933, por Manoel Batista de Souza. Respectivamente: LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007. p. 117.; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. As formigas obscuras da revolução mundial na Terra de Todos os Santos: anotações preliminares sobre a construção e os primeiros passos do PCB na Bahia. In ARAÚJO, Dilton José e MASCARENHAS, Maria José Rapassi (Org). *Sociedade e relações de poder: séculos XVII-XX*. Salvador: Edufba, 2014. p. 299-301.; SOARES, Ede Ricardo de Assis. *Os Comunistas e a Formação Da Esquerda*. (Alagoinhas, 1945-1956). 175 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2013.; SIZILIO, Ricardo. “Vai, Carlos... (2017). op. cit., p. 132-159.

dirigentes. E mesmo com poucos membros, o 2º Boletim Interno de 1934 revela grande animosidade e troca de acusações entre os comunistas baianos.<sup>49</sup> De acordo com Luís Henrique Dias Tavares, o PCB na Bahia só ultrapassou “a primeira dezena de militantes no final de 1934 para os primeiros meses de 1935”. Neste ano, o partido “teria, no máximo, duas dezenas de militantes, somando-se todos os que formavam células na estiva,<sup>50</sup> no porto, nas fábricas de tecidos, gráficas, ferrovias e escolas de nível superior”.<sup>51</sup>

É bastante provável que a quantidade a que Dias Tavares se refere seja em relação a Salvador, e não a todo o estado. Independentemente deste potencial equívoco do autor, em meados dos anos 1930, era baixa a inserção dos comunistas na sociedade, não apenas na Bahia. Nesse sentido, Lincoln Secco e Luiz Pericás afirmam que em 1935 o PCB devia ter em todo o Brasil entre 500 e mil militantes.<sup>52</sup>

Feitas tais considerações, em 1935, Marighella se mudou para o Rio de Janeiro, capital e centro político do país, para realizar as atividades partidárias confiadas a ele naquele estado, e também para concluir seu curso de engenharia interrompido na Bahia.

<sup>49</sup> SIZILIO, Ricardo. A criação do Partido Comunista na Bahia: a tentativa de “sair do molho do azeite doce da passividade” para “um amplo trabalho de massas”. In SIZILIO, Ricardo. *Bahia: política e sociedade (1930-1940)*. Salvador: Edufba, 2022. p. 13-40.

<sup>50</sup> De acordo com o Manual de Organização Partidária do PCB, uma célula é “a forma como os comunistas, em seus locais de atuação [...] se organizam. Nela, o militante discute a política do Partido, analisa a realidade da área de sua atuação e elabora os planos de ação, opina sobre os documentos e resoluções do Partido, exercendo seu direito à crítica e à autocrítica sobre erros cometidos em sua atividade. É na célula que o militante estabelece uma relação orgânica entre o Partido e o movimento social. A célula, portanto, é o partido em sua área de atuação”. Apesar de não ter datação, ao que se mostra, esse Manual foi produzido como resultado da Conferência Nacional de Organização, ocorrida em 2008. Destaque-se que após quase cinco décadas, com diversas disputas internas e dissidências, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) teve seu registro partidário deferido em 1996. Não obstante essa distância temporal, ao comparar com o Estatuto do PCB de 1945, entende-se que é possível usar essa definição de célula, a fim de permitir um melhor entendimento sobre a estrutura partidária. Ressalte-se, todavia, que em 1945 o PCB só tinha células de empresas ou bairros. De acordo com um dos Boletins Internos do PCB de 1945, “uma célula de empresa é organizada com todos os comunistas que trabalham na mesma empresa. Uma célula de bairro é organizada com todos os comunistas que moram no mesmo bairro. [...] Não existem no partido células de mulheres ou jovens. As mulheres devem formar células de empresas e de bairros junto com os homens”. Além disso, não existiam células de profissões, por isso, comerciários, bancários, etc. só podiam estar reunidos se pertencessem à mesma empresa. Finalmente, uma célula seria organizada a partir de três militantes. Até quinze militantes, a célula seria dirigida por um secretário de organização e finanças. Acima dessa quantidade, a célula teria uma direção completa, com seu secretariado composto por secretário político; de organização e finanças; sindical; de trabalho de massas e eleitoral; de divulgação. Respectivamente: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Manual de Organização Partidária*. s/d. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/manual.pdf> Acesso em: 15 fev. 2025.; PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Composição das Células”. *Boletim Interno*. 15 nov. 1945. p. 3. Centro de Documentação e Memória (Cedem) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Astrojildo Pereira. Acervo: Asmob. São Paulo.

<sup>51</sup> TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008. p. 405-407.

<sup>52</sup> SECCO, Lincoln, PERICÁS, Luiz Bernardo. Linhagens da historiografia do PCB. In SECCO, Lincoln, PERICÁS, Luiz Bernardo (Org). *História do PCB*. Cotia: Ateliê Editorial, 2022. p. 29.

Em decorrência de sua atuação no PCB, no contexto da repressão aos comunistas após os Levantes de 1935, foi preso no ano seguinte, passando pouco mais de um ano encarcerado. Foi torturado, e sua coragem diante dos torturadores foi exaltada pelos seus companheiros,<sup>53</sup> sendo enviado pelo partido para São Paulo após sua libertação em 1937. Pouco tempo depois, em 1939, na capital paulista, foi alvo mais uma vez da perseguição policial aos comunistas, tendo novamente cerceada sua liberdade. Em consequência, Marighella ficou aproximadamente seis anos detido em seu terceiro cárcere, entre a Ilha de Fernando de Noronha e a Ilha Grande.

Neste cárcere, Marighella esteve em contato com os principais dirigentes do partido. Mesmo preso, foi eleito para o Comitê Central, quando o PCB foi reorganizado em 1943. Apesar de Marighella afirmar que não reconhecia a organização do partido fora da cadeia, por isso enquanto estava encarcerado não havia tomado conhecimento da sua eleição ao Comitê Central,<sup>54</sup> a escolha para que ele fizesse parte da direção do PCB demonstra o seu alinhamento com o grupo que passou a dirigir o partido, além do reconhecimento das suas atividades, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em abril de 1945, Marighella foi libertado devido ao processo de abertura política que garantiu anistia aos presos políticos. Após ter ficado encarcerado durante grande parte da sua juventude por suas atividades políticas no Rio de Janeiro e em São Paulo, Marighella voltou à Bahia depois de quase dez anos. Na condição de dirigente nacional do PCB, às vésperas de completar trinta e quatro anos, concorreu nas eleições para a Constituinte, instalada no ano seguinte, sendo o único comunista eleito no estado.

Cientes de que ele havia militado em Salvador por pouco mais de um ano, em meados dos anos 1930, e não era um agente político conhecido e com grande trajetória política na Bahia, é imperioso destacar que Marighella sagrou-se vitorioso naquele pleito por um conjunto de fatores, sendo os mais preponderantes a força do PCB no estado, o prestígio de Prestes e o fato de o partido o escolher como um dos candidatos preferenciais, aqueles que os militantes deveriam votar e fazer campanha. Além disso,

<sup>53</sup> ESTRATÉGIA para matar o terror. *Veja*. São Paulo. n. 62, 12 nov. 1969. p. 25. Disponível em: [acervo.veja.abril.com.br](http://acervo.veja.abril.com.br). Acesso em: 02 dez. 2024. Na matéria da revista *Veja* após o assassinato de Marighella, consta a declaração que teria sido proferida em 1936 pelo delegado Romano, diretor da DOPS carioca, que “só existe um macho no Partido Comunista: é esse baiano Marighella”. Além desse controverso “elogio”, com o intuito de ressaltar a coragem do guerrilheiro, em outro trecho foi afirmado que “Marighella foi, antes de tudo, um valente”. Na matéria, também foi feito um pequeno resumo biográfico, notadamente depreciativo à imagem do baiano. Ademais, foi escrito que policiais e ex-companheiros tinham ciência de que no Estado Novo “as solas de seus pés foram queimadas com maçaricos; finos estiletes foram enfiados sob suas unhas para separá-las da pele; alguns de seus dentes foram arrancados à força. E Marighella nunca abriu a boca”.

<sup>54</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit.,

na condição de dirigente nacional do PCB, Marighella esteve na Bahia fazendo campanha eleitoral às vésperas da votação, diferentemente de Arruda Câmara, outro dirigente nacional e candidato preferencial.<sup>55</sup>

Em aproximadamente dois anos como deputado, Marighella usou a tribuna do Parlamento mais de 200 vezes e teve intensa atividade parlamentar, até os mandatos dos parlamentares comunistas serem cassados em janeiro de 1948, como consequência do cancelamento do registro partidário do PCB, em maio do ano anterior. Pouco tempo antes da cassação dos referidos mandatos, coube a Carlos Marighella, em agosto de 1947, a responsabilidade de dirigir a revista *Problemas*,<sup>56</sup> permanecendo à frente do periódico de “cultura e política” do PCB até outubro de 1948.

Com a ilegalidade do PCB e as perseguições empreendidas aos comunistas no contexto da Guerra Fria, Marighella viajou, dentre outros países, para a China e para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde conheceu aquelas experiências socialistas. Após a implantação da ditadura militar no Brasil (1964-1985),<sup>57</sup> Marighella entrou em desacordo com os rumos do PCB, que lhe parecia incapaz de apresentar uma alternativa de organização para derrotar o regime ditatorial. No mês seguinte ao golpe de 1964, o comunista foi baleado em um cinema e preso. Após conseguir a liberdade, publicou no ano seguinte o livro *Por que resisti à prisão*, que reflete, entre outros assuntos, sobre esse encarceramento, sua vida, sua notória insatisfação com os rumos do PCB e, também, acerca da necessidade de se enfrentar o autoritarismo vigente à época.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> SIZILIO, Ricardo. *Vai, Carlos...* (2019) op. cit., p. 199-228.

<sup>56</sup> PROBLEMAS. Rio de Janeiro. n. 01, ago. 1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. (Marighella foi diretor da revista *Problemas* entre agosto de 1947 e outubro de 1948. Na edição 15 (novembro-dezembro), Diógenes Arruda Câmara é apresentado como o novo diretor da revista, enquanto Marighella é o diretor-redator. Já na edição 16 (jan. 1949), não consta mais o nome de Marighella na direção da revista. Das 15 edições em que Marighella foi o diretor da *Problemas*, os números 8 (mar. 1948), 9 (abr. 1948), 11 (jun. 1948) e 15 (nov. 1948) não estão no acervo do Amorj ou no site da “Marxists Internet Archive”, o que impede analisar parte da produção dele no periódico. Importante mencionar que, mesmo não sendo o diretor, Marighella escreveu a coluna “Nossa política” nas edições 16 (jan. 1949) e 17 (fev-mar. 1949), além do texto “Mais Audácia na Luta por Paz, Pão, Terra e Liberdade” na edição 24 (jan-fev. 1950).

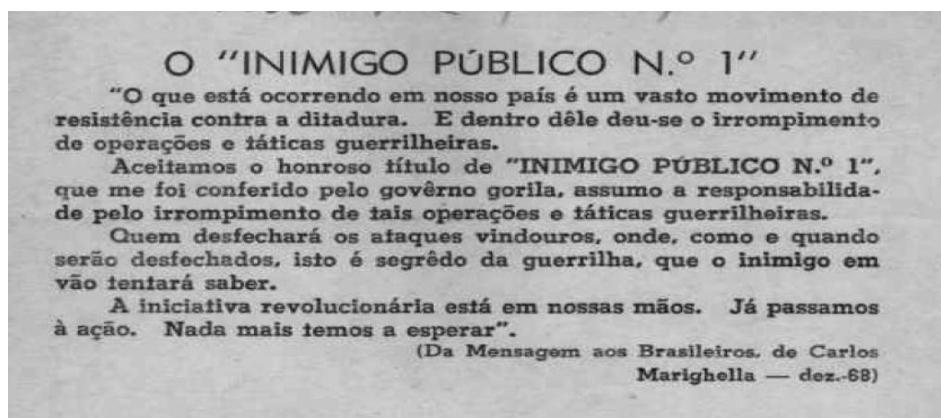
<sup>57</sup> Há uma corrente na historiografia que defende o termo ditadura civil-militar para explicar o regime entre 1964 e 1985, como resultado do conluio entre as Forças Armadas e setores empresariais civis, em que reconhece o papel ativo de segmentos da burguesia no regime ditatorial. Apesar da participação civil tanto no golpe quanto ao longo da ditadura, entende-se que o termo ditadura militar permanece sendo o mais adequado, tendo em vista que todo o controle estatal e o aparato repressivo estiveram nas mãos dos militares.

<sup>58</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense; Salvador: Edufba: OLODUM, 1995.

Marighella conheceu de perto a experiência da Revolução Cubana. Em 1967, participou da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), algo determinante para a sua ruptura com o partido que militou por mais de três décadas. Em seguida, fundou a ALN, uma das principais organizações de resistência e combate à ditadura. Devido à sua história de luta, à publicação de livros que incentivavam a resistência e orientavam as ações táticas ousadas e desafiadoras, Marighella foi considerado o inimigo número um da ditadura. É certo que o fundador da ALN tinha plena consciência dos riscos que sua vida corria no país. Mesmo assim, optou por permanecer no Brasil, combatendo o regime de exceção de armas nas mãos.

Com as forças da repressão em seu encalço, Marighella foi executado em uma emboscada no dia 4 de novembro de 1969. Porém, a morte do comunista que gostava de escrever poemas não silenciou sua trajetória, continuando a servir de inspiração para muitos. Isso porque, nas palavras de Jorge Amado,<sup>59</sup> “o grande poema de Marighella foi sua vida, tem da epopeia e da berceuse, devotamento e luta, a determinação, a pureza, o destemor, a lealdade”.<sup>60</sup>

**Figura 4 – Panfleto: O “inimigo público nº 1” (1968)**



**Fonte:** Arquivo Nacional.

<sup>59</sup> Jorge Amado conheceu Marighella na década de 1930, em Salvador. Os dois foram eleitos deputados pelo PCB em 1945, entretanto, o escritor se elegeu por São Paulo. Nos livros *Bahia de Todos os Santos* e *Navegação de Cabotagem*, o autor afirma que foi grande amigo de Marighella.

<sup>60</sup> AMADO, Jorge. *Navegação...* p. 100-101.

## O MANDATO DE MARIGHELLA NAS OBRAS BIOGRÁFICAS

---

Carlos Marighella foi executado pelas forças repressoras do Estado na noite de 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo. Seu corpo foi enterrado em uma vala comum, onde permaneceu por dez anos até seu translado para Salvador. Para Jorge Amado, a partir da noite em que foi executado, o nome do guerrilheiro baiano estava amaldiçoado e silenciado.<sup>61</sup> Nesse sentido, os militares e seus aliados, durante e mesmo após o regime de exceção, retrataram e/ou tentaram silenciar quaisquer tentativas de resgate positivo da memória do ex-deputado constituinte de 1946. O nome de Marighella não deveria ser mencionado em desacordo com o juízo feito pela ditadura. A título de exemplo, em 1971, o Departamento de Polícia Política e Social (DPPS/RJ) aumentou a vigilância sobre o Pastor Onézio Oliveira Cardoso, após ele ter citado Carlos Marighella como exemplo de patriota e idealista, comparando-o com Tiradentes, em uma aula no Colégio João Brasil, em Itaocara, onde exercia a função de professor.<sup>62</sup>

Ao longo da ditadura militar, o Estado brasileiro financiou e edificou a imagem de Marighella como a de um terrorista sanguinário. Isto, aliado ao feroz anticomunismo dos militares e civis, fez com que fosse importante exterminar esse inimigo, física e ideologicamente. Por esses aspectos, a imagem dele continuou a ser retratada mesmo após sua morte para que não servisse de referência. Como afirma Michael Pollak, essa tentativa de dominação da memória só foi possível porque a memória coletiva é um fenômeno construído e, como tal, está sujeita a flutuações ou solidificação, orientada por determinados grupos que se comportam de acordo com o momento histórico.<sup>63</sup> Ciente da possibilidade de manipular a memória coletiva devido ao seu caráter fluido, o Estado aviltou o nome e trajetória de Marighella com este objetivo.

Embora a ditadura pretendesse amaldiçoar e silenciar o nome de Marighella, conforme escreveu Jorge Amado, poucos anos após sua morte, em 1974, o próprio escritor baiano homenageou seu conterrâneo no livro *Bahia de Todos os Santos*.<sup>64</sup> Antes

<sup>61</sup> AMADO, Jorge. *Bahia...* op. cit., p. 206.

<sup>62</sup> *Informe 26/71 - Departamento de Polícia Política e Social: Prontuário Carlos Marighella*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

<sup>63</sup> POLLAK, Michael. op. cit., p. 200-212.

<sup>64</sup> AMADO, Jorge. *Bahia...* op. cit., p. 206. Segundo Jorge Amado, o livro, que teve sua primeira versão escrita em 1944, busca retratar e homenagear as “coisas da Bahia, maneira de ser e viver” e “reflete esses mistérios da Bahia, cidade onde a magia faz parte do quotidiano”.

dessa homenagem, no Chile, a *Revista Debate*, de fevereiro e abril de 1970, publicou o artigo “O legado de Marighella”, afirmando que “dentre todos os revolucionários que sacrificaram sua vida, [...] Marighella torna-se o símbolo da revolução brasileira”.<sup>65</sup> Na França, o jornalista Conrad Detrez, autor da última entrevista de Marighella em setembro de 1969 para a *Revista Front*,<sup>66</sup> traduziu diversos textos do comunista e os compilou na obra *Pour la libération du Brésil*, em 1970.<sup>67</sup> Além das publicações no Chile e na França, ainda na década de 1970, foram traduzidos textos de Marighella no México, Colômbia e Grã-Bretanha.<sup>68</sup>

No Brasil, as dificuldades em publicar textos de Marighella ou sobre ele diminuíram no final da década de 1970, no contexto de abertura política. Em consequência, em 1979, foi lançado *Escritos de Carlos Marighella*,<sup>69</sup> uma coletânea de textos assinados pelo comunista. Em 1982, o livro *Batismo de Sangue*, de Frei Betto, contestou a versão apresentada pelos militares sobre a morte de Marighella, negando que tenha havido confronto entre o comunista e os policiais que o executaram. Anos mais tarde, Jacob Gorender, em *Combate nas Trevas*, também refutou a versão oficial sobre a morte do criador da ALN. Todavia, divergiu em parte da versão de Betto, refutando a tese de que houvesse infiltração de agentes da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) na organização guerrilheira.<sup>70</sup>

Todas essas obras exemplificam alguns dos enfrentamentos à detratação da imagem de Marighella, desconstruindo a memória oficial da ditadura em relação à sua vida e morte, na qual dizia que ele era um terrorista sanguinário.

<sup>65</sup> FERREIRA, Muniz. Marighella e a ditadura: imagens e representações. *Novos Temas*: Revista do Instituto Caio Prado Jr. São Paulo. n. 10, 2014. p. 145-164.

<sup>66</sup> Doc. 3208/80 - Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional. Notação: ASP\_ACE\_3208\_80. Rio de Janeiro.

<sup>67</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Pour la libération du Brésil*. Trad. Conrad Detrez. Paris: Ed. Aubier-Montaigne, 1970. In Doc. 35909/71 - Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional. Notação: AC\_ACE\_35909\_71. Rio de Janeiro.

<sup>68</sup> É possível encontrar diversas publicações internacionais dos textos de Carlos Marighella no site [www.idref.fr/080529771](http://www.idref.fr/080529771). Acesso em: 16 out. 2024.

<sup>69</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

<sup>70</sup> BETTO, Frei. *Batismo de sangue*: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ed. Ática, 1987. Os autores contestam a versão apresentada pela Polícia de que Marighella estava acompanhado de segurança no momento da sua execução e que houve confronto, por isso ele foi morto. Mas, Gorender e Betto divergem sobre como a emboscada foi armada para Marighella. Segundo Jacob Gorender, os freis dominicanos Fernando de Brito e Ivo Lesbaupin, depois de torturados, entregaram aos policiais as informações sobre o encontro com Marighella. Frei Betto, por sua vez, embora não tire a responsabilidade dos dominicanos, relativiza a importância deles na ação, ao dizer que houve participação da CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA) na captura de Marighella, e que o comunista seria atraído ao local por agentes infiltrados na ALN, independentemente da informação dos religiosos dominicanos após serem torturados.

Com objetivos semelhantes, o de acentuar a construção da memória positiva de Marighella, diversos textos foram escritos ao longo dos anos 1990, incluindo as primeiras biografias sobre ele. A partir dos textos biográficos, a trajetória de Marighella passou a ter maior projeção, reconhecimento e reivindicação, aumentando a circularidade de seu nome e potencializando a produção de documentários e filmes, por exemplo.

Por isso, é importante debater e problematizar, ainda que brevemente, como a atividade parlamentar do comunista é apresentada em tais obras. As biografias, mesmo tendo um viés enaltecedor sobre o comunista, dão pouca ênfase a esse período, o que de alguma forma justifica a necessidade de se pesquisar mais detidamente a atividade institucional de Marighella no Parlamento, tendo em perspectiva que essa fase foi fundamental em sua trajetória política.

As quatro biografias sobre Marighella, apesar de suas particularidades, aproximam-se ao descreverem Carlos Marighella de forma grandiosa desde seus primeiros anos, como se este período fosse de alguma forma enunciador de toda a sua vida. Na busca por contribuir na reconstrução da memória do comunista, em linhas gerais, as obras têm como característica comum a exaltação dos feitos e histórias do comunista. Priorizando a década de 1960, os textos enfatizam os últimos anos da vida de Marighella, em que o comunista rompeu com o PCB, criou a ALN e foi executado pela ditadura. Apesar de toda a contribuição dos textos biográficos, não se pode perder de vista que os autores, em alguma medida, construíram e/ou ratificaram certa imagem de Marighella, recorrentemente em uma perspectiva hagiográfica e teleológica.<sup>71</sup>

Apesar do viés contemplativo desses textos, deve-se considerar que o fazer biográfico é bastante complexo. Isso porque a este gênero são exigidos “os escrúpulos da ciência e os encantos da arte, a verdade sensível do romance e as mentiras eruditas da história”.<sup>72</sup> Ao mesmo tempo, como afirma Alexandre Avelar, o biógrafo, na maioria dos casos, tem a “sensação de poder controlar o curso da vida de seu personagem” e se convence da “sua capacidade de penetrar nos acontecimentos e fatos relevantes de uma existência individual”. Porém, ele se vê “numa encruzilhada narrativa ao se deparar com

<sup>71</sup> O debate sobre como as biografias construíram e/ou ratificaram a imagem de Marighella em uma perspectiva mitificada, da sua juventude até sua eleição em 1945, foi desenvolvido em: SIZILIO, Ricardo. *Vai, Carlos...* (2019). op. cit.,

<sup>72</sup> MAUROIS, André *apud* AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 13, n. 22, jan./jun., 2011. p. 148. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/279653977\\_Figuracoes\\_da\\_escrita\\_biografica](https://www.researchgate.net/publication/279653977_Figuracoes_da_escrita_biografica) Acesso em: 16 jul. 2024.

lacunas documentais e perguntas sem respostas”.<sup>73</sup> Portanto, cabe enfatizar a “dimensão ficcional de toda biografia”<sup>74</sup> e a sua “ilusão biográfica”, que é o fato de ao se “produzir uma história de vida, tratar como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção”, conforme escreve Pierre Bourdieu.<sup>75</sup>

Diante dessas balizas e possibilidades, ao reconhecer “as limitações das evidências do passado, o caráter condicionado da pesquisa e as dimensões discursivas do nosso ofício, a biografia emerge como uma narrativa fragmentada, mas não menos essencial”.<sup>76</sup> Nesse sentido, Phillippe Levilain diz que “a biografia é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas dos seus dessemelhantes”.<sup>77</sup>

Feitas essas observações a respeito da importância e complexidade do fazer biográfico, é possível que os autores não tenham aprofundado suas análises sobre o período em que Marighella atuou no Parlamento, tendo como horizonte a suposta “capacidade de penetrar nos acontecimentos e fatos relevantes” do personagem. Ainda assim, no curto espaço dedicado a esse período em suas obras, os autores, em maior ou menor medida, produziram textos contemplativos sobre a atuação legislativa do comunista.

Na primeira biografia publicada sobre a vida do fundador da ALN, *Carlos Marighella: o inimigo número um da Ditadura Militar*,<sup>78</sup> Emiliano José preocupou-se, principalmente, em abordar as circunstâncias do assassinato de Marighella, assim como o processo de criação e implementação da Lei 9.140/95, que responsabiliza o Estado pelos desaparecimentos e mortes durante a ditadura, incluindo a do biografado. Nas poucas páginas dedicadas à atuação parlamentar, Emiliano José trata do período sucintamente, referindo-se a ele sempre de forma elogiosa, fato comum também aos demais biógrafos.

---

<sup>73</sup> AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*. V. 24, 2010. p. 162. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528/2024> Acesso em: 17 jul. 2024.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 161.

<sup>75</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). op. cit., p. 185.

<sup>76</sup> AVELAR, Alexandre de Sá. *Figurações...* op. cit., p. 153.

<sup>77</sup> LEVILAIN, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 176.

<sup>78</sup> JOSÉ, Emiliano. op. cit.,

Já nas primeiras linhas, Emiliano José escreve que “mal sentou na cadeira de parlamentar, Marighella começou a sua guerrilha na tribuna, guerrilha que iria consagrá-lo como um dos mais férteis, ágeis e inventivos da Câmara Federal”.<sup>79</sup> Obviamente que não há problema algum no biógrafo ressaltar as características do biografado, sendo inclusive desejado. Todavia, a recorrência excessiva dessa forma de escrita faz com que se produza uma história de vida puramente edificante.

O autor escreve que “Marighella foi um deputado ousado e surpreendente, disposto sempre a mexer em vespeiros”, e que no Parlamento o comunista baiano “faria 195 discursos e travaria debates em que alternava a dureza e o humor, a análise profunda e o chiste rápido, a defesa de princípios e a ironia”.<sup>80</sup> Nota-se que Emiliano José tem em perspectiva o reforço de características da personalidade do biografado, elogiando-o sistematicamente, potencialmente, na busca por transformar a imagem de Marighella construída pela ditadura.

Entre outros, Emiliano José cita que Marighella apoiou a greve dos bancários que estava em curso no início de 1946; discursou a favor da separação do Estado com a Igreja e a favor do divórcio; e que denunciou a falta de liberdade de imprensa, particularmente a comunista.

Esse aspecto da escrita de Emiliano José também pode ser verificado na coletânea de Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, de 1999. Dividido em quatro partes, o livro aborda a vida de Marighella, além de compilar diversos artigos a respeito da postura política do comunista, assim como relatos e entrevistas de pessoas que conviveram com o biografado. Ademais, há alguns dos textos e poemas escritos pelo próprio biografado.<sup>81</sup>

Nova e Nóvoa também são breves ao tratar a atividade legislativa de Marighella, além de reforçar positivamente a imagem do biografado. Descrevendo-o como um “deputado irreverente e atuante”,<sup>82</sup> os autores dizem que já no primeiro discurso, Marighella, “com coragem e audácia, protestou violentamente contra a posse de Waldemar Falcão, então presidente do Superior Tribunal Federal, ao cargo de presidente da Assembleia Constituinte”.<sup>83</sup>

<sup>79</sup> Ibidem, p. 166-167.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit.,

<sup>82</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 59.

Provavelmente com o intuito de notabilizar ainda mais o biografado, Nova e Nóvoa afirmam que ele “foi eleito como um dos deputados mais votados da bancada” do PCB, composta por quatorze deputados e um senador.<sup>84</sup> Quanto a essa informação, é imperioso fazer uma retificação, a fim de contribuir com a trajetória de Marighella de forma mais precisa. Entre os deputados eleitos pelo PCB, Marighella obteve 5.187 votos, só sendo mais bem votado que Agostinho Dias de Oliveira, de Pernambuco, que recebeu 5.160 votos.<sup>85</sup> Obviamente, ser o mais ou menos votado da bancada não diz, necessariamente, muito sobre a trajetória do eleito, afinal, o partido elegeu parlamentares em seis estados diferentes, que possuíam quantidade de eleitores bastante diversa, isso sem contar com a maior ou menor inserção do político e da agremiação no estado.

De todo modo, é importante dizer que, além de Marighella e Agostinho de Oliveira, o PCB elegeu para o Senado Luís Carlos Prestes (RS) com 11.189 votos. Para a Câmara dos Deputados, os demais deputados eleitos foram: João Amazonas com 18.379 votos e Maurício Grabois com 15.247, pelo Distrito Federal; Claudino Silva com 11.291 votos e Alcides Sabença com 6.403, pelo Rio de Janeiro; Gregório Bezerra com 14.341 votos, por Pernambuco; José Maria Crispim com 36.657 sufrágios, Osvaldo Pacheco com 18.420 e Jorge Amado com 15.315 votos, por São Paulo. Também assumiram o mandato os suplentes Abílio Fernandes (RS), Batista Neto (DF) e Alcedo Coutinho (PE). Os três tomaram posse no lugar de Prestes, que concorreu ao cargo de senador e deputado federal, conforme a legislação autorizava, tendo sido eleito para a Câmara dos Deputados por três estados distintos.

A última das quatro vagas conquistadas pelo PCB em São Paulo ficou com Milton Caires de Brito. Eleito com 10.595 votos, Caires de Brito assumiu o mandato no início da Constituinte junto com os demais parlamentares. Porém, em São Paulo, foi necessário realizar eleições suplementares para a definição da última vaga que o estado tinha direito.<sup>86</sup> Com isso, Mário Scott, que estava na primeira suplência do partido, concorreu ao pleito e passou a ser o titular da vaga, por ter conseguido ao final de todo o processo eleitoral 13.570 votos. Apesar disso, Scott não assumiu o mandato, pois o partido decidiu manter Caires de Brito como deputado federal. Isso fez com que, dias

<sup>84</sup> NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 58.

<sup>85</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acesso em: 15 jul. 2024.

<sup>86</sup> O PCB e as eleições complementares. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 10 fev. 1946. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 01 nov. 2024.

após a proclamação do resultado da eleição suplementar, Scott enviasse à Constituinte sua carta de renúncia.<sup>87</sup>

Essa retificação sobre a afirmação de Nova e Nóvoa de que Marighella foi eleito como um dos deputados mais votados da bancada aponta para as limitações do fazer biográfico. Nesse caso, seja pela possibilidade de os autores terem em perspectiva o enaltecimento do comunista, seja pela falta de pesquisa mais aprofundada. Com isso, reforça-se a necessidade de se observar esse gênero como parcial, limitado e não detentor de uma verdade inquestionável sobre a trajetória do personagem. Até porque não se pode perder de vista a fragmentariedade da vida, o que deveria fazer com que os biógrafos estivessem “atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências”.<sup>88</sup>

Nova e Nóvoa também escreveram sucintamente sobre alguns dos aspectos da atividade parlamentar de Marighella, como suas denúncias dos crimes do Estado Novo, as lutas pelas liberdades políticas e individuais, pelo direito de greve, pelo fim da opressão e da pobreza e contra o imperialismo americano, por exemplo.

Porém, chama atenção a forma com que ele é recorrentemente descrito ao longo do texto. Na busca por criar/ratificar uma nova imagem de Marighella, Nova e Nóvoa não economizaram elogios. Os autores escreveram que, aos 34 anos, Marighella já era um “brilhante político baiano”, e que “seu lado sempre ‘moleque’, brincalhão e irreverente não seria também sobrepujado pela suposta imagem ‘sisuda’ que um deputado deveria ter”. Além disso, “ele se diferenciava do restante dos deputados pela forma que conduzia sua atuação, pela sua imaginação, humor e, ao mesmo tempo, voracidade”. Para os autores, Marighella “era, sem dúvida, o orador mais destacado desta Constituinte e do Parlamento, fato inclusive admitido por seus adversários”. Ademais, “Marighella tinha uma resistência física muito grande e varava as noites trabalhando”.<sup>89</sup> Não obstante as dificuldades de se fazer algumas dessas afirmações pelo seu grau de subjetividade, é notório o caráter contemplativo do texto em relação ao biografado.

<sup>87</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 08 mar. 1946. Vol. III. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1946. p. 157. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024. Mário Scott não tomou posse de seu mandato, tendo enviado seu requerimento de renúncia à Assembleia Constituinte em 02 de março, dias após a proclamação do resultado final da eleição suplementar. Diante disso, em 08 de março de 1946, Caires de Brito tomou posse do mandato pela 2ª vez.

<sup>88</sup> AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia...* op. cit., p. 162.

<sup>89</sup> NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org.). op. cit., p. 59-63.

Diferentemente dos biógrafos mencionados, o texto *Carlos: a face oculta de Marighella*,<sup>90</sup> escrito pelo historiador Edson Teixeira da Silva Júnior em 1999, não contém elogios em demasia ao abordar a trajetória do comunista no Parlamento. Segundo o autor, o texto está “centrado na trajetória do homem comum”,<sup>91</sup> objetivando traçar um perfil mais humano e menos político do comunista, baseando-se em grande medida nas entrevistas realizadas por ele ao longo de sua pesquisa, anexadas no fim da obra.

Silva Júnior trata de alguns aspectos do período em que Marighella foi deputado, mas, pelo próprio objetivo do texto, é mais conciso em relação à atividade parlamentar em si, o que não impede o autor de escrever que o comunista se tornou “um dos mais combativos parlamentares. Fato reconhecido até mesmo por seus adversários políticos”.<sup>92</sup> Quanto a isso, sem que haja qualquer hierarquização, é inegável que Marighella foi um parlamentar bastante combativo, fato reconhecido até por autoridades policiais.<sup>93</sup>

Todavia, cabe o questionamento sobre o mencionado reconhecimento dos seus adversários políticos em relação a essa combatividade, já que os biógrafos que fazem tal afirmação não citam os políticos que apresentam essa perspectiva, orientando-se, pelo que se pode verificar, apenas por declarações de Clara Charf,<sup>94</sup> companheira de Marighella a partir de 1947 e que trabalhou na bancada comunista. Cientes de que a viúva de Marighella procurou construir uma memória positiva dele após sua morte, a declaração de que ele era admirado por deputados opositores (responsáveis pela cassação dos mandatos dos comunistas) visa enaltecer a trajetória do parlamentar baiano. Assim sendo, os autores poderiam pelo menos fazer alguma problematização a respeito, levando em consideração as flutuações da memória e os próprios objetivos de Charf.

<sup>90</sup> SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., Ressalte-se que em 2009 a dissertação de Edson Silva Junior foi transformada em livro: SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos: a face oculta de Marighella*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>93</sup> *Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella*. Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

<sup>94</sup> Clara Charf nasceu em Maceió-AL, em 1925, começando a militar no PCB em 1945. Em 1947, tornou-se companheira de Carlos Marighella. Em consequência da sua atividade política, teve seus direitos cassados após a implantação da ditadura militar. Exilou-se em Cuba e retornou ao Brasil em decorrência da Lei de Anistia em 1979. A partir de 2003, Clara Charf passou a atuar na Associação de Mulheres pela Paz.

Além da falta de problematização em relação a tal declaração, chama bastante atenção o trecho em que Silva Júnior escreve que Tereza Marighella (irmã do comunista) chega ao Rio de Janeiro no final de 1947. Segundo o autor, ela “foi pedir a ele que lhe arrumasse um emprego, pois já era formada em professora primária, desde 45, na Bahia. Ele disse que não ia influenciar em nada, que não daria carta nenhuma. Marighella a orientou para fazer concurso”.<sup>95</sup> A princípio, este depoimento não traz grandes questões em si, ao tempo em que apresenta o parlamentar com uma inabalável ética, a ponto de não ajudar sua irmã a conseguir um emprego, mesmo sendo um membro do Parlamento brasileiro.

Diante da demanda de Tereza Marighella, é necessário fazer algumas observações sobre a recusa de Marighella em ajudá-la. Isso porque Silva Junior anexou as entrevistas realizadas por ele, podendo ser verificado que a irmã de Marighella disse literalmente o seguinte: “Eu fiz o vestibular e cursei só um ano, depois, quando minha mãe morreu, em 1947, larguei tudo e fui para o Rio, onde prestei outro vestibular”.<sup>96</sup> Em outra parte da entrevista, Tereza Marighella afirma:

Ele frisava muito que era muito importante que estudássemos e trabalhássemos. *Tanto que, quando eu cheguei aqui em 1948, fui procurá-lo, ele era deputado.* Fui pedir a ele que me arrumasse alguma coisa, pois já havia me formado em professora primária em 1945, lá na Bahia. Ele disse: “negativo, você vai procurar com suas próprias mãos, não vou influenciar em nada, não vou te dar carta nenhuma, você vai procurar, você vai fazer concurso, você não estudou? Você vai fazer concurso”. Na hora, fiquei desapontada, poxa! Mais um deputado. Eu não entendia como é que podia ser uma coisa daquela, deputado. Depois eu entendi, depois a posição dele eu entendi bem, mas naquele momento eu fiquei muito desapontada, ele não ajudou não.<sup>97</sup>

Percebe-se que a irmã de Marighella não afirma categoricamente que chegou ao Rio de Janeiro em 1947. Em um primeiro momento, ela diz que, após a morte da mãe naquele ano, mudou-se de Salvador. Em outro, afirma que chegou ao Rio de Janeiro em 1948, sendo que a única coisa sólida em sua memória era o fato de Marighella ser deputado e ter recusado ajudá-la. Diante disso, é certo que o biógrafo tinha várias questões a serem feitas: mudou-se no final de 1947 ou 1948? Marighella ainda era parlamentar? Sendo deputado, mas diante do processo de cassação dos mandatos e do grande anticomunismo intensificado no segundo semestre de 1947, será que ele tinha

<sup>95</sup> SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 35.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 189.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 192. (grifo nosso)

como ajudá-la? Será que o PCB impedia esse tipo de “ajuda”, para demonstrar uma conduta ética diferente dos partidos tradicionais?

Ao que se mostra, esses questionamentos não foram feitos pelo biógrafo. Mas, a documentação sobre o transporte de passageiros e imigrantes revela que Tereza Marighella, declarando ter 25 anos, e seu irmão Caetano, aos 20 anos, viajaram de barco de Salvador para o Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 1948.<sup>98</sup> Portanto, o registro de saída de passageiros mostra que, quando Tereza chegou ao Rio de Janeiro, Marighella não era mais deputado, o que lhe impediria de ajudá-la a conseguir um emprego a partir da sua influência como parlamentar.

De qualquer forma, este caso reforça as limitações do fazer biográfico, assim como as dificuldades, escolhas e intencionalidades dos biógrafos. No caso específico, a escolha foi por apresentar o parlamentar comunista com uma ética inabalável, sem problematizar as diversas questões que a declaração de Tereza Marighella trazia consigo, produzindo assim uma história edificante, “de uma personagem histórica com um caráter moralizante, enquanto produz modelos de comportamento”.<sup>99</sup> Ademais, as questões sobre uma suposta recusa de Marighella ao pedido de ajuda da irmã são importantes para ilustrar o caráter fluido da memória, assim como para problematizar como o comunista é apresentado nas biografias.

Ainda sobre a possibilidade de o comunista ajudar alguém durante seu mandato, a documentação apreendida pela polícia desvela que Marighella intercedeu em favor de Antônio Albuquerque Ferreira, seu amigo de infância, quando este, funcionário de banco (tudo indica ser o Banco do Brasil), pediu que ele o ajudasse a ascender na carreira. A partir de cartas trocadas, verifica-se que, em maio de 1947, Marighella já havia indicado Ferreira para o cargo de Fiscal da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, mas, como ele não tinha o curso de Agronomia ou Medicina Veterinária, apenas o ginásial, não pôde assumir a função. Diante disso, Ferreira fez novo pedido, desta vez para ingressar no quadro de escrivário contratado, sem a necessidade de fazer concurso interno, argumentando que várias pessoas são contratadas da mesma forma, “geralmente, filhos e parentes de altos funcionários”.<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup> *Registro de saída de passageiros*. Inspetoria da Polícia marítima, aérea e fluvial. In Relações de passageiros e imigrantes, 1855-1964. (Caetano Marighella). FamilySearch. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:W42D-LKT2> Acesso em: 25 mar. 2025.

<sup>99</sup> SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. op. cit., p. 11.

<sup>100</sup> *Correspondência de Carlos Marighella a Antônio Albuquerque Ferreira*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Política Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

De acordo com as cartas, Antônio Ferreira não tinha alcançado seu objetivo até meados de agosto de 1947, até porque a correspondência com o novo pedido, enviada também em maio, não chegou às mãos de Marighella.<sup>101</sup> É provável que Ferreira não tenha conseguido o cargo desejado em virtude do cancelamento do registro do PCB e da iminência da cassação dos mandatos dos comunistas. Mas, nota-se que para Marighella ajudar alguém a conseguir uma colocação profissional ou ascender na carreira não era algo impossível, como sugere o depoimento da irmã do comunista reproduzido por dois de seus biógrafos.

A declaração de Tereza também está contida na biografia *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, lançada pelo jornalista Mário Magalhães em 2012.<sup>102</sup> Sem citar a fonte, mas tudo indica que foi a entrevista concedida a Silva Júnior,<sup>103</sup> Magalhães escreve que “Tereza Marighella superara uma mágoa do período de Carlos na Câmara. De Salvador, pedira que o deputado a recomendasse para um cargo público. Ele retrucou: não se formara professora? Que prestasse concurso como todos, ou quase todos, os mortais”.<sup>104</sup> Percebe-se que Magalhães infere que o pedido de Tereza foi feito antes mesmo de ela chegar ao Rio de Janeiro, fato distinto ao que foi mencionado em sua declaração a Silva Júnior.

Portanto, os autores utilizaram a declaração de Tereza Marighella a fim de cumprir um objetivo, o de apresentar o parlamentar comunista com uma ética inabalável, ao não conseguir um emprego para a irmã sem que ela fizesse concurso, mas sem problematizar as diversas questões que a declaração traz, além de fazerem alguns “ajustes” no conteúdo do depoimento.

Para além desta questão, Magalhães avança na análise da atividade parlamentar de Marighella, porém, assim como os demais, dedica uma pequena parte para esse período, quando comparado ao conteúdo total do livro. Sobre esta biografia, deve ser mencionado que ela possui outra forma de narrativa, fazendo com que a obra se assemelhe a um romance, sendo marcada pela preocupação com certos detalhes, como a roupa em que Marighella estava usando ao sair da prisão em 1945. Além disso, o autor

<sup>101</sup> De acordo com as correspondências, em 09 de maio de 1947, Marighella respondeu a Antônio Ferreira. Este, por sua vez, enviou outra missiva em 16 de maio. Porém, em 11 de agosto, Marighella enviou uma correspondência informando que até aquela data não tinha recebido a resposta da mensagem enviada em maio. Isto fez com que Ferreira cogitasse a possibilidade de a carta ter sido extraviada, tendo reforçado seus pedidos em 18 de agosto de 1947.

<sup>102</sup> MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 583-584.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 662-663. O autor não cita a fonte da informação, e a relação de entrevistas utilizadas no texto não esclarece se foram realizadas por ele ou por outro pesquisador.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 244.

fez a reconstrução de diálogos, sendo tal recurso proveniente de uma corrente no meio jornalístico denominada *newjournalism*, na qual, entre outras características, aplicam-se técnicas ficcionais a textos de não ficção, possibilitando a impossível reprodução de pensamentos e diálogos dos personagens observados na obra.<sup>105</sup>

No texto, Mário Magalhães cita algumas das questões apresentadas por Marighella no Parlamento, como as denúncias da precariedade das condições de vida e trabalho de baianos, a defesa do movimento grevista dos bancários, ou mesmo seu posicionamento pela separação do Estado e da Igreja, assim como a favor do divórcio. Assim como os demais autores, Magalhães desenvolveu uma narrativa em que atribui grande grau de autonomia ao parlamentar, sem problematizar que sua atividade legislativa era orientada pelas diretrizes do PCB. O biógrafo também aproveitou para fazer elogios a Marighella, escrevendo, por exemplo, que o jornalista Carlos Lacerda afirmou que ele, apesar de causar tumulto, era “o mais talentoso de sua bancada”.<sup>106</sup>

Sobre essa afirmação, que busca validar as qualidades de Marighella, o biógrafo não informa a referência completa da fonte utilizada, apenas que tal declaração consta na *Tribuna da Imprensa*, o que impede verificar todo o seu conteúdo. Ainda assim, não é absurdo considerar que Lacerda tenha feito tal declaração de forma irônica, tendo em vista que no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, o jornalista chamou Marighella de trêfego, moço de recado de Prestes e de triste aventureiro agarrado ao cometa Prestes.<sup>107</sup>

A partir da ciência do posicionamento anticomunista de Carlos Lacerda em 1946 e da falta do texto completo para que seja feita a análise do conteúdo, é possível considerar que a afirmação de que Marighella era “o mais talentoso de sua bancada” tinha muito mais o intuito de desqualificar os integrantes da bancada do que propriamente tecer um elogio ao comunista baiano.

Em suma, o conjunto dos textos biográficos sobre Marighella não aprofunda análises sobre o período em que ele atuou no Parlamento, fazendo, com maior ou menor ênfase, breves considerações da atividade legislativa do comunista baiano. Os textos tratam da atividade legislativa de Marighella dotada de autonomia plena, sem vinculá-lo às diretrizes do PCB. Mesmo assim, os textos contribuem para que haja alguma ideia de

<sup>105</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricos*. V. 10, n. 19, 1997. p. 5-6. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>. Acesso em: 15 ago. 2024.

<sup>106</sup> MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 169-170.

<sup>107</sup> LACERDA, Carlos. Musa paradisíaca. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 mar. 1946. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 jul. 2024.

como Marighella se posicionou na Assembleia Constituinte e na Câmara dos Deputados, ainda que de forma *en passant*.

Fato é que os autores, ao dedicarem suas análises prioritariamente para os últimos anos de vida de Marighella, na busca por ajudar a reconstruir a imagem do comunista que lutou contra a ditadura, fizeram um duplo movimento. Por um lado, o conhecimento sobre a última fase da vida dele ajuda a percebê-lo como um sujeito que colocou sua vida em risco contra o regime de exceção, o que pode servir de inspiração e admiração. Por outro lado, a falta de ênfase sobre o período em que o comunista atuou como deputado federal, um dos responsáveis pela elaboração de uma das Constituições do país, também pode fazer com que a imagem dele seja fixada apenas como a do “guerrilheiro urbano”. Portanto, ao não enfatizarem o período parlamentar, perdeu-se uma importante oportunidade de perceber a trajetória política dele de forma mais completa, já que no Parlamento, entre tantos, o comunista deu visibilidade para diversas demandas da população, na busca por melhores condições de vida e de trabalho, e lutou para o aperfeiçoamento da democracia brasileira, dentro da própria institucionalidade, assim como fez no longo período de clandestinidade do PCB.

Para finalizar, percebe-se que os biógrafos tiveram em perspectiva a recorrente exaltação e enaltecimento do biografado, provavelmente, a partir de uma suposta necessidade em demonstrar a excepcionalidade dele, diante do objetivo de reverenciar sua memória. Ainda que esta opção possa ser problematizada quanto método, é importante reconhecer as biografias como imprescindíveis para o conhecimento da trajetória de Marighella e a reconstrução de sua memória. Sem negar as características e méritos do comunista, é indiscutível que as pessoas não precisam ser excepcionais em todos os momentos de sua vida para serem relevantes, muitas vezes elas precisam ter, sobretudo, coragem e disposição para a vida.

## A BANCADA COMUNISTA NO PARLAMENTO

---

Após uma década sem a participação dos brasileiros em qualquer processo eleitoral,<sup>108</sup> inclusive tendo sido implantada a ditadura do Estado Novo (1937-1945) nesse período, a luta pelo fim do regime ditatorial e a consequente abertura política ocorreu mais intensamente no primeiro semestre de 1945, com o envolvimento de segmentos da sociedade. Como consequência da luta de muitos, comunistas ou não, os primeiros meses daquele ano trouxeram um clarão de esperanças para os brasileiros contrários ao regime de exceção implantado por Getúlio Vargas.

A luta por um país que garantisse os direitos democráticos aproximava, de alguma forma, liberais e comunistas. Assim, uma onda de pressão direcionada para o fim do Estado Novo teve seu ápice nos primeiros meses de 1945, embora tenha sido iniciada nos anos anteriores. Nesse sentido, Paulo Silva afirma que, em 1943, mesmo com a censura promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), circulou o Manifesto dos Mineiros,<sup>109</sup> que “encabeçou a lista dos eventos promovidos pela oposição liberal ao regime”.<sup>110</sup> Segundo o autor, ainda que em “tom moderado”, este documento demonstrou o “processo de rearticulação de setores da classe média cujas demandas políticas mantiveram-se reprimidas desde o golpe de 1937”.<sup>111</sup>

A iminência do término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) reforçava a contradição brasileira, que entrou no conflito ao lado dos Aliados, mas era governada ditatorialmente. Esse panorama político causava a “pressão diplomática das nações amigas, notadamente os Estados Unidos”, para a “aceleração do processo de redemocratização”.<sup>112</sup> Em compasso com a conjuntura e pressões internacionais, diversos segmentos da sociedade promoviam inúmeras manifestações contra a ditadura varguista, buscando, entre outros, a anistia aos exilados e presos políticos e o fim da

---

<sup>108</sup> Após a criação do Código Eleitoral em 1932, houve eleições diretas em 1933 e 1934, respectivamente, para a Assembleia Constituinte e para as Assembleias Legislativas estaduais. Para o Executivo, as eleições foram indiretas.

<sup>109</sup> Divulgado em outubro de 1943, o Manifesto dos Mineiros defendia o fim do Estado Novo. O documento produzido pela elite liberal de Minas Gerais teve 92 signatários, entre eles, Artur Bernardes, Virgílio de Melo Franco e Pedro Aleixo.

<sup>110</sup> SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático*. Bahia: 1945. Salvador. Assembleia Legislativa: 1992. p. 32-33.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980. p. 46-47.

censura;<sup>113</sup> a realização de eleições; assim como o direito às greves por melhores condições de trabalho e reajustes salariais, haja vista o arrocho nas condições de vida, principalmente devido aos “esforços de guerra”.<sup>114</sup>

Nesse contexto de lutas, em 18 de abril foi concedida a “anistia a todos quantos tenham cometido crimes políticos desde 16 de julho de 1934”, assim como “crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional”.<sup>115</sup> Com isso, foram libertados da prisão e puderam voltar às ruas Luís Carlos Prestes, Carlos Marighella e a maioria dos comunistas que meses depois se tornaram parlamentares constituintes. Ressalte-se, todavia, que a anistia não beneficiou apenas os comunistas, tanto que, segundo o levantamento do jornal *Correio da Manhã*, a concessão assistiu aproximadamente 600 cidadãos,<sup>116</sup> incluindo os antigos membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização profundamente conservadora, “caracterizada pelo autoritarismo, catolicismo, ultranacionalismo, antiliberalismo e

<sup>113</sup> Para exemplificar aspectos das pressões de segmentos da sociedade contra a ditadura do Estado Novo, em fevereiro de 1945, em São Paulo, a liberdade de expressão foi reivindicada pelos estudantes da Universidade de São Paulo, quando “toda a classe estudantina” reuniu-se no Centro Acadêmico XI de Agosto e aprovou sua declaração de princípios, exigindo, entre outros, “a plena liberdade de palavra escrita e falada e liberdade de reunião”, assim como “a supressão de qualquer forma de censura à manifestação de pensamento e de crítica”. Dias depois desta declaração, a União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul reafirmou seus princípios, tendo em vista que não havia “de fato, de maneira completa, a apregoada liberdade de imprensa, liberdade de associação, liberdade de palavra, em suma, as liberdades essenciais”. Na Bahia, no início de abril, ocorreu a Semana Nacional de Anistia, realizada na Praça da Sé e patrocinada pela UNE e pela União dos Estudantes da Bahia (UEB), que contou com “uma multidão calculada em cinco mil pessoas, [que] desde cedo se aglomerava naquela praça pública”. Respectivamente, DECLARAÇÃO de princípios dos acadêmicos de São Paulo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1945, p. 28. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 dez. 2024.; NOTA da União dos Estudantes, de Porto Alegre. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07 mar. 1945, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 dez. 2024.; EXTRAORDINÁRIA vibração popular no grande comício de ontem. *Diário de Notícias*. Salvador, 08 abr. 1945. p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>114</sup> Sobre os esforços de guerra, a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), ocorrida em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, onerou bastante os trabalhadores brasileiros. Afinal, a partir da Lei de Esforço de Guerra, ocorreram sucessivas supressões, mesmo que temporárias, de direitos trabalhistas, como o aumento da jornada de trabalho de oito para dez horas, alteração no sistema de férias, permissão do trabalho noturno para mulheres e crianças, equiparação das faltas ao trabalho ao crime de deserção, entre outros. Cf: COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 94.

<sup>115</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.474*, de 18 de abril de 1945. Concede Anistia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-Lei-7474-18-abril-1945-452115publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jul. 2024.

<sup>116</sup> OS QUE a anistia, se for ampla, beneficiará. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 abr. 1945. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 jul. 2024.

anticomunismo”,<sup>117</sup> que deu sustentação ao golpe de 1937, mas foi colocada na ilegalidade em seguida.

Além da libertação dos presos políticos, que teve ampla cobertura da imprensa, outro fator essencial para o fim da ditadura de Vargas ocorreu em 28 de fevereiro, com a promulgação da Lei nº 9, que determinou o prazo de 90 dias para a fixação das datas das eleições gerais para presidente e governadores, assim como para o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas.<sup>118</sup> Em consequência, houve a reorganização da Justiça Eleitoral - criada em 1932 e desativada em 1937 pelo Estado Novo - sendo elaborada a nova legislação, que tinha como base o Código Eleitoral de 1932 e a Constituição de 1934. Ao entrar em vigor em maio, o Decreto-Lei nº 7.586 estabeleceu como eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, independentemente do sexo. Mas a maioria das mulheres não tinha o dever do voto, já que elas só eram obrigadas a se inscrever no pleito caso comprovassem o exercício de algum tipo de profissão lucrativa.<sup>119</sup>

**Figura 5 – Matéria sobre a anistia dos presos políticos (1945)**



Fonte: *O Jornal*

<sup>117</sup> FERREIRA, Laís Monica Reis. O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de *O Imparcial. Revista de História Regional*. Universidade Estadual de Ponta Grossa. V. 11, n. 1, 2006. p. 55. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 02 nov. 2024.

<sup>118</sup> BRASIL. Lei nº 9, de 28 de fevereiro de 1945. Altera a Constituição Federal de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCT/LCT009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm) Acesso em: 27 nov. 2024.

<sup>119</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7586.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7586.htm). Acesso em: 16 jul. 2024.

Na prática, em 1945, o voto feminino só era obrigatório a uma parcela extremamente reduzida das mulheres, pois a eleitora deveria ser, antes de tudo, uma trabalhadora, participando do mundo do trabalho. De fato, a legislação eleitoral não estimulava a participação do eleitorado feminino, facultando às mulheres interferir no processo eleitoral apenas se assim elas desejassem.

Pela legislação, não podiam votar os analfabetos;<sup>120</sup> mendigos; os que estivessem temporária ou definitivamente privados dos direitos políticos; e os praças das Forças Armadas,<sup>121</sup> Polícias e Corpos de Bombeiro.<sup>122</sup> Com isso, o processo eleitoral se tornou bastante excludente. Afinal, de acordo com os dados do Censo de 1940,<sup>123</sup> no início daquela década aproximadamente 65% dos brasileiros em idade eleitoral eram analfabetos.<sup>124</sup>

As diversas restrições ao voto e o curto período de três meses para o alistamento eleitoral contribuíram para a baixa participação nas eleições de 1945. No pleito, realizado em 2 de dezembro, “compareceram às urnas 13,4% dos brasileiros, número ligeiramente superior ao de 1872”,<sup>125</sup> quando os analfabetos ainda podiam votar, o que leva a crer que a impossibilidade dos analfabetos votarem foi o grande fator de exclusão

<sup>120</sup> Tendo em vista que a legislação de 1945 foi baseada no Código de 1932, cabe ressaltar a justificativa de um dos legisladores do Código de 1932. De acordo com João da Rocha Cabral, eram “óbvios os motivos pelos quais” deveriam manter os analfabetos excluídos “do exercício do voto”, pois os que não sabiam ler e escrever não podiam expressar o voto “como quer a ciência e a técnica eleitorais”. Por isso, “admiti-los seria quebrar os princípios fundamentais do sigilo e, portanto, a liberdade do voto”. Todavia, a justificativa de que os analfabetos não podiam votar em função do sigilo eleitoral não se sustenta, tendo em vista que o voto secreto foi introduzido apenas em 1932. Além disso, destaque-se que, em 1881, com a iminência da abolição da escravatura, houve a proibição do voto dos analfabetos, substituindo o voto censitário como fator limitador para a participação política. De acordo com José Murilo de Carvalho, com a lei de 1881 “o Brasil caminhou para trás”, afinal, houve retirada de direitos, enquanto “a tendência de todos os países europeus da época era na direção de ampliar os direitos políticos”. Respectivamente: CABRAL, João C. da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*: 1932 (Decreto nº 21.076, de fevereiro de 1932). Edição Especial. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral/ Secretaria de Informação e Documentação, 2004. p. 24-25; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 38-39.

<sup>121</sup> É possível que os militares de baixa patente tenham permanecido sem o direito ao voto em 1945, tendo em vista a participação exclusiva dos praças em 34 movimentos militares entre 1930 e 1945, incluindo os Levantes de 1935. CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política: 1930-1945. In *A Revolução de 30*: Seminário Internacional-CPDOC/FGV. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 109-115.

<sup>122</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 45*. Ata da 14<sup>a</sup> sessão: 07 jul. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

<sup>123</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro, 1950.

<sup>124</sup> Como os dados do Censo de 1940 não têm o recorte a partir dos 18 anos, salvo para fins eleitorais, foram utilizadas as informações referentes às pessoas a partir dos 20 anos, tanto para a quantidade de eleitores quanto para os alfabetizados, o que faz o percentual apresentado ser um dado aproximado.

<sup>125</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania...* op. cit., p. 40.

nas eleições que, aliado aos outros fatores, fez com que a quantidade de votantes na votação fosse mínima.<sup>126</sup>

Também foi curto o prazo para o registro dos partidos políticos. Após todos os trâmites junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos 26 partidos que solicitaram registro, 11 tiveram deferidos seus requerimentos e puderam concorrer ao pleito em dezembro de 1945.<sup>127</sup>

Um dos partidos autorizados a funcionar foi o PCB, que ao longo do segundo semestre de 1945 defendeu a convocação da Constituinte. Entre outros, porque a Constituição em vigor, outorgada no Estado Novo, continha em seu preâmbulo que, diante do “estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda”, exige-se “remédios, de caráter radical e permanente”.<sup>128</sup> Para os comunistas, era necessário substituir o quanto antes a Constituição de 1937. De acordo com Prestes, em comício realizado em setembro de 1945, o pleito deveria ser exclusivamente para a Constituinte, porque “a eleição de um presidente seria a substituição de uma ditadura por outra”,<sup>129</sup> já que a Constituição de 1937 garantia ao chefe do Executivo o poder de governar por decretos.

Assim, o partido foi às ruas, realizando inúmeros comícios pela Constituinte, com o objetivo de que as eleições gerais também garantissem aos parlamentares eleitos a elaboração de uma nova Carta Magna para o país. Na Bahia, por exemplo, o periódico comunista *O Momento*<sup>130</sup> noticiou a realização de 17 comícios pró-constituinte em cerca

<sup>126</sup> Apesar da baixa quantidade de votantes, isso não significa, necessariamente, baixa participação dos brasileiros no processo eleitoral de 1945, tendo em vista que o voto é uma das dimensões de participação do cidadão no processo eleitoral.

<sup>127</sup> A legislação de 1945 inovou ao determinar a criação dos partidos nacionais. Para tal, a agremiação deveria adquirir personalidade jurídica e contar com pelo menos dez mil signatários para seu registro, em cinco ou mais circunscrições eleitorais, sendo que em cada circunscrição deveria ter no mínimo 500 assinaturas. O PCB apresentou listas de treze circunscrições eleitorais com mais de quinhentos eleitores, conforme a legislação exigia, totalizando 13.976 assinaturas. A maioria dos signatários do PCB estava em: São Paulo (2.659), Rio de Janeiro (2.544), Rio Grande do Sul (1.717), Distrito Federal (1.398) e Bahia (1.014). Dos 26 partidos que conseguiram o registro provisório junto ao TSE, 11 obtiveram o registro definitivo em 1945: Partido Social Democrático, União Democrática Nacional, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido de Representação Popular, Partido Agrário Nacional, Partido Republicano Democrático, Partido Republicano Progressista, Partido Libertador, Partido Republicano e Partido Democrata Cristão. As informações sobre o registro de todos os partidos em 1945 estão disponíveis em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979> Acesso em: 13 nov. 2024.

<sup>128</sup> BRASIL. *Constituição (1937)*. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm). Acesso em: 20 nov. 2024.

<sup>129</sup> CONSTITUINTE, palavra de ordem que empolgou as massas. *O Momento*. Salvador, 01 out. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>130</sup> *O Momento* foi fundado em 1945 por João Falcão e suas atividades duraram até 1958. Inicialmente como semanário, passou a ser diário no ano seguinte, sendo um importante instrumento de divulgação do PCB. Para a história do impresso comunista baiano, Cf: SERRA, Sônia. *O Momento: História de um*

de um mês.<sup>131</sup> Além de reportar os comícios, nas 11 edições do jornal, entre 20 de agosto e 29 de outubro, foram publicadas 18 matérias defendendo a importância da convocação da Constituinte.<sup>132</sup>

Nesse contexto, o partido aproximou-se de Vargas, optando por defender “o adiamento da eleição presidencial em benefício de um processo constituinte”.<sup>133</sup> De acordo com Frederico Falcão, o PCB “tornava-se cada vez mais interessado em uma consolidação institucional que passasse pela construção de um novo texto constitucional”, mas, como eram frágeis para “conseguir se colocar como alternativa viável de poder em uma eleição presidencial”, os comunistas “se aferraram na manutenção de Vargas no poder”.<sup>134</sup>

Segundo Prestes, o Presidente da República já tinha dado “provas nos últimos anos que sabe atender aos apelos do povo”, por isso comprometeu-se com o PCB que a revogação do processo eleitoral para o Executivo dependia “da vontade do povo”. Por esse motivo, “os reacionários, os fascistas que escrevem na imprensa burguesa reacionária [...] atacam o Presidente, quando este segue o caminho do povo”. Nas palavras de Prestes, “desesperados, [...] estes senhores apelam não mais para os votos, mas para as Forças Armadas”. Mas, “estão equivocados com o Exército Brasileiro, [...] é o exército mais democrático da América. E o exército, pelos seus generais, oficiais e soldados, ficará com o povo, apoiará o povo”.<sup>135</sup>

Contrariando as previsões de Prestes, Vargas foi deposto por um golpe de Estado em 29 de outubro, consolidando o processo eleitoral para o Executivo com a convocação da Constituinte.

Diante desse novo cenário, faltando pouco mais de um mês para as eleições, o PCB lançou um candidato próprio à Presidência da República, Yeddo Fiuza, obtendo

jornal militante. 280 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1987.

<sup>131</sup> Nas seis edições do *O Momento*, entre 24 de setembro e 29 de outubro de 1945, foram divulgados 17 comícios feitos pelo PCB para que o Parlamento a ser eleito tivesse poderes constituintes. É possível que outros comícios tenham ocorrido sem serem noticiados no periódico.

<sup>132</sup> Reforça a campanha do PCB para a convocação da Assembleia Constituinte a publicação, entre 20 de agosto e 29 de outubro, de 18 matérias defendendo a instalação da Constituinte no país.

<sup>133</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948.* 463 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007. p. 285. Para fins de citação, será utilizada a tese de Sena Júnior, mas sugere-se o texto revisado. Cf: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948).* Salvador: Edufba, 2022.

<sup>134</sup> FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961).* São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012. p. 53.

<sup>135</sup> CONSTITUINTE, palavra... op. cit.,

praticamente 10% dos votos. Após mais de duas décadas de atividade política na ilegalidade, essa quantidade de votos foi um expressivo resultado eleitoral. Além dos votos para a Presidência, o PCB elegeu 15 parlamentares (14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes), de cinco estados (Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo) mais o Distrito Federal.<sup>136</sup>

Os 14 deputados eleitos pelo PCB correspondiam a cerca de 5% dos 286 parlamentares da Câmara dos Deputados. A maior bancada era a do Partido Social Democrático (PSD). A agremiação que “agregava as elites partidárias de Vargas”,<sup>137</sup> elegeu 151 deputados (53%). A União Democrática Nacional (UDN), “que nasceu de um movimento articulado por uma frente ampla de oposição ao Estado Novo”,<sup>138</sup> elegeu 82 deputados (29%). Por sua vez, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), “mesmo apoiado pela máquina governamental e pelo movimento sindical”,<sup>139</sup> elegeu 22 parlamentares (8%). Essas eram as principais forças da Câmara dos Deputados, tendo em vista que os 17 parlamentares restantes foram eleitos por outros cinco partidos.<sup>140</sup>

Muito semelhante à composição da Câmara dos Deputados era a do Senado Federal. Desse modo, o Congresso abrigava “a fina flor das forças conservadoras do país”,<sup>141</sup> “representativos de vários segmentos da classe dominante e da burocracia de Estado”.<sup>142</sup> Com um percentual tão baixo de parlamentares, a atividade legislativa dos comunistas “acabou sendo pouco representativa”,<sup>143</sup> ao se considerar a aprovação de artigos na Constituição ou mesmo projetos de lei. Todavia, a ação dos pecebistas no Parlamento “deve ser observada à luz de sua expressão numérica e de suas posições políticas”.<sup>144</sup>

Além disso, destaque-se que os deputados comunistas que tomaram posse no início de fevereiro de 1946, Carlos Marighella (Bahia); Agostinho de Oliveira, Alcedo

<sup>136</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*... op. cit.,

<sup>137</sup> SPINDEL, Arnaldo. op. cit., p. 47.

<sup>138</sup> BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 23.

<sup>139</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano*. V. 3. - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-153.

<sup>140</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*... op. cit., Os demais partidos que elegeram deputados em 1945 foram o PR, PPS, PDC, PL e PRP (Partido Republicano Progressista), que tinha a sigla homônima ao partido de orientação integralista - Partido de Representação Popular.

<sup>141</sup> NETTO, Evaristo Giovannetti. op. cit., p. 147.

<sup>142</sup> BRAGA, Sérgio Soares. A bancada comunista na Assembleia Constituinte de 1946. *Revista Princípios*, São Paulo, v. 46, 1997. p. 23.

<sup>143</sup> FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 83.

<sup>144</sup> Idem.

Coutinho e Gregório Bezerra (Pernambuco); Alcides Sabença e Claudino Silva (Rio de Janeiro); Batista Neto, João Amazonas e Maurício Grabois (Distrito Federal); Milton Caires de Brito, Jorge Amado, José Maria Crispim e Osvaldo Pacheco (São Paulo); e Abílio Fernandes (Rio Grande do Sul) foram ativos na defesa das questões sociais e trabalhistas na Constituinte e na Câmara dos Deputados.

**Figura 6 – A bancada comunista na Assembleia Constituinte (1946)**



**Fonte:** Site da Fundação Maurício Grabois

*Da esquerda para direita: Cláudio Silva (RJ), Osvaldo Pacheco (SP), Batista Neto (DF), Gregório Bezerra (PE), Alcides Coutinho (PE), Carlos Marighella (BA), Alcides Sabença (RJ); Jorge Amado (SP), Abílio Fernandes (RS), João Amazonas (DF), Luís Carlos Prestes (DF), Maurício Grabois (DF), Milton Caires de Brito (SP), Agostinho de Oliveira (PE) e José Maria Crispim (SP).*

Feitas tais considerações sobre o contexto da inédita chegada dos comunistas ao Parlamento brasileiro, é preciso tratar da composição e da forma de atuação da bancada do PCB. Afinal, para abordar a atividade legislativa de Marighella da maneira mais adequada, é imperioso compreender que os parlamentares comunistas atuavam no Congresso seguindo as diretrizes do partido. Importante também ressaltar que, não obstante toda a importância de Luís Carlos Prestes, principal líder do partido e único senador da agremiação, o foco desta discussão está em torno da atuação dos deputados comunistas, já que Marighella, via de regra, atuava em conjunto com seus pares.

Nesse sentido, Clara Charf, que trabalhou na assessoria da bancada comunista, afirma que Prestes não tinha o costume de ir ao escritório onde os deputados se reuniam

e que os pronunciamentos do senador eram preparados em outro local,<sup>145</sup> o que indica que a atuação diária dos deputados tinha suas próprias estratégias, até mesmo porque, com o fim da Constituinte, em setembro de 1946, deputados e senadores passaram a trabalhar em locais distintos.

Posto isso, ressalte-se que o mandato dos parlamentares era sobretudo partidário, em virtude da estrutura do PCB, com sua organização e direção bastante centralizadoras. Inclusive, a própria escolha dos nomes para concorrer ao Legislativo (a revelia ou não do militante),<sup>146</sup> assim como as orientações para que os militantes direcionassem seus votos para os candidatos preferenciais, foram decisões da direção do partido.<sup>147</sup>

Para a melhor compreensão sobre a rígida estrutura do PCB, de acordo com o estatuto do partido, era necessário “respeito e subordinação incondicionais, por parte dos organismos inferiores, às resoluções dos organismos superiores”. E no topo da hierarquia da agremiação estavam os órgãos dirigentes nacionais: Congresso Nacional, Conferência Nacional e Comitê Nacional, que elegia os membros da Comissão Executiva.<sup>148</sup>

<sup>145</sup> CHARF, Clara. *Clara Charf*: depoimento [nov. 2014]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. São Paulo.

<sup>146</sup> Durante o processo de escolha das candidaturas do partido para as eleições de 1945, a direção do PCB interferiu diretamente na seleção dos candidatos, definindo aqueles que concorreriam, até mesmo sem consultar a vontade dos possíveis pleiteantes ao Parlamento e/ou não respeitando as decisões destes, ou determinando quais eram os candidatos preferenciais, aqueles que os militantes deveriam priorizar os votos. Para exemplificar, o escritor Graciliano Ramos, que foi candidato por Alagoas, escreveu aos alagoanos em direção contrária à sua candidatura. Nas palavras do escritor: “Não é que resolveram fazer de mim candidato a deputado?”. Porém, “declaro não desejar pertencer a qualquer instituição em que seja necessário fazer discursos”. Logo, “entre ser literato medíocre ou deputado insignificante, prefiro continuar na literatura e na mediocridade”, o que “não quer dizer que feche os olhos à política nacional”. Nesta perspectiva, Graciliano Ramos continuou afirmado que: “entreguei de corpo e alma a um partido, o único, estou certo, capaz de livrar-nos da miséria que vivemos [...] por isso, sou forçado a solicitar a vocês, para os nossos candidatos (os outros: insisto em declarar-me isento de pretensões)”, os votos que estão dispostos a conceder-me. Na Bahia, de acordo com Janaína Amado, a escolha da direção partidária sem consultar os candidatos também aconteceu com James Amado e Jacinta Amado. Segundo a biógrafa, embora eles não morassem na Bahia desde 1941 e 1944, respectivamente, “a direção do PCB ordenou que James e Jacinta se dirigessem imediatamente para Salvador, onde deveriam candidatar-se a cargos eletivos”. Seguindo a orientação do PCB, Jacinta Amado foi candidata, mas, o registro de James Amado “foi recusado pelo Tribunal Eleitoral, e ele passou a trabalhar no jornal comunista *O Momento*”. Cf: RAMOS, Graciliano. Carta aos alagoanos. In SALLA, Thiago Mio (Org). *Garranchos: textos inéditos de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 255-258.; AMADO, Janaína (Org). *Jacinta Passos, coração militante: obra completa: poesia e prosa, biografia, fortuna crítica* [online]. Salvador: Editora EDUFBA, 2010. p. 377-378.

<sup>147</sup> A respeito da escolha dos candidatos comunistas para concorrer nas eleições de 1945 e o direcionamento do voto para os candidatos preferenciais, Cf: SIZILIO, Ricardo. “Vai, Carlos... (2017). op. cit., p. 255-316.

<sup>148</sup> Na hierarquia partidária, na sequência estavam: Conferência Estadual ou Territorial, Comitê Estadual ou Territorial, Conferência de Zona, Comitê de Zona, Conferência Municipal, Comitê Municipal, Conferência Distrital, Comitê Distrital, Assembleia de Célula e Secretariado de Célula. Com isso, “o sistema de subordinação, de responsabilidade e de apelação das decisões” do PCB era o seguinte:

Efetivamente, o partido era dirigido pela Comissão Executiva, que tinha a obrigação de “executar as decisões e o trabalho do Comitê Nacional”, sendo “responsável por todas as suas decisões ante o Comitê Nacional”.<sup>149</sup> Dito isso, é relevante informar que no início de 1946 a Comissão Executiva era a mesma eleita em agosto de 1945,<sup>150</sup> composta por Luís Carlos Prestes (secretário geral), Diógenes Arruda Câmara (secretário de organização), João Amazonas (secretário sindical), Maurício Grabois (secretário de divulgação), Agostinho de Oliveira, Pedro Pomar, Francisco Gomes, Jorge Herlein e Lindolfo Hill.<sup>151</sup> Portanto, dos nove membros da Executiva, quatro eram parlamentares.

Tendo ciência da rígida estrutura do partido, comprehende-se que os debates e propostas realizados pelos deputados do PCB no Parlamento estavam em completa sintonia com as orientações partidárias, havendo por parte dos parlamentares total disciplina política. Caso contrário, os integrantes do partido poderiam ser punidos, perder prestígio ou mesmo ser expulsos da agremiação. Ou seja, a ascensão ou declínio dentro da estrutura partidária tinha a ver necessariamente com a aplicação da linha do partido e obediência às deliberações da direção partidária. Isso não significa dizer que internamente não houvesse discussões, debates e dissensos, mas a decisão final sobre determinadas discussões sempre cabia à direção do partido.

Cabe mencionar que a centralização das decisões e a consequente obediência e disciplina dos militantes são características dos partidos comunistas leninistas,<sup>152</sup> como

Secretariado de Célula, Assembleia de Célula, Comitê Distrital, Conferência Distrital, Comitê Municipal, Conferência Municipal, Comitê de Zona, Conferência de Zona, Comitê Estadual, Conferência Estadual, Comitê Nacional, Conferência Nacional, Congresso Nacional. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda., 1945. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: Dainis Karepovs. São Paulo.

<sup>149</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estatutos...* op. cit.

<sup>150</sup> A COMISSÃO Executiva do Partido Comunista. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 16 ago. 1945. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

<sup>151</sup> A COMISSÃO Executiva do PCB. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 09 mar. 1946. p. 9. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

<sup>152</sup> De acordo com Silvano Belligni, o centralismo democrático foi “idealizado e posto em prática por Lênin, e aceito pelos partidos comunistas de todo o mundo”, tendo como característica comum “a rígida centralização das instâncias e a férrea disciplina”. Em relação aos militantes, “pouco importa a sua origem social, desde que aceitem e executem o programa do partido, decidido pelos organismos dirigentes que representam a autoridade da maioria, a subordinação das partes ao todo”. Para Gianfranco Pasquino, são características essenciais dos partidos leninistas, como era o PCB, o “centralismo democrático, controle do partido sobre o grupo parlamentar, sindicatos como correia de transmissão do partido, expurgos frequentes de inscritos e militantes”. Cf. BELLIGNI, Silvano. Aparelho; PASQUINO, Gianfranco. “Eurocomunismo” In BOBBIO, Norberto, et. al, op. cit., p. 51; 453; Registre-se que no estatuto do PCB consta que: “O princípio diretor da estrutura orgânica do partido é o centralismo democrático, que significa: a) Caráter eletivo, sem exceção, de todos os órgãos dirigentes do partido; b) Obrigação dos órgãos dirigentes do partido de prestarem periodicamente informações sobre sua atividade e conduta ante

o PCB, apesar de o partido ter negado ao TSE os “princípios marxista-leninista” em seu Programa, com o objetivo de ter deferido o registro partidário em 1945.<sup>153</sup>

Como um partido leninista, o PCB tinha como seu grande pilar o centralismo democrático, “princípio diretor da estrutura orgânica”, que significava, entre outros, “disciplina estrita de partido e subordinação da minoria à maioria”, além do “respeito e subordinação incondicionais”, conforme já mencionado. Por isso, a férrea disciplina de seus militantes era fundamental, constando no estatuto do partido que os membros poderiam ser punidos, entre outros, “por violação dos estatutos e regulamentos, por infração à disciplina, por irregularidades financeiras, por conduta ou atos contra a classe operária, ou que prejudiquem o prestígio e influência do partido no seio da classe operária e do povo”.

Quanto a isso, é importante destacar que no documento enviado ao TSE para o registro partidário não constava a maioria dos artigos das “medidas disciplinares individuais”, sendo este um dos muitos argumentos para o pedido de cancelamento de registro do PCB no início de 1946. Isso porque o partido deu publicidade, na imprensa e em boletins internos, a muitos casos de expulsão de militantes, como ocorreu com Silo Meireles, Caetano Machado, Cristiano Cordeiro e José Medina Filho, utilizando como base o estatuto que era de fato utilizado.<sup>154</sup> Na imprensa comunista também não foram

as respectivas organizações do Partido; c) Disciplina estrita de Partido e subordinação da minoria à maioria; d) Respeito e subordinação incondicionais, por parte dos organismos inferiores, às resoluções dos organismos superiores; e) Crítica e autocritica em todos os órgãos e organizações do Partido”. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estatutos...* op. cit.

<sup>153</sup> Durante o processo de registro do PCB, em 1945, o TSE questionou, entre outros, se o partido mantinha os “princípios marxista-leninistas” em seu programa. Em resposta registrada em cartório, o PCB declarou que em seu programa não se incluíam “os princípios marxista-leninistas, nem quaisquer outros princípios filosóficos”. Além disso, enviou ao TSE um novo estatuto, com a exclusão do trecho do 2º artigo, em que se afirmava que o PCB tinha “como objetivo superior organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil dentro dos princípios do marxismo-leninismo”. Em função disso, o procurador Hahnemann Guimarães se manifestou favorável ao registro e o relator do processo, o ministro A. Sampaio Dória votou pelo deferimento do pedido, afirmando que “o Partido Comunista do Brasil, sem deixar de ser comunista, repele, em declaração solene ao Tribunal, os princípios marxista-leninistas. E, não obstante, continua comunista. [...] [Cria-se um] neocomunismo. Apresenta-se, [...] o comunismo no Brasil com substância diferente. Não é marxismo. Não é leninismo. Não é o que se observa na Rússia. Bem no contrário, declara-se liberal, declara-se até capitalista, declara-se contrário à ditadura do proletariado. [...] O Partido Comunista do Brasil será um partido comunista sui generis; um comunismo de que se esvaziou toda a substância ideológica; um comunismo do Brasil; um partido cujo programa não é o que, sob este nome, se pratica na Rússia, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; um partido comunista, em suma, sem marxismo, sem leninismo, sem ditadura do proletariado, sem nada do que se comprehende por comunismo no mundo inteiro”. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acesso em: 13 mai. 2024.

<sup>154</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Resoluções do Pleno ampliado do Comitê Nacional do PCB”. *Boletim Interno – Comitê Metropolitano*. 15 fev. 1946. p. 2. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acervo: Jornais digitalizados. Rio de

omitidos os princípios marxista-leninista do PCB. Desse modo, o partido desconsiderou o alerta feito pelo ministro Sampaio Dória, ao deferir o pedido de registro do PCB, que escreveu em seu parecer que o TSE poderia a qualquer tempo cancelar registro de qualquer partido “se houver substituído a sinceridade pelo engodo”.<sup>155</sup>

---

Janeiro.; A EXPULSÃO do partido de oportunistas e traidores. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 09 mar. 1946. p. 2;10. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

<sup>155</sup> O estatuto do PCB enviado ao TSE para obter o registro partidário teve suprimidos inúmeros artigos ou trechos. Foi retirado do documento oficial o trecho do art. 2º: [o PCB] “tem como objetivo superior organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil, dentro dos princípios do marxismo-leninismo.”; o art. 3º: “O emblema do Partido Comunista do Brasil é constituído pela representação de uma foice e um martelo cruzados, no campo de um círculo, acima da legenda inscrita em quarto de coroa: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.”; os parágrafos do art. 6º: § 1º “No Partido não pode haver membro inativo, salvo com autorização do Comitê Estadual respectivo, ou do Comitê Nacional.”, § 2º “Os membros do Partido, por motivo de mudança de residência ou de local de trabalho, serão transferidos de organismo segundo as normas estabelecidas pelo Comitê Nacional.”; o parágrafo único do art. 7º: “Os menores de 18 anos poderão ser aceitos como membros do Partido, desde que vivam do próprio trabalho.”; o art. 9º: “O primeiro dever de todo membro do Partido é enquadrar todos os atos de sua vida pública privada dentro dos princípios e do programa do Partido e ajustar estritamente sua conduta partidária à observância fiel de seus estatutos e regulamentos.”; o art. 11: “Todo membro do Partido é obrigado a pertencer ao sindicato de sua profissão, ou outra organização de massas relacionadas com seu trabalho ou atividade, devendo respeitar as decisões democráticas que ali se tomem e concorrer, por todas as demais formas possíveis, para o fortalecimento e desenvolvimento da organização.”; o art. 13: “Nenhum membro do Partido pode manter relações pessoais, familiares ou políticas com trotskistas ou com outros inimigos reconhecidos do Partido, da classe operária e do povo.”; o art. 14: “Todo membro do Partido tem o direito e o dever de participar, dentro dos princípios partidários e das normas estatutárias, na elaboração da linha política do Partido e das resoluções do organismo a que pertence. § Único - Tomada uma resolução, num organismo do Partido, a discussão sobre o assunto a que se refere só poderá ser reaberta por decisão da maioria do mesmo organismo, ou de órgão dirigente superior.”; o art. 20: “Os membros do Partido podem ser punidos por violação dos estatutos e regulamentos, por infração à disciplina, por irregularidades financeiras, por conduta ou atos contra a classe operária, ou que prejudiquem o prestígio e influência do Partido no seio da classe operária e do povo. Segundo a responsabilidade e importância do militante e a natureza e gravidade das faltas que tenha cometido, a punição será de censura, de remoção do posto de responsabilidade, de censura pública e de expulsão do Partido.”; o art. 24: “Qualquer pessoa, pertença ou não ao Partido, pode apresentar acusações contra membros deste, enviando-as por escrito à célula respectiva, ou a qualquer Comitê do Partido. As partes gozarão do mais amplo direito de palavra e de prova, inclusive o de invocar testemunhas e fazer declarações perante Comissões do Partido a que tais casos sejam entregues.”; o art. 25: Os membros do Partido que comprovadamente atraíçoem a classe operária e a confiança neles depositada, por essa classe e pelo Partido; os realizadores de trabalho de fração; os ebrios contumazes: os que derem prova de degenerescência moral; os que realizem atos de aventurismo [sic] ou de degradação de classe (lumpen); os provocadores, os terroristas, os pregadores e praticantes da luta de grupo como método de ação do Partido e da classe operária, e, em geral, aqueles que, com sua atitude incorrigível, vivam prejudicando o Partido e, portanto, a classe operária e o povo, serão sumariamente afastados de seus postos, expulsos do Partido e desmascarados publicamente.”; o art. 26: “As medidas disciplinares individuais podem ser aplicadas por qualquer dos órgãos dirigentes do Partido contra qualquer membro sob sua jurisdição, salvo a de expulsão, que pode ser proposta, discutida e aprovada desde a base do Partido, mas só pode ser efetivada depois de sua aprovação pelo Comitê Estadual competente, ou por órgãos superiores. § Único — Um membro do Comitê Nacional pode ser, por esse órgão, excluído do seu seio ou expulso das fileiras do Partido, somente quando o Comitê Nacional Pleno, convocado para resolver sobre a aplicação de tal medida, a aprove, por maioria de dois terços de votos de sua Assembleia.”; Sobre o significado do centralismo democrático, os itens do artigo 27: “c) Disciplina estrita de Partido e subordinação da minoria à maioria; d) Respeito e subordinação incondicionais, por parte dos organismos inferiores, às resoluções dos organismos superiores; e) Crítica e autocrítica em todos os órgãos e organizações do Partido.”; o art. 36: “Durante os dois meses anteriores a cada Congresso, se discutirão, ao mesmo tempo, em todas as organizações do Partido, toda a matéria e problemas importantes que deverão ser debatidos nesse Congresso. Durante esse tempo, todas as

Feitas essas considerações, é certo que havia o controle da direção do PCB sobre a bancada parlamentar. Isto fica claro no pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, ao afirmar que

pela sua própria natureza de representação partidária na Assembleia Constituinte, acha-se a fração parlamentar comunista submetida em todos os sentidos, e sobretudo politicamente, à Comissão Executiva, à Direção Nacional de nosso partido.

Esta é a única forma de coordenar sua atuação política, de influência e repercussão em todo o país, e de fazer respeitado o princípio diretor de estrutura orgânica do partido, seu centralismo democrático.<sup>156</sup>

Pelo exposto, contribui para a análise da atuação de Marighella e dos demais membros do PCB a ciência de que o mandato era fundamentalmente partidário e não dos parlamentares.

Para exemplificar o controle da direção do partido sobre o grupo parlamentar, o ferroviário Mário Scott, que era o principal dirigente do PCB em São Paulo, inicialmente ficou na 1<sup>a</sup> suplência para a vaga de deputado federal. Mas, pela necessidade de se realizar eleições suplementares para a definição da última vaga que o estado tinha direito,<sup>157</sup> Scott concorreu ao pleito mais uma vez, tornando-se o titular da

organizações do Partido têm o direito e a obrigação de estabelecer decisões ou observações sobre os projetos de resoluções preparados pelo Comitê Nacional para o Congresso. Os membros do Partido, igualmente, gozam dos mais amplos direitos para reabrir discussão sobre qualquer ponto da política do Partido, assim como sobre o trabalho dos Comitês dirigentes e sobre sua futura composição”.; o art. 37: “As decisões do Congresso são definitivas e não podem ser revogadas senão por outro Congresso. Todos os membros e organismos do Partido são obrigados a reconhecer a autoridade de suas decisões e a direção eleita por ele.”; todo o capítulo “Das medidas disciplinares sobre organizações do Partido”, com o artigo 42: “O não cumprimento das resoluções do Partido, e outras faltas graves, atentatórias da unidade e da disciplina partidárias, por parte de qualquer organização do Partido, serão punidas, em primeiro lugar, com uma advertência e, se esta não é acatada, com a dissolução da organização.” e 43: “As infrações à disciplina por parte dos Comitês e Secretariados do Partido serão punidas com a dissolução desses órgãos, devendo o organismo superior imediato promover a realização de eleições rara reorganizá-los.”; sobre as finanças do partido, foram suprimidos os artigos 46: “Os membros do Partido pagarão regularmente uma mensalidade mínima de Cr\$ 2,00, salvo as exceções seguintes: a) Os trabalhadores do campo, e as mulheres que trabalhem exclusivamente como donas de casa pagarão uma contribuição mínima mensal de Cr\$ 1,00; b) Os que percebam um salário que varie entre Cr\$ 500,00 e Cr\$ 1.000,00 mensais (inclusive), pagarão 1% de seu salário mensal; c) Os que percebam um salário que varie entre Cr\$ 1.000,00 e Cr\$ 2.000,00 mensais (inclusive) pagarão 2% de seu salário mensal; d) Os que percebem um salário superior a Cr\$ 2.000,00 pagarão 3 % de seu ordenado mensal. § Único: Os militantes, que tenham compromisso de contribuições extraordinárias com o Comitê Nacional ou Estadual, ainda assim pagarão a contribuição mínima em seus organismos de base.”; 47: “O Comitê Nacional reservará, para as despesas nacionais do Partido, 60% dos recebimentos provenientes das contribuições ordinárias e distribuirá os restantes 40% entre os Comitês Estaduais, de Zonas, Municipais, Distritais, e Secretariados de Células, dentro das normas que sejam estabelecidas.”; e 48: “O Comitê Nacional e, com prévia autorização do órgão imediatamente superior, os demais órgãos dirigentes, poderão, dentro de suas jurisdições, estabelecer contribuições extraordinárias, em caráter provisório, com o fim de suprir determinadas necessidades financeiras.” PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Estatutos...* op. cit.;, BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. op. cit.,

<sup>156</sup> Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

<sup>157</sup> O PCB e as eleições... op. cit.,

vaga cerca de um mês após o início da Constituinte.<sup>158</sup> Com isso, Caires de Brito, que já tinha tomado posse, deveria ceder a vaga, tornando-se o 1º suplente. Porém, de acordo com Moisés Vinhas, dirigente e militante do partido por décadas, o autoritarismo da direção partidária impediu Scott de assumir o mandato, sendo “forçado a renunciar em favor do primeiro suplente, Milton Caires de Brito”.<sup>159</sup>

Fato é que Scott não tomou posse, enviando seu requerimento de renúncia em 02 de março, dias após a proclamação do resultado final da eleição suplementar, fazendo com que Caires de Brito assumisse o mandato pela 2ª vez.<sup>160</sup> Para a imprensa, a versão oficial foi a “que a direção do partido julgou indispensáveis os serviços do novo eleito na secretaria do partido, em São Paulo”.<sup>161</sup> Ainda que essa versão seja possível, a direção do PCB impediu que assumisse o mandato o deputado eleito, dirigente nacional, secretário do Comitê de São Paulo e mencionado na imprensa comunista como um “dos que mais trabalharam na ilegalidade para a construção do grande partido de hoje, e em defesa da classe operária”.<sup>162</sup> Isso fez com que ele rompesse com o partido e não tivesse mais seu nome mencionado na imprensa comunista, como recorrentemente acontecia.<sup>163</sup>

Apesar de Mário Scott não ter tratado publicamente do seu afastamento do PCB, Benedito Dias, antigo membro do partido e também candidato a deputado federal em São Paulo, declarou que eles haviam se desligado do PCB em 1946 por “incompatibilidade com a direção central do partido, que se revela dura nas críticas aos seus membros que pertencem ao proletariado e branda quando se trata de criticar os intelectuais e judeus”. E que Scott tinha enviado sua carta de desligamento para a III

<sup>158</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*... op. cit.,

<sup>159</sup> VINHAS, Moisés. *O Partidão: A luta por um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo: Ed Hucitec, 1982. p. 106.

<sup>160</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 08 mar. 1946. p. 157. op. cit.,

<sup>161</sup> TRAVARAM-SE, em torno do art. 71 do Regimento Interno, os maiores debates de ontem na Constituinte. *A Tribuna*. Santos, 09 mar. 1946. p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

<sup>162</sup> OS CANDIDATOS do PCB em S. Paulo. *Tribuna Popular*. São Paulo, 29 ago. 1945. p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

<sup>163</sup> Na *Tribuna Popular*, um dos principais veículos da imprensa comunista, entre meados de 1945 e o início de 1946, foram publicadas pelo menos 16 matérias que abordavam as atividades políticas de Mário Scott. Porém, após a renúncia do mandato, foi veiculada apenas uma nota, em setembro de 1946, sendo informado que o “antigo secretário estadual” enviou uma carta ao periódico, afirmando que não havia abandonado o partido, o qual “continuo a me considerar um soldado”. Essa missiva foi enviada após Benedito Dias, antigo membro do PCB e também candidato a deputado federal pelo partido, afirmar que Scott havia se desligado do PCB por ter sido “obrigado a renunciar a sua cadeira de deputado”, considerando que o “partido não agiu democraticamente”, ao não acatar “a vontade do eleitorado”. Respectivamente: DESMACARADA as provocações de Benedito Dias. *Tribuna Popular*. São Paulo, 06 set. 1946. p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2025.; SUPLENTE de deputado comunista abandona e acusa o seu partido. *Correio Paulistano*. São Paulo, 21 ago. 1946. p. 2;12. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

Conferência Nacional, ocorrida em julho, por ter sido “obrigado a renunciar a sua cadeira de deputado”, considerando que o “partido não agiu democraticamente, cometendo, portanto, um erro”, ao não acatar “a vontade do eleitorado, revelando o que é o centralismo democrático”. E que a substituição de Scott “deceptionou os meios ferroviários”.<sup>164</sup>

Também acusando a direção do PCB de autoritarismo, Batista Neto, eleito pelo Distrito Federal, afirma que não foi cassado “como os demais membros da bancada comunista” porque renunciou “ao mandato logo após o término dos trabalhos constituintes”. Isso se deve ao fato de Diógenes Arruda (principal dirigente depois de Prestes) sugerir que ele renunciasse ao mandato e se candidatasse a vereador no Rio de Janeiro para que Francisco Gomes, membro da Comissão Executiva e suplente, assumisse em seu lugar.

Batista Neto afirma que não aceitou tal “sugestão”, mas esta pressão e o fato de o PCB ficar “com uma parte muito grande” do salário do deputado, o que fez sua esposa entrar na Justiça contra o partido, o fizeram renunciar ao mandato. Ainda mais depois que a direção partidária informou que só havia uma saída devido à questão salarial impetrada por sua esposa: “ou fica com ela ou com o partido”.<sup>165</sup>

Assim como Scott e Batista Neto, Milton Caires de Brito renunciou ao mandato de deputado federal. Nesse caso, tudo leva a crer que a renúncia tenha sido uma resolução do partido com sua anuência. Afinal, Caires de Brito, que desde meados de 1946 era membro da Comissão Executiva,<sup>166</sup> elegeu-se deputado estadual em São Paulo em janeiro de 1947, assumindo em seu lugar Gervásio de Azevedo. Desse modo, tudo leva a crer que a renúncia de Caires de Brito após conseguir eleger-se deputado estadual tenha sido uma tática eleitoral, objetivando garantir uma ou mais vagas para o partido na Assembleia Legislativa, ao mesmo tempo em que permitia que seu suplente assumisse as funções parlamentares na Câmara dos Deputados.

<sup>164</sup> SUPLENTE de deputado... op. cit.,

<sup>165</sup> BRAGA, Sérgio Soares; COSTA, Henri Randel. Dos movimentos de base à Assembleia Constituinte de 1946: entrevista com Joaquim Batista Neto. *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Nº 6-7, 1996. p. 108-109.

<sup>166</sup> A III CONFERÊNCIA ampliou a Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil. A *Classe Operária*. Rio de Janeiro, 20 jul. 1946. p. 1. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

Outro deputado federal que renunciou foi Alcides Sabença, do Rio de Janeiro, cedendo a vaga para Henrique Oest, um oficial da ativa do Exército Brasileiro.<sup>167</sup> Neste caso, existe a possibilidade de a renúncia ter sido por motivação pessoal, levando em conta que no final de agosto de 1947 Alcides Sabença foi agredido pela polícia após a realização de um comício no Rio de Janeiro,<sup>168</sup> e menos de um mês depois, em 17 de setembro, o deputado apresentou à Câmara dos Deputados seu requerimento de renúncia.<sup>169</sup> É possível que o comunista tenha escolhido sair da vida pública em virtude da violência policial sofrida, quando já tinha ocorrido o cancelamento do registro do PCB e estava em curso o processo de cassação do mandato dos parlamentares do partido.

Quanto à violência policial sofrida por Sabença, essa foi apenas uma das muitas cometidas contra os comunistas e denunciadas no Congresso, embora estivesse em vigor no país uma nova Constituição, que em tese garantia amplos direitos democráticos. Já em relação à renúncia, não se pode negar também a chance de ela ter ocorrido após Sabença ter tido conflitos com os dirigentes/partido. Isso porque não há informações sobre ele na imprensa comunista após sua renúncia ou mesmo nas memórias oficiais do PCB, havendo um completo silenciamento da sua atividade partidária.<sup>170</sup>

É possível considerar que uma eventual divergência com a direção do PCB possa ter feito Sabença renunciar ao analisar o relato feito por outro parlamentar, Gregório Bezerra. Segundo o pernambucano, próximo de findar um discurso na Câmara

<sup>167</sup> Henrique Cordeiro Oest era major da ativa do Exército Brasileiro quando se candidatou pelo PCB e assumiu o mandato. Após a cassação dos mandatos comunistas, deixou de participar da política partidária até outubro de 1962, quando “elegeu-se segundo suplente de deputado federal por Alagoas, na legenda da Coligação Democrática Nacionalista, formada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP), ao qual pertencia. Ocupou uma cadeira na Câmara de agosto a outubro de 1963 e, nesse mesmo ano, pediu reforma, sendo então promovido a general de divisão”. Henrique Oest “era casado com Paula Moacir Oest, suplente de vereadora em Petrópolis (RJ)”, pelo PCB em 1947. OEST, Henrique Cordeiro. (verbete). FGV/CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OEST,%20Henrique%20Cordeiro.pdf> Acesso em: 15 out. 2024.

<sup>168</sup> AGREDIDO e espancado por beleguins o deputado federal Alcides Sabença. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 23 ago. 1945. p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

<sup>169</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 set. 1947. p. 6051. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>170</sup> Não foram localizados textos acadêmicos ou documentos do partido que abordem a atividade política de Alcides Sabença, falecido em 1986. Também não há menções ao ex-deputado na *Tribuna Popular* (um dos principais jornais do partido à época) após sua renúncia. Até mesmo no site do Cpdoc e da Câmara dos Deputados, apenas constam informações até 1946, sendo mencionado que naquele ano ele trabalhou na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, e foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Barra Mansa (RJ).

dos Deputados, “o camarada Arruda Câmara, de forma brutal e deselegante, mandou-me calar, fazendo ‘psiu’ duas ou três vezes. Fiquei tão indignado que, embora estivesse para terminar as considerações que fazia, demorei-me na tribuna mais do que era necessário”. Em seguida, “dirigi-me a ele, jogando-lhe a carteira de deputado e dizendo-lhe que não era seu empregado, e que podia usá-la como quisesse. Só não se travou ali uma discussão desagradável, pela intervenção de Alcedo de Moraes Coutinho”. Como aquele era o “terceiro incidente” com Arruda Câmara, Gregório Bezerra afirma que, para que não ocorressem outros, “estava disposto a renunciar ao meu mandato de deputado e até a sair do partido. Não o fiz, aconselhado por Alcedo e outros camaradas, segundo os quais minha renúncia poderia provocar alguns descontentamentos no seio do partido e das massas”.<sup>171</sup>

Pelos depoimentos de Gregório Bezerra e Batista Neto, nota-se que havia tensionamentos entre a direção do PCB e os parlamentares, o que poderia culminar na renúncia dos deputados. E essas renúncias chamam atenção, tendo em vista que dos 14 deputados eleitos em dezembro de 1945, quase 1/3 (4) foi substituído em menos de dois anos, o que reforça a perspectiva de que o mandato era acima de tudo do partido, cabendo aos militantes implementarem as deliberações aprovadas nas instâncias partidárias superiores.

Como visto, a relação com a direção do partido podia ser conflituosa até mesmo com os parlamentares e dirigentes nacionais, como Mário Scott. A necessidade de “respeito e subordinação incondicionais”, preconizadas no estatuto do partido, era tão determinante que, segundo Batista Neto, após sua renúncia, retornou ao seu estado natal, Ceará, mas os membros do PCB não quiseram aceitá-lo, “já que a direção central do partido colocou-se contra mim. De forma que eu fiquei me sentindo como uma espécie de ‘judeu errante’, ou seja, um comunista sem partido, já que eu continuei me considerando comunista, embora fosse hostilizado pelo partido”.<sup>172</sup>

Outro fator que reforça o quanto os mandatos eram subordinados ao partido também foi relatado por Batista Neto ao dizer que “uma parte muito grande” do salário ficava com a agremiação, inclusive sendo registrado em cartório um documento, tendo como justificativa que os deputados comunistas não foram eleitos para ficarem ricos.<sup>173</sup> Para uma noção mais precisa do que significa essa “parte muito grande”, a declaração

<sup>171</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias*. (Segunda parte: 1946-1969). 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980. p. 44.

<sup>172</sup> BRAGA, Sérgio Soares; COSTA, Henri Randel. op. cit., p. 109-110.

<sup>173</sup> Idem.

de imposto de renda de Carlos Marighella referente ao ano de 1946 revela que mais de 90% do salário dele foram repassados ao PCB.

**Figura 7 – Declaração de Rendimentos de Marighella (1947)**

A imagem mostra uma declaração de rendimentos de 1947 para o deputado Carlos Marighella. A documentação é dividida em duas partes: a Declaração de Rendimentos (esquerda) e a Cédula C (direita).

**Declaração de Rendimentos:**

- Carimbo:** ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, MINISTÉRIO DA FAZENDA, DIVISÃO DO IMPÓSTO DE RENDA.
- Nº Declaração:** 1622
- Nome:** Carlos Marighella
- Residência (atual):** Rua Almirante Alexandre, 314, Piso próprio, não
- Endereço:** Rua da Glória, 52, Distrito Federal
- Município:** Distrito Federal
- Profissão:** Professor (atualmente deputado federal)
- Nacionalidade:** [ ] Idade: 35 anos
- Estado civil:** Solteiro
- Regime do casamento:** -
- Nome do cônjuge:** -
- Esta declaração abrange os rendimentos do casal?** -
- Apresentou declaração para o exercício anterior?** Não

**Cédula C:**

Rendimento bruto (discriminar, no lugar próprio, as fontes pagadoras)	CG 168.900,00
Decrétes:	
a) Viagem e estada:	
1. Gastos passageiros de passagem, condução, alimentação e alojamento	CG 3211 00
2. Fretes e cartões de volumes indispensáveis aos fins da viagem	CG 3212 00
3. Aluguel de locais destinados a mostruários (greencher modelos 17 e 18)	CG 3213 00
b) Expediente e correspondência	CG 3221 00
c) Quando indispensável ao desempenho das funções técnicas:	
1. Contribuições às associações científicas	CG 3231 00
2. Aquisição e assinatura de jornais, revistas e livros técnicos	CG 3232 00 154.500,00
3. Compra ou aluguel de materiais, instrumentos e utensílios	CG 3233 00
d) Contribuições para a constituição de fundos de beneficência	CG 3241 00 154.500,00
Rendimento líquido	CG 14.400,00
Imposto - 1% do rendimento líquido	CG 00

**Cédula D:**

Rendimentos não compreendidos nas outras cédulas, provenientes de profissões, ocupações e prestação de serviços não comerciais bem como da locação de móveis, publicação de imóveis etc.

Rendimento bruto (discriminar, no lugar próprio, as fontes pagadoras)	CG 00
---	-------

**Fonte:** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Como pode ser visto, o documento informa que foram doados ao partido 154.500 cruzeiros dos 168.900 recebidos pelo deputado naquele ano.<sup>174</sup> Acerca desse montante, em correspondência ao Delegado Regional de Renda para discriminá-las despesas e retificar sua declaração ao Fisco, Marighella afirmou que destinou 12.523,30 cruzeiros para manutenção da secretaria da bancada comunista, com aluguéis e aquisição de jornais, revistas e afins, enquanto 141.976,70 cruzeiros foram repassados como “contribuição ao Partido Comunista do Brasil para viagens e outras despesas”.<sup>175</sup>

Reforçando que grande parte do salário do deputado era repassada para o PCB, Marighella afirmou que

os deputados comunistas não vivem com o bolso cheio de dinheiro. [...] Os 15.000 cruzeiros que cada constituinte do PCB recebe vão para os cofres do partido. Cada deputado ou senador passou uma procuração ao tesoureiro do Partido Comunista, autorizando-o a

<sup>174</sup> Declaração de Imposto de Renda (1947): Documentação do Partido Comunista do Brasil. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

<sup>175</sup> Correspondências ao Delegado Regional de Renda. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

receber os vencimentos devidos a cada qual. O dinheiro do povo reverte em benefício do mesmo povo.<sup>176</sup>

Além do repasse específico ao partido, considera-se crível o documento de retificação ao Fisco enviado por Marighella, no qual informa que em 1946 destinou 12.523,30 cruzeiros para manutenção da secretaria da bancada comunista, o que significa dizer que as despesas, ou parte delas, com a assessoria dos deputados eram custeadas com um percentual do salário dos próprios parlamentares.<sup>177</sup>

**Figura 8 – Balancete contábil do PCB (1946)**

<u>PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL</u>	
<u>COMITÉ NACIONAL</u>	
<u>Balancete discriminativo das operações de - CAIXA</u>	
<u>Levantado conforme documentação exibida à perícia</u>	
<u>Mês de Maio de 1946</u>	
<u>RECEITA</u>	<u>Cr\$</u>
<u>Almoxarifado</u>	
Vendas .....	1.100,00
Contas Correntes .....	90.578,10
Subsídio dos Deputados e Senador do Partido .....	
Valor recebido neste mês .....	229.500,00
Campanha Eleitoral .....	823,00
Arrecadação feita .....	
Contribuições .....	52.684,60
Contribuições de militantes .....	
Eventuais .....	
Valor arregadada .....	114.164,50
Sôma .....	388.850,20
Saldo de Abril .....	51.966,10
	140.756,30
<u>DESPESA</u>	<u>Cr\$</u>
<u>Almoxarifado</u>	
Compras .....	25.000,00
Contas Correntes .....	167.512,40
Valor recebido de diversos .....	
Despesas Gerais .....	
Ajudas de custo .....	100.136,70
Despesas de viagens .....	16.840,90
Transportes .....	29,00
Despesas diversas .....	491,00
Auxílios .....	3.180,00
Alugueis .....	17.030,00
Campanha Eleitoral .....	28.514,00
Secretarias .....	29.189,00
Curso de capacitação .....	7.842,80
Fretamento parlamentar .....	8.500,00
Instalações .....	211.753,40
Valor de instalações feitas .....	10.000,00
Móveis e Utensílios .....	
Compra de diversos .....	10.070,00
Sôma .....	421.335,80
Saldo para Junho .....	16.120,50
	140.756,30

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral.

Reforça essa perspectiva o balancete contábil do partido, que pode ser visto acima, no qual demonstra que a principal fonte de recursos naquele mês foi os subsídios

<sup>176</sup> UM DEPUTADO comunista em sabatina com os transviários. *O Momento*. Salvador, 30 abr. 1946. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>177</sup> Não foram encontradas informações se, em 1946, o Congresso Nacional disponibilizava assessoria própria para cada deputado, com os cargos de sua confiança, como ocorre atualmente. Ainda que disponibilizasse, o PCB estruturou uma assessoria independente para a bancada comunista.

dos parlamentares. Dos 388.850 cruzeiros recebidos pelo PCB em maio de 1946, cerca de 60% (229.500) tiveram origem a partir do salário dos deputados e senador. Outros 14% (52.684) foram das contribuições dos militantes. Mas, em relação às despesas com a assessoria dos deputados, o balancete não é específico, o que impossibilita tecer maiores considerações, tendo em vista que é discriminado, sem especificar, custo com secretarias no valor de 29.189 cruzeiros e com a fração parlamentar 8.500 cruzeiros.<sup>178</sup> Apesar do não detalhamento das despesas, esses números apontam o quanto a bancada comunista era importante para a sobrevivência financeira do partido e para a manutenção da assessoria dos parlamentares, sendo os parlamentares e os militantes os principais financiadores do PCB.

Ainda sobre as remunerações dos parlamentares, considerando a declaração ao Fisco de que restaram para Marighella 14.400 cruzeiros, após ele ter doado 154.500 ao PCB, depreende-se que em 1946 o salário mensal do parlamentar foi de 1.200 cruzeiros. A respeito desse montante, em diversos pronunciamentos, Marighella abordou a questão salarial dos trabalhadores, dizendo, por exemplo, que os guardas-civis da Bahia recebiam quinhentos cruzeiros mensais,<sup>179</sup> enquanto “os ferroviários do Rio Grande do Sul, os que percebem a mais baixa remuneração, pois ganham salário de 450,00 cruzeiros mensais”.<sup>180</sup> Não obstante a falta de informações precisas sobre o valor do salário mínimo em 1946 e o seu poder de compra, ao fazer o cruzamento da Declaração do Imposto de Renda de Marighella com esses pronunciamentos, verifica-se que a remuneração do parlamentar não era muito distante do que recebiam os trabalhadores que ele usou de exemplo no Congresso para denunciar os baixos salários, reforçando sua afirmação de que os deputados comunistas não viviam com o bolso cheio de dinheiro.

Apesar dos deputados reverterem quase a totalidade dos seus rendimentos, o PCB repassava recursos necessários para garantir a sobrevivência deles, conforme afirma Clara Charf. Mas era o partido que determinava qual o valor adequado para suprir as necessidades de seus militantes profissionais, como era o caso de Marighella, que durante mais de três décadas viveu do (e para o) partido. Registre-se que o fato de o

<sup>178</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Processos 411/412* (Pedido de cassação do registro do PCB). Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

<sup>179</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 12 jul. 1946, p. 3469-70. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>180</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 10 jul. 1946, op. cit.,

parlamentar baiano ser um “revolucionário profissional”,<sup>181</sup> era do conhecimento até mesmo da polícia, que ao monitorá-lo escreveu que ele era assalariado do partido, “vivendo às suas expensas”.<sup>182</sup>

O valor repassado pelo partido para a subsistência do deputado era insuficiente para alguns, como afirma Batista Neto. Mas para outros garantia o mínimo básico, como assegura Clara Charf ao dizer que ela e Marighella viviam de forma simples, mas não passavam dificuldades. A viúva do comunista baiano acrescenta que “ele tinha muito pouco dinheiro”, de tal forma que “a roupa dele sempre era péssima”, normalmente doada, e que não se lembrava “de ver Marighella comprar uma roupa”. Porém, para ele, a falta de dinheiro não era um problema,

até porque o sentido da vida era diferente. A gente lutava para mudar o Brasil. O assunto era como modificar a situação no Brasil, como melhorar a situação do povo. O povo tinha que ter emprego, salário, casa para morar. Era isso que se discutia. Não me lembro de ter sentado com Marighella para discutir roupa.<sup>183</sup>

Ainda de acordo com Clara Charf, por Marighella ser solteiro quando iniciou o mandato, ele recebia uma “pensão mínima”. E “como ele era uma pessoa de hábitos modestos e as necessidades eram muito pequenas, então ele recebia o mínimo, tanto para o quarto da pensão, quanto para comer, comprar livros, o mínimo”.<sup>184</sup> Se para Marighella viver com poucos recursos não era um problema, para Batista Neto foi. E isso contribuiu para que ele fosse afastado definitivamente do partido, após se recusar a renunciar ao seu mandato.

Diante disso, reitera-se que os mandatos eram do partido e que a ascensão ou declínio dentro do PCB tinha a ver necessariamente com a aplicação das diretrizes do partido, mas que havia algum espaço para críticas, conforme foram feitas por

<sup>181</sup> Para Gianfranco Pasquino, o revolucionário profissional “recebe da organização os meios necessários à sua subsistência”, para “estar preparado para viver uma dupla existência, legal e clandestina, estar dotado de uma vocação heroica e não ser levado à militância política por motivos de carreira, ser insensível aos valores e atrações do sistema. É sobre uma rede de revolucionários profissionais assim que se há de estruturar, “antes de tudo e acima de tudo”, a organização revolucionária. Ainda sobre o revolucionário profissional, Eric Hobsbawm afirma que a “estrutura do ‘partido de vanguarda’ de Lênin era projetada para produzir uma força de quadros disciplinados e desprendidos, cujo próprio objetivo era a ação eficiente, mas porque situações extremas, como ilegalidade, repressão e guerra, eram exatamente a que esses corpos de ‘revolucionários profissionais’ se destinavam”. Respectivamente: PASQUINO, Gianfranco. op. cit.; HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>182</sup> *Histórico das atividades...* op. cit.,

<sup>183</sup> CHARF, Clara. *Clara Charf: depoimento...* op. cit.,

<sup>184</sup> CHARF, Clara. *Entrevista concedida a Edson Teixeira da Silva Júnior. In SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. op. cit., p. 207.*

Marighella na III Conferência Nacional do PCB.<sup>185</sup> Também não se pode perder de vista que as discussões dos parlamentares no Congresso estavam intrinsecamente ligadas às diretrizes da organização partidária.

Sobre a assessoria parlamentar da bancada, o pronunciamento de Marighella realizado em julho de 1946, durante a Conferência do PCB, aponta algumas questões acerca das atividades executadas nos primeiros meses da Constituinte. Isso porque, nas palavras do parlamentar, não podia haver

bom trabalho de fração parlamentar sem trabalho de secretaria. E esse trabalho não se faz sem técnicos, sem assessores técnicos, sem um departamento técnico, com técnicos competentes, homens que entendam dos problemas econômicos, dos problemas sociais, que entendam das leis, possam manejá-las e interpretá-las.

Não possuímos esses técnicos atualmente. A secretaria da fração parlamentar é débil. Até há pouco [tempo] ainda tínhamos muitas dificuldades em saber o que era uma secretaria parlamentar. A própria fração tem incompreensões quanto à secretaria. Há pouca ou nenhuma ligação entre uma e outra. Urge, porém, liquidarmos com as debilidades da secretaria parlamentar, de cuja organização e eficiência tanto depende o bom funcionamento da fração comunista.

Em vez de ser restringida, a secretaria parlamentar tem que ser ampliada e colocada à altura de nossas grandes tarefas no Parlamento.<sup>186</sup>

Pelas críticas feitas por Marighella, passados mais de cinco meses desde o início do mandato, a bancada comunista não tinha bons assessores, sendo o trabalho da secretaria “débil”. E até julho havia “pouca ou nenhuma” ligação entre os parlamentares e os assessores. Ainda de acordo com Marighella, o trabalho da assessoria corria o risco de ser ainda mais restrinido pelo partido.

A partir desse importante documento, entende-se que a inexperiência do partido e dos seus parlamentares em relação à atuação no Parlamento, junto com a incompreensão sobre a atividade legislativa, reverberou na ausência de preparação adequada do PCB a fim de garantir aos parlamentares uma melhor assistência técnica. É plausível que essa falta de preparação tenha acontecido em virtude de o partido considerar a assessoria como não essencial. Afinal, havia uma discussão interna para a limitação da assessoria para a bancada.

Também é possível conjecturar que, em consequência dessa intervenção, o trabalho da assessoria parlamentar, onde Clara Charf trabalhou, por exemplo, tenha sido

<sup>185</sup> Obviamente que a ascensão dentro da estrutura do PCB não tinha a ver exclusivamente com a obediência às diretrizes, ainda que esta fosse fundamental. Outros elementos, como dedicação, capacidade de direção, disciplina, vontade, representatividade social, formação teórico-política, entre outros, seguramente eram importantes para a ascensão dentro da organização.

<sup>186</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB... op. cit.,*

aperfeiçoado, ampliado e colocado à altura das grandes tarefas dos comunistas no Parlamento, conforme requereu Marighella. Inclusive, com os recursos destinados por ele e pelos demais deputados “para manutenção da secretaria da bancada comunista, com aluguéis e compra de jornais, revistas e afins”.

Com relação às temáticas e pronunciamentos realizados pelos comunistas, Batista Neto afirma que “havia uma certa ‘divisão do trabalho’ no interior da bancada do partido”. Maurício Grabois (líder do partido), por exemplo, “fazia os pronunciamentos em nome da organização”; Gregório Bezerra atuava bastante na defesa pelo voto dos analfabetos e soldados; João Amazonas nos interesses dos trabalhadores; Jorge Amado se manifestava sobre assuntos relacionados à cultura; Alcedo Coutinho sobre a saúde pública e sobre a reforma agrária.<sup>187</sup>

No mesmo sentido, Jorge Amado disse que “a estratégia era decidida pela direção do partido. A bancada atuava obedecendo a ordens imediatas da direção do partido e estabeleceu-se uma certa divisão de tarefas entre os diversos membros da bancada”. E que, “via de regra, as emendas da bancada comunista eram elaboradas pela direção do partido”.<sup>188</sup>

Quanto à divisão das temáticas no interior da bancada e à “obediência às ordens imediatas da direção do partido” é importante relativizar tais afirmações ao considerar que, em julho de 1946, cerca de 1/3 da bancada fazia parte da Executiva do PCB, já que Milton Caires de Brito passou a integrar o núcleo dirigente do PCB no lugar de Lindolfo Hill.<sup>189</sup> Os demais parlamentares que já faziam parte da Executiva do partido eram João Amazonas, Maurício Grabois e Agostinho de Oliveira. Poucos meses depois, essa quantidade aumentou, quando Francisco Gomes assumiu o mandato no lugar de Batista Neto. Acrescente-se que Marighella e José Maria Crispim eram do Comitê Nacional, e Abílio Fernandes, Claudino Silva e Osvaldo Pacheco estavam na suplência do Comitê Nacional.<sup>190</sup>

Portanto, mais da metade da bancada era composta por importantes dirigentes do partido. Para se ter uma noção, João Amazonas, Maurício Grabois e Francisco Gomes

<sup>187</sup> BRAGA, Sérgio Soares; COSTA, Henri Randel. op. cit., p. 107-108.

<sup>188</sup> BRAGA, Sérgio Soares. A militância no PCB e a atuação na Assembleia Constituinte: entrevista com Jorge Amado. *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Nº 6-7, 1996. p. 81.

<sup>189</sup> A III CONFERÊNCIA ampliou... op. cit..

<sup>190</sup> Em julho de 1946, os demais membros da bancada, Alcedo Coutinho, Alcides Sabença, Gregório Bezerra, Batista Neto e Jorge Amado, não eram dirigentes nacionais do PCB.

contribuíram com a reorganização do partido em 1943<sup>191</sup> e eram do secretariado do PCB em 1945, tendo assinado os documentos para o registro do partido junto ao TSE,<sup>192</sup> o que demonstra grande prestígio e influência deles na agremiação.

A partir da composição da bancada, e levando em consideração a análise da atividade parlamentar de Marighella ao longo dos seus dois anos de mandato, entende-se que de fato havia certa divisão de trabalho, cabendo ao parlamentar discutir e se debruçar sobre determinados assuntos. Mas isto não o impedia de tratar de temas diversos, principalmente no calor dos acontecimentos da vida pública brasileira. Logo, havia também autonomia de ação.

Da mesma forma, as assertivas de que a bancada atuava sob orientação da direção do partido, que também definia as estratégias de atuação, não são surpreendentes, até mesmo pela própria característica centralizadora da organização. Mas, estas afirmações também devem ser relativizadas, ao considerar que a partir do 2º semestre de 1946 a metade dos parlamentares fazia parte da Executiva ou era membro efetivo do Comitê Nacional do PCB. Diante desse cenário, é preciso ampliar a concepção de direção, sendo bastante provável que houvesse grande interferência desses deputados no direcionamento das ações da bancada. Assim, pode-se conjecturar que dentro da bancada havia a prevalência do grupo de dirigentes sobre os demais parlamentares.

Por tudo isso, considera-se que efetivamente havia centralização das decisões pela direção do partido, que orientava como os parlamentares deveriam atuar, a partir das diretrizes partidárias e da linha política do PCB. Mas, é necessário ponderar os limites desse controle, afinal, a direção pecebista tinha diversas outras demandas para dar conta. Isso porque o “partido recém-saído da clandestinidade e da perseguição violenta” conseguiu atrair “milhares de pessoas em seus organismos partidários”, transformando-se em um partido de massas.<sup>193</sup>

Em relação ao crescimento do PCB a partir de 1945, em pouco tempo o partido organizou “500 células no Rio de Janeiro; 361 células, 22 núcleos distritais e 102

<sup>191</sup> VINHAS, Moisés. op. cit., p. 75. De acordo com o autor, com a reorganização do PCB em 1943, o Comitê Nacional teve a seguinte composição: Diógenes Arruda Câmara, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Amarílio Vasconcellos, Francisco Gomes, Júlio Cesar, Sérgio Holmos, Lindofo Hill, Dinarco Reis, José Militão Soares, Armênio Guedes, José Medina Azevedo, Milton Caires de Brito, Ivã Ribeiro, Leivas Otero, Mário Alves, Celso Cabral, João Amazonas e Álvaro Ventura.

<sup>192</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. op. cit.,

<sup>193</sup> FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 56.

comitês em São Paulo; 123 em Porto Alegre e muitos outros nos diversos estados”.<sup>194</sup> Dessa maneira, é necessário levar em consideração que havia membros da bancada que faziam parte da Executiva do partido, com responsabilidades em relação à condução do PCB. Ainda que as estratégias de atuação fossem decididas pela direção (em sentido estrito, Prestes e o secretariado), comprehende-se que cotidianamente os parlamentares tinham autonomia de ação para executar a linha política e as demais obrigações partidárias, sem que houvesse um controle efetivo dos seus deveres.

Isso fica mais evidente pelas críticas feitas por Marighella em relação à atuação da bancada e à condução da direção do PCB nos primeiros meses da Constituinte. Durante a III Conferência do PCB, Marighella disse que faltavam coesão e homogeneidade na ação da bancada, ao contrário de como recorrentemente é apresentado na historiografia. Na visão de Marighella, a atuação da bancada nos primeiros meses de mandato não era boa, com relativo descaso dos deputados, discursos mal preparados e falta de companheirismo entre os comunistas.

A partir da interpretação de Marighella, é possível crer que havia membros da bancada que não se dedicaram tanto à atividade legislativa, talvez por considerar que o Parlamento não era um local de luta relevante para os comunistas. Ao mesmo tempo, é preciso ter em vista a grande quantidade de tarefas partidárias que os parlamentares tinham. Para exemplificar, Gregório Bezerra afirma que além das suas atribuições como deputado, “tinha a tarefa” de acompanhar Prestes “em todas as suas atividades práticas, principalmente na Assembleia Constituinte, comícios, sabatinas e em seus deslocamentos para os estados vizinhos e para as visitas a personalidades”.<sup>195</sup> E que ao longo do seu mandato participou de atividades políticas em Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte, o que seguramente impactava na sua atividade parlamentar.

Ainda de acordo com Gregório Bezerra, “nossas tarefas eram gigantescas, em virtude do papel que nos cabia na elaboração da Constituição da República, o que não era pouco”. Além das obrigações específicas de parlamentar,

tinhamos as tarefas partidárias e de massas, que se desdobravam em assistência às bases do partido, aos comitês distritais, municipais, estaduais, bem como aos comitês populares e democráticos de bairro; e tínhamos que participar de comícios e de conferências-sabatinas. E atender, na Assembleia, às comissões de operários das fábricas, para

---

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> BEZERRA, Gregório. op. cit., p. 13.

ouvir-lhes as reclamações, os protestos, as denúncias e as reivindicações mais sentidas. [...] Isso nos custava tempo e trabalho; não podíamos deixar de atendê-los, pois, além do lado humano, éramos deputados do povo, isto é, éramos seus verdadeiros representantes.<sup>196</sup>

Diante disso, é preciso relativizar as críticas de Marighella de que havia “certo desleixo de alguns companheiros na sua apresentação ou na preparação de suas tarefas parlamentares”. De qualquer forma, segundo Marighella, havia poucas reuniões da bancada, e tanto o Comitê Nacional quanto a Comissão Executiva tinham responsabilidades pela frágil atividade dos comunistas, por ter se reunido com os parlamentares apenas uma vez nos primeiros cinco meses de atuação, o que trouxe “resultados negativos, como foi o caso da declaração de voto feita pela fração sobre projeto constitucional” que a Comissão Executiva não tinha conhecimento. Entre tantas críticas, Marighella disse o seguinte:

Apesar de certa flexibilidade, demonstrada em alguns casos, predomina em nossa fração o sectarismo, que nos tem forçado a um fechamento, a um isolamento prejudicial. *E esta é uma grande debilidade que por certo encontrará sua razão de ser no nosso baixo nível político e em alguns casos até mesmo na incompreensão do valor do Parlamento na etapa atual, o que também significa incompreensão da própria linha do nosso partido.* Há também em nossa fração desníveis gritantes. Companheiros colocados em planos diferentes, pela forma de compreender os problemas e de atuar, ou pelo desenvolvimento ideológico e político muito baixo.

É bem verdade que a nossa fração tem uma boa parte de companheiros da Direção Nacional e mesmo alguns da Comissão Executiva. Entretanto, não medimos bem essas nossas responsabilidades e, por assim dizer, nos nivelamos como parlamentares, despreocupando-nos até certo ponto do lado político de nossa atuação individual.

*Nosso trabalho não foi coletivo e muito houve de improvisação, de trabalho artesão, de última hora, com discursos mal preparados. Companheiros mais responsáveis e desenvolvidos não deram ajuda eficiente aos menos desenvolvidos, o que concorreu para aprofundar os desnivelamentos da fração. [...]*

*Não temos dado, em grande parte, a importância devida ao trabalho parlamentar, considerado às vezes até coisa subalterna.* Na verdade, não tem havido funcionamento orgânico da fração, o que se reflete em debilidade do trabalho coletivo.

*Há poucas reuniões da fração e até certo desleixo de alguns companheiros na sua apresentação ou na preparação de suas tarefas parlamentares.* Os quadros operários não se apresentam como dirigentes sindicais que são ou que deveriam ser; os deputados comunistas pouco são aproveitados nos movimentos de massa extraparlamentares e tem havido relativamente poucas prestações de contas e, por consequência, poucas viagens dos deputados. O trabalho de divulgação das atividades da fração tem sido débil.

---

<sup>196</sup> Ibidem, p. 11.

A verdade, entretanto, é que a experiência parlamentar é inteiramente nova para o partido. Nem só a fração não tem experiência, como não a tem a Direção Nacional em seu conjunto nem a Comissão Executiva. *Isso, porém, não justifica, é claro, nossas debilidades como Direção. O Comitê Nacional tem responsabilidade nas falhas da fração, como tem a Comissão Executiva. Mesmo a Comissão Executiva só se reuniu com a fração uma vez. Essa falta de entrosamento da Comissão Executiva com a fração trouxe resultados negativos, como foi o caso da declaração de voto feita pela fração sobre projeto constitucional, mas que a Comissão Executiva não tinha conhecimento. Os maiores responsáveis pelas debilidades da fração são os próprios companheiros do Comitê Nacional, e dentre eles, em primeiro plano, os da Comissão Executiva.* Urge corrigir essas falhas, porque é necessário compreender: os representantes comunistas no parlamento são algo de decisivo para o trabalho do partido.<sup>197</sup>

Pelo juízo feito por Marighella, escapava ao controle da direção do partido parte da atividade parlamentar, ao que tudo indica, por conta das debilidades da organização e pela própria inexperiência de atuação na vida institucional. Não obstante as diversas tarefas partidárias dos deputados, o comunista baiano foi crítico com o que ele entendia como descompromisso por parte de alguns membros da bancada com as atividades parlamentares. Quanto a isso, a visão de Marighella sobre “o valor do Parlamento”, seguramente, tem influência do livro de Lênin, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, traduzido para o português e vendido pelo PCB à época.<sup>198</sup> Neste livro, o líder comunista aborda a importância do processo eleitoral e do Parlamento no processo revolucionário ao dizer que:

a participação nas eleições parlamentares e na luta através da tribuna parlamentar são obrigatorias para o partido do proletariado revolucionário, precisamente para educar os setores atrasados de sua classe, precisamente para despertar e instruir a massa aldeã inulta, oprimida e ignorante. Enquanto não tenhais força para dissolver o parlamento burguês e qualquer outra organização reacionária, vossa obrigação é atuar no seio dessas instituições.<sup>199</sup>

Por ser o secretário da bancada, esta provavelmente era a principal tarefa partidária de Marighella, além das suas obrigações parlamentares. Isso, tudo leva a crer, contribuiu para que ele tenha sido o comunista que mais usou a tribuna, e foi fundamental para que ele fizesse todas essas críticas, já que era sua obrigação acompanhar o cotidiano da bancada no Parlamento.

<sup>197</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit., (grifo nosso)

<sup>198</sup> UMA EDITORA a serviço do proletariado e do povo. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 25 nov. 1945, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 fev. 2024.

<sup>199</sup> LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2025.

De qualquer modo, o pronunciamento de Marighella na Conferência do PCB vai ao encontro da afirmação de Jorge Amado de que vários discursos “da bancada comunista foram escritos por mim ou por Carlos Marighella”,<sup>200</sup> sendo eles, “sobretudo, os redatores dos discursos e dos comunicados para aqueles companheiros que não redigiam”.<sup>201</sup> Sendo Marighella o secretário da bancada, é possível que a redação desses discursos ocorresse, inclusive, por haver na bancada “desníveis gritantes. Companheiros colocados em planos diferentes, pela forma de compreender os problemas e de atuar, ou pelo desenvolvimento ideológico e político muito baixo”.<sup>202</sup>

Em relação ao “desenvolvimento ideológico e político muito baixo” de parte da bancada, a afirmação de Marighella na Conferência do PCB expôs uma realidade de parte do partido. Nesse sentido, Frederico Falcão afirma que “o crescimento quantitativo do partido não foi acompanhado de seu componente de qualidade. Falava-se em camaradas dispostos, analfabetos teoricamente, meros tarefeiros, sem base política e ideológica. Isso também se refletia na direção partidária”. A fim de reforçar essa perspectiva, o autor apresenta uma afirmação de Prestes, que disse que “somente em 1945 vim para a atividade política, realmente, como comunista”, e que em 1943, quando foi eleito secretário geral do PCB, não conhecia efetivamente o marxismo.

Muito embora o PCB enviasse militantes para a URSS desde fins da década de 1920 para cursos de formação política, Armênio Guedes reitera a falta de base teórica ao dizer que até a década de 1950 a formação política dos dirigentes partidários era espontânea.<sup>203</sup> O próprio Marighella, em documento escrito na URSS em 1954, afirma que ao fazer sua autocrítica, em 1945, em relação ao seu posicionamento de não reconhecer a reorganização do partido em 1943 “tinha muito pouca ideologia para fazê-la como se devia”. E que durante seu mandato parlamentar “nossa partido seguia então uma linha de colaboração de classes, e nosso C.C. [Comitê Central] seguia o revisionismo do marxismo. Por falta de ideologia, era ainda muito difícil, para mim, sentir esses erros”.<sup>204</sup>

Gregório Bezerra, por sua vez, afirma que suas atividades na elaboração da Constituição “foram, em linhas gerais, modestas. Isso porque não era possuidor de uma cultura à altura do cargo de constituinte, como também pelo acúmulo de tarefas

<sup>200</sup> BRAGA, Sérgio Soares. A militância no PCB... op. cit., p. 81.

<sup>201</sup> AMADO, Jorge. O homem que ria e que chorava. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit., p. 386.

<sup>202</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

<sup>203</sup> FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 60.

<sup>204</sup> SIZILIO, Ricardo José. *A autobiografia...* op. cit.,

partidárias e de massa que caíram sobre os meus ombros”. Ainda de acordo com o pernambucano:

Houve, infelizmente, muitos erros, muitas falhas e, aqui ou ali, de esquerda ou de direita; mas, apesar disso, o nosso partido marchava galhardamente para a frente, alcançando êxito sobre êxito, não só na construção do partido, como no trabalho de massas. Enquanto isso, íamos superando os nossos erros, falhas e debilidades, à medida que penetrávamos cada vez mais no trabalho com as amplas massas e íamos assimilando os sábios ensinamentos marxista-leninistas. [...]

A meu ver, uma das debilidades da direção nacional e do nosso partido foi ter se preocupado muito mais com o seu crescimento quantitativo do que com o qualitativo. Houve, no meu entender, uma subestimação injustificada da educação ideológica e política dos quadros intermediários do partido. As ideias do nosso partido eram mal assistidas; os Comitês Distritais não tinham uma assistência à altura de suas funções: o mesmo se dava com os Comitês Estaduais. Tudo isso em consequência da pobreza de quadros capacitados, em todos os escalões do partido. Éramos, na maioria, analfabetos teoricamente; éramos um grupo de camaradas dedicados, dispostos a tudo, porém uns praticistas invertebrados. Sabíamos transmitir as resoluções ou as tarefas práticas, mas tropeçávamos nos problemas teóricos.<sup>205</sup>

Essas afirmações foram feitas muitos anos depois das experiências vividas, o que pode ter influenciado no olhar desses comunistas sobre suas formações teóricas à época, até mesmo porque se supõe que o conhecimento teórico-partidário é ampliado ao longo dos anos. Independentemente disso, essas declarações indicam que, apesar de haver alguma formação dentro do PCB, já que o próprio Marighella ministrou em 1947 o curso “As classes sociais e os partidos políticos do Brasil”,<sup>206</sup> ela era pouco profunda e insuficiente para a quantidade de membros do partido, incluindo os dirigentes e os membros da bancada.

Por isso, não é surpreendente que alguns pronunciamentos tenham sido elaborados por outros parlamentares. Em relação ao processo de produção desses pronunciamentos, Clara Charf, que trabalhou na assessoria da bancada, afirma que eles eram feitos no escritório onde se reuniam os parlamentares. Nas palavras de Charf,

era uma única assessoria de todos os parlamentares comunistas. Era como se fosse um grande escritório, onde tinha um economista, pessoas que lidavam com a área de cultura, tudo. Todas as áreas que os deputados tinham que abordar, todos os temas nos discursos, em geral, eram pesquisados e produzidos ali, naquela assessoria coletiva. [...] Os deputados todos elaboravam, pesquisavam o seu material,

---

<sup>205</sup> BEZERRA, Gregório. op. cit., p. 11-13.

<sup>206</sup> *As classes sociais e os partidos políticos do Brasil*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

consultavam os dados estatísticos, tudo era feito ali. Por isso que tinha nessa assessoria gente de muitas profissões.<sup>207</sup>

Armênio Guedes, além de dizer que Marighella tinha grande importância na estrutura da bancada, pois era quem fazia as reuniões e tratava dos discursos e dos projetos de lei que os comunistas iam propor, por exemplo, afirmou que era “na reunião da bancada parlamentar do partido, que se reunia todo dia ou duas vezes por semana”, que se tomava as decisões de quem faria os discursos.<sup>208</sup>

Esses depoimentos de Charf e Guedes são dissonantes com o que Marighella disse sobre a assessoria parlamentar e em relação à atuação da bancada. Na Conferência do PCB, onde estavam os principais membros da organização, o parlamentar teceu várias críticas pela debilidade da assessoria e atuação da bancada, afirmando que até julho de 1946 a bancada fazia poucas reuniões. Diante dessas versões, e mesmo considerando os riscos das flutuações da memória,<sup>209</sup> já que esses depoimentos foram dados mais de cinco décadas após os fatos narrados, é possível inferir que, a partir de julho, houve o aperfeiçoamento das atividades da bancada comunista e da sua assessoria parlamentar. Inclusive, é factível que as críticas feitas por Marighella e o pedido para que os trabalhos da secretaria parlamentar fossem ampliados e melhorados tenham influenciado para que o partido tomasse as providências necessárias nesse sentido.

Desse modo, após a secretaria parlamentar ter sido ampliada, suas atividades passaram a ser importantes para a atuação dos deputados, tendo em vista que nenhum dos parlamentares, assim como a própria organização, tinha experiência com as atividades legislativas.<sup>210</sup>

As críticas feitas por Marighella na Conferência do PCB também podem ter contribuído ou ter sido decisivas para uma mudança na composição do secretariado do PCB. Afinal, em julho de 1946, João Amazonas deixou de ser o secretário sindical e Maurício Grabois o secretário de divulgação. Com isso, a Executiva do PCB não tinha mais nenhum parlamentar exercendo a função de secretário. Essas mudanças sugerem que o partido tenha possibilitado e orientado os membros da bancada a ter maior dedicação às atividades parlamentares.

<sup>207</sup> CHARF, Clara. *Entrevista...* op. cit., p. 205.

<sup>208</sup> GUEDES, Armênio. op. cit.,

<sup>209</sup> PORTELLI, Alessandro. op. cit., p. 103-110. De acordo com o autor, as flutuações da memória, silêncios e esquecimentos devem-se ao fato de que “a memória não é um núcleo compacto e impenetrável”, mas um processo moldado e elaborado no tempo histórico.

<sup>210</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi...* op. cit., p. 64-87.

Após todas essas considerações sobre a estrutura e o funcionamento da bancada, é relevante apresentar um panorama do perfil socioprofissional dos parlamentares comunistas. Nesse sentido, os deputados que assumiram os mandatos em fevereiro tinham formações e profissões variadas, podendo ser divididos em três grupos: operários, ex-militares e intelectuais.<sup>211</sup> Além disso, a bancada comunista era a mais jovem do Parlamento, 56% dos seus membros tinham menos de 40 anos, incluindo Carlos Marighella, que assumiu o mandato aos 34 anos. A singularidade desses parlamentares se dá também por outras características, como o fato de a bancada ter o maior percentual de parlamentares sem curso universitário (62,5%) e ser a única onde 50% de seus membros havia exercido profissão de trabalhadores manuais.<sup>212</sup> Ao mesmo tempo, o núcleo dirigente do partido não possuía “ampla experiência de atuação sindical ou de participação em organizações de massa”, já que os “principais dirigentes do PCB não foram líderes sindicais”.<sup>213</sup>

Não obstante a inexperiência de atuação dentro da política institucional, sua singularidade e limitações, é fato que a bancada comunista conseguiu ser atuante no curto período em que atuou no Parlamento. Ao serem analisadas as atividades legislativas dos comunistas, é fundamental sempre vinculá-las às diretrizes do PCB. E, ainda que houvesse divisão de temas prioritários para os parlamentares se debruçarem, também havia margem para a proposição e discussão sobre assuntos diversos. Por fim, mesmo com a ciência de que houve discursos produzidos para serem lidos por outros deputados, não há como determinar quando isso ocorreu e quais foram os envolvidos. Por isso, metodologicamente, o autor do pronunciamento é o parlamentar que o proferiu.

<sup>211</sup> Idem. Em seu estudo, Sérgio Braga identificou as profissões dos parlamentares constituintes. Dessa forma, é possível dividir os comunistas em três grupos: a) intelectuais: Carlos Marighella (embora tenha sido identificado pelo autor como jornalista, deve-se retificar que Marighella era professor), Maurício Grabois (jornalistas - sem formação acadêmica), Jorge Amado (escritor e advogado por formação), João Amazonas (contador), Alcedo Coutinho e Milton Caires de Brito (médicos); b) militares (antes de ingressarem no PCB): Gregório Bezerra, José Maria Crispim, Batista Neto e Trifino Correia (suplente que assumiu o mandato em algumas oportunidades). Além desses, Henrique Oest, quando assumiu o mandato no lugar de Batista Neto, era major do Exército Brasileiro, estando na ativa; c) Operários: Abílio Fernandes (metalúrgico), Agostinho de Oliveira (ferroviário e mecânico), Alcides Sabença (metalúrgico e carpinteiro), Claudino Silva (ferroviário e carpinteiro) e Osvaldo Pacheco (estivador).

<sup>212</sup> Acerca da informação de que 50% da bancada comunista era formada por trabalhadores manuais, Sérgio Braga considera tal percentual levando em consideração as atividades exercidas pelos ex-militares, Gregório Bezerra (camponês), Batista Neto (operário no Arsenal de Marinha) e José Maria Crispim (pedreiro e alfaiate).

<sup>213</sup> RODRIGUES, Leônio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano. Sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 486.

Antes de efetivamente encerrar essa discussão sobre a bancada comunista, considera-se importante apresentar como Marighella, objeto central desta pesquisa, compreendia a fração parlamentar. Em suas palavras:

A fração comunista na Assembleia Constituinte é, antes de tudo, um instrumento do partido para a aplicação de sua linha política, é uma arma de combate numa nova frente de luta democrática, uma arma, por certo, bem valiosa, empregada numa frente de luta que é a mais elevada de toda a Nação.

Mas a fração parlamentar é também um instrumento de todo o proletariado, de todos os camponeses, de todo o povo que aspira e luta pelo progresso e a democracia, pela liquidação do monopólio da terra e dos restos do fascismo, contra o capital estrangeiro reacionário e pela emancipação econômica e política de nossa Pátria.

Os representantes comunistas são servidores de nosso povo, combatem pelos interesses mais sentidos da classe operária e das vastas massas trabalhadoras. Prestam contas ao povo de suas atividades, submetem-se às suas críticas e procuram sentir as suas reivindicações.

Por mais profundamente, porém, que repercutam no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas populares, as atitudes da fração parlamentar comunista, não é a ela que incumbe dirigir o nosso partido. [...]

Para a Assembleia Constituinte e particularmente para a nossa fração comunista estão voltados milhões de brasileiros que esperam melhores dias, homens e mulheres, jovens e velhos, sufocados até agora pela fome, a miséria, a doença, a ignorância, a escravidão nas fazendas do senhor.

Nosso papel dentro da Assembleia Constituinte será, pois, o de encarar essa realidade, procurar convencer os democratas honestos, atacar de rijo a base econômica da reação e do fascismo, insistir na liquidação do monopólio da terra e dos grandes trustes e monopólios nacionais ou estrangeiros.

Por força do papel que tem a desempenhar e que para dentro do Parlamento, nossa fração comunista tem levado todos os problemas agitados pelo nosso partido e as grandes questões de interesse de nosso povo.<sup>214</sup>

Nota-se por esse trecho que, para Marighella, a fração comunista na Assembleia Constituinte deveria ser antes de tudo um instrumento do partido para a aplicação de sua linha política, a União Nacional,<sup>215</sup> na qual compreendia “convencer os democratas honestos, atacar de rijo a base econômica da reação e do fascismo, insistir na liquidação do monopólio da terra e dos grandes trustes e monopólios nacionais ou estrangeiros”.

<sup>214</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

<sup>215</sup> Em linhas gerais, a linha política de *União Nacional* foi implementada pelo PCB em 1938 e perdurou até 1948. A tática antifascista da União Nacional relacionava-se com a luta pela legalização do Partido Comunista e pela democracia, como vias necessárias ao cumprimento das tarefas de libertação nacional, em torno de uma solução “pacífica” para os problemas nacionais. Ademais, pregava a união dos comunistas com todo e qualquer setor que combatesse o fascismo – no Brasil, os integralistas – mesmo que para tal fosse necessário se aliar a Getúlio Vargas. A respeito da linha política de *União Nacional*, Cf: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit.,

Dito isso, para finalizar, além da fidelidade e defesa das diretrizes partidárias feitas por Marighella, seu pronunciamento na Conferência do PCB mostra-se importante para a compreensão do seu anseio para que a bancada comunista tivesse uma atuação parlamentar melhor, fazendo críticas até mesmo para os membros do Comitê Nacional e da Comissão Executiva. Essa postura combativa pode ter contribuído para que, meses depois, ele fosse eleito para a Comissão Executiva, ainda que na condição de suplente. É provável, ainda, que as críticas feitas pelo comunista baiano tenham ajudado a melhorar o funcionamento da assessoria parlamentar, assim como a própria atividade dos deputados. Considera-se, então, que esses tenham sido alguns dos fatores que ajudaram para que ele ascendesse na estrutura partidária, sendo este um dos motivos para esse período ser bastante importante em sua trajetória política.

## REPRESENTANTE E OS REPRESENTADOS BAIANOS

---

Carlos Marighella entrou no Partido Comunista do Brasil em 1934, quando tinha 22 anos. Em Salvador, não militou por muito tempo, porque no ano seguinte, em 1935, mudou-se para o Rio de Janeiro. Ao ser preso em 1936 na Capital Federal, declarou que tinha ingressado na agremiação “há cerca de dois anos [...] após entendimento com vários amigos, leituras de prospectos e boletins”, quando ainda era estudante de engenharia na Escola Politécnica, tendo começado “a prestar serviços ao Partido Comunista [...] como simpatizante, para afinal ficar definitivamente integrado nesse partido como seu membro efetivo pelas convicções de suas ideias”.<sup>216</sup> Quase duas décadas depois, Marighella escreve que, após ter sido suspenso da Escola Politécnica em 1934<sup>217</sup> foi “recrutado ao partido, ingressando em uma célula de trabalhadores de tecidos”.<sup>218</sup>

De acordo com o relato de Marighella, ao ingressar no partido, fez parte de uma célula de trabalhadores, ainda que ele não tivesse vinculação com a categoria. Não obstante o PCB vislumbrar representar a classe trabalhadora, buscando colocar seus militantes em contato com as demandas e anseios dos trabalhadores baianos, a atividade política partidária de Marighella em sua terra natal, durante a década de 1930, durou cerca de um ano, em um período em que o partido tinha pouquíssimos militantes em Salvador e baixa inserção na sociedade, por isso entende-se que ele não era um agente político reconhecido entre os trabalhadores.

Anistiado em abril de 1945, Marighella retornou a Salvador em junho para rever seus familiares, sendo noticiado pelo jornal comunista *O Momento*, que o dirigente nacional estava no estado em visita à família.<sup>219</sup> Mas, Marighella também realizou

---

<sup>216</sup> *Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.

<sup>217</sup> Em 1934, Marighella foi advertido e suspenso da Escola Politécnica por um ano, respectivamente, por suspeita de ter participado da destruição de documentação escolar, em protesto contra o aumento das taxas da faculdade, e por ter distribuído panfletos em que acusava o corpo docente de possível envolvimento no caso. Após essa suspensão, Marighella não retornou à Politécnica para concluir o curso de Engenharia Civil. Ressalte-se que, diferentemente do que é comumente escrito nas biografias, tal suspensão nada teve a ver com qualquer atividade política partidária ou protesto contra o Governo Vargas. Cf. SIZILIO, Ricardo. *Vai, Carlos...* (2019) op. cit., p. 105-121.

<sup>218</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Autobiografia*. op. cit.,

<sup>219</sup> A DEMOCRACIA está em marcha. *O Momento*. Salvador, 18 jun. 1945. p. 6-7. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

algumas atividades políticas durante o mês que permaneceu em Salvador.<sup>220</sup> Após uma década longe do seu estado natal, Marighella buscou imediatamente ter contato com trabalhadores. Assim, participou de um evento no Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT),<sup>221</sup> organismo criado pelo PCB, que tinha como eixo de orientação “a luta pela democratização sindical e política”.<sup>222</sup> Conforme afirmam Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana, tendo em vista a orientação de colaboração de classes do PCB em 1945, o MUT foi fundamental para a proposta pecebista de aliança com a “burguesia nacional”, além de fazer parte de sua estratégia de inserção na estrutura sindical, em que buscava fortalecer seus laços com os trabalhadores e a sua posição no sistema político.

Em outra atividade partidária, ainda em junho, Marighella foi sabatinado no Sindicato dos Médicos.<sup>223</sup> A realização dessas atividades em Salvador era importante para que Marighella se fizesse conhecido em sua cidade natal. Apesar da militância de Marighella ser conhecida por muitos membros do PCB, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, entende-se que ela não reverberava com tanta intensidade em todo o país, inclusive na Bahia. Coaduna com essa perspectiva a declaração de Luís Contreiras,<sup>224</sup> militante do PCB em 1945, que afirmou que Marighella apenas se tornou conhecido na Bahia durante a campanha eleitoral.<sup>225</sup>

Após passar praticamente todo o segundo semestre no Rio de Janeiro realizando suas atividades partidárias, Marighella retornou à Bahia em meados de novembro, às vésperas da eleição para a Assembleia Constituinte. Durante os meses em que não esteve na Bahia, *O Momento*, criado para ser um meio de agitação, organização e

<sup>220</sup> Marighella chegou à Bahia nos primeiros dias de junho e, ao que tudo indica, permaneceu por quase um mês no estado. Um indício disso é que no dia 16 daquele mês foi feita a 2<sup>a</sup> via da sua certidão de nascimento, sendo reconhecida a firma dois dias depois. Em Salvador, Marighella participou de algumas atividades políticas ao longo do mês. Mas, no dia 30 de junho foi noticiada a presença de Marighella na instalação do Comitê Estadual de Minas Gerais. *Certidão de nascimento...* op. cit.; ACONTECIMENTO de grande repercussão em Minas. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 04 jul. 1945. p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 out. 2024.

<sup>221</sup> A DEMOCRACIA está em marcha. *O Momento*. Salvador, 18 jun. 1945. p. 6-7. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>222</sup> SILVA, Fernando Teixeira da e SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964). In FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 106-107.

<sup>223</sup> FATOS da semana. *O Momento*. Salvador, 18 jun. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais. Salvador.

<sup>224</sup> Nascido em Mundo Novo, em 1923, Luis Contreiras de Almeida era engenheiro, formado pela Escola Politécnica da Bahia. Começou a militar no PCB em 1945, em Salvador. Faleceu em 2019, aos 95 anos.

<sup>225</sup> ALMEIDA, Luis Contreiras de. *Luis Contreiras de Almeida*: depoimento [set. 2013]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. Salvador.

propaganda do PCB, e que em seus primeiros anos tinha uma tiragem de mais de cinco mil exemplares,<sup>226</sup> foi o grande responsável por propagar o nome de Marighella entre os militantes e a população do estado.

Mesmo tendo sido escolhido pelo PCB para concorrer como um dos candidatos preferenciais,<sup>227</sup> para os quais os membros do partido deveriam direcionar seus votos independentemente de suas predileções, Marighella também precisava fazer-se conhecido e ter contato com a população e com os trabalhadores do estado para conseguir se sobressair no processo eleitoral. Recebido com o status de grande liderança do partido, Marighella participou de diversos comícios em Salvador na segunda quinzena de novembro. No interior do estado, foi a Alagoinhas, importante centro ferroviário à época, que fica a cerca de 100 quilômetros de Salvador.<sup>228</sup> E dentre as diversas atividades de campanha realizadas, o então candidato também fez uma conferência na Associação dos Empregados do Comércio.<sup>229</sup>

Ao ser eleito com 5.187 votos, Marighella tornou-se o único representante comunista da Bahia na Assembleia Constituinte e, em seguida, na Câmara dos Deputados. Mas, até então, com pouquíssima atuação política entre os trabalhadores baianos. Isto não o impediu de dar visibilidade aos anseios e demandas dos trabalhadores no Parlamento brasileiro e discutir a precariedade das condições de trabalho de alguns segmentos.

Cerca de três meses após assumir o mandato, em 24 de abril de 1946, entre as discussões sobre a construção da nova Carta Constitucional, Marighella abordou a situação dos portuários, a partir de um memorial enviado ao parlamentar. O documento expedido pelo Sindicato dos Portuários de Salvador discorre sobre a precariedade das condições de trabalho e salários, sendo escrito, inclusive, que “no curso da guerra, a

<sup>226</sup> SERRA, Sônia. op. cit., p. 172; 268.

<sup>227</sup> Em 1945, entre os 24 candidatos para a Câmara dos Deputados, o PCB definiu os preferenciais, os que os membros do partido deveriam direcionar seus votos. Na Bahia, eram três os candidatos preferenciais: Marighella, Arruda Câmara e Souto Júnior. Entre os três, a prioridade era para os membros do Comitê Nacional, em detrimento de Souto Júnior. Nesse cenário, Marighella destacou-se, inclusive, pelo fato de ter feito campanha eleitoral por cerca de quinze dias no estado, ao contrário de Arruda Câmara. Cf: FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci.* (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. p. 307.; SIZILIO, Ricardo. *Vai, Carlos...* (2019). op. cit., p. 213-228.

<sup>228</sup> ALAGOINHAS aclama Yeddo Fiuza. *O Momento.* Salvador, 29 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>229</sup> A CRISE econômica e a União Nacional. *O Momento.* Salvador, 19 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

legislação federal arrebatou aos seus operários vantagens, garantias e direitos, que vinham de longo tempo e não foram estabelecidos até agora".<sup>230</sup>

Com isso, Marighella requereu ao ministro da Viação e Obras Públicas, em nome da bancada, uma série de melhorias nas condições de trabalho para os portuários, como: a) garantia de um salário básico nos dias úteis, ainda que não alcançada a produção exigida (em tonelagem, cubagem ou quantidades de volume); b) garantia de salário integral nos domingos, feriados, dias santos e noites dos dias úteis, não importando o tempo de duração do serviço; c) classificação das cargas nocivas pelo sistema de turmas periódicas, sem quebra de salário; d) acréscimo de 50% sobre o salário básico pelo trabalho cumprido nos domingos, feriados, dias santos e noites dos dias úteis. E, para finalizar, disse que eram "reivindicações específicas dos portuários da cidade do Salvador e verifica-se que há, na Bahia, uma situação de miséria no que diz respeito ao nível de vida dessa classe de trabalhadores. Essa situação não é só dos portuários da Bahia, mas de todo o Brasil".<sup>231</sup>

A leitura do memorial do Sindicato dos Portuários de Salvador e o requerimento feito por Marighella repercutiram na imprensa comunista. Para *O Momento*, a leitura fez com que todos tivessem "conhecimento da situação de penúria dos portuários e, no outro dia, os jornais comentaram o memorial. Foi, portanto, uma vitória, embora parcial".<sup>232</sup> A *Tribuna Popular*, um dos principais jornais da imprensa comunista, fez uma matéria a partir da intervenção de Marighella no plenário, dizendo que "a capital da Bahia é uma das cidades onde mais se faz sentir o terrível desequilíbrio entre os preços e os salários. Finda a guerra, tal situação, em vez de amenizar, vem se agravando". Diante disso, havia a necessidade de o ministro "informar por que não foram restituídos aos portuários baianos, em sua plenitude, seus direitos sindicais".<sup>233</sup>

Cerca de uma semana após essa intervenção no plenário da Assembleia Constituinte, Marighella esteve em Salvador para as atividades políticas referentes às comemorações do Dia do Trabalhador. Em sua primeira viagem ao estado após assumir

<sup>230</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 25 abr. 1946, p. 1225-26. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>231</sup> Idem.

<sup>232</sup> MARIGHELLA em sabatina com os portuários baianos. *O Momento*. Salvador, 03 mai. 1946. p. 3-4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>233</sup> A SITUAÇÃO dos portuários baianos. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 26 abr. 1946, p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 fev. 2024.

o mandato, Marighella foi “sabatinado no Sindicato dos Transviários”<sup>234</sup> e no Sindicato dos Carris Urbanos, visitou os operários da Fábrica Frateli Vita e da Companhia Souza Cruz e foi ao Sindicato dos Panificadores.<sup>235</sup>

**Figura 9 – Marighella sendo sabatinado no Sindicato dos Transviários (1946)**



**Fonte:** *O Momento*.

O deputado também fez a “prestaçāo de contas da sua atuaçāo e de seus companheiros da bancada” no Sindicato dos Portuários, “debatendo com os trabalhadores do porto e da estiva os seus problemas”. Conforme a matéria do jornal *O Momento*, Marighella disse que aquela atividade era importante tendo em vista que

a aproximação dos deputados comunistas com os problemas e a vida do proletariado e das grandes massas populares era uma necessidade das mais sentidas, pois, somente conhecendo esses problemas, poderá

<sup>234</sup> *O MOMENTO*. Salvador, 30 abr. 1946. p. 1. Biblioteca Públca do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>235</sup> PRESTAÇĀO de contas à classe operária e ao povo. *O Momento*. Salvador, 01 mai. 1946. p. 1. Biblioteca Públca do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. Não foram localizadas maiores informações sobre quais eram os dirigentes do Sindicato dos Transviários, Sindicato dos Carris Urbanos, Sindicato dos Panificadores e Sindicato dos Portuários, locais visitados por Marighella. De qualquer forma, tudo leva a crer que havia a presença de militantes comunistas nos sindicatos, e que eles buscavam disputar as suas direções. Aponta para a forte presença dos comunistas nos sindicatos de Salvador o fato de nas eleições de 1947, para a Assembleia Legislativa, o PCB ter lançado entre seus candidatos “vários sindicalistas e lideranças entre os trabalhadores”, como “Jaime Maciel (estivador); Juvenal Souto Júnior e Cosme Ferreira (portuários); Antônio Marques (trapiche); Antônio Rosa de Oliveira (padeiro); José Ferreira de Souza Filho e Vitorio Pita (ferroviários); Dermeval Araújo da Silva (tecelão); Rubem Chagas e Bernadete Santos (fumageiros); Florêncio Moreira e Demócrito de Carvalho (gráficos); João Ribeiro dos Passos (transviário); João Cardoso de Souza (marítimo); Lourival Nascimento (eletricitário)”, entre outros. Cf: LINS, Marcelo da Silva. *Os comunistas e os trabalhadores: entre mudanças da linha política e atuação sindical na Bahia (1945-1952)*. 281 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2022. p. 165.

um deputado ser considerado um verdadeiro representante deste mesmo proletariado e deste mesmo povo.<sup>236</sup>

Em relação a essas atividades, é importante acentuar que o PCB buscava se inserir ao máximo nos sindicatos, com anseio de ampliar sua influência entre os trabalhadores. Além disso, embora não tenham sido localizadas maiores informações sobre quais eram os dirigentes desses sindicatos, tudo indica que havia a presença de militantes nesses espaços. Registre-se, ainda, que nesse processo de ampliação da influência do partido no movimento sindical, houve tensões entre a direção e a base partidária nos sindicatos,<sup>237</sup> existindo “diferenças entre os posicionamentos das direções e o que era implementado nas bases sindicais, mas não necessariamente que isso significasse sempre sinônimo de confrontamento”, como afirma Marcelo Lins.<sup>238</sup>

No início de 1946, às vésperas dos parlamentares eleitos assumirem os mandatos, o partido, a partir de um processo de autocrítica no que tange ao trabalho sindical e de massas, passou a considerar “fundamental o trabalho das células, o levantamento das reivindicações imediatas, e uma maior ligação com as massas, com criação de comitês por empresas”. Assim, houve a mudança diante das mobilizações e paralisações dos trabalhadores,<sup>239</sup> já que em 1945 a postura do partido era a de desestimular greves e mobilizações, tendo em vista a linha política de União Nacional, na qual entendia, entre outros, que a luta dos trabalhadores poderia interferir no processo eleitoral e no estabelecimento do Estado Democrático de Direitos.

De acordo com matéria do *O Momento*, de janeiro de 1946, o partido entendia que era preciso tornar “fortes nossos sindicatos”, só sendo isto “possível com o apoio das grandes massas trabalhadoras”. Era necessária “a ligação do sindicato com as reivindicações econômicas mais sentidas da classe operária, cujas duras condições de vida tendem a se agravar”. Por consequência, os sindicatos deviam “estar à frente dessas

---

<sup>236</sup> MARIGHELLA em sabatina... op. cit., p. 3.

<sup>237</sup> A influência do PCB no movimento sindical na década de 1940 é um tema bastante estudado desde os anos 1970, com vasta bibliografia, sendo o tema discutido por autores como Francisco Weffort, Marco Aurélio Santana, Ângela de Castro Gomes, Antônio Luiggi Negro, por exemplo. Cf: WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra)”. *Estudos CEBRAP*, n. 4, abr.-jun. 1973.; SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.; NEGRO, Antônio Luigi. “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra”. *História*. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, n. 21, 2002.; GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>238</sup> LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 18.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 120.

reivindicações, utilizando todos os recursos legais junto ao governo para concretizá-las”.<sup>240</sup>

Posto isso, comprehende-se que essas atividades realizadas por Marighella em Salvador, o envio do memorial pelos portuários com suas reivindicações, a respectiva leitura dessas demandas no plenário, além da repercussão na imprensa comunista, são extremamente importantes para a compreensão de como se estabeleceu a relação entre o representante parlamentar e os representados baianos.<sup>241</sup>

Em linhas gerais, pautar as reivindicações dos trabalhadores, utilizando a tribuna para dar visibilidade a elas, e buscar junto ao governo soluções para os problemas apresentados foram práticas recorrentes de Carlos Marighella ao longo dos quase dois anos de mandato. A interlocução entre representante e representados acontecia muitas vezes através do envio para ele, ou ao partido, de telegramas e memoriais com as mais diversas reivindicações. Por sua vez, Marighella utilizava a tribuna dezenas de vezes para tratar das demandas que chegavam. Assim, dava visibilidade para aqueles pedidos, cientes de que muitas vezes não seriam sanados, mas a repercussão já era considerada pelo partido como uma vitória, embora parcial, como foi escrito no *O Momento*. Além disso, quando estava na Bahia, Marighella “prestava conta do seu mandato” aos trabalhadores, aproximando-se destes.

Parte da imprensa, sobretudo a comunista, repercutia os pronunciamentos de Marighella, o que potencialmente permitiu que ele ficasse mais conhecido entre a militância do partido e o público que se informava por esses jornais. Essa prática, porém, gerava críticas, como a do *Diário Carioca*, do Rio de Janeiro, que escreveu que os comunistas “nunca foram à tribuna versar sobre temas constitucionais e cuja atividade parlamentar se limita à leitura de telegramas de protestos”.<sup>242</sup>

<sup>240</sup> SABATINA. *O Momento*. Salvador, 14 jan. 1946. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>241</sup> Sobre as atividades políticas realizadas por Marighella na Bahia, registre-se que nesta pesquisa foi identificada a presença do parlamentar entre o final de abril e início de maio de 1946, em sua primeira viagem após assumir o mandato. Depois dessa, Marighella viajou à Bahia no início de novembro de 1946. Em seguida, em janeiro de 1947, passou praticamente o mês inteiro realizando campanha política para as eleições para o governo do estado e para a Assembleia Legislativa. Em abril, esteve na Bahia para a posse do governador Otávio Mangabeira, eleito com o apoio do PCB. Após o cancelamento do registro do PCB, e às vésperas da cassação do mandato dos parlamentares comunistas, Marighella esteve na Bahia em dezembro de 1947. Em todas essas viagens, *O Momento* reportou a realização de inúmeras atividades políticas, como sabatinas em sindicatos, realização de palestras e comícios, além de viagens para as cidades de Alagoinhas, Ilhéus, Santo Amaro, Cachoeira e São Félix.

<sup>242</sup> BOLETIM do País. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 06 jun. 1946, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.

Dito isso, ainda que não se possa aferir de forma objetiva o grau de inserção na sociedade, entende-se que toda essa circularidade potencializou para que ele gradativamente se tornasse um político conhecido. Desse modo, a atividade legislativa de Marighella foi preponderante para sua aproximação com os trabalhadores, assim como para o aumento da sua relevância dentro e fora do partido, projetando-o como um político com alcance em diversos estados.

Nesse processo de dar visibilidade às demandas dos trabalhadores, em 09 de julho, Marighella subiu mais uma vez à tribuna para relatar o cenário de precariedade de algumas categorias. Disse que havia ferroviários “com 30 anos de serviço que nunca foram promovidos”, e que os ferroviários não ganhavam “pelas horas extraordinárias os 25% prescritos na lei. Quando completam oito horas extraordinárias, recebem um dia de descanso, com salário normal, o que é evidentemente uma burla, um atentado a funcionários tão mal remunerados”. Além disso, “o direito de 75% de abatimento nas passagens foi suspenso e os empregados, mesmo quando se encontram de serviço, têm de pagar as passagens do próprio bolso, retalhando nas próprias carnes, pois já percebem salários miseráveis”. Entre as muitas queixas, Marighella afirmou que em Alagoinhas,<sup>243</sup> “onde se concentra grande massa dos ferroviários do Leste Brasileiro, a situação é aflitiva, como aliás, é a de todo o povo baiano, reduzido a verdadeira miséria”. E que os ferroviários não tinham “casas confortáveis, sem assistência médica. Enfim, [...] a situação é de extrema miséria e para ela desejo chamar a atenção dos Srs. Representantes, porque esta é a realidade brasileira”.<sup>244</sup>

De acordo com Marighella, essas denúncias ocorreram porque, quando foi a Alagoinhas, em maio, os ferroviários lhe procuraram para pedir que levantasse sua “voz do alto desta tribuna a fim de chamar a atenção dos Srs. Representantes para a situação aflitiva em que se acham”.<sup>245</sup> Nesta viagem, Alagoinhas foi a única cidade do interior visitada pelo deputado “para prestar contas do seu mandato”, tendo ido ao Centro Operário e ao Vencedor Dominó Clube.<sup>246</sup>

<sup>243</sup> Importante cidade do interior baiano que faz a conexão, por meio da ferrovia, entre Salvador e outros estados do Nordeste, e com a região norte da Bahia. À época, Alagoinhas possuía uma grande quantidade de ferroviários.

<sup>244</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 10 jul. 1946, p. 3408-09. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>245</sup> Idem.

<sup>246</sup> PRESTOU contas ao povo de Alagoinhas o deputado Marighella. *O Momento*. Salvador, 05 mai. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

Cabe mencionar que, durante o registro partidário do PCB em 1945, Alagoinhas foi a cidade do interior da Bahia que teve o maior número de signatários favoráveis ao registro do partido.<sup>247</sup> E que Marighella fez campanha eleitoral na cidade, que concentrava uma grande quantidade de ferroviários.<sup>248</sup> Ademais, dos votos recebidos pelo comunista no interior do estado, a maior quantidade foi conquistada naquela cidade.<sup>249</sup> Por tudo isso, a aproximação e interlocução com os ferroviários baianos permaneceu ao longo do mandato, tanto que meses depois dessa intervenção, em novembro e dezembro de 1946, Marighella leu telegramas de trabalhadores da categoria que faziam diversas solicitações, incluindo a solução para o fato de ter sido suspenso o direito de 75% de desconto em suas passagens, tratada no plenário meses antes.<sup>250</sup>

A partir da análise dos pronunciamentos de Marighella na tribuna da Constituinte acerca das demandas dos portuários e ferroviários baianos, por exemplo, reitera-se a perspectiva de que o parlamentar buscava dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos trabalhadores, ansiando que providências fossem tomadas. Essa interlocução entre representante e representados era importante para o parlamentar, que disse que “tinha com o eleitorado, com o povo de minha terra, o compromisso de levantar aqui os problemas que interessam a quantos se entregam a trabalho diário e penoso sem receber justa remuneração”.<sup>251</sup>

Diante desse compromisso, dois dias após abordar no plenário os problemas apresentados pelos ferroviários, Marighella subiu ao púlpito para dizer que os guardas-civis da Bahia estavam “em situação de miséria, decorrente dos baixos salários, em que vivem esses funcionários”. De tal forma, que em 1945 morreram “de tuberculose oito zelosos funcionários”. Na mesma oportunidade, o deputado disse que a “situação econômica dos subalternos da Força Pública do Estado da Bahia é outro exemplo frisante”, sendo “calamitoso o estado desses servidores do governo, em face das imensas dificuldades de vida que atravessam. Tem mesmo havido casos de indisciplina como decorrência do custo de vida”.<sup>252</sup> Essas denúncias realizadas por Marighella,

<sup>247</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. op. cit.,

<sup>248</sup> ALAGOINHAS aclama Yeddo Fiuza... op.cit.,

<sup>249</sup> ÚLTIMOS resultados do pleito de 2 de dezembro. *O Momento*. Salvador, 17 jul. 1945. p. 1; 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Para a análise sobre o registro eleitoral do PCB e campanha de Marighella, Cf: SIZILIO, Ricardo. “Vai, Carlos... (2017). op. cit., p. 255-316.

<sup>250</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 nov. 1946, p. 903-04; 13dez. 1946, p. 1712-13. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>251</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 12 jul. 1946. op. cit.,

<sup>252</sup> Idem.

assim como já havia acontecido anteriormente, foram divulgadas em letras garrafais no *O Momento*, como pode ser visto abaixo, dando visibilidade à atuação do parlamentar entre seus conterrâneos.<sup>253</sup>

**Figura 10 – Matéria sobre a atividade parlamentar de Marighella (1946)**



**Fonte:** *O Momento*.

No mesmo dia em que tratou do problema dos guardas-civis e dos policiais baianos, Marighella também abordou a situação das trabalhadoras baianas, dizendo que não se dava

a devida assistência às operárias, à mulher que trabalha. Nas fábricas, de modo geral, não existem creches e se quisermos ampliar nossas observações sobre a assistência à infância e juventude, notaremos que não há escolas nem hospitais, que a situação é do mais completo abandono em todo o país.<sup>254</sup>

Cerca de uma semana depois, Marighella tratou da situação de precariedade dos trabalhadores na indústria açucareira da Bahia, denunciando, entre outros, os baixos salários, e que alguns operários “vivem em casinhas, construídas em renque, ou isoladas, muitas em estado precário de higiene e conservação”, enquanto outros residiam em condições piores, “nas próprias usinas, dormem atulhados, no chão frio, sobre esteiras nuas ou por cima de toros de madeiras, em giraus, no meio de barricas

<sup>253</sup> CARLOS Marighella debate, na Constituinte, importantes problemas do nosso Estado. *O Momento*. Salvador, 13 jul. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros.

<sup>254</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 12 jul. 1946. op. cit.,

vazias de cal e caixões velhos” com “assistência médica muito precária” e sem assistência escolar, sendo “a quase totalidade dos operários, na maioria jovens, inteiramente analfabetos”.<sup>255</sup>

Em seguida, o deputado abordou mais uma vez a questão das trabalhadoras. Em seu longo discurso, afirmou que a “situação dolorosa é a do proletariado feminino na Bahia. Milhares de trabalhadoras das fábricas de tecidos e na indústria do fumo, na capital e no interior, principalmente em São Félix, Cachoeira, Muritiba, Nazaré, sofrem a pior das explorações”. Afinal, “na Fábrica Nossa Senhora da Conceição, chegou-se até ao ponto de se permitir às operárias grávidas o prazo de três dias de descanso para o parto”. Continuando, Marighella disse que na “Fábrica Conceição as operárias, mesmo depois de executado o serviço, não podem sair para amamentar os filhos”. Na Fábrica São Braz, “as tecelãs passam por idênticos vexames. Só à hora do almoço podem alimentar seus filhos. Em geral, percorrem a pé um quilômetro antes de atingir suas residências. Amamentam os filhos apressadamente, preocupadas com a volta rápida”.<sup>256</sup>

Ao que tudo indica, essas denúncias foram feitas a partir do envio de correspondências pelas trabalhadoras ao deputado ou ao partido, tendo sido integralmente transcritas pelo periódico comunista da Bahia, com o chamativo título “É de fome e miséria a situação dos trabalhadores bahianos”[sic].<sup>257</sup>

Aproximadamente um ano depois, na Câmara dos Deputados, Marighella voltou a tratar da precariedade de condições de labor das trabalhadoras das fábricas de tecidos da Bahia, dizendo “que os operários e, principalmente, as operárias, que constituem a maioria do proletariado que se emprega em nossa indústria, atravessam dificílima emergência, com salários baixíssimos, sem repouso remunerado”.<sup>258</sup> Em outro longo discurso, o deputado baiano exemplificou mais uma vez as dificuldades que passavam as trabalhadoras, e que seu objetivo era “concorrer para que os problemas sejam conhecidos e esclarecidos, para que, da divulgação deles, se possa atingir solução adequada”.<sup>259</sup>

<sup>255</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 20 jul. 1946, p. 3595-96. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> É DE FOME e miséria a situação dos trabalhadores bahianos. *O Momento*. Salvador, 25 jul. 1946. p. 1; 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros.

<sup>258</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 out. 1947, p. 6893-95. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>259</sup> Idem.

Nota-se que a questão sobre as condições de trabalho das mulheres era um assunto de relevância para o deputado baiano. Tanto que, em maio de 1946, Marighella foi sabatinado na Associação dos Empregados do Comércio pelas “mulheres bahianas”, tendo afirmado em sua conferência que “a mulher, na sociedade capitalista, é considerada inferior e está sujeita a uma verdadeira escravidão de vida, decorrente, sobretudo, da sua dependência econômica”. De acordo com Marighella, a mulher só poderá libertar-se “procurando organizar-se e conseguir participar da produção, porque então obterá uma situação de independência econômica, de onde decorrerão todas as outras situações de liberdade e vida digna e moderna”.<sup>260</sup>

O argumento de Marighella reproduzia o que Engels escreve em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de que o surgimento da propriedade privada colocou a mulher em condição de inferioridade.<sup>261</sup> Com isso, o PCB e Marighella se posicionavam pela necessidade da mulher entrar no mundo do trabalho e se organizar politicamente. Todavia, sem que a mulher fosse feminista, como aponta Iracélli Alves. Afinal, para o PCB, “o feminismo era um movimento liberal, consequentemente, de orientação burguesa”. Tanto que o jornal *Momento Feminino*, periódico de orientação comunista, denominou o movimento como “pequeno burguês”, atribuindo-lhe características pejorativas, apresentando-o “ora como um movimento de mulheres insatisfeitas com a sua condição biológica, [...] ora como uma maneira exagerada de expressão daquelas pouco acostumadas com a liberdade”.<sup>262</sup>

Apesar dessa perspectiva dos comunistas em meados da década de 1940,<sup>263</sup> o PCB e Marighella defenderam a participação da mulher na política e no mundo do trabalho, a organização das mulheres em Uniões Femininas,<sup>264</sup> além de denunciarem a precariedade das condições de vida e de labor das mulheres. E essa concepção está explícita desde que os comunistas puderam atuar politicamente sem a perseguição policial. De tal forma que, no programa do PCB enviado ao TSE para seu registro, os

<sup>260</sup> AS MULHERES devem organizar-se para saírem da escravidão. *O Momento*. Salvador, 04 mai. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros.

<sup>261</sup> ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

<sup>262</sup> ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. 358 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020. p. 81-82.

<sup>263</sup> Esse debate foi desenvolvido por Iracélli Alves em sua tese, onde argumenta, por exemplo, que *Momento Feminino* contribuiu para o desenvolvimento da história feminista no Brasil, sem perder de vista os deslocamentos de sentido que a expressão assumiu até a formação de um relativo consenso em torno do conceito compartilhado atualmente.

<sup>264</sup> SOARES, Paula Elise Ferreira. O PCB e a criação das Uniões Femininas na cidade do Rio de Janeiro: os comunistas na luta pelo direito das mulheres trabalhadoras à cidade (1945-1948). *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 14, 2022, p. 1-25.

comunistas propuseram lutar pela emancipação da mulher e pelo reconhecimento de todos os seus direitos que lhe eram negados.<sup>265</sup>

Além disso, ainda em 1945, os Comitês Populares Democráticos foram criados,<sup>266</sup> tendo como um dos seus objetivos a “mobilização de mulheres visando integrá-las na vida política da nação”.<sup>267</sup> Acrescente-se que, ao longo daquele ano, diversas atividades políticas foram realizadas com a participação de mulheres, como a palestra de Marighella no Comitê de Mulheres Pró-Democracia, no Rio de Janeiro.<sup>268</sup>

Especificamente na Bahia, a comunista Antonia Miranda, “líder das operárias tecelãs”, discursou no evento de instalação do Comitê Estadual do PCB.<sup>269</sup> Já na convocação do comício pró-constituinte, realizado em Salvador, foi publicado que a militante Lourdes Dias discursaria em nome da mulher comunista.<sup>270</sup> Também na capital do estado, Noêmia Alves, a professora Maria Leonor Carvalho,<sup>271</sup> Ana Montenegro<sup>272</sup> e Dalila Cavalcanti,<sup>273</sup> entre outras, discursaram nos comícios do PCB defendendo o programa do partido e pedindo votos para os “candidatos do povo”. O partido ainda lançou a candidatura de Jacinta Amado para o cargo de deputada federal.

Constata-se, então, que a recorrência de Marighella em denunciar no Congresso as precárias condições de trabalho das mulheres baianas está em total alinhamento com o Programa do partido. E, como Marighella afirmou que os deputados comunistas tinham que se aproximar dos problemas e da vida do proletariado, ao longo do seu mandato, ele fez inúmeras denúncias sobre a precariedade dos trabalhadores baianos.

<sup>265</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. op. cit.,

<sup>266</sup> De acordo com Raquel Silva, os Comitês Populares foram criados em 1945 com a principal tarefa de organizar o povo, desenvolvendo o trabalho de massas. Isso fez com que os comunistas se aproximasse da população nos bairros e soubessem quais eram de fato suas reivindicações. Desse modo, o PCB buscou ampliar sua inserção em organizações da sociedade civil, assim como aumentar suas bases políticas, capitalizando a capacidade organizativa e mobilizadora dos Comitês Populares e convertendo-as em poder político, sendo este um elemento de influência na arena política nacional. Cf: SILVA, Raquel Oliveira. *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador. (1945-1947)*. 134 f. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2012. p. 36-76

<sup>267</sup> CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. Volume II. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982. p. 58.

<sup>268</sup> CONVITE do Comitê de Mulheres Pró-Democracia. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 31 mai. 1945. p. 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hereroteca-digital/>. Acesso em: 16 jul. 2024.

<sup>269</sup> MILHARES de pessoas acorreram à solenidade de instalação do PCB. *O Momento*. Salvador, 09 jul. 1945. p. 1, 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>270</sup> GRANDES comícios pró-constituinte. *O Momento*. Salvador. 15 out. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>271</sup> COMITÊ do Alto do Peru. *O Momento*. Salvador, 08 out. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>272</sup> FALARÁ no grande comício o dirigente Carlos Marighela. *O Momento*. Salvador, 19 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>273</sup> A PALAVRA do PCB nos bairros. *O Momento*. Salvador. 24 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

Assim, em 20 de junho de 1947, apresentou na tribuna a situação dos telegrafistas, que enviaram telegrama ao deputado afirmando que continuavam trabalhando em regime de pernoite, mesmo não havendo mais a “hora de esforço de guerra”. Em outra correspondência, entre as diversas demandas, os telegrafistas baianos reclamavam que não “eram remuneradas horas extraordinárias, inclusive, as noturnas, todas bem definidas por leis trabalhistas”.<sup>274</sup>

Ainda tratando dos telegrafistas, Marighella leu telegramas endereçados a ele com reivindicações da mesma natureza, porém, de trabalhadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em seguida, leu memoriais dos telegrafistas de São Paulo e João Pessoa, endereçados a outros deputados comunistas, respectivamente, Maurício Grabois e Pedro Pomar.<sup>275</sup>

A prática de envio de telegramas e memoriais como forma de interlocução entre os representados e os representantes comunistas não era exclusividade dos baianos e de Marighella. Pelas correspondências enviadas para ele do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, percebe-se que, em 1947, Marighella tinha seu nome conhecido em diversas regiões do país. Já em relação aos telegramas endereçados a Maurício Grabois e Pedro Pomar, reforça-se a perspectiva de que muitas vezes os parlamentares comunistas tinham a incumbência de se debruçar sobre determinados temas, fazendo às vezes de porta-voz da bancada. Nesse caso, tudo indica que coube a Marighella abordar a situação dos telegrafistas, independentemente do seu estado de origem.

Tendo sido a tônica do seu mandato o uso recorrente da tribuna para tratar de assuntos de interesse da população, em outubro de 1947, o deputado baiano abordou em outro longo discurso a situação dos estivadores da cidade de Ilhéus, afirmado que havia tanta precariedade e exploração que os trabalhadores chegavam a transportar “mil quilos de cacau para ganhar oitenta centavos. Os cabos de turma, entretanto, ganham um e meio por cento da produção, percentagem tirada, portanto, do trabalho realizado pelos estivadores”.<sup>276</sup>

<sup>274</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 21 jun. 1946, p. 2906-09. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>275</sup> Embora Pedro Pomar fosse um dirigente histórico do PCB, como estratégia política, tendo em vista o processo de cancelamento do registro do PCB em curso, nas eleições complementares para a Câmara dos Deputados, em janeiro de 1947, ele foi eleito pelo Partido Social Progressista (PSP).

<sup>276</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 out. 1947, p. 6934-36. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

No mês seguinte, mais uma vez tratando da situação dos trabalhadores das usinas, relatou o que presenciou na Bahia, afirmando que

os braços desses trabalhadores são inteiramente retalhados pela palha de cana, e os acidentados não têm tratamento. Vi homens com os pés apodrecidos, completamente sem assistência, em virtude dos talhos recebidos nos canaviais.

As mulheres amarram o olho da cana e fazem a limpeza a Cr\$ 1,50 o carro. É difícil descrever-se semelhante tarefa, porque o peso que elas carregam nos carros é inconcebível. E recebem, por dia, verdadeira miséria, pois não é possível a uma mulher nesse trabalho, transportar mais de quatro carros.<sup>277</sup>

Por fim, em um dos seus últimos discursos na Câmara dos Deputados, em 09 de dezembro de 1947, Marighella tratou das enchentes que ocorreram no estado, com consequências em diversas cidades. E aproveitou para mais uma vez tratar das condições de vida e trabalho dos baianos. Em suas palavras, disse que

A população da Bahia está sofrendo não somente as consequências das enchentes do Rio Paraguaçu, como dos Rios das Contas, Jiquiriçá e de tantos outros; encontra-se sofrendo em virtude das explorações feitas em suas fábricas, em virtude dos baixos salários pagos aos trabalhadores, como aos estivadores, aos portuários, aos tecelões e às tecelãs das fábricas Bia Viagem, Tanque Paraguaçu, Fiais S. Brás, como ainda os operários da Navegação Baiana, aos operários em construção civil, metalúrgicos, funcionários de uma companhia imperialista, como é a Companhia Linha Auxiliar, que escorcha seus trabalhadores pagando salários miseráveis, e que as ruínas do nosso povo sugando-lhe até o último tostão na cobrança de passagens de bondes que são verdadeiros calhambeques.<sup>278</sup>

Pelo exposto, percebe-se que, ao longo dos quase dois anos de mandato na Constituinte e na Câmara dos Deputados, Marighella utilizou a tribuna para denunciar as condições de precariedade dos trabalhadores baianos, dentre os quais, guardas-civis, policiais, portuários, ferroviários, trabalhadoras das fábricas de tecidos, da indústria açucareira, telegrafistas e estivadores. E muitas dessas denúncias chegavam a partir de telegramas e memoriais endereçados a ele com as mais diversas reivindicações dos trabalhadores. Assim, dava-se visibilidade para a situação dos trabalhadores, embora conscientes de que muitas vezes as demandas não seriam sanadas, conforme foi escrito no *O Momento*. Além disso, sobretudo a imprensa comunista repercutia os

<sup>277</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 nov. 1947, p. 8352-57. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>278</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 jul. 1947, p. 8909-12. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

pronunciamentos de Marighella, possibilitando que ele se tornasse mais conhecido entre a militância e os trabalhadores em geral, tanto na Bahia quanto em outros estados.

Para finalizar, comprehende-se que todas essas denúncias apresentadas por Marighella no Parlamento, além dos objetivos primários, de estimular ações que mudassem as condições de vida da população do estado, hodiernamente, possibilitam mostrar uma fotografia da precariedade das condições de vida e de trabalho na Bahia em meados da década de 1940.

## MARIGHELLA E OS TRABALHADORES BRASILEIROS

---

A sessão preparatória de instalação da Assembleia Constituinte aconteceu no dia 01 de fevereiro de 1946, no Palácio Tiradentes, pontualmente às 14 horas, sob a presidência do ministro Valdemar Falcão, Presidente do TSE. Após o discurso de abertura, o comunista Maurício Grabois, em questão de ordem, foi o primeiro a se manifestar, apresentando um requerimento em nome da bancada do partido para que a Assembleia Constituinte fosse dirigida imediatamente por um dos parlamentares eleitos, tendo em perspectiva a soberania do Congresso e a separação dos poderes. Para o deputado, Valdemar Falcão era “um corpo estranho à Casa”. Em seguida, Carlos Marighella também requereu a palavra em questão de ordem, reforçando o requerimento anterior ao afirmar que não estava se dirigindo ao Presidente da Assembleia porque não reconhecia na pessoa “poderes para dirigir os nossos trabalhos”. Na sequência, os deputados João Amazonas e Acúrcio Torres (PSD/RJ) seguiram o debate acerca da legitimidade de Valdemar Falcão estar à frente da Constituinte naquele momento.<sup>279</sup>

Após as discussões sobre esse requerimento, Valdemar Falcão decidiu não colocar o pedido em votação, tendo como justificativa o “amor à coerência com o próprio ponto de vista em que se coloca o digno senhor deputado. Seria a votação de uma proposta presidida pelo mesmo corpo estranho que V. Ex<sup>a</sup> alude”.<sup>280</sup>

Essa discussão inicial na Assembleia Constituinte de alguma forma enuncia a ação dos pecebistas ao longo de cerca de dois anos, usar intensamente a tribuna. Para Marighella, havia “a necessidade da utilização do Parlamento como um instrumento, inteiramente novo para nós, empregado em benefício dos melhores interesses de nosso povo e em defesa da democracia e do progresso”.<sup>281</sup>

Logo em seguida, também em questão de ordem, Marighella subiu à tribuna para tratar da greve dos bancários que ocorria no Brasil desde o fim de janeiro.<sup>282</sup> Com isso,

---

<sup>279</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 01 fev. 1946. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1946. p. 4-9. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

<sup>282</sup> De acordo com Sena Júnior, a greve dos bancários durou 20 dias, entre janeiro e fevereiro, sendo encerrada em 13 de fevereiro, quando os trabalhadores resolveram retornar ao trabalho depois de ficar acertado que “nenhum empregado de estabelecimento bancário do país, seja qual for o seu tempo de serviço, será demitido, transferido, suspenso, coagido ou sofrerá qualquer penalidade, pelo motivo de ter participado, direta ou indiretamente, da greve, ou por haver, de qualquer forma, reclamado os seus

o comunista inaugurou na Constituinte as discussões que tratavam da situação do país e dos trabalhadores, sendo essa uma das tóricas ao longo de seu mandato. Para Marighella, em função de os parlamentares terem que se dedicar exclusivamente à elaboração da nova Carta Magna,<sup>283</sup> sem poderes para criar outras leis ao longo dos sete meses da Constituinte, o Parlamento foi transformado “numa grande válvula por onde têm extravasado os mais sentidos interesses de nosso povo”.<sup>284</sup> Portanto, além das funções originárias de parlamentar, legislar e fiscalizar o Poder Executivo, Marighella usou a tribuna do Congresso para lançar luz sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores brasileiros.

Em seu pronunciamento sobre a greve dos bancários, o deputado baiano anunciou a posição do PCB em relação do governo do “ilustre” General Dutra, que “seria clara, firme e decidida, de apoio a todos os seus atos democráticos, como também de repulsa e combate, o mais implacável e impiedoso, a todos os atos reacionários”.<sup>285</sup> Com isso, preservou o Presidente da República e direcionou suas críticas ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Otacílio Negrão de Lima, que havia declarado:

A legislação social brasileira oferece amplas possibilidades de entendimento entre as partes interessadas e de exame e julgamento pela Justiça do Trabalho. Nestas condições, não se justifica, no momento, o recurso extremo das greves, principalmente intempestivas, criando dificuldades ao governo democrático que se inicia e perturbando a vida pacífica da Nação. Acolhendo com simpatia reivindicações justas, o governo não poderia negociar com grevistas apressados e impatriotas ou a serviço de inimigos dos trabalhadores.

direitos. Sendo assim, seriam incorporados, ‘definitivamente’, aos salários dos empregados em estabelecimentos bancários, ‘os abonos que estejam atualmente percebendo’. E ainda, aos empregados em estabelecimentos bancários ‘qualquer que seja o seu tempo de serviço’, seria concedido um ‘aumento de 300 cruzeiros, nos respectivos salários, independentemente da incorporação do abono’”. SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit., p. 357.

<sup>283</sup> No primeiro mês da Assembleia Constituinte, os comunistas propuseram revogar a Carta de 1937, fazendo com que o Parlamento tivesse poderes legislativos. Porém, tal proposição não foi acatada pela maioria. Dessa forma, até a promulgação da Constituição em 18 de setembro de 1946, o Poder Executivo continuou legislando através de decretos-lei. De acordo com David Ribeiro, com isso, Dutra “utilizou os decretos sobretudo para coibir a mobilização e a atividade política dos trabalhadores urbanos, vide as intervenções realizadas contra os sindicatos e a restrição do direito de realizar greves. Em um contexto em que ainda vigorava a disputa pela delimitação do regime democrático recém-instalado no país, a coerção se fazia necessária na ótica das forças conservadoras, para restringir o potencial transformador da democratização e consolidar a democracia que almejavam”. RIBEIRO, David. *A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o Partido Comunista do Brasil e a construção de um caminho alternativo.* 281 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022. p. 269.

<sup>284</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

<sup>285</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 02 fev. 1946, p. 3-4. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

Por causa desta declaração, Marighella utilizou a tribuna para defender os bancários, dizendo que o movimento era de “reivindicações justas, promovido pelos trabalhadores, os quais, passando fome nesse momento, se utilizam do recurso legal da greve para conseguir mais um pouco de pão”.<sup>286</sup> Ademais, não era admissível um representante do governo deixar de “reconhecer direito líquido e incontestável que é o do proletariado fazer suas greves, direito reconhecido no mundo todo pela nossa própria pátria”. Diante disso, requereu que fosse enviado ao Presidente da República um telegrama oficial da Assembleia Constituinte solicitando o intermédio do ministro do Trabalho para a resolução, o “quanto antes”, das “justas reivindicações [dos] bancários, já que [a] situação econômica e financeira da nossa Pátria se encontra ameaçada [pela] intransigência [dos] banqueiros”.<sup>287</sup> Todavia, tal solicitação não foi aprovada pelos demais parlamentares.

Além do apoio aos trabalhadores, esse discurso de Marighella serviu para expor aos constituintes a linha política do PCB de “União Nacional”, tendo em vista que já nas primeiras horas de atividade legislativa ele declarou que a posição do partido era clara, firme e decidida de apoio ao governo em todos os seus atos democráticos.

Em relação à linha política, Carlos Zacarias de Sena Júnior afirma que ela foi implementada pelo PCB em outubro de 1938, tendo surgido “nas circunstâncias e nos países em que a luta antifascista envolvia amplos setores da sociedade, desde os agrupamentos ‘conservadores patriotas’, não identificados com o nazi-fascismo, aos ‘revolucionários sociais’ de toda espécie”.<sup>288</sup> De acordo com Frederico Falcão, “abria-se mão, de forma explícita, da defesa de uma política classista, das transformações sociais, subordinando a ação partidária” às burguesias em seus países e aos governos existentes.<sup>289</sup> No Brasil, a tentativa mal sucedida de golpe feita pela Ação Integralista Brasileira, “bastante combatida e denunciada pelo PCB, abriu espaço para a política de União Nacional com Vargas, defendida pelos comunistas”. Assim, “defendendo a União Nacional de todas as forças democráticas e progressistas contra o inimigo externo e seus correlatos no território nacional, os pecebistas encontraram, no caminho das ruas, a possibilidade de retornar à atividade da luta política no Brasil”.<sup>290</sup>

---

<sup>286</sup> Idem.

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit., p. 82-119.

<sup>289</sup> FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 35.

<sup>290</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit., p. 82-119.

Na imprensa comunista, a produção de matérias sobre a linha política do PCB foi intensificada no primeiro semestre de 1945. Em seus diversos veículos, a União Nacional foi exaustivamente difundida. *O Momento*, por exemplo, em sua primeira edição, além de reivindicar em sua matéria de capa a “anistia ampla e irrestrita”, tendo como símbolos Otávio Mangabeira, Prestes e Armando Sales, publicou a matéria sobre o programa mínimo de União Nacional. Nesta, foi afirmado que o caminho era “a unidade de todas as correntes democráticas, patrióticas e progressistas da nação, a fim de garantir ao povo brasileiro uma saída unitária e realmente democrática para a grave crise política que atravessamos”, sendo alheios aos “ressentimentos e aos ódios motivados pelas dissensões do passado”. E que o futuro imediato não era o socialismo, “e ainda menos o comunismo, mas a plena expansão de suas forças produtivas em base capitalista”, que deveria ocorrer “em quadro pacífico baseado na cooperação dos trabalhadores, como classe independente, como os industriais, financeiros, financistas e comerciantes progressistas”.<sup>291</sup>

Nesse sentido, Prestes afirmou que para o povo o caminho era o da “ordem e tranquilidade”, dizendo que para os trabalhadores era preferível “apertar a barriga, passar fome, do que fazer greve e criar agitações, porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos vivendo só interessam ao fascismo”. Além disso, questionou a eficácia das greves, haja vista que os patrões dispunham de “uma reserva colossal de mão de obra barata”.<sup>292</sup>

Em sentido amplo, o programa mínimo de União Nacional visava a instauração e o aprimoramento do “regime de ampla liberdade democrática”; reestruturação econômica nacional; criação de um grande mercado interno; e “aprofundamento das relações internacionais do Brasil com todas as Nações Unidas e amantes da paz, em particular, com as Nações Latino-Americanas, com os Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética, França, Itália e China”.<sup>293</sup>

Embora buscassem se mostrar como o partido da ordem, tendo sido dito por Marighella que o “Partido Comunista do Brasil é o mais forte esteio da democracia entre nós, o mais decidido fator de ordem e tranquilidade”,<sup>294</sup> a aversão aos comunistas foi demonstrada nas primeiras horas da Constituinte. De tal forma que, antes mesmo de

<sup>291</sup> PROGRAMA mínimo de União Nacional. *O Momento*. Salvador, 09 abr. 1945. p. 11. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>292</sup> VINHAS, Moisés. op. cit., p. 114-116.

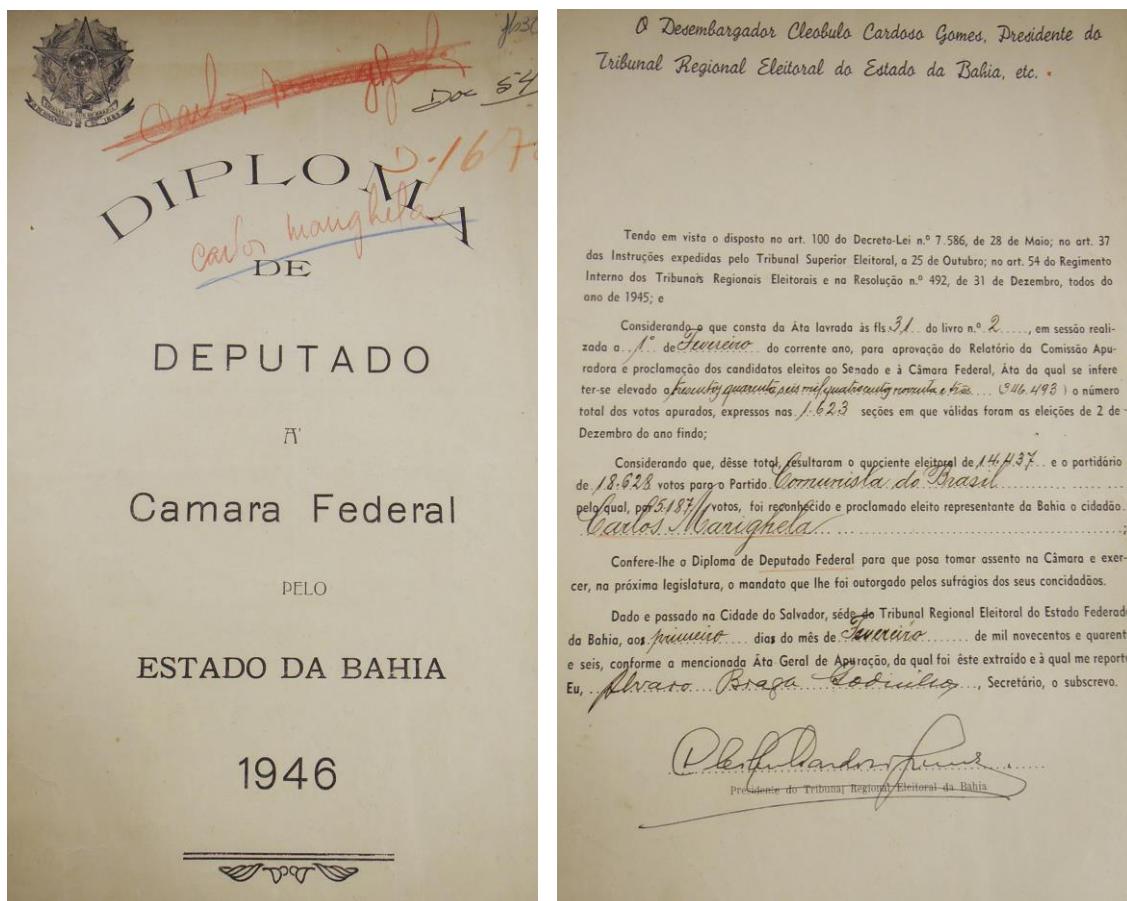
<sup>293</sup> PROGRAMA mínimo... op. cit.,

<sup>294</sup> FALA Carlos Marighela ao povo da Bahia. *O Momento*. Salvador, 11 jun. 1945. p. 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

Marighella encerrar seu discurso em defesa dos bancários, o senador Georgino Avelino (PSD/RN) o interrompeu, dizendo que o direito de greve “não era reconhecido nem mesmo na Rússia”.<sup>295</sup>

Importante dizer que o pronunciamento de Marighella em favor dos bancários ocorreu em virtude de o PCB, no início de 1946, ter passado por um processo de autocrítica no que tange ao trabalho sindical e de massas, mudando sua postura diante das mobilizações e paralisações dos trabalhadores.<sup>296</sup> E, como resposta a esse pronunciamento, o deputado Hugo Borghi (PTB/SP) defendeu o ministro do Trabalho, afirmando que, em relação à “classe trabalhista, tem sido uma de suas preocupações constantes, nestes últimos dias, o estudo dos problemas atinentes aos interesses do proletariado”.<sup>297</sup>

**Figura 11 – Diploma de deputado federal de Carlos Marighella (1946)**



**Fonte:** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>295</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 01 fev. 1946. Vol. I. op. cit., p. 10-14.

<sup>296</sup> LINS, Marcelo da Silva. op. cit., p. 120.

<sup>297</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 01 fev. 1946. Vol. I. op. cit., p. 10-14.

Destaque-se, ainda, que até aquele momento na sessão de instalação da Assembleia Constituinte os parlamentares ainda não haviam tomado posse oficialmente, o que gerou alguma polêmica. Os parlamentares apenas tinham recebido os diplomas emitidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de cada estado, que pode ser visto acima. Somente após o pronunciamento de Marighella e a resposta de Hugo Borghi os senadores e deputados foram chamados para entregarem seus diplomas, oficializando assim o início de seus mandatos.<sup>298</sup>

Posto isso, essa primeira hora dos trabalhos da Assembleia Constituinte serve como enunciador de alguns dos aspectos recorrentes durante os quase dois anos em que Marighella e os demais comunistas atuaram no Parlamento brasileiro. Nota-se que os comunistas tinham uma demanda represada por décadas de poder atuar politicamente de forma legal, tanto que as primeiras intervenções no Parlamento, seja para tratar de uma questão interna da Constituinte, seja para abordar temas da sociedade brasileira, foram feitas pelos deputados do PCB, antes mesmo de os parlamentares terem oficialmente tomado posse de seus mandatos.

A provocação anticomunista,<sup>299</sup> como a do senador Georgino Avelino durante o discurso de Marighella, também foi uma prática recorrente no Congresso Nacional entre 1946 e 1948. Afinal, como afirma Jorge Amado, para os constituintes, “na proposição mais inocente [havia] o famigerado dedo de Moscou. [...] O dedo e o olho de Moscou estavam em toda parte ameaçando a sociedade estabelecida, a religião, a moral, os bons costumes, a família brasileira”.<sup>300</sup>

Isso ocorria mesmo havendo por parte dos comunistas absoluta boa vontade com o governo nos primeiros meses de 1946, a partir da linha política de União Nacional. De tal forma que Luís Carlos Prestes afirmou que os comunistas estavam “prontos a apoiar

<sup>298</sup> Idem.

<sup>299</sup> Segundo Rodrigo Motta, a definição de anticomunismo “recobre uma realidade bastante complexa”, assim, “anticomunistas seriam os indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, pela palavra ou pela ação”. Ainda de acordo com o autor, com o crescimento do PCB nos anos 1930, “o anticomunismo começou a ganhar maior substância na mesma medida em que se dava o processo de expansão da influência do Partido Comunista”. Os Levantes Comunistas, em 1935, foram o “maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. O impacto foi enorme sobre a opinião conservadora, afinal, não era uma rebelião comum: tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder, a qual, uma vez bem-sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira”. A partir daí, criaram-se as “bases para o estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos”. Cf: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 345f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

<sup>300</sup> AMADO, Jorge. *Bahia...* op. cit., p. 67-68.

o governo do General Dutra, a mobilizar todas as massas que já aceitam nossa direção, para apoiar os seus atos honesta e sinceramente democráticos”.<sup>301</sup> Assim, nos primeiros meses de atuação na Assembleia Constituinte, os comunistas reforçaram esse direcionamento buscando angariar a simpatia da população e dos demais parlamentares, mostrando-se confiáveis, ao tempo em que ansiavam arrefecer o anticomunismo enraizado ao longo de décadas.

Do ponto de vista da estrutura interna do PCB, a primeira hora do trabalho da Constituinte é significativa para reforçar que, depois do senador Luís Carlos Prestes, um dos principais nomes da bancada era o deputado Maurício Grabois, líder do partido na Assembleia Constituinte<sup>302</sup> e diretor do seu principal jornal, *A Classe Operária*,<sup>303</sup> do Rio de Janeiro. Portanto, a primeira intervenção na tribuna ter sido feita por Grabois não foi um ato aleatório. Convém dizer que os principais parlamentares do PCB no início dos trabalhos da Assembleia Constituinte eram Prestes, Grabois, João Amazonas e Agostinho de Oliveira, membros da Executiva, além de Milton Caires de Brito, integrante do Comitê Nacional, diretor do jornal comunista *Hoje*, de São Paulo,<sup>304</sup> e que foi escolhido para permanecer como deputado em detrimento a Mário Scott. O grau de importância desses parlamentares dentro da estrutura do PCB pode ser verificado até mesmo pelo posicionamento deles na foto oficial da bancada, ao centro e um ao lado do outro.<sup>305</sup>

Já em relação ao discurso de Marighella em defesa dos bancários, levando em consideração a afirmação de Batista Neto, de que havia “divisão de trabalho no interior da bancada”, cabendo a alguns deputados determinados temas,<sup>306</sup> e a de Jorge Amado, de que a estratégia de atuação no Parlamento “era decidida pela direção do partido”,<sup>307</sup> é possível que esse pronunciamento tenha sido uma orientação inicial da direção para que Marighella se debruçasse sobre o tema e fizesse o debate no Parlamento, até mesmo pelo fato de ele ser o secretário da bancada.

<sup>301</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 05 fev. 1946. Vol. I. op. cit., p. 34-39.

<sup>302</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi...* op. cit., p. 295-298.

<sup>303</sup> A CLASSE OPERÁRIA. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 09 mar. 1946. p. 6. op. cit.,

<sup>304</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Processos 411/412...* op. cit., O jornal *Hoje* foi registrado no Departamento Nacional de Informações em 25 de setembro de 1945, sendo seu diretor Milton Caires de Brito.

<sup>305</sup> Figura 6, p. 53.

<sup>306</sup> BRAGA, Sérgio Soares; COSTA, Henri Randel. op. cit., p. 107-108.

<sup>307</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *A militância no PCB...* op. cit., p. 81.

Fato é que, ao longo do seu mandato, Marighella usou muitas vezes a tribuna para tratar de assuntos relacionados ao mundo do trabalho. Isso contribuiu para que ele tenha sido o comunista que mais discursou ao longo de quase dois anos. Dos quinze parlamentares da bancada comunista, Marighella foi responsável por 20% das intervenções na Constituinte e por 24% na Câmara dos Deputados,<sup>308</sup> conforme mencionado anteriormente. Entende-se que essa recorrência do uso da tribuna o projetou, possibilitando que ele se tornasse conhecido entre os políticos, militantes e parte da população, tendo em perspectiva que a imprensa comunista e a grande imprensa repercutiram em muitos momentos suas falas, como se vê abaixo na matéria do *O Momento*.

**Figura 12 – Matéria sobre a greve dos bancários (1946)**



**Fonte:** *O Momento*.

Posto isso, a primeira intervenção de Marighella na Constituinte também serviu para que ele “se apresentasse” aos demais parlamentares, incluindo os baianos. Não é à toa que o *Jornal do Brasil*, cobrindo os bastidores daquela sessão, transcreveu um diálogo entre Otávio Mangabeira e outro constituinte, no qual o primeiro questiona: “por que estado é deputado aquele rapaz?”[sic]. Em resposta, foi informado que era pela

<sup>308</sup> BRASIL. *Sumário de discurso de parlamentares (1946-1949)*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados – CEDI. Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação – CORPI. Brasília. Segundo os dados da Câmara dos Deputados, das 363 intervenções dos comunistas realizadas na Assembleia Constituinte, 73 foram feitas por Carlos Marighella. Na Câmara dos Deputados foram 140 das 583 intervenções. Desses números, é importante informar que não constam os dados referentes aos deputados Francisco Gomes, Henrique Oest e Gervásio de Azevedo, que assumiram após as renúncias de Batista Neto, Alcides Sabença e Caires de Brito.

Bahia, o que gerou sua surpresa, já que os deputados baianos ainda não tinham entregues seus diplomas para tomar posse do mandato.<sup>309</sup> Isso reforça a perspectiva de que Marighella não era um político conhecido entre os baianos antes de sua atuação no Parlamento, apenas entre a militância do PCB.

Tendo em vista que foi escrito em matérias da imprensa que o início do trabalho da Constituinte era aguardado com grande expectativa pela sociedade, Marighella ter usado a tribuna para tratar da greve dos bancários foi bastante relevante para o partido e para ele, pois houve bastante repercussão na imprensa, servindo como um canhão de luz sobre a sua atividade política.

Na coluna “Como age um verdadeiro deputado do povo”, *O Momento* escreve uma matéria em que aborda a defesa de Marighella em relação ao direito dos bancários de fazerem greve.<sup>310</sup> Na grande imprensa, houve referência à fala de Marighella em diferentes jornais, de regiões distintas, seja simplesmente para relatar o funcionamento da Constituinte, seja inferindo juízo de valor ao tratar da defesa do direito à greve. Entre tantos, o *Diário de Pernambuco* escreve que o primeiro debate sobre o direito de greve na Constituinte foi promovido pela bancada do PCB.<sup>311</sup> O *Jornal do Comércio*, do Amazonas, em matéria de capa, transcreve o discurso de Marighella em quase sua totalidade.<sup>312</sup>

O *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, repercutindo a discussão sobre a legitimidade de Valdemar Falcão estar à frente da Constituinte, escreve que outro parlamentar declarou ao periódico que o “corpo estranho” na Constituinte era o do comunista, tendo em vista que durante os debates iniciais ele ainda não tinha tomado posse.<sup>313</sup> Apesar do viés tendencioso da matéria, o periódico carioca estampou em sua capa alguns registros da sessão preparatória, mostrando aos leitores uma das primeiras imagens do deputado baiano enquanto fazia uso da fala, como pode ser visto adiante. Isso não foi algo recorrente na grande imprensa. Assim, não obstante a atividade

<sup>309</sup> ASPECTOS da Constituinte. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 fev. 1946. p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>310</sup> MARIGHELLA defende, na Constituinte, os direitos dos bancários em greve. *O Momento*. Salvador, 04 fev. 1946. p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>311</sup> PRIMEIRO debate sobre o direito de greve promovido pela bancada do P.C. *Diário Pernambuco*. Recife, 02 fev. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

<sup>312</sup> CRITICA o deputado comunista, o novo ministro da Justiça [sic]. *Jornal do Comércio*. Manaus, 02 fev. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>313</sup> CASACA e cartola na instalação solene. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 04 fev. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 ago. 2024.

parlamentar de Marighella ter sido publicada muitas vezes pela grande imprensa, sua imagem não foi tão propagada.

Também em tom de desagravo, *O Dia*, do Paraná, escreve que “o sr. Marighella, que se diz deputado pela Baía, mas cujo diploma não foi apresentado, falou assim mesmo e causou grande entusiasmo entre os seus companheiros e muitos estranhos” que “ali penetraram clandestinamente”. E que “o mesmo cidadão sem diploma, fogoso e intempestivo”, convidou “a Assembleia soberana para passar um telegrama ao General Dutra, pedindo providências contra uma declaração do ministro Negrão de Lima” contrária às greves.<sup>314</sup>

**Figura 13 – Matéria com imagem de Marighella discursando (1946)**



**Fonte:** *Diário da Noite*. / Adaptado pelo autor.

Independentemente do teor da cobertura da imprensa entre 1946 e 1948, é inegável que ela potencializou a projeção da atividade parlamentar de Marighella em âmbito nacional. Conforme noticiado, Marighella podia ser “fogoso”, “intempestivo” e “causar grande entusiasmo” ao usar o microfone. Diante disso, é provável que a sua qualidade retórica seja um dos principais motivos para Marighella ter sido o parlamentar comunista que mais usou a tribuna. Ressalte-se, porém, que Marighella era o secretário da bancada e que os demais parlamentares tinham outras tarefas e responsabilidades partidárias para cumprir, entre tantas, fazer parte do secretariado do partido ou dirigir

<sup>314</sup> OS TRABALHOS da Constituinte. *O Dia*. Curitiba, 03 fev. 1946. p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

órgãos da imprensa comunista, o que pode ter contribuído para que eles não utilizassem a tribuna na mesma quantidade de Marighella.

De qualquer forma, a capacidade retórica de Marighella foi descrita em algumas oportunidades, como na revista *Leitura*, de julho de 1946, que afirmou que enquanto Grabois “perdeu-se em fórmulas verbais”, quem “melhor interpretou o sentimento do seu partido e a gravidade da situação foi sem dúvida Carlos Marighella. Incisivo, coerente e dramático, o representante comunista pronunciou uma oração ‘importante convincente’”.<sup>315</sup> Com isso, entende-se que, em consequência dessa reconhecida capacidade de oratória, Marighella foi sendo demandado cada vez mais a interpretar o sentimento do seu partido, o que aponta para o constante crescimento do prestígio dele entre a cúpula partidária.

A confiança do partido no trabalho que Marighella poderia desenvolver na Constituinte pode ser notada na primeira semana de trabalho, quando houve a escolha da Mesa diretora. No processo eleitoral para a composição da Mesa, o senador Fernando de Melo Viana (PSD/MG) foi eleito presidente com 200 dos 229 votos, enquanto Luís Carlos Prestes recebeu apenas os quinze votos dos comunistas.<sup>316</sup> Para a 1ª vice-presidência, o PCB não apresentou candidato, apoiando o deputado baiano Otávio Mangabeira (UDN/BA), que recebeu 210 dos 221 votos.<sup>317</sup> Como pode se ver adiante, essa articulação política foi flagrada pelo *Diário Carioca*, que publicou o momento em que Mangabeira, Prestes, Marighella e Jorge Amado conversavam, sendo escrito que o deputado da UDN funcionou como “elemento de aproximação da bancada comunista”.<sup>318</sup>

Ainda sobre o processo de composição da Mesa diretora, o PCB concorreu a todos os demais cargos. Para a 2ª vice-presidência, José Maria Crispim recebeu os 15 votos dos comunistas.<sup>319</sup> Na eleição para 1º secretário, Abílio Fernandes recebeu 13 votos, indicando que na hora da votação dois parlamentares do partido não estavam presentes. Da mesma forma, Milton Caires de Brito recebeu 13 votos para 2º secretário.

<sup>315</sup> LEITURA na Constituinte. *Leitura*. n. 41, jul. 1946. p. 16. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 ago. 2024.

<sup>316</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 05 fev. 1946. Vol. I. op. cit., p. 25.

<sup>317</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 06 fev. 1946. Vol. I. op. cit., p. 71-72.

<sup>318</sup> APROXIMAÇÕES políticas numa sessão tumultuaria. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 07 fev. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024. Em sentido horário, Marighella – identificado pela seta, Otávio Mangabeira, Luís Carlos Prestes e Jorge Amado.

<sup>319</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 06 fev. 1946. Vol. I. op. cit., p. 71-72.

Na eleição para 3º secretário, Maurício Grabois teve os 15 votos da bancada. E, para 4º secretário, Carlos Marighella recebeu 36 votos, elegendo-se 2º suplente de secretário da Mesa diretora.<sup>320</sup>

**Figura 14 – Matéria sobre a articulação de Mangabeira com os comunistas (1946)**



**Fonte:** Diário Carioca. / Adaptado pelo autor.

*Em sentido horário: Marighella (em destaque), Mangabeira, Prestes e Jorge Amado.*

Em relação à articulação que fez com que Marighella fosse eleito 2º suplente de secretário, meses depois, fazendo um balanço crítico da bancada nos primeiros meses de atuação, ele afirmou:

Nosso trabalho ainda não tem rumos muito seguros. Se de um lado conseguimos certos êxitos políticos, e se até mesmo, de outro lado, temos sabido aproveitar determinadas posições, como foi o caso do cargo de suplente da Mesa, conseguido através de boa política de aliados e de frente única momentânea para um problema prático, não temos, todavia, sabido utilizar as relações já conseguidas para melhorar nossas posições nas comissões internas ou externas.<sup>321</sup>

A votação de Marighella, a única em que algum comunista recebeu votos de outras bancadas, demonstra que os pecebistas de alguma forma conseguiram se articular ao apoiar Mangabeira, recebendo em retribuição o apoio de outros 21 parlamentares. Nesse cenário de articulações políticas, coadunando com a linha política do PCB, a votação de Marighella também tem a ver com a derrota de outra legenda, tendo em vista a informação do *Diário de Notícias*, que escreve que essa suplência significou a derrota

<sup>320</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 07 fev. 1946. Vol. I. op. cit., p. 83-84.

<sup>321</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

do “candidato indicado pelo Sr. Pedro Ludovico, de Goiás”, Caiado de Godoi, “sobre quem recaiam as preferências do PSD”.<sup>322</sup>

Essa articulação com Mangabeira vai ao encontro do que Frederico Falcão afirma, de que naquele momento havia a “busca pelo PCB de uma aproximação em relação à UDN contra um possível isolamento”.<sup>323</sup> Mas, pelas críticas feitas por Marighella na III Conferência do PCB, a bancada não estava sabendo utilizar dessas relações conquistadas para melhorar suas posições no Parlamento. Nesse mesmo sentido, em outra parte de seu pronunciamento com críticas à atuação da bancada, Marighella disse que até aquele momento os comunistas não tinham feito

suficientes contatos políticos com os demais representantes, o que quer dizer, não realizamos uma ampla política de aliados, nem mesmo com os representantes dos estados por onde fomos eleitos. Ainda nos falta a técnica parlamentar, nossa linguagem em muitos casos ainda é de comícios, é de agitação, falta-nos serenidade, respondemos intempestivamente aos aparteantes ou aparteamos com exaltação sem trazer nenhum esclarecimento novo ao debate.<sup>324</sup>

Se, por um lado, a participação do PCB nas eleições da Mesa da Assembleia Constituinte demonstra que o partido buscou de todas as formas fazer-se presente no processo, cientes de que não tinha chances de eleger algum de seus membros, mas ensejando criar uma “boa política de aliados e de frente única momentânea para um problema prático”. Por outro lado, pelas palavras de Marighella, a bancada não estava conseguindo colocar em prática sua linha política e, meses depois daquela eleição, não tinha conseguido realizar “uma ampla política de aliados”.

Uma evidência disso foi descrita pelo jornal *A Noite*. Ao discorrer sobre a atuação pecebista na Constituinte, em junho de 1946, escreve:

a bancada comunista vive mais ou menos isolada no seu canto. Pouco expansivos, seus membros limitam-se a trocar ideias entre si, virando-se nas poltronas ou falando mais alto. Na sala do café, pouco aparecem, e de todos parece que apenas o sr. Carlos Marighella procura fazer amigos e captar simpatias. Os outros vivem meio desconfiados do ambiente, arredios e silenciosos.<sup>325</sup>

Além de buscar captar simpatias, tudo indica que a 2ª suplência de secretário da Mesa diretora fez com que o comunista baiano pudesse ter maior contato e articulações

<sup>322</sup> ELEITOS os secretários da Assembleia Constituinte. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 08 fev. 1946. p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>323</sup> FALCÃO, Frederico José. op. cit., p. 83.

<sup>324</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

<sup>325</sup> CAFÉ pequeno. *A Noite*. Rio de Janeiro, 13 jun. 1946, p. 11. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 set. 2024.

com parlamentares de outras legendas, apesar de ter sido poucas as vezes que Marighella participou da condução dos trabalhos da Mesa.

Sem participar cotidianamente dos trabalhos da Mesa, Marighella usou o microfone da tribuna para tratar das questões dos trabalhadores brasileiros, da Bahia e de outros estados. Nesta perspectiva, no mês seguinte à instalação da Constituinte, em março, o comunista usou a tribuna para ler o telegrama dos “trabalhadores em padarias e confeitorias”, que requeriam à Constituinte “medidas contra alguns proprietários de padarias reacionários, que resolveram suspender a entrega do pão a domicílio”, impactando na diminuição de mão de obra.<sup>326</sup>

Em junho de 1946, denunciou que a Polícia do Distrito Federal estava cometendo “inúmeras arbitrariedades e violências, inclusive espancamentos, contra operários, trabalhadores da Light” que estavam em greve,<sup>327</sup> “e até contra antigos oficiais das nossas Forças Armadas”.<sup>328</sup> Ainda sobre os operários da empresa Light e a repressão policial, em julho, Marighella voltou à tribuna para “assinalar o protesto da bancada do nosso partido contra a prisão preventiva dos trabalhadores da Light pertencentes à Comissão de Salário que ora se encontram na Casa de Detenção, e entre os quais há duas mulheres, Otília Smith e Cristolana Xavier”.<sup>329</sup>

Também em julho, utilizou os microfones da Constituinte para tratar da situação dos ferroviários, afirmando que “a realidade brasileira é uma realidade de miséria”, e que os ferroviários do Rio Grande do Sul eram os que recebiam a mais baixa remuneração. Já “os ferroviários de Vila Matilde, próspero subúrbio de São Paulo”, não puderam “construir uma escadaria que ligasse a estação à parte alta, onde ficam as suas residências”, impedindo o acesso mais fácil ao local de trabalho.<sup>330</sup> Em outra oportunidade, na Câmara dos Deputados, em novembro, disse que a situação dos ferroviários da Estrada de Ferro Bragança merecia “a atenção de todos nós e do próprio

<sup>326</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 02 mar. 1946, p. 320. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>327</sup> Em 1º de junho, os operários da Light, do Rio de Janeiro, entraram em greve para obterem melhores salários: Porém, as autoridades qualificam a greve como criminosa e afirmaram ter sido promovida por uma minoria subversiva, com a presença de elementos comunistas. Cf: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses...* op. cit., p. 349.

<sup>328</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 13 jun. 1946, p. 2488. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>329</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 09 jul. 1946, p. 3386. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>330</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 10 jul. 1946, op. cit.,

governo, pois não é possível permitir que o pagamento de funcionários fique atrasado de três meses”.<sup>331</sup>

Sobre os telegráficos, em junho de 1947, Marighella disse que os trabalhadores continuavam “a receber um dos piores vencimentos em nossa terra e, além do mais, [eram] submetidos a serviços do esforço da guerra!”. Em continuidade, leu um telegrama enviado para ele pelos trabalhadores de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, em que solicitava que o “aumento de vencimento torne-se verdadeira realidade”, uma vez “que o padrão de vida é intolerável, não permitindo que o telegrafista Federal leve uma vida mais ou menos modesta”. Na missiva estava escrito que “o artista insubstituível do Morse, que não tem direito a dias de feriados nem a dias santificados, está vivendo horas aflitivas com vencimentos parcós para a alimentação e educação de seus filhos, os quais serão os futuros defensores de nossa querida Pátria”.<sup>332</sup> No mesmo dia, o deputado baiano leu outro telegrama com o mesmo intuito, enviado pelos telégrafos de Florianópolis. Além desses direcionados a ele, Marighella leu o telegrama dos telegrafistas de São Paulo que tinha o mesmo objetivo, mas que foi enviado para Maurício Grabois.

Os pronunciamentos de Marighella sobre os ferroviários e telegrafistas ocorreram em diversas oportunidades, seja para tratar da situação dos trabalhadores da Bahia ou de outros estados. O que chama atenção nesses casos é o fato de terem sido enviadas as correspondências por trabalhadores de outros estados, de diversas categorias, algo bastante recorrente ao longo dos quase dois anos de atuação no Parlamento. Isso reforça a perspectiva de que, ao longo do mandato, Marighella foi se tornando um político com alcance em diversos estados ao dar protagonismo às demandas dos trabalhadores, que enviavam seus pleitos ao legislador. Ao mesmo tempo, Marighella ler o telegrama enviado para Maurício Grabois fortalece o entendimento de que os deputados do PCB tratavam de temas previamente determinados, independentemente para qual parlamentar tenha sido enviado o pleito. Diante disso, convém enfatizar que os discursos de Marighella no Parlamento não podem ser compreendidos como algo singular do seu mandato, sem vinculação com o direcionamento do PCB.

---

<sup>331</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 nov. 1946, op. cit..

<sup>332</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 jun. 1947, p. 2906-09. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

De qualquer forma, Marighella, ao longo da sua atividade parlamentar, deu visibilidade a inúmeras demandas dos trabalhadores brasileiros, em uma via de mão dupla, já que também passava a ser conhecido pelos trabalhadores justamente pela sua atividade no Parlamento.

Nesse sentido, o parlamentar requereu aumento para os funcionários do Ministério da Educação, afirmando que enquanto “obras suntuárias consomem rios e rios de dinheiro”, quando se trata “do simples aumento de duas letras [...] estabelece-se celeuma que aí está”, o que é “uma injustiça, porque, na verdade, os estipêndios pagos aos funcionários são muito baixos”, não sendo “possível continuar o funcionalismo a morrer de fome”.<sup>333</sup>

Em outro discurso, tratou da situação dos posseiros da “Colônia Centenário”, em Porecatu e Jaguapitã, no Paraná. Segundo Marighella, trezentas famílias campesinas, após sete anos radicadas no local, tiveram as terras divididas em grandes lotes e distribuídas “entre pessoas residentes em Curitiba, em prejuízo dos camponeses que as beneficiaram”. Por isso, requereu, “por intermédio da Mesa, ao Sr. ministro da Agricultura, a abertura imediata de um rigoroso inquérito a fim de serem apuradas as responsabilidades constantes das graves denúncias feitas pelos colonos de Porecatu e Jaguapitã”.<sup>334</sup>

Em seu “caleidoscópio” de denúncias, Marighella leu diversos telegramas sobre temas variados. Desde requerimento de trabalhadores que estudavam à noite, solicitando fazer as avaliações sem a necessidade de frequência, “devido ao grande esforço despendido nas repartições onde trabalhamos”, até relato de demissão de professor por motivos políticos. Ao apresentar esses casos, concluiu seu pronunciamento dizendo que “demitem-se professor, impede-se que alunos concluam seus cursos, num país em que o número de analfabetos é dos maiores entre todas as nações civilizadas do mundo”.<sup>335</sup>

Em relação à denúncia do professor de ter sido demitido por perseguição política, nesta e em outras oportunidades, percebe-se que Marighella utilizava como prática a leitura em plenário dos telegramas que eram enviados para ele ou para a

<sup>333</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 17 abr. 1947, p. 1027-29. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>334</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 11 jul. 1946, p. 3434. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>335</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 04 dez. 1946, p. 1334-36. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

bancada. Mas, aparentemente, em muitos casos não havia a análise prévia da possível veracidade dos fatos anunciados. Ansiava-se, dessa forma, dar visibilidade às demandas dos trabalhadores, na expectativa de que os órgãos responsáveis fizessem as apurações necessárias dos casos.

Entre tantos pronunciamentos que trataram da situação dos trabalhadores brasileiros, um dos temas que deu maior visibilidade ao mandato de Marighella na imprensa foi a luta para a concessão do abono de Natal para os trabalhadores. Em 1946, assim como em 1947, o deputado baiano foi bastante atuante para que fosse aprovada a lei que concedia “um mês de vencimentos para quem recebesse menos de mil cruzeiros mensais e mil cruzeiros para quem recebesse entre mil e cinco mil cruzeiros”.<sup>336</sup> Em um dos seus pronunciamentos, no final de 1946, Marighella afirmou que “a questão do abono de Natal tem interessado profundamente o povo brasileiro”, sendo “a única conclusão admissível: a da concessão desse abono aos servidores públicos da União, quer civis quer militares, aos funcionários das autarquias, aos próprios trabalhadores das empresas concessionárias de serviços públicos e empresas particulares”.<sup>337</sup> Como fazia parte da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, Marighella apresentou algumas emendas ao projeto original, tendo sido aprovada na Comissão<sup>338</sup> a extensão do benefício aos inativos da União, civis e militares, e a funcionários de autarquias e empresas administradas pela União.<sup>339</sup>

O projeto aprovado, em 1946, após muitos debates e entraves na Comissão de Finanças e no plenário da Câmara dos Deputados, não alcançou os trabalhadores da iniciativa privada. Apesar disso, em matérias ou em pequenas notas, o tema teve ampla repercussão na grande imprensa, como no *Jornal de Notícias*,<sup>340</sup> de São Paulo, o *Diário Carioca* e *A Manhã*, do Rio de Janeiro,<sup>341</sup> mencionando a atividade parlamentar de Marighella. Da mesma forma, ainda em dezembro de 1946, outros veículos da

<sup>336</sup> UMA VITÓRIA do povo, a concessão do Abono de Natal ao funcionalismo. *O Momento*. Salvador, 13 dez. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>337</sup> Idem.

<sup>338</sup> Não foi localizado o texto integral aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, o que impossibilita a verificação se todas as emendas aprovadas na Comissão de Finanças também foram no plenário.

<sup>339</sup> UMA VITÓRIA... op. cit.,

<sup>340</sup> FOI ENCONTRADA pelos líderes das bancadas na Câmara uma fórmula conciliatória para a concessão do abono. *Jornal de Notícias*. São Paulo, 11 dez. 1946. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

<sup>341</sup> NÃO HOUVE número para votar o abono ao funcionalismo. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14 dez. 1946. p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.; CAIU o abono na Comissão de Finanças. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 10 dez. 1946. p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

imprensa, a exemplo dos periódicos *O Jornal*<sup>342</sup> e *Diário de Notícias*,<sup>343</sup> do Rio de Janeiro, repercutiram o projeto de lei apresentado por Marighella para que a União aumentasse as aposentadorias e pensões.<sup>344</sup>

As propostas de abono de natal e de aumento das aposentadorias e pensões, em dezembro de 1946, geraram bastante visibilidade ao mandato de Marighella, principalmente na imprensa comunista, que em diversas oportunidades estampou em suas capas a imagem dele, enfatizando em letras garrafais a atuação do deputado.

Figura 15 – Matéria do *O Momento* sobre a concessão do abono de natal (1946)



Fonte: *O Momento*.

No ano seguinte, o projeto sobre o abono de Natal foi mais uma vez apresentado, porém, diferentemente do que aconteceu em 1946, os debates não ficaram para o final do ano. Em outubro, Marighella foi à tribuna defender a proposta e acelerar as discussões do tema, já que para o parlamentar baiano o “abono que sugerimos aqui é ainda pouco para resolver os pesadíssimos encargos que o funcionalismo público tem sobre seus ombros, em virtude da miséria e das difíceis condições de vida que todos

<sup>342</sup> *O JORNAL*. Rio de Janeiro, 24 dez. 1946. p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

<sup>343</sup> MAJORAÇÃO de aposentadorias e pensões. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 24 dez. 1946. p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

<sup>344</sup> Apesar de ter sido citado nos periódicos o conteúdo do projeto de lei, não foi encontrado informações no banco de dados da Câmara dos Deputados sobre este projeto de lei.

atravessamos".<sup>345</sup> E, assim como aconteceu no ano anterior, conforme matéria abaixo, a atividade legislativa de Marighella repercutiu em veículos da imprensa comunista, principalmente no *O Momento* e na *Tribuna Popular*.<sup>346</sup>

**Figura 16 – Matéria da *Tribuna Popular* sobre a concessão do abono de natal (1946)**



**Fonte:** *Tribuna Popular*.

Por fim, pelo exposto, constata-se que Marighella utilizou a tribuna da Assembleia Constituinte e da Câmara dos Deputados para denunciar a precarização das condições de trabalho, requerer providências para os problemas apresentados e propor soluções e melhorias para a vida dos trabalhadores da Bahia e de outros estados. Nesse processo, além de dar visibilidade às condições de vida dos trabalhadores, ao ler os telegramas enviados para ele e para a bancada comunista, o parlamentar dava protagonismo e voz à população. E toda essa atividade de Marighella repercutia na imprensa, sobretudo a comunista. Por isso, gradativamente, o nome de Marighella passou a circular em diversos estados, aumentando seu prestígio dentro do partido. Por tudo isso, nota-se o quanto a atuação de Marighella no Parlamento é fundamental em sua trajetória política.

<sup>345</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 18 out. 1947, p. 7078. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>346</sup> ABONO de Natal para todos os servidores da União. *O Momento*. Salvador, 10 out. 1947. p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.; O ABONO de Natal está sendo sabotado pelo governo. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 23 dez. 1947. p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 01 out. 2024.

## QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS BRASILEIRAS

---

Às vésperas da promulgação da Constituição, em 16 de setembro de 1946, o jornal *O Combate*, do Maranhão, publicou um ranking dos maiores oradores da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo o levantamento, Carlos Marighella foi o 4º parlamentar que mais usou a tribuna, com 92 pronunciamentos, 31 a mais do que Luís Carlos Prestes,<sup>347</sup> o segundo da bancada.<sup>348</sup>

Muitos desses pronunciamentos deram visibilidade para diversas demandas e necessidades dos trabalhadores baianos e brasileiros. Por isso, a atuação parlamentar do comunista baiano ajudou para que os demais congressistas e segmentos da sociedade tivessem ciência de parte dos problemas sociais e da pobreza em que se encontrava a Bahia e o Brasil. De acordo com Marighella, seu objetivo ao usar a tribuna para fazer as suas inúmeras denúncias era “concorrer para que os problemas sejam conhecidos e esclarecidos, para que, da divulgação deles, se possa atingir solução adequada”.<sup>349</sup>

Ao longo do seu mandato, muitas vezes Marighella tratou das questões sociais da Bahia e de outros estados, seja em discursos com esse objetivo prévio, ou mesmo citando a situação no meio de um pronunciamento em que o propósito inicial era outro. Inclusive, em diversas oportunidades, Marighella utilizou como fonte para seus discursos matérias de jornais, em uma via de mão dupla, tendo em perspectiva que ora os periódicos repercutiam o que o comunista baiano tratava no Parlamento, ora o parlamentar ressoava o que era publicado nos jornais.

Assim, Marighella debateu a vida pública e as questões sociais da Bahia e do Brasil, sendo o Parlamento palco para suas denúncias, onde lançava luz para muitas demandas sociais. Especificamente sobre a Bahia, o comunista abordou diversos assuntos, como a falta de escolas profissionalizantes; a taxa para a navegação, que onerava o transporte de mercadorias e pessoas entre as cidades; o alto custo de vida; a falta de atendimento médico, luz e água no interior do estado; a situação de destruição de diversas cidades após as enchentes que ocorreram em dezembro de 1947. Segundo Marighella, com isso, “de uma forma ou de outra, ficará aqui registrado que um

---

<sup>347</sup> CAMPEÕES da oratória e do silêncio. *O Combate*. São Luís, 16 set. 1946. p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 03 out. 2024.

<sup>348</sup> Importante ressaltar que o número apresentado pelo periódico diverge dos dados oficiais, segundo os quais, Marighella realizou 73 intervenções na tribuna, seguido por Luís Carlos Prestes, com 53.

<sup>349</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 out. 1947, op. cit.,

representante do proletariado e do povo baiano não quis calar diante da situação de miséria e de fome em que ambos se acham”.<sup>350</sup>

A situação de precariedade que Marighella descrevia no Parlamento abarcava Salvador e diversas cidades do interior do estado, como Alagoinhas, Nazaré, São Félix, Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista. Entre 1946 e 1947, os discursos de Marighella serviam, sobretudo, para denunciar os problemas enfrentados pelos baianos daquela época. Nas palavras do comunista, tais pronunciamentos aconteciam porque “temos compromissos muito sérios com o eleitorado e com o povo brasileiro. O nosso dever é levantar a voz aqui dentro, sejamos ou não sejamos escutados”.<sup>351</sup>

Com esse objetivo, apesar de não ser esta a função da Assembleia Constituinte, já que os sete meses de trabalho dos congressistas eram para a elaboração da Constituição, Marighella discursou para tratar da “carestia”<sup>352</sup> e da “miséria” que assolavam a Bahia. Quanto a isso, registre-se que a luta “contra a carestia de vida, através de medidas práticas contra a inflação”, foi uma das bandeiras apresentadas pelo PCB, em novembro de 1945, no “programa mínimo de União Nacional” a ser defendido no Parlamento.<sup>353</sup> Cumprindo o compromisso estabelecido pelo partido, em julho de 1946, Marighella disse que a

nossa atenção deve voltar-se para a situação de miséria que aflige o povo. Refiro-me particularmente ao caso da Bahia, porque lá estive há poucos meses, em contato com o povo do meu Estado, e verifiquei o abandono em que ele se encontra. Os gêneros de primeira necessidade são vendidos por preços elevadíssimos; o Estado não tem transportes, e a Companhia de Navegação Baiana está a largar-se aos pedaços. [...] Os navios são poucos e vão sempre abarrotados de passageiros. Aliás, Senhor Presidente, não sei bem se posso chamá-los de navios, pois são verdadeiros “calhambeques”, que viajam atapetados de passageiros sujeitos ao risco de naufragar e perder a vida. A Companhia de

<sup>350</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 19 jul. 1946, p. 3570-71. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>351</sup> Idem.

<sup>352</sup> De acordo com Luana Quadros, a carestia, termo atualmente em desuso, “perpassa por entendê-la como uma crise na qual os mecanismos de controle do abastecimento já não funcionam mais. Apontar as possíveis causas para essa crise é perscrutar a relação entre produção, circulação e consumo”. Cf: QUADROS, Luana Moura. “Farinha pouca, meu pirão primeiro”: carestia na Bahia Republicana (1937-1945). 145 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2012. Convém destacar que, acerca da carestia em Salvador, já foram realizados diversos estudos, sobre épocas variadas, incluindo o século XX, não sendo, portanto, uma crise de abastecimento inédita em meados da década de 1940. Sobre a carestia no século XX, Cf: MORENO, José Ricardo. *Açambarcadores e famélicos*: fome, carestia e conflitos, em Salvador (1858 a 1878). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2015.

<sup>353</sup> LUIS Carlos Prestes leu ontem na Escola Nacional de Música o programa mínimo de União Nacional. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 14 nov. 1945, p. 1; 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 set. 2024.

Navegação Baiana, que devia prestar bons serviços, pois a ela cabe ligar o Recôncavo e todo litoral sul com a capital, bem como transportar o cacau de Ilhéus para a Cidade de Salvador, não pode, de maneira alguma, corresponder às necessidades atuais, uma vez que não dispõe de fundos, de aparelhamento, de coisa alguma.<sup>354</sup>

Como de praxe, o periódico comunista *O Momento* repercutiu todo o discurso de Marighella, escrevendo que o comunista debateu na Constituinte “importantes problemas do nosso estado”. O jornal reforçou que os “passageiros e cargas estão sempre sujeitos a naufrágios”.<sup>355</sup> As dificuldades enfrentadas pelo setor de transportes marítimos, seja de passageiros ou de mercadorias, foram abordadas em outras oportunidades. Na Câmara dos Deputados, em outubro de 1946, Marighella tratou mais uma vez das demandas do setor, aproveitando para propor a criação de uma lei para a resolução da questão. A partir de um telegrama enviado a ele, o comunista disse que

dezenas de pequenos barcos de cabotagem estão paralisados no porto de Nazaré, devido às condições exigidas para o registro obrigatório de pequena cabotagem. Assim, a produção do município encontra-se estagnada, enquanto o Estado precisa de víveres, de gêneros de primeira necessidade. O signatário do telegrama, encarnando os interesses de todo o comércio de Nazaré, pleiteia que a Câmara dos Deputados providencie no sentido da isenção de multas e taxas, a fim de facilitar, sem ônus, a filiação dos barcos de pequena cabotagem, o que permitiria o transporte normal desses gêneros de primeira necessidade para todo o povo daquele Estado.

Não se poderá, entretanto, fazer isenção dessas multas e taxas, sem que um projeto de lei seja aqui votado.

A divulgação desse fato, na Câmara dos Deputados, serviria para que todos atentássemos para a situação em que se encontra, não somente a Bahia, mas a maior parte dos Estados do Brasil.<sup>356</sup>

No ano seguinte, os problemas com o transporte marítimo na Bahia foram mais uma vez debatidos, desta vez, tratando de outras regiões do estado. Em outubro de 1947, Marighella afirmou que o Porto de São Roque, localizado em Maragogipe, estava “a merecer reparos”, e que pela sua situação geográfica, profundidade e pela profundidade do canal que o liga à Bahia de Todos os Santos, representava um amplo e seguro ancoradouro, mas, “as obras foram interrompidas há cerca de três anos, deixando o porto inacabado”, e seu abandono “vem apresentando, por falta de conservação, fendas e desaprumo que põem em perigo a estabilidade da obra”, apesar dos recursos

<sup>354</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 12 jul. 1946, p. 3469-70. op. cit.,

<sup>355</sup> CARLOS MARIGHELLA debate, na Constituinte, importantes problemas do nosso estado. *O Momento*. Salvador, 13 jul. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros.

<sup>356</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 24 out. 1946, p. 421-22. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

destinados para a obra, o que dificultava “o desenvolvimento econômico dessa vasta região”.<sup>357</sup>

No mês posterior, o comunista baiano abordou diversos problemas do Vale do São Francisco. Ao comentar sobre a situação do transporte marítimo, disse que era o “pior possível”. De acordo com Marighella, as empresas de navegação e as embarcações a vela sofriam “toda sorte de restrições”, por isso a bancada do PCB havia apresentado no ano anterior um projeto

visando isentar de todo e qualquer imposto das Capitanias dos Portos os proprietários dessas pequenas embarcações a vela, que fazem o transporte não somente no interior, através de um de nossos mais importantes rios, como é o São Francisco, mas também servindo aos portos do litoral, principalmente no recôncavo da Bahia. São, pois, vexatórias as condições em que funcionam essas pequenas embarcações.<sup>358</sup>

Portanto, um ano depois, a proposição da bancada comunista não tinha sido aprovada. Isto foi algo recorrente, tendo em vista, entre outros elementos, a pequena quantidade de deputados na Câmara dos Deputados e a falta de articulação da bancada com seus pares, conforme a crítica feita por Marighella em julho de 1946, anteriormente discutida.

Apesar da baixa efetividade em relação às aprovações de leis, ou até mesmo em função disso, durante seu mandato Marighella teve como prática recorrente abordar alguns dos diversos problemas sociais da Bahia. Da cidade de São Félix, disse que a “luz elétrica é fraquíssima e cara” e que a água era difícil. Além disso, os moradores do bairro Morro dos Dois Meninos estavam à espera da instalação do chafariz, e que no “Mercado do Peixe a falta de higiene é absoluta, mesmo porque não existe água”, concluindo ao dizer que “a população do interior é oprimida pelos latifundiários”.<sup>359</sup>

Sobre a situação da saúde no estado, o deputado comunista afirmou que a Santa Casa de Misericórdia e o posto médico de Nazaré eram insuficientes para atender aos enfermos de subnutrição, tanto que em 1945 “a Santa Casa atendeu na sala de curativos a cerca de 1.350 doentes, não tendo podido fazer mais por falta de recursos, médicos e instalações”.<sup>360</sup> Em novembro de 1946, Marighella anunciou que a bancada do PCB votaria pela dotação orçamentária para a conclusão do Hospital das Clínicas de

<sup>357</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 out. 1947, op. cit.,

<sup>358</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 nov. 1947, p. 8372-76. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>359</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 20 jul. 1946, op. cit.,

<sup>360</sup> Idem.

Salvador,<sup>361</sup> para que assim pudesse “atender às reais necessidades do Brasil”, em vez de “obras suntuárias, das quais não temos necessidade alguma”.<sup>362</sup>

Em diversas oportunidades, Marighella relatou aos seus pares algumas das dificuldades vivenciadas pelos seus conterrâneos, como os moradores de Feira de Santana que reclamavam da falta de água e esgoto tratado, pleiteando “saneamento geral para toda a cidade”; além de “hospital e escola profissional para menores abandonados”, devido “a cidade possuir mais de mil crianças abandonadas e sempre estão na cadeia ao invés da escola”.<sup>363</sup>

A falta de escolas profissionalizantes no estado já tinha sido tema do parlamentar meses antes, quando relacionou a falta de desenvolvimento industrial da Bahia a esse motivo, afirmando que a “indústria poderia desenvolver-se. Mas tudo é difícil. Não há escolas profissionais. [...] O operário não tem onde aprender o ofício. As escolas profissionais existentes, aliás, pouquíssimas, exigem diploma de curso secundário ou então que o operário já saiba ler”.<sup>364</sup>

Para Marighella, a Bahia se encontrava “na situação de terra abandonada. É uma verdadeira colônia do sul do país. Praticamente, nada pode produzir. Tudo na Bahia é importado dos estados sulinos”. Ademais, “o atraso e a miséria atingem a todas as classes. E há um grande anseio de progresso por lá”.<sup>365</sup> Meses depois dessa afirmação, o comunista voltou a enfatizar o déficit da balança comercial em relação aos demais estados da federação e suas implicações. De acordo com o deputado,

todos conhecem a situação de dificuldades porque passou a Bahia, verdadeira colônia, pode-se dizer, dos estados do Sul. Quem percorrer as estatísticas do último decênio há de verificar que a Bahia exportou muitos dos seus produtos, tendo obtido saldo que foi empregado, todo ele, para cobrir as importações dos Estados do Sul. Verdadeira dependência, portanto, em relação a eles.<sup>366</sup>

Segundo o parlamentar, a falta de desenvolvimento econômico do estado tinha diversas implicações, como o êxodo rural. Em suas palavras,

<sup>361</sup> A dotação orçamentária da União mencionada era para o ano de 1947. Porém, não foi localizada documentação que comprovasse se o direcionamento dos recursos para o Hospital das Clínicas foi aprovado ou mesmo se a obra foi executada.

<sup>362</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 07 nov. 1946, p. 666-67. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>363</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 dez. 1946, p. 1712-13. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>364</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 19 jul. 1946, op. cit.,

<sup>365</sup> Idem.

<sup>366</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 24 out. 1946, op. cit.,

a imigração do povo baiano é um fato. A população da Bahia foi desfalcada em cerca de 300 mil habitantes, que procuraram a lavoura do café do sul do país e outras zonas do país, pensando, ilusoriamente, que poderiam resolver a sua situação. Mas assim agiram principalmente porque estavam passando fome e miséria em seu estado natal. [...] Os gêneros de primeira necessidade são vendidos na Bahia pela hora da morte. São preços exageradíssimos.<sup>367</sup>

A “fome e a miséria” dos baianos foram temas abordados outras vezes, ainda que na maioria das vezes tenham ocorrido em discursos que tratavam prioritariamente de outros assuntos. Segundo o comunista, seu objetivo com isso era fazer “menos um discurso meu”, mas transmitir “a oração do próprio povo que, passando miséria e atravessando dias difíceis, espera que seus representantes na Câmara dos Deputados possam levantar a vez para solicitar que seja a situação atenuada”.<sup>368</sup>

Em novembro de 1946, o deputado leu um telegrama da União Democrática Feminina, onde estava escrito que “traduzindo angustioso apelo, as mulheres abaixo assinadas solicitam ao ilustre deputado lutar contra a carestia e o câmbio negro. Gêneros encarecendo assustadoramente. Solicita providências: falta pão”.<sup>369</sup> No mês seguinte, também a partir de um telegrama, afirma que

a presente situação do Estado é verdadeiramente calamitosa. [...] A miséria lava em todo o Estado. Aqui na capital não temos pão, a carne é caríssima Cr\$ 5,00 (mais osso do que carne) e as filas estão se tornando cada vez mais extensas. No interior a situação é igualmente aflitiva. No momento, a seca ameaça causar enormes danos. Já começam a aparecer retirantes na capital e as notícias chegadas de toda zona do Nordeste são terríveis.<sup>370</sup>

Em diversas ocasiões, Marighella abordou o alto custo de vida dos baianos. Entre tantos temas, usou a tribuna da Câmara dos Deputados para falar do clima de insegurança em Vitória da Conquista, ocasionado pela “insuficiência de elementos policiais”,<sup>371</sup> ou das dificuldades dos feirantes de Água de Meninos, em Salvador, que eram alvos de “arbitrariedades” do diretor da fiscalização municipal, que “longe de permitir que os pequenos vendedores, pequenos comerciantes na Bahia, se entreguem a um comércio honesto e possam viver, dedica-se, pelo contrário, à ingrata tarefa de derrubar as barracas”. E que “os barraqueiros pagam impostos à Prefeitura e ainda têm

<sup>367</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 20 jul. 1946, op. cit.,

<sup>368</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 out. 1947, op. cit.,

<sup>369</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 nov. 1946, p. 979-80. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>370</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 dez. 1946, op. cit.,

<sup>371</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 nov. 1946, op. cit.,

que pagar novos impostos à empresa do Mercado Públco para a utilização de barracas que não possuem higiene, nem conforto e onde passam o dia todo”.<sup>372</sup>

Os problemas em relação à moradia também foram tratados por Marighella na Câmara dos Deputados. Em novembro de 1946, o deputado usou a tribuna para relatar que moradores do bairro do Uruguai, na capital do estado, estavam denunciando Arlindo Miranda por se apoderar “dos terrenos onde os pobres construíram suas casas e, utilizando-se de manobras, tenta afastar chefes de família de suas residências humildes, valendo-se de expedientes inconfessáveis, sob a alegação de que aqueles terrenos pertencem à União”, dessa forma, “as pessoas ali localizadas devem abandonar suas casas”.<sup>373</sup>

Sobre esse caso especificamente, cabe questionar: sendo o terreno da União, por que a pessoa mencionada estaria desapropriando os que ocuparam o local? Por que as autoridades de direito, do Executivo, não tomaram providências? Com o aparente caso de grilagem de terras e a inércia da União, e pela impossibilidade da Câmara dos Deputados em tomar medidas legais para a resolução do caso, esse pronunciamento reforça características do mandato de Marighella, dar visibilidade às demandas reportadas, na expectativa de eventualmente os órgãos responsáveis fazerem as apurações necessárias, já que em suas palavras, “o nosso dever é levantar a voz aqui dentro, sejamos ou não sejamos escutados”.<sup>374</sup> Além disso, cumprir uma das funções do legislador, fiscalizar o Poder Executivo.

Fato é que Marighella utilizou a tribuna do Congresso como um canhão de luz, dando visibilidade para diversos problemas vividos e agendas demandadas pelos baianos. Isso, em alguma medida, pressionava as autoridades competentes, como no caso da ocupação do Corta-braço,<sup>375</sup> que mobilizava a imprensa e as autoridades da Bahia entre o fim de 1946 e o início do ano seguinte. O pronunciamento de Marighella,

<sup>372</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 out. 1947, op. cit.,

<sup>373</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 nov. 1946, op. cit.,

<sup>374</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 19 jul. 1946, op. cit.,

<sup>375</sup> O Corta-braço é uma das primeiras ocupações que ocorreram em Salvador, por isso há diversas publicações que abordam o tema, incluindo o romance Corta-Braço, de Ariovaldo Matos, publicado em 1955. De acordo com Margarete Oliveira, em 1944, o Prefeito Elísio Carvalho Lisboa publicou a Lei Municipal nº 347, que estabelecia normas para a extinção de habitações conhecidas como mocambos, cortiços ou casebres, forçando o início das invasões de terras pelos despejados pela ação municipal, a exemplo do Corta-braço, no bairro da Liberdade. Cf. OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. *A produção de escassez do espaço urbano: Um estudo sobre o boom imobiliário, uso de transcons e apropriação de mais-valia fundiária urbana em Salvador-Ba (1968-2008)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

no começo de abril de 1947, possibilita perceber a dimensão do grave problema social e de moradia que muitas famílias de Salvador passavam. Em suas palavras,

criou-se uma situação angustiosa, não somente porque o povo da Bahia não tem casas, mas, principalmente, porque, as condições locais de vida se agravaram de forma espantosa nos últimos tempos. Encontram-se nas principais praças [...], como a Praça Visconde de Cairu, sob as marquises dos próprios edifícios públicos, como o da Secretaria da Agricultura, e nos pontos de bondes, inúmeras famílias que não têm moradia e que ali procuram resguardar-se das intempéries, do sol, da chuva. Mas a população da Bahia, levada por essa premência de habitação, tomou decisão como que desesperada: dirigiu-se ao bairro da Liberdade, um dos mais populosos e proletários da capital do estado, e apoderou-se de terreno que não estava sendo utilizado; derrubou o mato, fez limpeza geral desse terreno, lançou ali os esqueques de seus casebres e um bairro inteiramente novo surgiu de um dia para outro. Milhares de famílias que não tinham onde morar resolveram assim o problema.<sup>376</sup>

Quando Marighella fez esse discurso, estava em curso o processo de reintegração de posse e, consequentemente, dos despejos das famílias. Em função disso, o deputado disse que o juiz não tinha compreendido “a angustiosa situação do povo de nosso estado e tomou deliberação profundamente injusta: determinou que o terreno, já agora ocupado por inúmeras famílias, fosse restituído ao Sr. Pelozzi, que a esse terreno, na realidade, nenhum direito tem”.<sup>377</sup>

No final do mês, todavia, houve uma reviravolta no caso, com a desapropriação do terreno pelo governo do estado, que legalizou a ocupação do Corta-braço, atual bairro do Pero Vaz. Por isso, Marighella voltou à tribuna para afirmar que a situação que “agitou o meu estado, durante os últimos meses, com a ascensão ao governo do eminentíssimo baiano Dr. Otávio Mangabeira, o povo conseguiu, finalmente, ver resolvido o conflito criado”. E que teve “a satisfação de verificar que o governo constitucional da Bahia encontrou solução que seria a única adequada à estruturação da democracia dentro do Brasil”.<sup>378</sup>

As duas intervenções do comunista na Câmara dos Deputados sobre o caso repercutiram na imprensa baiana. Como de praxe, *O Momento* escreve que Marighella defendeu os moradores do Corta-braço, solicitando providências ao prefeito e ao

<sup>376</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 abr. 1947, p. 775-76. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>377</sup> Idem.

<sup>378</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 26 abr. 1947, p. 1267-68. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

governador do estado.<sup>379</sup> Por sua vez, o *A Tarde* afirma que o “deputado comunista Marighella congratulou-se, da tribuna da Câmara, com o governo baiano pela solução dada ao problema dos moradores do Corta-braço”, e que “o governador Mangabeira deu ao caso melhor solução. Desapropriou o terreno, considerando-o de utilidade pública, amparando assim as famílias pobres ali residentes”.<sup>380</sup> Em texto similar, o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, reproduziu o mesmo trecho do discurso de Marighella, acrescentando os apartes elogiosos ao governador Mangabeira realizados pelos deputados Rui Santos e Juraci Magalhães, ambos da UDN, inferindo que essa interação ocorreu como fruto da coligação<sup>381</sup> existente na Bahia.<sup>382</sup>

**Figura 17 - Matéria sobre a ocupação do Corta-braço (1947)**



Fonte: *O Momento*.

O caso do Corta-braço reitera uma característica comum do mandato de Marighella, a repercussão na imprensa, principalmente a comunista, de alguns dos seus discursos, fazendo com que ele ganhasse projeção política. Deve-se destacar que, neste caso, foi possível verificar que houve solução satisfatória para os anseios da população.

<sup>379</sup> MARIGHELLA defende os moradores do Corta-Braço. *O Momento*. Salvador, 06 abr. 1947. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>380</sup> NA CÂMARA Federal o caso do Corta-Braço. *A Tarde*. Salvador, 26 abr. 1947. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>381</sup> Na eleição para o Governo da Bahia, no início de 1947, o PCB apoiou Otávio Mangabeira, da UDN, na disputa. Em relação a esse apoio, Frederico Falcão afirma que o PCB buscou aproximações com a UDN e Esquerda Democrática ao longo de 1946, no Congresso, a fim de mitigar seu isolamento político. Acrescente-se que Marighella declarou que essa coligação se vinculava ao fato de Mangabeira declarar apoio aos comunistas no processo de cancelamento do registro do PCB e cassação dos mandatos.

<sup>382</sup> OS INTERESSES da política divorciados dos da Pátria. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 abr. 1947. p. 12. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

Mas, para a maioria dos fatos narrados por Marighella no Parlamento, não foi possível identificar os seus desdobramentos.

Em outras oportunidades, Marighella usou a tribuna do Congresso para tratar da crise econômica do estado, como as dificuldades para as exportações de produtos como a mamona, o fumo e o cacau, principais produtos de exportação, o que fazia, segundo o deputado, com que os produtores entrassem em falência. Em consequência, apontou como solução para a “lavoura cacaueira baiana, garantindo-lhe melhores preços ao referido produto, ampliar o mercado do cacau, entrando em trocas diretas com outros países que se dispunham a comprá-lo, como a União Soviética”. De acordo com o comunista baiano, “para completar esse quadro da situação econômica da Bahia”, restava tratar da “indústria têxtil, que em todo o país se encontra ameaçada. Também na Bahia, muitas fábricas já iniciaram a despedida de grupos de operários e reduzem as horas de trabalho, como se vem verificando em outros estados”, fazendo com que o povo baiano fosse “apertando o cinturão em torno da barriga vazia”.<sup>383</sup>

Em dezembro de 1946, Marighella afirmou que estava “fazendo um discurso tipo caleidoscópio, por onde passarão todas as reivindicações e reclamações do povo”.<sup>384</sup> Para o parlamentar, seu “mosaico baiano, que não é mais do que um retrospecto da situação da Bahia”, buscava

evidenciar, de um lado, a crise econômica por todos nós já conhecida, e, de outro, traduzir os anseios e reclamações do povo baiano, bem como mostrar a compreensão que o mesmo povo já vem tendo de que precisa pleitear seus direitos com mais energia e vigor, para que o próprio governo sinta o clamor das massas populares e dê solução adequada ao caso brasileiro.<sup>385</sup>

Esta perspectiva de Marighella serviu de inspiração para a construção do mosaico desta tese, com o objetivo de apresentar a maioria das questões discutidas pelo comunista sobre a sociedade baiana, ao longo de quase dois anos como parlamentar. Para findar, entre os diversos pontos discutidos, convém expor um dos seus últimos pronunciamentos como parlamentar, em 09 de dezembro de 1947, um mês antes de ter seu mandato cassado na Câmara dos Deputados junto com os demais comunistas. Este discurso serviu (e serve) para demonstrar a situação de desastre em que os baianos

<sup>383</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 nov. 1947, p. 8021-25. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>384</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 04 dez. 1946, p. 1358-60. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>385</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 dez. 1946, op. cit.,

viveram por causa das enchentes que ocorreram em diversas cidades naquele fatídico dezembro.

Segundo Marighella, em dezembro de 1947, a Bahia atravessava “uma das mais difíceis situações. Além da miséria que campeia por toda parte naquele vasto estado, há, agora, mais uma calamidade a acrescentar-se: inúmeros municípios do interior do estado acham-se num dos mais difíceis”, por causa das enchentes em decorrência das chuvas e dos transbordamentos dos rios Paraguaçu, Jaguaripe, Jiquiriçá e de Contas, que inundaram as cidades de Cachoeira, São Félix, Andaraí, Jequié, Jiquiriçá, Lage, Mutuípe, Areais, Ilhéus, Itabuna e Água Preta. Para se ter uma noção mais precisa da situação do estado, o deputado afirmou que

difícil seria descrever os horrores que sofrem as populações atingidas pela catástrofe. O Rio Paraguaçu foi o que teve extravasamento mais intenso. A cidade de Cachoeira foi quase que totalmente inundada, ficando submersas inúmeras ruas [...] O nível das águas subiu com tal velocidade que as populações foram colhidas, praticamente, de surpresa. Inúmeras famílias não puderam, ao menos, retirar seus móveis das casas. Os estoques comerciais ficaram quase que destruídos totalmente, inclusive gêneros alimentícios. A cidade de São Félix sofre menos, é bem verdade, mas foi parcialmente invadida pelas águas. É crítica a sua situação, pois o abastecimento de gêneros alimentícios era feito através de Cachoeira, o que, agora, se torna impossível. A Ponte Pedro II foi sobrepujada pela cheia, tendo as águas atingido mais de 60 centímetros acima do leito daquela ponte. As lanchas que trafegam entre Cachoeira e São Félix são as que podem realizar o serviço de ligação entre as partes da cidade de Cachoeira e da cidade fronteiriça de São Félix atingidas pelas águas volumosas do Rio Paraguaçu.

Houve, até, pessoas que tiveram de sair de suas casas, lançando-se das janelas dos sobrados para as pequenas embarcações e, assim mesmo, corriam enorme perigo, em virtude do alto nível das águas. Basta dizer que a impetuosidade da cheia era tal que só as lanchas de gasolina podiam fazer, sem perigo, o serviço de salvamento dos flagelados pelas águas! [...]

As cheias do Paraguaçu, Sr. Presidente, atingiram também a zona das lavras, onde várias cidades, inclusive Andaraí, foram inundadas. Mas, se a zona do Recôncavo, se Cachoeira e São Félix foram brutalmente atingidas pelas cheias, que paralisaram os trabalhos e a vida dessas progressistas cidades, outras do interior, também, no momento, curtem as consequências da calamidade.

As inundações do Rio de Contas, por sua vez, atingiram rudemente a cidade de Jequié, que se encontra isolada em vista da interrupção do tráfego terrestre.

As águas do Rio de Contas subiram a sete metros, causando forte prejuízo à cidade, não só danificando casas e residências locais de trabalho, desalojando de suas moradias várias centenas de famílias, como, ainda, destruindo parte do estoque comercial.

Na zona Sul, os resultados não foram menos desastrosos. O sul da Bahia foi também atingido, especialmente os municípios de Ilhéus, Itabuna e Água Preta.

À cidade de Ilhéus está chegando caminhões trazendo pequenos lavradores, que informam que grandes extensões de plantações de cacau foram destruídas. A lavoura cacaueira sofreu rude golpe com as inundações. As chuvas são consideradas muito mais fortes que as de 1914. A Estrada de Ferro de Nazaré só mantém tráfego até Santo Antônio de Jesus, e para mostrar a gravidade dos acontecimentos, basta assinalar que há um trecho de cerca de duzentos metros dos trilhos arrancados pelas águas do Jiquiriçá, entre Lages e Mutuípe. [...] No trecho do ramal de Amargosa, na altura do São Francisco, as terras deslocaram-se em grandes áreas, tornando impossível o tráfego ferroviário.<sup>386</sup>

Em seu longo discurso, Marighella detalhou os estragos das chuvas em diversas regiões do estado, solicitando a aprovação de “crédito de dois milhões de cruzeiros para atender a essas populações” ainda naquele ano, ao tempo em que reprovava o governador da Bahia, aliado dos comunistas no início daquele ano, mas que passou a ser criticado em virtude do processo do cancelamento do registro do PCB e da cassação dos mandatos dos deputados comunistas.<sup>387</sup> Nas palavras do comunista, “a calamidade abateu sobre o meu estado sem que o governo esteja suficientemente preparado para enfrentá-la”. Isso porque, “desgraçadamente”, Otávio Mangabeira demonstrava “estar muito menos preocupado com os problemas de nossa terra do que com os acordos de palavras aqui no Rio, e por isso se esquece do estado, que na atual emergência, como nas demais, encontra-se inteiramente abandonado”.<sup>388</sup>

As críticas ao governador da Bahia apontam para certa dinâmica da política institucional, no momento em que os comunistas estavam na iminência de não poderem mais atuar legalmente na vida pública, depois de décadas de ilegalidade. Independentemente de serem justas ou não as críticas para Otávio Mangabeira, o pronunciamento de Marighella permite perceber a situação de calamidade pública que a Bahia passava em dezembro de 1947, em função das chuvas e do despreparo do estado para enfrentar suas consequências, além da forma em que o deputado comunista

<sup>386</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 dez. 1947, p. 8909-12. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>387</sup> De acordo com pronunciamento de Marighella em 18 de novembro, no início de 1947, quando recebeu apoio dos comunistas para a disputa do governo do estado, Otávio Mangabeira “assumiu compromissos públicos que reafirmou, mais de uma vez, em comícios no interior, na Praça da Sé e em outros pontos da capital baiana”, seu apoio contra o cancelamento do registro do PCB. Mas, no curso do processo de cassação dos mandatos dos comunistas, até aquela data, Mangabeira ainda não tinha tomado “posição decidida”. BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 nov. 1947, op. cit.,

<sup>388</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 dez. 1947, op. cit.,

utilizava a tribuna da Câmara dos Deputados para dar visibilidade para as questões e buscar soluções.

Por Marighella ter sido eleito pela Bahia, nota-se o quanto ele utilizou os microfones da Assembleia Constituinte e da Câmara dos Deputados para tratar dos problemas enfrentados pelos baianos. Mas, sendo um parlamentar com mandato federal, aliado à própria dinâmica do partido em que seus membros tinham alguns temas pré-definidos, ao longo de quase dois anos, Marighella também abordou questões que extrapolavam as fronteiras do seu estado natal, ajudando-o a ser o deputado do PCB que mais utilizou a tribuna.

Nesse sentido, em agosto de 1947, o parlamentar baiano usou a tribuna para protestar contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, afirmando que não era a primeira vez que havia um “aumento criminoso e escorchantes das passagens”, o que gerou “a revolta do povo”, que queimou bondes e ônibus.<sup>389</sup> Em novembro, disse que no Rio Grande do Sul “os transportes urbanos, explorados juntamente com o fornecimento de energia e telefone por um *trust* norte-americano, são deficientes e servem mal à população”. Por isso, “o fornecimento de energia às cidades de Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria não corresponde às necessidades daqueles municípios”.<sup>390</sup>

Esse pronunciamento sobre os transportes urbanos e o fornecimento de energia e telefone no Rio Grande do Sul demonstra a posição do partido contra o imperialismo estadunidense e em defesa do protecionismo econômico nacional. Nesse sentido, imediatamente após o início do processo de cassação do registro do PCB, em abril de 1946, no contexto da Guerra Fria, Marighella afirmou que a ação judicial contra o partido fazia parte de uma “trama insidiosa do imperialismo do capital reacionário estrangeiro colonizador, principalmente do capital ianque”.<sup>391</sup> No ano seguinte, em vias de acontecer o julgamento do processo que cancelou o registro do partido, Marighella disse que o PCB se sobressaía “também como um partido que luta contra o imperialismo, principalmente contra o imperialismo americano, o mais perigoso, o que

---

<sup>389</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 02 ago. 1947, p. 4285. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>390</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 nov. 1947, op. cit.,

<sup>391</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 03 abr. 1946, p. 760. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

mais nos ameaça neste momento, porque tenta sufocar a indústria nacional e impedir o nosso desenvolvimento”.<sup>392</sup>

Em outra oportunidade, Marighella declarou que “toda essa trama contra a democracia e a Constituição de 1946” fazia parte de

uma feroz ofensiva do capital financeiro norte-americano, para dominar por completo nosso país, reduzindo-o à situação de colônia, entrando no domínio completo e absoluto de nossas fontes de riquezas minerais.

É o petróleo cobiçado pelo imperialismo norte-americano; é a concorrência que se faz à indústria nacional; são as fábricas que se vão fechando dentro do Brasil, a partir de um estado industrial, como São Paulo; mas ainda, Sr. Presidente, é a concorrência que se faz com as conservas, verdadeira inundação do produto norte-americano, que se faz no mercado brasileiro, liquidando toda a nossa indústria leve, em muito piores condições para poder competir com a poderosa indústria do capital imperialista norte-americano.<sup>393</sup>

Contra a liquidação da indústria nacional, Marighella disse, por exemplo, que “a produção de gêneros alimentícios e a indústria farmacêutica precisam defender-se da concorrência desleal feita pelos preços artificiais dos *trusts* norte-americanos, que estão tomando conta daquelas indústrias”. Para tal, o caminho para o país era a implantação de uma alta tarifa aduaneira, “com o objetivo de realizar o protecionismo indispensável ao desenvolvimento da nossa indústria”.<sup>394</sup>

Ainda a respeito da industrialização brasileira, especificamente acerca das indústrias têxteis e de couros do Rio Grande do Sul, o comunista baiano afirmou que, “especialmente curtumes e calçados”, estavam com “os mesmos sintomas de uma crise próxima que ameaça de liquidação toda a indústria leve do país”, que era a falta de mercados consumidores para as mesmas. Marighella também denunciou a situação da indústria mineira do carvão que, segundo ele, era sabotada pelo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), que “ligado aos capitais ianques”, estava interessado em obrigar a importação do carvão estrangeiro.<sup>395</sup>

Cumpre destacar que a defesa do PCB em relação à indústria nacional está inserida na linha política de União Nacional, sendo preconizado que deveria haver no Brasil “a plena expansão de suas forças produtivas, em base capitalista”, ocorrendo “em

<sup>392</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 27 mar. 1947, p. 639. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>393</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 jul. 1947, p. 3986-88. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>394</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 nov. 1947, op. cit.,

<sup>395</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 nov. 1947, op. cit.,

quadro pacífico baseado na cooperação dos trabalhadores”, a partir da reestruturação econômica nacional e da criação de um grande mercado interno.<sup>396</sup> Para o PCB, o desenvolvimento capitalista do Brasil era necessário como uma das etapas para a revolução. Reitera-se, assim, o quanto a atividade parlamentar de Marighella seguia as diretrizes partidárias.

Além desses temas discutidos muitas vezes ao tratar de decretos e leis, Marighella abordou o aumento “de maneira exorbitante” nas taxas obrigatórias das faculdades públicas. Para exemplificar, disse que a taxa de matrícula na Faculdade Nacional de Direito aumentou de Cr\$ 60,00 para cerca de Cr\$ 100,00, enquanto a taxa de frequência passou de Cr\$ 200,00 para Cr\$ 320,00. Ao mesmo tempo, havia “outro problema realmente sério. Os professores não têm vencimentos à altura de sua missão. Todos sabemos que são mal remunerados os professores do Brasil”.<sup>397</sup>

Como ocorreu diversas vezes, a imprensa reverberou os pronunciamentos de Marighella. Dessa maneira, o *Correio Paulistano*, de São Paulo, escreve que “o orador declarou que essa majoração recai sobre os estudantes, impossibilitando a muitos deles prosseguir os seus cursos”. Isso o fez enviar um “projeto de lei mandando abrir pelo Ministério da Educação e Saúde um crédito suplementar de três milhões de cruzeiros para atender às necessidades da Universidade do Brasil”.<sup>398</sup>

Finalmente, para concluir esse mosaico, cabe mencionar que Marighella usou a tribuna da Câmara dos Deputados para tratar da destinação de emendas, a fim de atenuar alguns dos muitos problemas do país. Em suas palavras, a bancada do PCB

votou verbas para o Hospital de Niterói, para a Faculdade de Medicina, para o Hospital das Clínicas da Bahia, para a Faculdade Nacional de Direito; contra a redução do Serviço de Malária; por uma dotação para a Assistência aos Leprosos, principalmente no Pará; para o Instituto Oswaldo Cruz; para o Hospital das Clínicas do Rio; para o Pavilhão de Neurologia; e, no presente momento, para a emenda apresentada pelo Sr. deputado Rui Santos, para construção de Hospitais Regionais em todo o Brasil.<sup>399</sup>

Nesse pronunciamento, Marighella ainda disse que a bancada havia “apresentado emenda pleiteando a construção do porto de Neves, no município de São Gonçalo”. Verifica-se, portanto, a preocupação do partido com muitas das questões socioeconômicas brasileiras. E, por todo o exposto, nota-se que, ao longo do seu

<sup>396</sup> PROGRAMA MÍNIMO... op. cit.,

<sup>397</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 abr. 1947, op. cit.,

<sup>398</sup> A SESSÃO na Câmara dos Deputados. *Correio Paulistano*. São Paulo, 03 abr. 1947. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hereroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>399</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 04 dez. 1946, op. cit.,

mandato, além das funções típicas de parlamentar, legislar e fiscalizar o Poder Executivo, Marighella usou os microfones da Assembleia Constituinte e da Câmara dos Deputados para lançar luz para problemas enfrentados por baianos e brasileiros, fazendo debates de interesse nacional e apresentando publicamente assuntos de interesse dos cidadãos. Em muitos casos, Marighella utilizava os telegramas enviados pelos cidadãos como fonte para seus discursos, garantindo em certa medida protagonismo a eles. Assim, cabia às autoridades, na melhor das hipóteses, a verificação das informações apresentadas e a resolução dos casos.

Para concluir, registre-se que a opção de compartilhar trechos dos pronunciamentos de Marighella ocorre para possibilitar novas interpretações em relação à sua atuação parlamentar. Ao mesmo tempo, permite perceber, a partir do olhar do comunista, parte da situação econômica e social da Bahia e do Brasil à época.

## REFORMA AGRÁRIA E A QUESTÃO DA TERRA

---

Uma década após a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, em 1958, Carlos Marighella escreveu sobre a questão agrária no Brasil, afirmando que “o monopólio da terra é a causa do nosso atraso. Abalado ou eliminado esse monopólio, as forças produtivas darão um salto para a frente”.<sup>400</sup> Essa perspectiva, que já tinha sido apresentada muitos anos antes, durante seu mandato no Parlamento brasileiro,<sup>401</sup> mais uma vez foi reforçada em 1961, quando o ex-deputado comunista afirmou que

a reforma agrária constitui uma necessidade de nosso progresso e desenvolvimento. De toda parte, eleva-se o clamor pela sua urgente realização. É uma medida reclamada com insistência, porque, antes de tudo, o exigem a expansão industrial e os interesses nacionais. [...] Impõe-se a eliminação do monopólio da terra, a extinção do latifúndio, para que se extirpem a miséria e o atraso de milhões de brasileiros e para que as forças produtivas avancem livremente. A reforma agrária está na ordem do dia. [...]

Partidários de uma reforma agrária radical, que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa sob formas individuais ou associadas, os comunistas lutam também por medidas parciais e pelas reivindicações imediatas dos camponeses e apoiam quaisquer reformas úteis às massas trabalhadoras do campo. Em aliança com o proletariado e junto com todas as forças patrióticas e progressistas, os camponeses, organizados em suas ligas e associações, podem conquistar, através da luta de massas, importantes direitos e influir sobre o Parlamento, para que sejam votadas medidas em seu favor.<sup>402</sup>

---

<sup>400</sup> MARIGHELLA, Carlos. Alguns aspectos da renda da terra no Brasil. In MARIGHELLA, Carlos, et al. *A questão agrária no Brasil*: textos dos anos sessenta. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 20.

<sup>401</sup> É necessário informar que no capítulo “O monopólio da terra é a causa do nosso atraso”: A questão agrária no pensamento político de Carlos Marighella”, publicado no livro *O signo do atraso no pensamento social brasileiro*, este autor escreveu que Marighella havia realizado diversos discursos no Congresso Nacional, em que abordou a precariedade da situação dos trabalhadores, entre outros, mas que não havia priorizado a situação do campo em seus pronunciamentos, além de não ter feito proposta de emenda ao Projeto Constitucional ou Projeto de Lei em que as questões do campo estivessem na centralidade. Desse modo, “institucionalmente, Marighella não deu voz aos problemas do campo, não formulou a respeito, mesmo que eventualmente possa ter discutido sobre esta temática nos debates internos do partido”. Esta informação está parcialmente equivocada, afinal, embora efetivamente Marighella não tenha priorizado as questões agrárias no Congresso, até mesmo pelas distribuições de temas entre os parlamentares do PCB, em algumas poucas ocasiões o assunto foi abordado, mesmo que de forma secundária ao ponto central do pronunciamento dele. Por isso, é necessário fazer tal retificação neste capítulo. Cf: SANTOS, Leonardo Soares; SIZILIO, Ricardo José. “O monopólio da terra é a causa do nosso atraso”: A questão agrária no pensamento político de Carlos Marighella. In BARBOSA, Cairo; GAIÓ, Henrique e PEREZ, Rodrigo. *O signo do atraso no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. p. 127-164.

<sup>402</sup> MARIGHELLA, Carlos. Reforma Agrária: Problema Nacional. In PINHEIRO, Milton e FERREIRA, Muniz (Org). op. cit., p. 161-164.

Essa posição, a mesma do PCB, tinha por princípio inserir a reforma agrária no plano de desenvolvimento capitalista do país, o que levaria, em dado momento, às condições necessárias para uma possível revolução. Como se vê, no início dos anos 1960, Marighella permanecia fiel às diretrizes do PCB, expressando a sua concordância com a linha política do partido, formalizada desde 1958 com a Declaração de Março, que certamente contou com a sua participação na elaboração.

Com a implantação da ditadura militar em 1964 e a crescente insatisfação de Marighella com os rumos do PCB em relação ao enfrentamento do autoritarismo vigente, o ex-parlamentar direcionou ainda mais seu olhar para o campo, compreendendo-o como fundamental para a luta revolucionária, tendo como inspiração a Revolução Cubana (1959) e a resistência dos vietnamitas diante do envolvimento dos EUA na Guerra do Vietnã (1955-1975).<sup>403</sup>

Nesse processo, antes mesmo de romper com o partido em que foi dirigente por mais de duas décadas, no livro *Por que resisti à prisão*, de 1965, ao abordar os problemas da democracia brasileira, Marighella escreve que só havia dois caminhos a seguir: resistir à ditadura ou se conformar com ela. Além disso, afirma que historicamente o mal da democracia era acima de tudo o seu conteúdo de elite,

com a ostensiva marginalização das massas exploradas, o proletariado crescendo sem nunca chegar à integração de direitos exigida pelo papel na produção. E os camponeses inteiramente por fora, párias da democracia, sob a ultrajante justificativa de sua condição de atraso e suprema escravização aos interesses dos senhores da terra.<sup>404</sup>

No ano seguinte à publicação deste livro, Marighella redigiu sua carta de demissão da Comissão Executiva do PCB, da qual passou a fazer parte em 1946, durante seu mandato legislativo. No documento, tece várias críticas aos rumos e imobilismo do partido, afirmando que “o contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável. Na vida de um combatente, é preferível renunciar a um convívio formal a ter de ficar em choque com a própria consciência”. Continuando, acrescenta que

a subordinação e a perplexidade ante a burguesia e sua liderança impelem ao menosprezo do campesinato na revolução brasileira. Daí a causa porque o trabalho no campo jamais constitui atividade prioritária, chocando-se os esforços nesse sentido com a indiferença e

<sup>403</sup> Em fins de 1969, Marighella concedeu ao jornalista Conrad Detrez sua última entrevista, afirmando que a inspiração para a luta revolucionária era sobretudo as experiências de Cuba e do Vietnã. *Doc. 3208/80 (A última entrevista)*. Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional. Notação: ASP\_ACE\_3208\_80. Rio de Janeiro.

<sup>404</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Por que...* op. cit., p. 99.

a má vontade da Executiva. Entretanto, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia, como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo. Sem o camponês, o Partido não fará outra coisa senão acordos políticos e acordos eleitorais de cúpulas, para não falar em barganhas.<sup>405</sup>

Também em 1966, ao formular sobre “a crise brasileira”, o futuro guerrilheiro aponta direções para o enfrentamento à ditadura, segundo o qual

o processo de criação da força do proletariado exige lutas nas áreas urbanas e nas áreas rurais. Entretanto, o elo que levará ao desenvolvimento da luta contra a ditadura, e que produzirá a mudança de qualidade do movimento de massa, está nas lutas camponesas. Daí a importância do trabalho de campo na aplicação desta tática. Esta importância decorre do fato de que, pela primeira vez, no processo revolucionário brasileiro, se tornará possível unir a luta política das cidades à luta política do campo. O caminho da derrubada da ditadura através da luta de massas não terá consequência nem dará resultados, a não ser eliminando o desprezo pelo trabalho no campo, e adquirindo a compreensão da importância do campesinato no processo em curso. Não se pode fazer a luta pela democracia e pelas reivindicações nacionalistas, separando uma e outra da luta pela terra e pelos interesses das massas camponesas. É um erro relegar para o momento da decisão estratégica o processo de luta visando atrair a massa camponesa. O trabalho no campo é trabalho tático. É o elemento essencial, fundamental da tática do proletariado.<sup>406</sup>

Esse conjunto de textos escrito a partir de 1965 mostra o quanto Marighella passou a discordar do PCB em relação ao enfrentamento da ditadura e sobre a importância do campo para o processo revolucionário. De tal forma que, em 1967, Marighella rompeu definitivamente com o partido, depois de mais de três décadas de militância.

Mas, é preciso relativizar as críticas feitas por Marighella ao seu antigo partido a respeito do campo. Isso porque, se o trabalho no campo jamais se constituiu como atividade prioritária, chocando “os esforços nesse sentido com a indiferença e a má vontade da Executiva”, a crítica deve recair também sobre Marighella, que era membro da Executiva desde 1946 e ajudava a formular e difundir o pensamento do PCB sobre o campo. Ademais, em meados da década de 1940, Marighella era signatário do programa do PCB para o campo, apresentado pela bancada comunista no Parlamento e difundido na imprensa partidária. Isso sem contar que, entre outras ações, a partir do final de 1945, os comunistas disseminaram por vários pontos do país as Ligas Camponesas,

<sup>405</sup> \_\_\_\_\_. Carta à Executiva. In MARIGHELLA, Carlos. *Escritos...* op. cit., p. 89-97.

<sup>406</sup> \_\_\_\_\_. A crise brasileira. In MARIGHELLA, Carlos. *Escritos...* op. cit., p. 67.

organizações de trabalhadores do campo que lutavam por seus direitos e pela reforma agrária no Brasil.<sup>407</sup>

Portanto, o PCB tinha preocupação com o campo, até mesmo porque ele era essencial para o processo revolucionário que o partido entendia ser viável ao país. Ao mesmo tempo, não obstante a ciência das tensões e dissensos dentro da direção do partido, não há documentação que permita dizer que, antes de romper com o PCB, Marighella priorizava o campo e tinha um posicionamento distinto ao dos demais membros da Executiva. Por isso, se o partido não priorizava a “questão do campo”, como disse Marighella, entende-se que a mesma crítica deve se aplicar a ele.

Feitas tais ressalvas, em 1969, já considerado o “inimigo número 1 da ditadura,<sup>408</sup> em função das ações realizadas pela ALN nos grandes centros urbanos, Marighella afirma que o

nossa próximo passo deve ser a luta no campo. E esse será o ano da guerrilha rural. É esta a hora e a vez dos camponeses cujo instinto para o conhecimento do terreno, a astúcia para enfrentar o inimigo, a capacidade de comunicação com os explorados e oprimidos e os humilhados de todo o país, constituem uma arma certeira da revolução. Assumir o campo, enfrentar a luta pela terra, pela eliminação do latifúndio, expropriar os latifundiários, queimar suas plantações, matar seu gado para matar a fome dos famintos, invadir as terras, justiçar os grileiros e os norte-americanos envolvidos com os grileiros em compras de terras, levar ao fundo do país a mesma inquietação e o mesmo terror que já dominam os militares, os imperialistas e as classes dominantes nas cidades. Eis aí o objetivo a atingir na segunda fase da guerra revolucionária. Sem abandonar a guerrilha urbana, os grupos revolucionários armados devem, com sua habilidade heroica, ajudar o desencadeamento da guerrilha rural.<sup>409</sup>

<sup>407</sup> De acordo com Leonardo Santos, na segunda metade dos anos 1920 surge o debate em torno do termo Liga Camponesa como forma de organização de trabalhadores do meio rural. Esse debate seguiria pelos anos 1930, com as organizações pensadas como instrumentos de mobilização e organização de “camponeses” com o claro intuito de efetivar uma insurreição armada visando a tomada de poder. Mas, a partir de 1937, o PCB passou a criticar as “tentativas anteriormente empreendidas de desencadear lutas guerrilheiras. A linha insurreccional dava lugar à “luta por objetivos que pudessem ser resolvidos nos marcos da ‘democracia burguesa’ e não pelos soviets. [...] Outro aspecto importante dessa nova orientação é que o partido deixava a “Questão Camponesa” em segundo plano e passava a considerar a burguesia industrial como a principal força motriz da revolução brasileira. A luta que seria defendida nesse momento era a da industrialização. Essa visão vigoraria até 1945”. A partir do final de 1945, o PCB passou a disseminar as Ligas Camponesas, uma forma de organização dos trabalhadores do campo para levar adiante a luta por seus direitos. As ligas camponesas estabeleceram-se em vários municípios, sendo importantes no movimento pela reforma agrária no Brasil. Cf: SANTOS, Leonardo Soares dos. “As Ligas Camponesas do PCB: a trajetória de um debate (1926-1945)”. *Revista Sem Aspas*. Faculdade de Ciências e Letras/Unesp. V. 10. 2021.

<sup>408</sup> Doc. 23.113. (O inimigo número 1-Panfleto). Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica. Rio de Janeiro.

<sup>409</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Transcrições das fitas da Rádio Libertadora*. (196?). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/radio.htm#i2> Acesso em: 12 jul. 2024. (A transcrição das gravações feitas por Marighella para a “Rádio Libertadora Nacional” não tem datação. Todavia, pelo seu conteúdo, o mais provável é que ela tenha ocorrido em 1969).

Neste mesmo ano, às vésperas de ser assassinado pelo Estado brasileiro, em sua última entrevista, concedida ao jornalista Conrad Detrez para a revista *Front*, Marighella reforça a importância do campo para a revolução, afirmando que

a incorporação dos camponeses à revolução é indispensável, se quisermos transformar profundamente a sociedade brasileira. Uma luta que oponha a burguesia somente ao proletariado urbano pode acabar em conciliação. Não seria a primeira vez que o proletariado urbano deixar-se-ia integrar no sistema. [...]

Em primeiro lugar, nossa estratégia – uma estratégia da guerra revolucionária para o Brasil [...] – não é alguma coisa de fechado, de definitivo. Suas orientações fundamentais estão claramente definidas: guerrilha urbana, guerrilha rural, mobilidade, guerra de movimento, aliança armada operários-camponeses, papel tático e complementar da luta na cidade articulada com a luta do campo, que é a base estratégica.<sup>410</sup>

Nota-se que a questão do campo ganhou novos contornos e importância para o pensamento político de Marighella em sua última década de vida e luta. Se, em 1958, o membro da Executiva certamente ajudou a construir a perspectiva agrária do PCB. A partir da implantação da ditadura, Marighella passou a ter visões distintas das do partido. Para o comunista, o campo, além de ser essencial para o desenvolvimento do país, também era para o fazer revolucionário e enfrentamento à ditadura, sendo “camponês o fiel da balança da revolução brasileira”, já que “sem ele o proletariado terá que gravitar na órbita da burguesia”.

Fato é que, após o golpe de 1964, a via institucional encontrava-se completamente vedada ao PCB e às forças progressistas. Com isso, o radicalismo advogado por Marighella era direto e claro, levando-o a gradativamente formular com mais precisão como se daria a articulação da luta armada no campo. Ao mesmo tempo, parece nítido que não foi o endurecimento do regime que o levou a pensar o campo como prioritário para a revolução. O que mudou foi a forma de abordagem, já que a reflexão sobre o campo não passava mais pela reforma agrária. O campo agora era a base para a organização de “guerrilhas rurais”, criadas por combatentes previamente testados nas lutas urbanas, portanto, peças fundamentais na “aliança operário-camponesa”.<sup>411</sup>

Constata-se, então, que esse ponto de vista mais radical de Marighella sobre o campo foi sendo modulado ao longo da sua última década de vida. Portanto, não era este quando ele foi deputado federal. Em uma rápida digressão, não custa lembrar que

<sup>410</sup> Doc. 3208/80 (A última entrevista). op. cit.,

<sup>411</sup> Idem.

Marighella, ao entrar no Partido Comunista, em 1934, era um jovem de 22 anos vinculado exclusivamente ao mundo urbano. Nascido em Salvador, uma das cidades mais importantes do Brasil, construiu sua trajetória política no Rio de Janeiro e em São Paulo, principais centros políticos do país à época e, consequentemente, da atuação dos comunistas. Assim, ter vivido e atuado politicamente em grandes centros urbanos pode ter contribuído para que as questões do campo ainda não estivessem na ordem do dia de suas reflexões durante anos.

Importante também dizer que, durante a primeira década de atuação partidária, Marighella passou boa parte do período encarcerado. Sobre esse espaço de tempo, a documentação localizada até então não aponta que ele tenha produzido reflexões acerca da situação do país. Caso tenha feito, o mais provável é que o material tenha sido destruído em virtude das perseguições políticas aos comunistas. De qualquer forma, independentemente de ter pensado o Brasil de forma mais criteriosa, em 1943, Marighella foi eleito para o Comitê Nacional, demonstrando que ele fazia parte do grupo que reorganizou o partido e que sua militância política foi reconhecida pelos seus companheiros.<sup>412</sup> Ademais, o fato de Marighella ser membro do Comitê Nacional em 1945 foi fundamental para que ele tivesse sido eleito deputado federal, pois foi indicado como um dos candidatos preferenciais do partido.

Ressalte-se, porém, que durante a campanha eleitoral na Bahia, nas esparsas atividades realizadas em seu estado natal, Marighella não tratou da questão do campo. Isso não significa dizer que o PCB não tivesse preocupações com o tema, considerando, inclusive, que a maioria da população brasileira estava nas zonas rurais. Nesse sentido, o Programa do PCB enviado ao TSE para seu registro partidário propôs

a divisão e entrega gratuita à massa camponesa das terras abandonadas, principalmente na proximidade dos grandes centros;

---

<sup>412</sup> Sobre a eleição para o Comitê Nacional do PCB (antes de 1945 a designação era Comitê Central), Marighella afirma que enquanto estava encarcerado tinha divergências com parte dos militantes denominados liquidacionistas, e que embora não fizesse parte do grupo, seu posicionamento de não reconhecer a organização do partido acabava por ser também uma posição liquidacionista. Tal perspectiva fez com que ele não tivesse “tomado conhecimento” da sua eleição em 1943, e que somente após a anistia, em 1945, foi procurado para fazer a autocrítica da sua “posição anterior”. Mas, de acordo com Jacob Gorender, Marighella, recebendo a comunicação de sua eleição, recusou o cargo porque “defendia uma concepção de partido que unisse várias tendências de esquerdas [...] e que fosse mais amplo”, sendo tal viés defendido por Caio Prado Jr. e pelo Comitê de Ação. Mas, o fato de Luís Carlos Prestes ter aceitado o cargo de secretário-geral do PCB, assim como a “pressão” dele por meio de seus representantes, fez com que Marighella mudasse de posição e se reintegrasse ao partido, devido à grande admiração que o baiano tinha por Prestes. Independentemente de ter recusado ou não ter tomado conhecimento, é fato que a partir de 1945 Marighella passou a integrar o Comitê Nacional do PCB. Cf: SIZILIO, Ricardo José. *A autobiografia...* op. cit.; GORENDER, Jacob. Recordações de um companheiro. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). op. cit.,

pela difusão e ajuda à pequena propriedade agrícola e pela liquidação do regime semifeudal a que vivem submetidos os camponeses, trabalhadores agrícolas e demais trabalhadores do campo.<sup>413</sup>

Em virtude disso, o PCB foi questionado pelo TSE se tal divisão e distribuição seriam pelo modelo russo, que “desrespeita o direito de propriedade, pois expropria sem indenização”, ou desapropriando e indenizando. Em resposta, o partido afirmou que a divisão e distribuição das terras seriam feitas de forma gratuita, cabendo ao Parlamento “promulgar uma lei determinando a desapropriação das terras não cultivadas”, com ou sem indenização ao proprietário. E que “a questão das terras próximas às grandes cidades não tange com qualquer alteração do sistema capitalista, mas deve ser enfrentada por um governo democrático de base capitalista”.<sup>414</sup>

O partido consagrava em sua linha política de União Nacional a luta pela eliminação, “dentro da ordem e da lei”, dos restos feudais e fascistas ainda existentes no país, tendo o fim do “monopólio da terra” como seu emblema. A seu ver, a terra na mão de “uma minoria privilegiada” impedia a “elevação do nível de vida das grandes massas do campo”.<sup>415</sup> Por isso, o latifúndio era encarado como uma grande ameaça à ordem e à paz sociais, o que fazia os comunistas reivindicarem medidas que pudessem pôr em xeque o cerne da estrutura de dominação que ainda vigorava no país, tendo como programa para o campo: maior controle do sistema fundiário por parte do Estado; maior fomento à agricultura voltada para o mercado interno; entrega de terras a “famílias camponesas que se comprometam a explorá-las imediatamente”; apoio ao cooperativismo, pelo crédito barato e, “se possível”, sem juros; auxílio financeiro e técnico; fixação de preço mínimo para a produção pelo governo etc.<sup>416</sup>

Compartilhando a posição do PCB com os militantes e os demais leitores, em março de 1946, quando os parlamentares já tinham assumido o mandato na Constituinte, *A Classe Operária* publicou diversas matérias sobre “como organizar os camponeses”, informando “o ponto de vista do nosso partido, que considera como causa profunda da crise econômica e política de nossa terra a contradição entre as forças produtivas em crescimento em todo o mundo e os restos feudais que entravam todo

<sup>413</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. op. cit.,

<sup>414</sup> Idem.

<sup>415</sup> VINHAS, Moisés. op. cit., p. 109.

<sup>416</sup> CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. op. cit., p. 33-35.

nosso avanço progressista”.<sup>417</sup> Na edição seguinte, o periódico escreve uma longa matéria denunciando que “os latifundiários paulistas legalizam a servidão”, levando “o camponês à miséria”.<sup>418</sup> Além disso, o jornal passou a reservar uma seção dedicada às questões do campo, solicitando aos companheiros que enviassem “uma correspondência regular sobre aspectos do campo”, e que os “membros, simpatizantes e amigos do partido” mantivessem “comunicação com a Comissão Agrária criada recentemente para estudar a fundo o problema agrário no Brasil”.<sup>419</sup>

Como visto, as questões relativas ao campo, seus problemas e/ou solução do país, eram uma das preocupações do PCB durante o período em que os comunistas atuaram no Congresso, o que impunha a Marighella, como membro do Comitê Nacional e depois da Executiva, ter a ciência dessa importância.

Ainda assim, essa discussão não esteve na centralidade de seu mandato. Quanto a isso, deve-se levar em consideração que o partido distribuía entre seus membros as temáticas a serem debatidas no Parlamento. Desse modo, coube a Luís Carlos Prestes, em nome da bancada do PCB, pronunciar um longo discurso sobre a questão agrária e votar contra o pré-projeto de Constituição apresentado em junho de 1946, por não dizer “nada de prático sobre a reforma agrária, sobre a maneira de acabar com os restos feudais na agricultura”.<sup>420</sup> Destaque-se que esse pronunciamento foi reproduzido integralmente mais de um ano depois, em setembro de 1947, na revista do PCB *Problemas*,<sup>421</sup> sendo mais um indicativo de que os debates sobre a reforma agrária estavam sob a responsabilidade prioritária de Prestes, o que reforça a importância do tema para o PCB.

Embora Marighella não tenha priorizado na Assembleia Constituinte e na Câmara dos Deputados o debate sobre a situação do campo, o deputado não se furtou de tratar do tema em algumas ocasiões. Não tratando diretamente sobre reforma agrária,

<sup>417</sup> COMO ORGANIZAR os camponeses. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 30 mar. 1946. p. 15. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

<sup>418</sup> OS LATIFUNDIÁRIOS paulistas legalizam a servidão. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 06 abr. 1946. p. 1;6. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

<sup>419</sup> INFORMAÇÕES do campo. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 06 abr. 1946. p. 3. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

<sup>420</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 17 jun. 1946. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. p. 363-390. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

<sup>421</sup> PRESTES, Luís Carlos. A reforma agrária. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 02, set. 1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

abordou a situação dos posseiros da “Colônia Centenário”, de Porecatu e Jaguapitã, no Paraná, que tiveram as terras divididas em grandes lotes e distribuídas, o que afetou trezentas famílias camponesas que estavam radicadas no local há sete anos.<sup>422</sup>

Em outubro de 1946, ao analisar a proposta de orçamento para o ano seguinte, inclusive por ser membro da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, afirmou que “em matéria de facilidade ao camponês para que ele adquira a terra para trabalhar, os orçamentos brasileiros são quase negativos”, criticando os baixíssimos percentuais (0,2%) da receita destinados para “facilitar a aquisição de um lote de terras pelas famílias camponesas”.<sup>423</sup>

No mês seguinte, também tratando do orçamento e da dotação para o Ministério da Agricultura, disse que o mais importante no Brasil era a reforma agrária, “a distribuição gratuita de terra aos camponeses perto dos grandes centros de consumo, o crédito barato e fácil à pequena lavoura, a distribuição de ferramentas e sementes”, sendo estas, “as primeiras medidas que deveriam ser adotadas para nos libertar da crise”, afinal, “só a reforma agrária abrirá novos caminhos para solucionar a crise econômica do Brasil”.<sup>424</sup>

Em dezembro, Marighella apresentou o Projeto de Lei 278/1946, que instituía o Dia dos Lavradores, a ser comemorado no dia 1º de março, “por ser esse o mês de mais intensa atividade agrícola no país”.<sup>425</sup> Segundo o parlamentar, tratava-se “de uma solicitação de lavradores da Bahia, a qual não poderia deixar de atender”.<sup>426</sup> O Projeto de Lei, que teve a coautoria de Maurício Grabois, Agostinho de Oliveira e João Amazonas, determinava que o governo fizesse a “distribuição gratuita de ferramentas, sementes e outros prêmios aos lavradores”, visando aproximar o Ministério da Agricultura com os milhões “de concidadãos que se dedicam ao árduo trabalho da terra”, e para promover “um amplo programa de esclarecimentos e instruções [...] no

<sup>422</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 11 jul. 1946, p. 3434. op. cit.,

<sup>423</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 19 out. 1946, p. 370-372. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

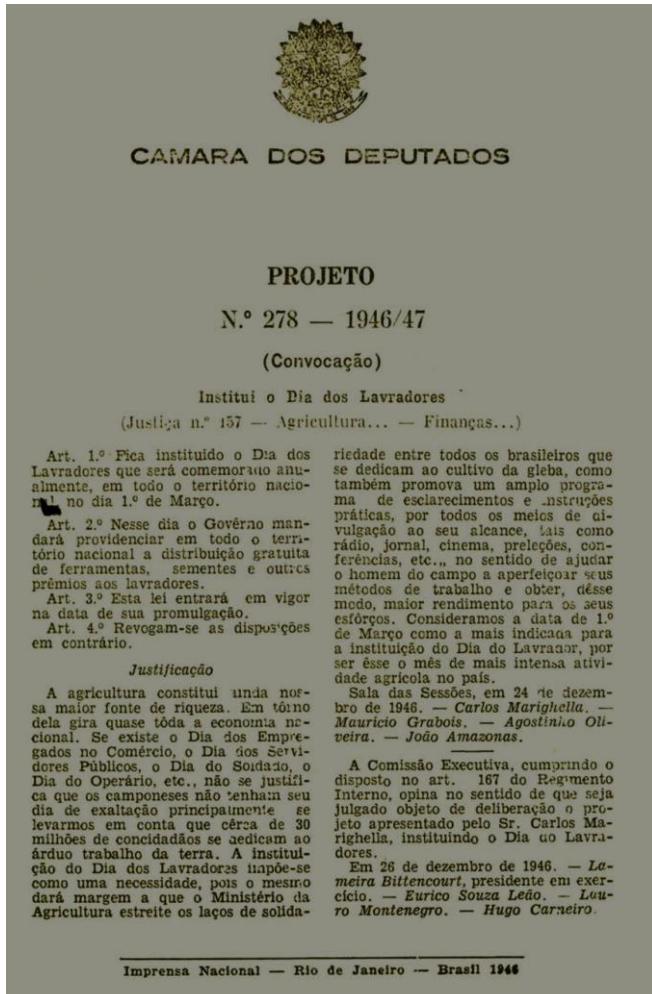
<sup>424</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 09 nov. 1946, p. 748-750. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>425</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 278*, de 24 de dezembro de 1946. Institui o Dia dos Lavradores. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541364>. Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>426</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 dez. 1946, p. 2120. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

sentido de ajudar o homem do campo a aperfeiçoar seus métodos de trabalho e obter, desse modo, maior rendimento para os seus esforços".<sup>427</sup>

**Figura 18 – Projeto de Lei 278/1946, que institui o Dia dos Lavradores (1946)**



**Fonte:** Câmara dos Deputados.

O PL foi arquivado em 1948, porém, enquanto puderam atuar no Congresso, os comunistas não perderam de vista a questão da terra. Mas, com a promulgação da Constituição, Marighella e os membros do PCB sabiam que a distribuição da terra no Brasil seria praticamente nula. Tanto que, durante os preparativos para o IV Congresso do PCB, que deveria ocorrer em 1947, foram publicadas na imprensa comunista as “teses para a discussão”, sendo escrito a respeito, que

a reforma agrária, a divisão da terra e sua distribuição e entrega às grandes massas camponesas, se vê agora dificultada com os

<sup>427</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 278*, de 24 de dezembro de 1946. op. cit.,

dispositivos reacionários da nova Carta Constitucional, que [...] reforça o velho conceito de propriedade, só admitindo “desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Mesmo nesses termos, e, portanto, dentro da Constituição, é ainda possível realizar a reforma agrária, que deve ser cuidadosamente estudada de acordo com as condições particulares de cada região do país.”<sup>428</sup>

Com a ciência das limitações impostas pela Carta Magna, ao abordar a situação da economia do país, em outubro de 1947, Marighella afirmou que a inflação continuaria a aumentar, a não ser que fossem encarados “seriamente os problemas fundamentais do país”, sendo necessárias as “reformas da nossa estrutura econômica”, porque “enquanto houver o monopólio da terra, enquanto não tivermos um mercado interno, enquanto não desenvolvermos a nossa indústria, não poderemos ter um orçamento que apresente equilíbrio”.<sup>429</sup>

A partir desta fala, o deputado Tristão da Cunha, do Partido Republicano (PR/MG), questionou se ao socializar a terra o PCB pretendia pagar os proprietários da terra. Como resposta, Marighella disse que “distribuir terras não é socializá-las. É proceder de acordo com a Constituição, que diz que toda desapropriação deve ser feita mediante indenização em dinheiro”, e que para tal o Estado conseguiria recursos “com a taxação mais violenta de impostos de renda”, cabendo à Câmara dos Deputados “estudar a necessidade de um aumento mais rigoroso do imposto sobre a renda, um aumento fortemente progressivo, sobre aqueles que auferem maiores rendas, mas, também um imposto severo sobre o capital”.<sup>430</sup>

No mês subsequente, ao discutir a situação do Vale do São Francisco, tendo como fonte o livro *A Bacia do Médio São Francisco: uma análise regional*, de Jorge Zarur, Marighella afirmou que “as terras estão nas mãos dos grandes proprietários que as utilizam explorando homens em seu benefício. Era preciso que o governo as distribuísse, dividindo-as em lotes destinados aos que não as possuem, mas as querem trabalhar”. Continuando, disse que “no São Francisco, essas terras estão nas mãos dos latifundiários. O pobre, o trabalhador, o miserável se encontram na pior das condições”. Além disso, o deputado explicou que, ao dizer que a “terra deve ser

<sup>428</sup> TESES para a discussão do IV Congresso do PCB. *O Momento*. Salvador, 25 mar. 1947. p. 1; 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador. Apesar do título da matéria, recorrente em muitas publicações dos veículos da imprensa comunista, o IV Congresso do PCB que estava previsto para ocorrer em 1947, aconteceu apenas em 1954.

<sup>429</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 out. 1947, p. 6786-89. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>430</sup> Idem.

distribuída, não estamos afirmando que venha logo a riqueza. Afirmamos, sim, que essa distribuição da terra é a base da riqueza e que a riqueza só pode surgir do trabalho assim orientado”.<sup>431</sup>

Nota-se que, ao longo do seu mandato parlamentar, Marighella reforçou na tribuna do Congresso o posicionamento do partido em relação à reforma agrária e às necessidades do campo, não obstante ter feito, na maioria das vezes, ao tratar de outros assuntos. Como se pode perceber, o partido tinha em vista e/ou justificava que diversos problemas do país estavam intimamente ligados à falta de distribuição de terras.

Nesse sentido, para justificar a aliança do PCB com o PSD nas eleições de 1947 em São Paulo, Marighella escreve em dezembro daquele ano “em defesa da democracia, do progresso e da independência de nossa Pátria”. Na coluna “Nossa Política”, da revista *Problemas*, o parlamentar defende o acordo com o partido do Presidente Dutra, afirmando que

nossa própria aliança com o PSD no caso da vice-governança paulista veio evidenciar que os setores mais ponderáveis da indústria e do proletariado estão com os comunistas e que são estes os mais consequentes defensores de nossa soberania.<sup>432</sup> A vitória de Novelli Jr. apenas indica que os diretórios do PSD no interior obedecem à orientação dos fazendeiros, e a nenhuma dependência se sujeitam por parte do Diretório Nacional. É isso, aliás, o resultado de ainda no Brasil possuirmos uma democracia formal, mercê da sobrevivência do monopólio da terra — base da reação e do fascismo.<sup>433</sup>

Em janeiro de 1948, mês em que os mandatos dos comunistas foram cassados, também escrevendo para a revista do PCB, Marighella afirma que o partido preconizava

uma política de resistência de massas ao imperialismo americano e ao governo de Dutra e iniciamos uma política de oposição ativa, com bases nas lutas pelas reivindicações de massas. Contudo, desde o fechamento do partido, em maio, nossa orientação deveria ter sido mais aprofundada. O fato é que a democracia no Brasil — como, aliás, o próprio Prestes já o afirmara tantas vezes — não passava de uma democracia formal. A própria Constituição de 46 não poderia assegurá-la. E isso por um motivo: o monopólio da terra não foi liquidado, nem sequer foi abalado. Como esperar o respeito à Constituição, a prática da democracia, se a estrutura econômica do país permanece inalterável? O fundamental é, pois, a luta contra o

<sup>431</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 nov. 1947, p. 8369-71. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>432</sup> Nas eleições de 1947 para o governo do estado de São Paulo, o PCB apoiou Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP). Barros fundou esse partido após sair da UDN em 1946, a partir da fusão do Partido Republicano Progressista, Partido Popular Sindicalista e o Partido Agrário Nacional. O candidato a vice-governador na chapa foi Novelli Júnior, que em 1947 migrou do PSD para o PSP.

<sup>433</sup> MARIGHELLA, Carlos. Nossa Política. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 05, dez. 1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

monopólio da terra, contra o latifúndio, consequentemente contra o imperialismo, que não quer ver realizada a liquidação desse monopólio — base da reação e do fascismo. Tão grande, porém, é o poderio dos senhores de terra, sustentados pelos banqueiros de Nova Iorque, que nem mesmo a Carta de 46, ainda que no papel, registrou a menor referência sequer ao abalo da grande propriedade territorial. [...] O que cumpre fazer é exatamente chegar à solução dos problemas imediatos da revolução democrático-burguesa, entre os quais se incluem a entrega de terras aos camponeses, o controle do comércio externo, a criação do mercado interno. [...] Democracia, só a VERDADEIRA DEMOCRACIA, que não se conseguirá sem a liquidação do monopólio da terra, sem a derrota do imperialismo ianque e sem a substituição do atual governo de traição nacional por um governo democrático, progressista e popular.<sup>434</sup>

Ainda no calor da perda do mandato, no mês seguinte, defendendo o “Manifesto de Janeiro”, lançado por Prestes, onde há autocrítica pela atuação do partido no curto período de legalidade, Marighella afirma que aquele texto deveria ser “editado e reproduzido em centenas de milhares por todo o Brasil. Vulgarizado em toda a imprensa popular, desde os diários até os semanários e publicações de qualquer tipo, deve ser comentado em artigos, tópicos, notas, editoriais”. Por isso, reproduz na *Problemas* as ideias contidas no manifesto, sendo escrito que

É preciso, sobretudo, organizar os camponeses em ligas, associações, clubes, comissões, seja como for. [...] Mas lutar, resistir para quê? “Para que possamos golpear com maior vigor as bases econômicas da reação — diz Prestes — acabar com o latifúndio, entregar as terras aos camponeses, pôr um termo à exploração de nosso povo pelos banqueiros e monopólios norte-americanos, conquistar a liberdade e a democracia, substituir a ditadura dos senhores feudais e lacaios do imperialismo por um governo realmente popular, democrático e progressista”. É, portanto, nas bases econômicas da reação que devemos golpear com mais vigor, em outras palavras, é o monopólio da terra que devemos abalar e liquidar. Sem isso, nossa democracia não passará de uma coisa formal, como tem sido até agora, sem isso, nenhuma conquista democrática poderá ser assegurada, nenhuma constituição democrática respeitada. Sem isso, o Executivo continuará a constituir um superpoder, representante dos piores setores latifundiários, agente número um do imperialismo ianque. É necessário entregar terras aos camponeses, criar um mercado interno, acabar com a exploração feudal e capitalista. E é evidente que tudo isso nos conduz a substituir a atual ditadura por um governo realmente popular e democrático.<sup>435</sup>

Praticamente um ano depois, em janeiro de 1949, em seu penúltimo texto na coluna “Nossa Política”, Marighella aponta que havia no país uma crescente luta do

<sup>434</sup> \_\_\_\_\_ . Nossa Política. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 06, jan. 1948. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

<sup>435</sup> \_\_\_\_\_ . Nossa Política. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 07, fev. 1948. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

proletariado pelos seus mais elementares direitos, em consequência, inclusive, do Manifesto de Janeiro. Diante disso, afirma

que as massas camponesas se lançaram à luta, enfrentando a reação dos senhores feudais e a polícia, sem atender aos apelos do padre, do advogado ou do coronel. Essas lutas dos camponeses se revestiram das mais variadas formas, desde os comícios contra o alto preço dos arrendamentos, até os desfiles e demonstrações em praça pública contra os latifundiários, como aconteceu em Fernandópolis, onde a cidade foi dominada pelos camponeses, e as autoridades fugiram. Mas não ficaram nisso, e recorreram largamente às greves. Em Santa Adélia, no interior de S. Paulo, cerca de 200 famílias paralisaram o trabalho por mais de três meses. Em inúmeras usinas e fazendas de S. Paulo e outros estados do Brasil, registraram-se greves de camponeses de grande combatividade. E daí foram até a ação prática de massas pela tomada de terras, como aconteceu em Erechim, no Estado do R. G. do Sul. Essas greves revelam que o proletariado tem nos camponeses o seu principal aliado, que precisa ser ganho, no processo das lutas, para a solução dos problemas da revolução agrária e anti-imperialista. A essas lutas camponesas devemos somar as lutas populares.<sup>436</sup>

Pelo exposto, constata-se que, embora as questões do campo não estivessem na centralidade das discussões realizadas por Marighella no Parlamento, ou mesmo nos primeiros anos de sua militância política, ao longo da sua atuação legislativa, em algumas ocasiões elas foram incorporadas ao seu discurso, tendo continuado após a cassação dos mandatos dos comunistas. Além disso, deve-se reiterar que, por Marighella fazer parte do Comitê Nacional e da Executiva, é certo que ele participou da elaboração e das discussões das principais teses do partido a respeito do campo e da reforma agrária.

Dito isso, da mesma forma que em 1947 foi afirmado na imprensa comunista que a Constituição recém-promulgada era reacionária, inclusive por causa da questão agrária, duas décadas depois, já em vias de romper com o PCB, Marighella escreveu algo similar. Com isso, é possível conjecturar, até mesmo, que ele tenha sido o redator do texto publicado na imprensa do partido, tendo em vista que no livro *Por que resisti à prisão* consta que

A Constituição de 1946 não assegura realmente uma democracia imune aos ataques do golpismo e do fascismo. Isto porque ela se destina a garantir o poder econômico das classes retrógradas e o antigo sistema de propriedade, não permitindo qualquer reforma agrária, ou redistribuição da terra, e, muito menos, a modificação das relações de produção no campo. O caráter retrógrado da Constituição de 1946, neste particular, reflete a fraqueza do movimento camponês à

---

<sup>436</sup> \_\_\_\_\_ . Nossa Política. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 16, jan. 1949. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

época em que ela foi elaborada. Mas seria um erro imperdoável, uma vez derrotada a ditadura atual, prosseguir aceitando que o camponês brasileiro continue marginalizado, sem direito a possuir um pedaço de terra, sem direito ao trabalho e às vantagens de que já goza o trabalhador da cidade e sem nem ao menos poder votar, reduzido à humilhante condição de analfabeto.<sup>437</sup>

Por fim, não obstante a similaridade de alguns argumentos contidos nos textos de 1947 e 1965 sobre o caráter da Constituição de 1946 e a necessidade de reforma agrária, toda essa discussão é importante para que haja a percepção de que o pensamento político de Marighella a respeito do campo foi sendo construído e modulado gradativamente ao longo dos anos. Seguramente, em dado momento, influenciado pelas diretrizes do PCB, em outros as influenciando, ora elaborando e partilhando das mesmas concepções do partido, ora rompendo drasticamente com as perspectivas da organização. Isso tudo reforça a importância da atuação de Marighella no Parlamento em sua trajetória política, tendo em vista que no Congresso aconteceram as primeiras manifestações sobre um tema que se tornou tão importante em sua vida.

---

<sup>437</sup> \_\_\_\_\_ . *Por que...* op. cit., p. 135-136.

## A RELIGIÃO, O ESTADO, A FAMÍLIA

---

No primeiro mês de trabalhos da Assembleia Constituinte, em vinte e um de fevereiro, vinte e nove parlamentares de diversos partidos assinaram o requerimento para que a Casa telegrafasse aos arcebispos do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, D. Jaime de Barros Câmara e D. Carlos Carmelo de Vasconcelos, felicitando-os por terem sido nomeados cardeais. O requerimento foi aprovado, mas antes, em nome da bancada do PCB, Marighella destoou dos demais congressistas ao afirmar que “a religião deve estar completamente separada das questões do Estado e da política. Isto faz parte de nosso programa mínimo de União Nacional: completa separação da Igreja e do Estado”.<sup>438</sup>

A apresentação do “ponto de vista da nossa bancada, o mesmo do Partido Comunista do Brasil”, gerou embates. Os deputados e padres Medeiros Neto (PSD/AL) e Arruda Câmara, do Partido Democrata Cristão (PDC/PE), afirmaram, respectivamente, que “nunca na história do Brasil, a Igreja, de fato, se separou do Estado”; e “que Vossas Excelências todos os dias fazem profissões de fé à democracia. Democracia é governo das maioria. Vossa Excelência não pode negar que a maioria do povo brasileiro é cristão”. Além dos sacerdotes, que reforçavam o vínculo da Igreja no Estado e na política, outros parlamentares se manifestaram, como o senador Hamilton Nogueira (UDN/DF), que disse que a “Assembleia Constituinte representa o povo brasileiro, que é cristão na sua maioria”. O deputado Sousa Leão (PR/PE) afirmou que “não admitimos, aqui, a democracia da Rússia, que serve a um homem, a um ditador”, isso porque Marighella disse que seu ponto de vista era democrático. Por sua vez, o deputado Barreto Pinto requereu votação nominal, “que demonstrará ser a religião cristã o alicerce da nacionalidade”.

Outros congressistas se manifestaram contra a posição apresentada por Marighella, que, para embasar seu argumento, afirmou que “desde 1891 se estabeleceu no Brasil a separação da Igreja do Estado”. Além disso, declarou que os que

pretendem calar minha voz, devem compreender que não estão dando boa contribuição aos princípios democráticos. [...] O ponto de vista democrático é aquele que respeita todas as crenças religiosas. Não

---

<sup>438</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 22 fev. 1946, p. 192-93. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

fazemos distinções dessa natureza. Aqui, há representantes dos mais variados credos filosóficos e religiosos. É, portanto, dever nosso explicar claramente o nosso ponto de vista. Não podemos nos submeter às imposições da maioria.<sup>439</sup>

Assim como aconteceu na Constituinte, as divergências em torno do posicionamento de Marighella foram reproduzidas na imprensa. *O Momento*, após transcrever parte das discussões, conclui que “os deputados do povo, aqueles que realmente representam a vontade popular, lutam na Assembleia Constituinte, pela real separação da Igreja do Estado, por um ensino público leigo e pela liberdade de culto”. Assim sendo, “Carlos Marighella mostra que merece realmente a confiança do povo que o elegeu para representá-lo na elaboração da nossa nova Carta Constitucional, base e garantia da redemocratização do Brasil”.<sup>440</sup> Por outro lado, por exemplo, *A Ordem*, do Rio Grande do Norte, escreve que os comunistas haviam retirado as máscaras, e que “um deputado vermelho, traduzindo o ódio do comunista contra a religião, vociferou, em altos brados, contra a suposta oficialização da Igreja Católica no Brasil”. E que “a descabida e deselegante atitude da bancada vermelha” tinha sido a primeira “grande derrota dos comunistas que devem ter compreendido não submeter os legítimos representantes do povo aos caprichos de suas ideias antinacionais”.<sup>441</sup>

Apesar das críticas, o posicionamento apresentado por Marighella em nome da bancada do PCB foi reforçado em outras oportunidades. Afinal, constava no Programa Mínimo do partido, publicado na imprensa comunista antes mesmo das eleições, que o PCB lutaria na Constituinte pela “rigorosa separação do Estado da religião”, pela liberdade de todas as religiões e pela “laicidade do ensino público”.<sup>442</sup>

Desse modo, no final de junho, Marighella apresentou oito emendas ao Projeto Constitucional com a pretensão de que a religião estivesse “completamente separada das questões do Estado e da política”. Entre elas, a emenda 3.125 objetivava que fosse “leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”, tendo como justificativa a reprodução do texto da Carta de 1891, “por assegurar de forma completa a separação entre a Igreja e o Estado”. A emenda 3.129 determinava que no texto constitucional constasse apenas “o casamento será civil e gratuita a sua celebração”, tendo em vista que “a norma democrática universalmente é a separação rigorosa entre o Estado e a

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> COMO AGEM os deputados do povo. *O Momento*. Salvador, 06 abr. 1946. p. 3; 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>441</sup> AS MÁSCARAS CAÍRAM. *A Ordem*. Natal, 26 fev. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 set. 2024.

<sup>442</sup> LUIS Carlos... op. cit.,

religião. Admitir-se validade civil ao casamento religioso seria intromissão da religião nas questões estatais". A emenda 3.203 visava suprimir o parágrafo que impedia o divórcio, dizendo que "a finalidade evidente do parágrafo é garantir e favorecer a indissolubilidade do casamento", mas "como contrato civil que é, o casamento não pode ser indissolúvel".<sup>443</sup>

Marighella também apresentou a emenda 3.127, com o objetivo de que no texto constitucional tivesse a seguinte redação: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, garantindo o livre exercício dos cultos religiosos. As associações religiosas adquirem personalidade jurídica na forma da lei civil", justificando que

se o livre exercício dos cultos fica sujeito a interferências estranhas, sob pretexto de defender a ordem pública e os bons costumes, atribuir-se imediatamente funções de censura às autoridades que estarão, elas próprias, condicionadas pelas suas limitações pessoais. E a intolerância de algumas seitas religiosas não deixaria de se valer da elasticidade de interpretação de conceitos "ordem pública e bons costumes", para oprimirem os adeptos de outras doutrinas.

Essas emendas apresentadas por Marighella e subscritas por outros comunistas<sup>444</sup> não foram aprovadas pela maioria dos constituintes, confirmado a afirmação do parlamentar baiano de que a Constituição de 1891 tinha caráter mais laico do que a de 1946. Para exemplificar, segundo o texto constitucional promulgado, a liberdade de crença e o exercício de culto eram livres, "salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes".<sup>445</sup> Isso permitia que as forças policiais pudessem agir a partir dos preconceitos religiosos dos agentes públicos.

Importante mencionar que a questão acerca da inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença não foi uma preocupação apenas dos comunistas. Hermes Lima, da Esquerda Democrática (ED-UDN/DF),<sup>446</sup> apresentou a emenda 3.136, com o conteúdo igual ao do PCB, mas com justificativa mais ampla, que abordava, inclusive,

<sup>443</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 25 jun. 1946. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. p. 48-72. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

<sup>444</sup> Como era de praxe no PCB, as emendas eram assinadas por mais de um parlamentar, mas a autoria é do primeiro signatário, por isso, essas emendas são de autoria formal de Marighella. Nas diversas emendas apresentadas por ele acerca da separação do Estado e da Igreja foram coautores: Luís Carlos Prestes, Cláudio Silva, Batista Neto, Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho, Trifino Correia, Maurício Grabois.

<sup>445</sup> BRASIL. *Constituição (1946)*... op. cit.,

<sup>446</sup> De acordo com Maria Vitória Benevides, não obstante a coligação da Esquerda Democrática com a UDN no processo eleitoral de 1945, a ED era um agrupamento político autônomo. BENEVIDES, Maria Vitória. op. cit., p. 31.

as implicações da redação do artigo como estava para as religiões de matrizes africanas. Nesse sentido, Hermes Lima escreve que:

A pretexto de defesa dos bons costumes, as chamadas religiões negras, os cultos que os africanos trouxeram, têm sofrido muitas vezes perseguições ineptas. Por isso mesmo, a parte restritiva do texto deve ser suprimida, porque, para as providências normais em defesa dos bons costumes, é inócuia, podendo, entretanto, servir de base legal de ação contra cultos e religiões, havidos como contrários aos bons costumes, apenas porque suas práticas são diferentes daquelas do culto da maioria.<sup>447</sup>

Ainda sobre essa questão, é necessária uma rápida digressão, tendo em vista que Jorge Amado toma para si a autoria de uma emenda “vitoriosa que, mantida até hoje, veio garantir a liberdade de crença no Brasil”. Amado, em seu livro de memórias escrito no início dos anos 1990, afirma que “se de algo me envaideço quando penso nos dois anos que perdi no Parlamento é da emenda que apresentei ao Projeto de Constituição” que, em suas palavras, garantia a liberdade de crença. Em seu relato, o ex-constituinte escreve que

a República, ao ser proclamada, decretara a separação entre o Estado e a Igreja, a Católica Romana, mas a liberdade religiosa que dela devia decorrer não passara do papel, uma farsa.[...] As demais religiões, cristãs ou não, comiam o pão que o diabo amassou. Para as apelações protestantes, as tendas espíritas, os cultos populares de origem africana restavam a discriminação, restrições de todo tipo, a perseguição policial. [...] Se protestantes e espíritas passavam maus pedaços, das religiões afro-brasileiras nem falar. [...]

*Emenda batida à máquina, assinei e fui em busca de Luiz Viana Filho, baiano e escritor, autor de livro sobre *O negro no Brasil*, deputado pela UDN, submeti-lhe o texto da emenda, convidei-o a assiná-la, baiano e escritor, ele a assinou. Fiquei à espreita de Gilberto Freyre, deputado por Pernambuco (pela Esquerda Democrática, creio), o mestre de Apipucos não comparecia a todas as sessões, não dava tamanha confiança à Assembleia, quando subia à tribuna o plenário se enchia, as galerias ficavam repletas, os jornalistas agitavam-se indóceis, Otto Lara Resende deve se lembrar. Mal o vi, sequestrei-o dos admiradores, levei-o a um canto, mostrei-lhe a emenda - os xangôs do Recife vão poder dançar em paz, ele colocou-lhe o valioso autógrafo, comentou em voz baixa, o sorriso sedutor: ‘Por que não pensei nisso?’. Assim andei de bancada em bancada, de deputado a deputado, de Octavio Mangabeira a Milton Campos, de Hermes Lima a Café Filho, de Nestor Duarte a Vargas Neto, obtive para mais de oitenta assinaturas, o apoio de Cirilo Júnior e o de Prado Kelly, líderes do PSD e da UDN. Com a aprovação da emenda, a liberdade religiosa foi inscrita na Constituição, tornou-se lei.*

*Essa a minha contribuição para a Constituição Democrática de 1946. Transformada em artigo de lei a emenda funcionou, a perseguição*

---

<sup>447</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 25 jun. 1946. Vol. XVI. op. cit., p. 53.

*aos protestantes, a violação de seus templos, das tendas espíritas, a violência contra o candomblé e a umbanda tornaram-se coisas do passado.* Para algo serviu minha eleição, a pena de cadeia que cumprí no Palácio Tiradentes, constituinte apagado, deputado de pouca valia.<sup>448</sup>

Esse relato de Jorge Amado, tomado como verdade, exaltado e reproduzido recorrentemente, e que faz com que ele seja considerado o responsável pela norma jurídica que “veio garantir a liberdade de crença no Brasil”, é problemático em muitos sentidos. Isso porque a mencionada emenda, com mais de 80 assinaturas, até hoje não foi localizada pelos pesquisadores que se dedicam ao tema. E, caso essa emenda tenha existido, o texto constitucional de 1946, idêntico ao de 1934, manteve a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença e o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. Portanto, diversas religiões poderiam ser perseguidas pelo Estado, não sendo verídica a afirmação um tanto quanto romântica de que “a perseguição aos protestantes, a violação de seus templos, das tendas espíritas, a violência contra o candomblé e a umbanda tornaram-se coisas do passado”.

Além do mais, é pouco provável, para não dizer impossível pela estrutura do PCB, que Jorge Amado tenha apresentado uma emenda distinta da do partido, que teve autoria formal de Marighella. Por outro lado, é até possível que o escritor baiano tenha sido o autor intelectual da emenda do partido, embora ele não tenha assinado a coautoria em nenhuma das propostas acerca da separação do Estado da Igreja e assuntos correlatos, o que causa alguma estranheza. Mas, mesmo que tivesse sido o autor intelectual da proposta, não houve avanços em 1946 para a proteção da liberdade de crença para todas as religiões, que formalmente só esteve presente na Constituição de 1891, além da atual, de 1988.<sup>449</sup>

<sup>448</sup> AMADO, Jorge. *Navegação...* p. 65-68. (grifo nosso)

<sup>449</sup> A questão da liberdade religiosa nas Constituições do Brasil foi escrita da seguinte forma: 1824: *A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.*; 1891: *Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.*; 1934: *É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil.*; 1937: *Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum, as exigências da ordem pública e dos bons costumes.*; 1967: *É plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes.*; 1988: *É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.*

Ao considerar a possibilidade de Jorge Amado ter sido o autor intelectual da emenda proposta pelo PCB, é possível perceber as dificuldades em analisar a atuação parlamentar dos comunistas. Afinal, existiam temáticas pré-estabelecidas pela direção partidária, provavelmente tendo em consideração as afinidades dos parlamentares com os temas e as bases sociais que os agenciavam. Além disso, tinha a prática da construção coletiva, tanto pronunciamentos quanto emendas, o que fazia com que determinado parlamentar pudesse ser um mero enunciador do discurso ou autor formal de uma proposta legislativa.

Cientes disso, registre-se que Marighella foi o responsável por apresentar as emendas sobre a separação da Igreja do Estado, além de fazer as discussões do texto no plenário da Constituinte. Em julho, o deputado baiano foi à tribuna discutir o projeto da nova Carta Magna, dizendo que “coube-me a honra de debater, em nome da minha bancada, o ponto a que acabo de referir-me, a separação da Igreja do Estado”.<sup>450</sup> Esta afirmação evidencia que ele foi o escolhido pelo partido para fazer esse debate no Parlamento, e reforça que as temáticas a serem discutidas eram distribuídas entre os comunistas. Dessa maneira, é importante enfatizar que muitos dos pronunciamentos realizados pelos comunistas no Congresso tinham caráter coletivo e partidário.

Defendendo a posição do partido, Marighella fez um longo discurso advogando pela total separação do Estado e da Igreja, pelo direito ao divórcio e pelo estabelecimento do ensino completamente leigo no país. Antes de entrar propriamente nesses assuntos, assim como Prestes havia feito antes, criticou o pré-projeto da Carta Magna por não tratar da reforma agrária. Após isso, afirmou que

o projeto constitucional era reacionário, falho e insuficiente, preso ainda a fórmulas antiquadas, sem ver a realidade brasileira, assegurando a hipertrofia do Executivo, mantendo um velho instrumento de estagnação e retrocesso como o Senado, negando o direito de voto às praças de pré e aos analfabetos, sujeitando a Justiça Eleitoral ao Poder Executivo, negando o direito de greve, passando para uma tímida repressão aos *trusts* e monopólios, em vez de impedilos; não abrindo perspectivas para liquidação do monopólio da terra, fonte do atraso de todo o nosso povo, e, por fim, não assegurando a completa separação entre a Igreja e o Estado.

Em seguida, comparou diversos artigos do projeto da Carta de 1946 com a Constituição de 1891, apresentando, a partir do ponto de vista dos comunistas, os retrocessos em curso. Por exemplo, enquanto o projeto de 1946 determinava que “o

---

<sup>450</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 05 jul. 1946, p. 3340-42. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

ensino religioso nas escolas oficiais constituirá matéria dos seus horários”, a Constituição de 1891 “diz, precisamente, que ‘será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos’”.

Em relação à liberdade de consciência e crença, criticou o fato de o texto condicionar a sua inviolabilidade “desde que não contravham à ordem pública ou aos bons costumes”, afirmando que a Constituição daria mais uma vez à polícia “poderes para intervir nas questões relativas à religião e impedir o livre exercício dos cultos religiosos”. E que “durante o longo período do Estado Novo” os Centros Espíritas foram “fechados sob alegação de constituírem focos de agitação”.

Para dar subsídios aos seus argumentos, utilizou como fonte textos de Lênin, Marx, Engels e a própria Bíblia, dizendo, entre outros, que “quando a burguesia está interessada em manter seu domínio, se vale da religião, procurando ligá-la ao Estado”. Sobre o casamento indissolúvel, afirmou que “a família, constituída por qualquer forma, merece o amparo dos poderes públicos”, e que os constituintes deveriam “procurar exatamente a realidade. Não adianta firmarmos uma coisa no papel, sendo outra a realidade. Nunca houve esse casamento indissolúvel em todo o desenvolvimento da humanidade”. Além disso, a “própria família nunca teve este aspecto estático que muitos legisladores lhe atribuíram”.

Segundo Marighella, “na realidade, monogamia e indissolubilidade são só para a mulher. Os homens praticam a poligamia, fazem casamentos por grupos, enfim, tudo o que acham que é imoral, mas que se julgam com direito de praticar”. Desse modo, “a Igreja Católica nega o divórcio precisamente porque sabe que o adultério é tão inevitável quanto a morte, e o que não se pode remediar, remediado está”. Para o comunista, o homem, por ter conseguido a propriedade privada, subordinou a mulher à situação de escrava. “Entretanto, é que as mulheres vencidas conseguiram, pelo menos, enfeitar as respeitáveis cabeças de seus maridos, única vingança que podem tirar, até que transformemos esta sociedade”. Ademais, que o divórcio no Brasil era “privilegio de ricos”, e que no Brasil existiam “dois milhões de separados por desquite ou separados naturalmente,<sup>451</sup> sem obedecer a nenhuma lei, porque os casamentos não saíram como esperavam. Um milhão de filhos adulterinos e, mais ainda, um milhão de amancebados ou amasiados comuns”.

---

<sup>451</sup> À época, como o casamento era indissolúvel, usava-se o termo desquite para designar a separação dos casais, sem que houvesse a dissolução do casamento. O divórcio passou a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro a partir da Emenda Constitucional nº 9, de 1977, que modificou a Constituição de 1967, e pela Lei 6.515, de 1977, que regulamentou a dissolução da sociedade conjugal.

Concluindo sua argumentação, Marighella ressaltou que “sustentado o ponto de vista da separação entre a Igreja e o Estado, estamos, necessariamente, nos colocando numa atitude democrática”. Acrescentou ainda que os comunistas sabiam “respeitar as religiões; somos pela liberdade completa de consciência e não desejamos, de forma alguma, que essa liberdade seja utilizada pelos dominadores”, e que não combatiam as “religiões, porque não seria útil, proveitoso, nem mesmo científico, visto como a religião só desaparecerá quando desaparecerem os antagonismos de classe”.

De acordo com o parlamentar baiano, a posição do PCB era a de “querer lutar com todas as forças da democracia, como partido democrata que é, para se garantir-se no Brasil liberdade de consciência, respeitando-se todos os credos, fazendo que se não estabeleça privilégio de um credo sobre os demais”, e que “não existirá democracia, em hipótese nenhuma, sem a liberdade de culto, sem o casamento civil, casamento civil sem nenhuma intromissão da religião, sem o ensino leigo e sem o divórcio”.<sup>452</sup>

Esse pronunciamento não gerou grande alvoroço e contraposições dos demais parlamentares, diferentemente do que ocorreu em fevereiro, quando Marighella se opôs ao envio de congratulações aos novos cardeais brasileiros. Muito provavelmente, isso ocorreu porque não foi ele quem inaugurou o debate sobre o divórcio na Constituinte. Ainda no mês de junho, o deputado Vieira de Mello (PSD/BA) tratou do tema, declarando ser favorável ao divórcio e que discutia em seu nome, quando perguntado se essa era a posição do seu partido.<sup>453</sup> Os debates em torno do tema, nas quatro oportunidades em que ele subiu à tribuna para defender seu ponto de vista, causaram grande repercussão na Casa, sendo apoiado por alguns e duramente rechaçado por outros parlamentares,<sup>454</sup> como Ataliba Nogueira, do seu próprio partido (PSD/SP), ou Arruda Câmara, que afirmou que ouvia “seus argumentos para destruí-los, quando contrários aos dogmas da Igreja”.<sup>455</sup>

Em 03 de julho, o pronunciamento de Vieira de Mello sobre o divórcio foi aparteado tantas vezes que ele só concluiu seus argumentos nas duas sessões seguintes.

<sup>452</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 05 jul. 1946, op. cit.,

<sup>453</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 13 jun. 1946. Vol. XII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. p. 371-79. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

<sup>454</sup> Para se ter uma noção mais precisa, nas palavras do deputado Vieira de Mello, em seu pronunciamento no dia 03 de julho, ao defender sua emenda para que o divórcio fosse excluído do texto constitucional, em 13 de junho, um “verdadeiro, ou, pelo menos quase um tumulto, se estabeleceu neste recinto. Pressurosos, impacientes, acudiram em massa ao debate os adversários da instituição divórcio”.

<sup>455</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 04 jul. 1946, p. 3308-10. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

Desse modo, na véspera do discurso de Marighella, no próprio dia, mas antes do comunista subir à tribuna,<sup>456</sup> assim como no dia seguinte, Vieira de Mello precisou de todo o tempo destinado a ele para defender seu posicionamento. Ressalte-se que Vieira de Mello, apesar de se declarar católico e a favor do divórcio, defendia que a “Constituição não deve estabelecer nem o divórcio nem a indissolubilidade. Não é assunto constitucional. É esta tese que os deputados Nestor Duarte, Hermes Lima e eu temos sustentado aqui”.<sup>457</sup> Isso não impediu, por exemplo, que o deputado Flores da Cunha (UDN/RS) dissesse que, ao ouvi-lo, tinha a impressão de que ele era “o mais brilhante defensor do amor livre”, e que estava “se desempenhando de modo muito mais brilhante do que faria um representante comunista”.<sup>458</sup>

Diante disso, a baixa repercussão do pronunciamento de Marighella dentro do Congresso, que abordou mais assuntos do que apenas a indissolubilidade do matrimônio, deve ter ocorrido pelo fato de o tema já ter sido abordado e debatido, havendo relativo desgaste sobre a questão.

De qualquer forma, o discurso de Marighella repercutiu na imprensa. *O Jornal* escreve que “o comunista Carlos Marighella” defendeu várias emendas “apresentadas pela sua bancada, referentes à separação da Igreja do Estado, argumentando com materialismo dialético. Entre outras coisas, disse o orador que a burguesia volta a tentar a utilização da Religião para explorar o proletariado”.<sup>459</sup> Entre outros, a *Última Hora*, do Paraná, apenas menciona que “Marighella, ocupando a tribuna, falou sobre a separação da Igreja e do Estado”.<sup>460</sup>

Por outro lado, a *Tribuna Popular* reproduz parte do discurso do comunista baiano e ressalta que ele sustentou na Constituinte que “precisamos defender a família, arrancando para isso o povo da miséria”. E que o “Estado nada tem a ver com o fiel e sim com o cidadão”, e que “os comunistas não combatem a religião. Apenas procuram colocar claramente a questão religiosa”. O periódico também escreve sobre o posicionamento do “pessedista católico Vieira de Mello”, dizendo que para ele não

<sup>456</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 05 jul. 1946, op. cit.,

<sup>457</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 06 jul. 1946, p. 3357-58. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>458</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 05 jul. 1946, op. cit.,

<sup>459</sup> DESENTENDIMENTO no plenário entre os srs. Benedito Valadares e Souza Costa. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 05 jul. 1946, p. 3;7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 ago. 2024.

<sup>460</sup> A SESSÃO de ontem na Assembleia Constituinte. *Última Hora*. Curitiba, 09 jul. 1946, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 set. 2024.

havia “incompatibilidade entre cristãos e divorcistas”.<sup>461</sup> Já *O Momento* se limitou a transcrever essa mesma matéria em suas páginas.<sup>462</sup>

**Figura 19 – Materia “A religião, o Estado, a família” (1947)**



**Fonte:** *Problemas*.

Além dessas reportagens da imprensa partidária, em setembro de 1947, o pronunciamento de Marighella foi transcrito integralmente na revista *Problemas*, que era dirigida por ele.<sup>463</sup> A publicação do texto “A religião, o Estado, a família”, mais de um ano depois do discurso, reforça ainda mais o quanto essa questão era relevante para os comunistas. Ao mesmo tempo, a circulação do pronunciamento servia para a disseminação do posicionamento do partido, mesmo que não tenha tido êxito na Constituinte, potencializando a popularização do nome de Marighella, principalmente entre os membros do PCB, tornando-o cada vez mais conhecido.

No pronunciamento de Marighella, assim como no de Vieira de Mello, a questão da indissolubilidade do matrimônio era ponto-chave. A grande quantidade de posicionamentos na Constituinte indica que este debate, permeado por questões religiosas, era uma questão relevante para a sociedade brasileira. De tal forma que a

<sup>461</sup> AMPLAMENTE debatida a questão do divórcio na Constituinte. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 05 jul. 1946, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 ago. 2024.

<sup>462</sup> LUTANDO contra a miséria é que se defende a família. *O Momento*. Salvador, 07 jul. 1946. p. 1; 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>463</sup> MARIGHELLA, Carlos. A religião, o Estado, a família. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 02, set. 1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

*Revista da Semana*, de julho de 1946, mês em que ambos trataram do assunto, publicou uma longa reportagem sobre o tema, entrevistando 15 pessoas, entre anônimas e famosas, dentre as quais, os deputados Café Filho e Gilberto Freire (UDN/PE), o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Herbert Moses, a cantora Thais D'aita, a datilógrafa Maria Milagros e Dinah Silveira, apresentada como mulher, esposa, mãe e intelectual.<sup>464</sup>

**Figura 20 – Matéria sobre o divórcio com Marighella e Herbert Moses (1946)**



**Fonte:** *Revista da Semana*.

Na reportagem “Divórcio: sim ou não?”, das 15 opiniões apresentadas, 11 foram favoráveis ao divórcio, incluindo a das seis mulheres ouvidas. Dinah Silveira, por exemplo, afirmou de forma um tanto quanto provocativa que “se a Igreja é contra, não se divorciem os católicos. Não será uma medida compulsória”. Além dos dois que optaram por se abster da pergunta, apenas os deputados Hugo Borghi e Arruda Câmara responderam ser contra o divórcio. Nesta matéria, as declarações de Marighella fecharam o texto, sendo escrito que “o jovem deputado baiano é incisivo no seu depoimento”, afirmando que “o pior cego é o que não quer ver, [...] pretende-se ignorar

<sup>464</sup> DIVÓRCIO: Sim ou não?. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro. n. 29, jul. 1946. p. 9-15; 50 Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 set. 2024.

a realidade brasileira, [...] no Brasil há cerca de dois milhões de desquitados e separados naturalmente, um milhão de filhos adulterinos, um milhão de amancebados comuns".<sup>465</sup>

No mesmo mês desta reportagem, 95 mulheres da cidade de Alagoinhas, na Bahia, foram signatárias de um telegrama em que afirmavam que o divórcio era "uma das necessidades mais sentidas da família brasileira". Disseram também que

com o divórcio, estamos certas, serão evitados inúmeros crimes cuja causa principal é, na maioria das vezes, incompatibilidades sexuais e de gênios. [...] Paladino que vossa excelência tem sido de um direito sagrado que é a livre escolha do companheiro ou da companheira, estamos certos de que os outros deputados saberão encarar o assunto com a devida atenção que o mesmo merece, evitando, quer homens quer as mulheres, fiquem uma vida inteira sacrificadas pelo chamado casamento indissolúvel, responsável direto por tantos males. Somos, pois, pelo divórcio, como necessidade para os sofredores.<sup>466</sup>

Embora tenha sido enviado em julho, esse telegrama só foi lido por Marighella em dezembro, cerca de três meses após a promulgação da Constituição. Mas, durante a Constituinte, em agosto, o comunista foi outra vez à tribuna tratar da questão, se contrapondo ao deputado João Mendes (UDN/BA). Na oportunidade, afirmou que não se podia "impedir o divórcio no Brasil, pelo menos, não se deverá consentir figure em nossa Carta Constitucional dispositivo estabelecendo o casamento indissolúvel". Para exemplificar a necessidade, a partir da leitura de um telegrama, afirmou que os cônjuges que contraíram "o mal de Hansen não podem manter os laços do casamento. É um dos casos em que se torna necessário pedir o divórcio, a separação, e é demonstração claríssima e evidente de que, realmente, não se pode estabelecer o casamento indissolúvel".<sup>467</sup>

No mês seguinte, ainda buscando dirimir ao máximo a influência da Igreja no texto constitucional, Marighella advogou para que não estivesse na Carta Magna, especificamente, a representação diplomática junto à Santa Sé. Para o comunista, isto não era matéria constitucional, tendo em vista que competia "à União manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções", portanto,

<sup>465</sup> Idem.

<sup>466</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 dez. 1946, op. cit.,

<sup>467</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 28 ago. 1946, p. 4408. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

implicitamente, já estava admitida no próprio corpo da Constituição a manutenção da “nossa representação diplomática junto à Santa Sé”.<sup>468</sup>

Os esforços empreendidos por Marighella, por meio de emendas ao Projeto de Constituição, para garantir a completa inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença e o livre exercício dos cultos; o divórcio; e para que o ensino fosse completamente leigo, não surtiram efeitos na Constituição de 1946. Não obstante a falta de êxito para que a religião estivesse “completamente separada das questões do Estado e da política” na Carta Magna, esses debates realizados por Marighella em nome da bancada reforçam que a atuação do parlamentar seguia as diretrizes do PCB. Além disso, nota-se o quanto o partido buscou, dentro da institucionalidade, colocar em prática o seu programa. Ademais, essas discussões permitem perceber que, em determinados temas, os comunistas não estavam completamente isolados e tinham aproximações com outros parlamentares, como ocorreu com Vieira de Melo.

Acrescente-se que Marighella, além de se posicionar sobre assuntos relacionados à família e contra a interferência da religião nas questões do Estado e da política, subiu à tribuna da Assembleia Constituinte e da Câmara dos Deputados diversas vezes para abordar outros temas os quais entendia ser relevantes para o Estado brasileiro, como a situação da educação no país e a violência policial.

Nesse sentido, manifestou-se mais de uma vez contrário ao aumento das taxas nas universidades. À época, os estudantes pagavam taxas de matrícula e frequência, mas Marighella defendeu que o governo arcasse com 100% das despesas, ao invés dos 94% previsto para a Universidade do Brasil em 1947. Sobre o assunto, disse que iria submeter um projeto de lei “para que no mais breve prazo possível se forneça à Universidade do Brasil a verba necessária”. Ao mesmo tempo, requereu que o Reitor determinasse que os estudantes pagassem “as taxas vigorantes no exercício de 1946”, e aguardasse “a decisão a ser tomada pelo Parlamento”. Além do que, afirmou que

não podemos esperar que os estudantes sustentem a universidade com todo o seu aparelhamento. As taxas sobre o ensino devem ser mínimas, senão de todo abolidas. Não queremos [...] chegar, contudo, a esse ponto, pois os próprios estudantes, interessados em colaborar [...] concordam em que as taxas se mantenham no mesmo pé em que se encontravam o ano passado.<sup>469</sup>

---

<sup>468</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 06 set. 1946, p. 4696-97. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>469</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 02 abr. 1947, p. 760-62. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

Dois meses depois, Marighella afirmou que se entendeu “com o sr. ministro [da Educação] Clemente Mariani a respeito do assunto e S. Ex.<sup>a</sup> concordou que a única solução seria o Congresso voltar ao caso e tratar de atender aos estudantes”. Também disse que tinha apresentado um projeto que “mandava abrir um crédito suplementar de três milhões de cruzeiros para o orçamento da Universidade do Brasil. Isto, com a condição de não serem majoradas as taxas”. Por isso, questionou o fato de o deputado Orlando Brasil (PSD/SC) ter feito um requerimento de pedido de informações ao Conselho Universitário, o que poderia “redundar em protelação da medida que exigem os estudantes, os quais já se encontram em greve desde o primeiro dia em que se anunciou a majoração, visto que, na verdade, eles não pagaram as taxas até agora, agravando-se a situação”.<sup>470</sup>

No mês seguinte, em julho, cobrou celeridade da Mesa sobre o projeto, já que a urgência requerida foi aceita pelo plenário, e porque “os estudantes, até o presente momento, se encontram em greve e já vieram à Câmara pedir que o projeto [...] marche com maior celeridade”. Apesar disso, até aquele momento, o projeto estava na Comissão de Finanças, dormindo “ali o sono da inocência”.<sup>471</sup>

Na visão de Marighella, “a majoração de taxas, que de tal forma veio dificultar os estudos da maioria, em nada resolve o problema financeiro da Universidade”. Ademais,

há também a acrescentar que contraria o espírito de nossa Carta Magna, que assegura a todos o direito à educação no lar e na escola, e aponta ao Estado o dever de amparar a cultura. Nega a finalidade principal da Universidade do Brasil, que é tornar acessível, a um número cada vez maior de brasileiros, o ensino superior. Ignora os sacrifícios e dificuldades que os estudantes arrostam nestes tempos de inflação e carestia.<sup>472</sup>

Marighella também foi à tribuna da Câmara dos Deputados para protestar contra o reitor da Universidade da Bahia, Edgar Santos, por impedir que a Congregação da Escola Politécnica, onde cursou Engenharia Civil, “decidisse a favor da aprovação no primeiro ano dos estudantes expedicionários convocados, quando dependentes de

<sup>470</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 17 jun. 1947, p. 2690. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>471</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 18 jul. 1947, p. 2749. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>472</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 mai. 1947, p. 1419. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

disciplinas do vestibular”, o que era “uma infração à nossa Carta Magna”. Diante disso, apresentou um requerimento solicitando informações ao ministro da Educação “a respeito dos motivos porque não estão sendo cumpridas as determinações da Lei nº 2, sobre a aprovação e promoção dos estudantes expedicionários e convocados”. Considerando que o reitor estava se portando “como um remanescente do Estado Novo”, afirmou que a decisão dele estava “ocasionando transtornos irreparáveis aos estudantes em questão, ameaçados de perder mais um ano letivo, após tantos sacrifícios”.<sup>473</sup>

Meses depois, em novembro, voltou a tratar do assunto, dizendo que o “reitor da Universidade da Bahia portou-se de maneira ditatorial. Recusou-se à aplicação de uma lei”. Segundo Marighella, “era a primeira vez, num país civilizado, que vemos um reitor da universidade eximir-se do cumprimento da lei, alegando que só o ministro da Educação teria forças para determinar a sua execução”, o que fez com que “os estudantes que pleiteavam ingresso na Escola Politécnica da Bahia” acabassem prejudicados.<sup>474</sup>

Outro tema que diz respeito ao Estado bastante relevante ao longo do mandato de Marighella foi a violência estatal por meio das forças policiais. Inclusive, ele próprio foi vítima de arbitrariedades cometidas, embora tivesse imunidades parlamentares, corroborando a perspectiva de que, embora houvesse instituições democráticas em pleno funcionamento, também havia no Brasil forte componente autoritário. Assim, o comunista subiu à tribuna muitas vezes para denunciar a violência do braço armado do Estado e cobrar providências.

Em uma das primeiras intervenções nesse sentido, em maio de 1946, o parlamentar disse que o jornalista Maurício Roitman foi à cidade de Santos “para ali observar os acontecimentos e fazer noticiário, sem mais preâmbulos, foi preso pela polícia santista”. Neste discurso, também afirmou que “apesar de se dizer que estamos em uma democracia, com as liberdades públicas asseguradas, vemos que a Polícia do Distrito Federal proíbe comícios em praça pública, como aconteceu com o que se ia realizar na Praça Saenz Peña”.<sup>475</sup>

---

<sup>473</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 29 nov. 1947, p. 8151-52. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>474</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 mai. 1947, op. cit.,

<sup>475</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 16 mai. 1946, p. 1786. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

Em junho, após a deflagração da greve dos trabalhadores da empresa Light, do Rio de Janeiro, Marighella denunciou que a Polícia do Distrito Federal estava cometendo “inúmeras arbitrariedades e violências, inclusive espancamentos, contra operários, trabalhadores” da empresa, “e até contra antigos oficiais das nossas Forças Armadas”.<sup>476</sup> No mês seguinte, o comunista voltou à tribuna para “assinalar o protesto da bancada do nosso partido contra a prisão preventiva dos trabalhadores da Light pertencentes à Comissão de Salário que ora se encontram na Casa de Detenção, e entre os quais há duas mulheres, Otília Smith e Cristolana Xavier”.<sup>477</sup>

De acordo com Marighella, essas violências e prisões se davam porque, enquanto se desenrolavam os trabalhos na Constituinte, o “Executivo podia continuar governando por decretos”, assim, a “pretexto de regulamentar o direito de greve, um decreto proibia a greve em atividades fundamentais”.<sup>478</sup>

Após a promulgação da Constituição, Marighella afirmou que “a Polícia, despercebida, talvez, de que se encontra em vigor a Carta de 1946, vem agindo da maneira mais absurda”. De acordo com o comunista, o delegado Gabino Bezouro “foi incumbido, há alguns dias, de efetuar o policiamento da cidade, entregue a uma malta de bandoleiros e à sanha de malfeiteiros, ladrões e assassinos”. Diante disso, mandou “passar revista a indivíduos suspeitos, em trânsito pelas ruas da cidade a altas horas da noite”, mas os agentes públicos “educados na prática da mais cruel violência, acostumados a espancar as vítimas que têm a desgraça de lhes cair nas garras, esses indivíduos não conseguem nunca se aproximar de seus semelhantes de maneira humana: e de arma em punho e pondo-a logo em ação”.<sup>479</sup>

Mas foi contra as violências policiais empreendidas contra os comunistas, sobretudo, que Marighella usou a tribuna do Congresso. Ainda durante a Constituinte e com o PCB atuando legalmente, o parlamentar baiano afirmou que tanto o presidente quanto os demais parlamentares da Casa sabiam “que a Polícia vem desencadeando uma série de medidas atentatórias às liberdades públicas em nossa Pátria, e o Partido Comunista é sempre o primeiro atingido por essas providências, ditadas por meia dúzia de elementos fascistas ainda enquistados no Governo”, citando, como exemplo, que o

<sup>476</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 13 jun. 1946, op. cit.,

<sup>477</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 09 jul. 1946, op. cit.,

<sup>478</sup> ALMINO, João. *Era uma vez uma Constituinte: Lições de 1946 e questões de hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 8-9.

<sup>479</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 18 out. 1947, p. 7028-29. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

“prefeito de Juiz de Fora, por intermédio da Delegacia de Ordem Política, proibiu a fixação de faixas, colagem de cartazes e pinturas pelos muros e pisos das ruas”.<sup>480</sup>

Também no mês de agosto de 1946, Marighella disse que o PCB estava sendo “atacado por elementos insuflados por altas patentes de nosso Exército, cerca de meia dúzia, infiltrados no governo como tantas vezes temos denunciado daqui mesmo desta tribuna”. Por isso, denunciou “que soldados do Exército tinham atacado células do Partido Comunista na Paraíba”, depredado móveis, e que os “agressores praticaram lesões corporais em dois companheiros nossos, sendo um, velho, que se acha hospital”.<sup>481</sup>

Apesar dessas denúncias, o próprio Marighella e outros parlamentares do PCB tiveram suas imunidades parlamentares violadas no final de agosto, em meio a uma série de manifestações que ocorriam no Distrito Federal. Diante das violações das imunidades, Caires de Brito foi à tribuna denunciar que as residências de Prestes e de Maurício Grabois foram forçadas. Além dessas,

a casa do nobre deputado João Amazonas também foi, e nela só não penetrou a polícia porque S. Ex<sup>a</sup> declarou que, enquanto estivesse vivo, não consentiria que a invadisse. A casa do nobre deputado Carlos Marighella foi invadida, sendo presas muitas pessoas que ali se encontravam. Senhores, a sede do meu partido foi invadida pela polícia, bem como a de todos os Comitês Distritais da Capital. [...] A casa do suplente de deputado, Trifino Correia, apesar de suas imunidades, foi cercada ontem à noite.

Em seu longo pronunciamento, defendendo a linha política de União Nacional, Caires de Brito disse que os elementos que cercavam o Presidente da República “são antes seus inimigos que amigos: são inimigos da democracia brasileira”, e que não queria acreditar que o general Dutra “queira levar o país ao caos”. Assim, apelou para que todos os partidos se unissem, “porque amanhã será tarde e, então, ninguém poderá dizer que não clamamos e que não lutamos pela democracia. Honremos a democracia”.<sup>482</sup>

Marighella, por sua vez, protestou dizendo que a democracia tinha sido atingida, e que as “imunidades, como parlamentares, foram violadas por autoridades

<sup>480</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 06 ago. 1946, p. 3910-11. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>481</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 27 ago. 1946, p. 4379-80. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>482</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 02 set. 1946, p. 4576-78. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

irresponsáveis, que não compreendem os novos tempos em que vivemos, que não acompanham a marcha inexorável para a democracia". Tal qual Caires de Brito, tirou a responsabilidade do Presidente da República, declarando que havia "falta do cumprimento do dever de homens que se encontram no nosso governo, prejudicando a atuação do Excelentíssimo Senhor General Gaspar Dutra". Além disso, denunciou que "entre esses agentes da polícia, alguns que dão serviço nesta própria Casa", questionando

a que ponto chega a falta de garantias de nossa terra: os representantes dos partidos, nesta Assembleia, vêm seus passos seguidos, são procurados em suas residências por aqueles que, aqui dentro, têm a missão de garantir nossa atuação e não desempenhar o papel de espiões, expondo-se a uma situação verdadeiramente ridícula. [...] já estamos acostumados a isso - consistirão nas prisões, nas proibições de comícios, nos massacres como os do Largo da Carioca, nas intervenções nos sindicatos e nas depredações e suspensões de jornais. São estas as declarações que o Sr. Chefe de Polícia poderá fazer, declarações que importam, afinal, em atrair as responsabilidades, não sobre os comunistas, mas, precisamente, sobre aqueles que estão no poder, que ocupam cargos de mando.<sup>483</sup>

As invasões às casas dos parlamentares comunistas obviamente foram noticiadas pela imprensa. O *Diário de Notícias*, por exemplo, tratou dos "graves acontecimentos que vêm emocionando a cidade" nos últimos dias, transcrevendo parte do pronunciamento de Caires Brito.<sup>484</sup> O *Diário de Pernambuco*, em uma pequena nota, destacou o trecho em que o comunista "afirmou que se trata dum plano para a implantação de uma nova ditadura e que a Assembleia não podia permanecer de braços cruzados".<sup>485</sup>

Não obstante o recrudescimento da campanha anticomunista em curso e das violências contra os parlamentares do partido, a posição do PCB foi de tirar a responsabilidade do Executivo, isso porque a Constituinte era "o lugar privilegiado pelo PCB para demonstrar sua boa vontade frente às forças da ordem".<sup>486</sup> O próprio Marighella, dias antes de ter sua casa invadida, afirmou: "o que o Partido Comunista não prega a guerra civil. Ao contrário, luta pela paz, pela ordem e pela tranquilidade, mantém-se dentro de uma linha pacífica e como partido político, procura obter a maioria

<sup>483</sup> Ibidem, p. 4591-92.

<sup>484</sup> SOB A IMPRESSÃO dos últimos acontecimentos. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 01 set. 1946. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

<sup>485</sup> IMPLANTAÇÃO de nova ditadura. *Diário Pernambuco*. Recife, 01 set. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

<sup>486</sup> SPINDEL, Arnaldo. op. cit., p. 84-85.

através de armas legais e democráticas”.<sup>487</sup> Destaque-se que na semana anterior, assim como em diversas oportunidades, ele já tinha defendido essa posição, afirmando que

nossa atitude é pela legalidade absoluta; somos pela ordem constitucional, por essa mesma ordem que, como representantes do povo, instituímos na Assembleia Constituinte, elaborando, votando e promulgando a Carta Magna de 1946, que para nós é um padrão de ordem, o norte que temos a seguir, a bússola que há de nos guiar, porque fora de nossa Lei Magna, fora dos princípios democráticos que ali estabelecemos, não poderemos encontrar a salvação. Somos pela paz, somos pela unidade dos povos, unidade que salvou a humanidade, quando atacada violentamente pelas forças obscurantistas e reacionárias dos países totalitários do nazismo, do fascismo e do imperialismo militar nipônico.<sup>488</sup>

Apesar de todos esses esforços de mostrar-se o partido da ordem, o anticomunismo e as violências policiais não arrefeceram, tanto que meses depois, Marighella voltou à tribuna para protestar contra mais uma violação das imunidades parlamentares dos comunistas. Em dezembro de 1946, denunciou o “delegado policial atrabiliário, de Volta Redonda, Sr. Ítalo Baroni, que ameaçou de arma em punho o deputado Alcides Sabença”. Diante desse fato, clamou para que a Câmara dos Deputados não assistisse “de braços cruzados a essas ofensas à soberania do Congresso Nacional e às nossas próprias instituições democráticas”, e requereu “como medida capaz de garantir e preservar a soberania do Parlamento brasileiro, a demissão imediata dessa autoridade, bem como a punição que lhe cabe no caso”.<sup>489</sup>

Na semana seguinte ao cancelamento do registro do PCB, em 13 de maio de 1947, Marighella denunciou que a polícia “violou, novamente, o lar de uma família, penetrando nos quartos”, apoderando-se “de objetos de uso pessoal do morador, o ex-tenente Joaquim Silveira”. Em vista disso, o comunista levou ao Parlamento a mala do morador que foi lacrada pela polícia, “para ser aberta aqui, desrespeitando ordens dos beleguins da polícia, desses cafajestes, que estão agindo como se estivéssemos numa verdadeira ditadura policial”. Assim, questionou aos demais parlamentares: “se isto não é ditadura policial, o que é então? [...] A polícia é que estava agindo arbitrariamente. O

---

<sup>487</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 27 ago. 1946, p. 4379-80. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>488</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 24 ago. 1946, p. 4329-30. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>489</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 04 dez. 1946, op. cit.,

lar é inviolável. E a polícia não podia, portanto, ter penetrado em uma residência particular”.<sup>490</sup>

Em novembro de 1947, o parlamentar foi à tribuna protestar contra a polícia do Rio Grande do Sul, “erigida, agora, em verdadeira ditadura no país, contra as instituições democráticas, contra os próprios poderes constituídos”, isso porque os comícios dos candidatos comunistas a vereador foram proibidos, mesmo eles concorrendo pelo PSP, tendo em vista que o registro do PCB àquela altura já tinha sido cancelado.<sup>491</sup>

No mês seguinte, às vésperas da cassação dos mandatos dos comunistas, Marighella acusou que a polícia havia “permitido a concentração do povo, nas escadarias da Assembleia”, para protestar contra a cassação de mandatos, mas, embora tivesse concordado “com essa concentração, dissolveu-a à cassetete, a tiros de resolver e a gás lacrimogêneo, num desrespeito revoltante à Constituição”. Também afirmou que esses crimes eram “perpetrados em plena capital da República, por essa polícia atrabiliária, onde há bandidos e covardes, que é a polícia do Sr. General Lima Câmara, a mesma do tempo do Sr. Filinto Muller”.<sup>492</sup>

Pelo exposto, nota-se que Marighella, ao longo de seu mandato, realizou diversos pronunciamentos contra as arbitrariedades das autoridades policiais em desfavor dos trabalhadores, dos comunistas, de segmentos da sociedade, portanto, em defesa do próprio Estado Democrático de Direito. Se, por um lado, tudo leva a crer que essas denúncias feitas no Parlamento não surtiram grandes, ou quase nenhum, resultados práticos, tendo em perspectiva a recorrência em que eram feitas por Marighella e por outros membros da bancada. Por outro lado, não se pode negar o quanto ele usou seu mandato para debater e dar visibilidade para diversas demandas de parte da sociedade, como a superação da interferência da Igreja nas questões estatais ou a melhoria das condições dos estudantes nas universidades do país.

Posto isso, entende-se que, a partir das discussões até aqui apresentadas, é possível ter uma noção mais precisa de que, antes de ser o guerrilheiro de fins da década

<sup>490</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 14 mai. 1947, p. 1691. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>491</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 12 nov. 1947, p. 8021-25. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>492</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 dez. 1947, p. 8398. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

de 1960, Marighella foi um militante aguerrido do partido, que seguia e ajudava a construir suas diretrizes políticas. Por isso, empenhou-se ao máximo para manter-se na institucionalidade em meados dos anos 1940. Finalmente, é importante mencionar que defender as liberdades democráticas, como fez Marighella no Parlamento, era crucial para o PCB e para o político. Entre outros, pela expectativa de garantir a continuidade da atuação do partido dentro das vias institucionais, o que poderia evitar as perseguições e os constrangimentos autoritários sofridos pelos comunistas por décadas, e as suas reminiscências que insistiam em ocorrer mesmo depois da promulgação da Constituição de 1946.

## O LEGISLADOR

---

Entre fevereiro e setembro de 1946, deputados e senadores fizeram inúmeras discussões sobre a construção da nova Carta Constitucional do país. Aproximadamente 120 dias após a instalação da Constituinte, em junho, o pré-projeto da nova Carta Magna foi apresentado aos parlamentares pela Comissão da Constituição, presidida pelo senador Nereu Ramos (PSD/SC) e que tinha na relatoria geral o deputado Benedito Costa Neto (PSD/SP).<sup>493</sup> Além destes, a Comissão da Constituição contava com outros 35 membros,<sup>494</sup> incluindo o deputado comunista Milton Caires de Brito, que participou da Subcomissão de Declaração de Direitos, uma das dez subcomissões da Comissão da Constituição, ou Grande Comissão.<sup>495</sup>

A indicação de Caires de Brito para compor a Grande Comissão, que reforça o seu prestígio dentro da cúpula partidária, fez com que ele tenha sido o comunista que trabalhou mais diretamente na elaboração da Constituição. Afinal, os membros das subcomissões construíam e discutiam as normas jurídicas sob suas responsabilidades, em seguida enviavam para a Grande Comissão, na qual eram feitas novas emendas, “discutidas e votadas de imediato. Depois, estas seções todas foram coordenadas num projeto, dito da Comissão, que ofereceu ao plenário”.<sup>496</sup>

Após a apresentação do texto ao plenário, o projeto foi alvo de inúmeras críticas e sugestões, muitas das quais pela bancada comunista. Nesse processo, os constituintes apresentaram 4.092 emendas ao projeto constitucional, que foram votadas, modificando

---

<sup>493</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 25 jun. 1946. Vol. XVI. op. cit.,

<sup>494</sup> De acordo com o constituinte Aliomar Baleeiro (UDN/BA), na Comissão da Constituição, também conhecida como Grande Comissão, “preponderavam homens de profissões liberais das classes médias, podendo-se deduzir disso o espírito conservador da maioria deles. [...] Juntaram-se, ali, 31 juristas, vários dos quais eram professores universitários; 2 médicos; 2 sacerdotes (1 dos quais protestante); 1 militar e apenas 2 não tinham curso superior (1 deles, Café Filho, veio a exercer a presidência da República em 1954). Desses membros da Grande Comissão, 1 havia sido Presidente da República (Bernardes); 8 governaram Estados e a maioria já havia exercido funções de Ministros de Estado, Secretários de Estado, ou mandatos parlamentares federais ou estaduais. [...] A predominância, portanto, era de conservadores com tendências liberais e que faziam concessões ao proletariado, desejosos de soluções evolutivas ou por meios democráticos para a luta de classes”. Cf: BALEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa Lima. *Coleção Constituições brasileiras*. V. 5. 3<sup>a</sup> ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

<sup>495</sup> As Subcomissões da Grande Comissão eram: Organização Federal; Discriminação de Rendas; Poder Legislativo; Poder Executivo; Poder Judiciário; Declaração de Direitos; Ordem Econômica e Social; Família, Educação e Cultura; Segurança Nacional; Disposições Gerais e Transitórias.

<sup>496</sup> BALEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa Lima. op. cit., p. 9-10.

ou não o texto original do projeto, seja pela exclusão ou incorporação de normas, ou retificação de preceitos constitucionais.

Para os membros do partido, na III Conferência do PCB, que coincidiu com as discussões sobre as emendas apresentadas, Marighella criticou o processo de elaboração da nova Constituição, ao afirmar que “durante quase dois meses a Grande Comissão elaborou e discutiu um projeto que só permaneceu em plenário 20 dias, para uma discussão global, abrangendo inclusive as emendas que atingiram um total de quatro mil”. De acordo com Marighella, ao invés de uma Grande Comissão, os comunistas fizeram a proposta de eleger “uma comissão de dez juristas para elaborar rapidamente um projeto e logo submetê-lo ao plenário”, o que não foi aprovado. Disse também que, “na realidade, é flagrante o choque entre o que se propõe realizar o nosso partido no seu Programa Mínimo e o que estabelece o projeto”, não restando “outro recurso senão votar contra o projeto reacionário e fundamentar numa declaração os motivos”.<sup>497</sup>

Nesse contexto, os comunistas foram responsáveis por 179 emendas, das mais de quatro mil apresentadas ao projeto constitucional, o que equivale a cerca de 4%, percentual proporcional ao que representava a bancada do partido na Assembleia Constituinte (5%). Caires de Brito, Carlos Marighella, João Amazonas, Maurício Grabois, Luis Carlos Prestes e Jorge Amado foram os autores da maior parte das emendas da bancada.<sup>498</sup> Destaque-se que era prática entre os comunistas que as emendas tivessem mais de um signatário, portanto, vários coautores, fortalecendo a perspectiva de que as propostas eram do partido. Com isso, é importante considerar que a assinatura inicial da emenda constitucional não significa, necessariamente, a autoria intelectual da proposição.

Independentemente de quem assinava a autoria da emenda ao projeto, os parlamentares do PCB buscaram intervir na Carta Constitucional de 1946.<sup>499</sup> Nesse

<sup>497</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

<sup>498</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi...* op. cit., Em seu estudo, Sérgio Braga identificou que os comunistas apresentaram 179 emendas ao projeto constitucional. Todavia, é possível que haja pequena variação neste número, tendo em vista que o autor informa que Carlos Marighella apresentou 19 emendas, mas, nesta pesquisa, foram localizadas apenas 17. Ainda segundo Braga, Caires de Brito apresentou 23 emendas; João Amazonas e Maurício Grabois, 17; Prestes e Jorge Amado, 15.

<sup>499</sup> \_\_\_\_\_. A *bancada...* op. cit., Neste artigo o autor fez um compilado das emendas apresentadas pelos comunistas, sendo pertinente mencionar que “os comunistas defenderam a implantação do parlamentarismo; a extinção do cargo de vice-presidente da República; a laicidade do ensino nas escolas públicas; a ampla liberdade de crença e o livre exercício de cultos; a instituição do divórcio; o fortalecimento das prerrogativas legislativas do Congresso Nacional comparativamente ao Executivo; os mandatos de 2, 4 e 6 anos para deputados, presidente da República e senadores, respectivamente; a concessão ao Estado da faculdade de desapropriar as terras que fossem objeto de especulação nas zonas de maior densidade demográfica para fins de Reforma Agrária; a reinversão em

sentido, por exemplo, Jorge Amado propôs que na Constituição constasse a isenção de tributos para a importação e produção de livros, periódicos e papel de imprensa.<sup>500</sup> José Maria Crispim defendeu que houvesse a suspensão dos direitos políticos para aqueles que difundissem ideias racistas e a luta religiosa.<sup>501</sup> Claudino Silva propôs que fosse punido quem fizesse restrição aos direitos contidos na Constituição, em razão de raça, religião, credo filosófico ou político, assim como toda propaganda de exclusivismo racial ou de luta religiosa. Já Gregório Bezerra preconizou que apenas os que estivessem temporária ou definitivamente privados dos direitos políticos não deveriam votar, portanto, os soldados, sargentos e analfabetos passariam a ter o direito do voto.<sup>502</sup>

Trifino Correia propôs que fosse respeitada “aos selvícolas a posse das terras que já lhes tenham sido reservadas e daquelas em que se achem localizados, sendo-lhes, porém, vedado, em qualquer caso, a alienação das mesmas”. Em defesa dos trabalhadores, João Amazonas advogou que o texto constitucional garantisse o direito de greve, sem qualquer restrição. No mesmo sentido, a emenda de Batista Neto proibia que menores de 14 anos trabalhassem, e que o trabalho noturno e em indústrias insalubres não fosse realizado por menores de 18 anos. Em outra, que o trabalho noturno fosse remunerado com salário superior ao diurno. Prestes propôs que as terras aproveitáveis para exploração agrícola ou pecuária não utilizadas nas zonas de maior densidade demográfica e as grandes propriedades mal utilizadas ou abandonadas

território nacional dos lucros obtidos pelas empresas estrangeiras concessionárias de serviço público; a transferência do Senado para a Câmara dos Deputados da competência para autorizar a intervenção federal nos Estados; a participação dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas; a proibição do trabalho a menores de 14 anos e do trabalho noturno em indústrias insalubres a menores de 18 anos; a organização paritária da Justiça do Trabalho e sua extensão aos trabalhadores do campo; a ampla autonomia e liberdade sindicais; a jornada de trabalho máxima de 8 horas; a autonomia político-administrativa do Distrito Federal; a regulamentação da formação de trustes, cartéis, e outras formas de exploração dos consumidores; a nacionalização dos trustes e monopólios que ameaçassem a independência nacional; a proibição aos parlamentares de aceitarem comissões ou empregos remunerados em trustes ou monopólios privados logo após o término dos mandatos; a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo; a adoção de medidas para o desenvolvimento da pequena propriedade e distribuição dos latifúndios; a adoção de várias medidas favoráveis ao aumento da capacidade de arrecadação tributária dos municípios; a consignação de verba para a distribuição de lotes aos camponeses sem terra; a dissolução imediata de todas as polícias remanescentes do Estado Novo; a concessão do direito de greve aos funcionários públicos; a eleição dos ministros do Supremo Tribunal Federal pela Câmara dos Deputados; a eliminação da necessidade de sanção presidencial para as leis promulgadas pelo Congresso Nacional; a eleição do alto comando das Forças Armadas pela Câmara dos Deputados; a garantia de asilo a todos os perseguidos políticos por defenderem a causa da democracia; a supressão da necessidade de censura prévia para a publicação de livros e periódicos; a extinção do Senado Federal e a implementação do unicameralismo, dentre outras propostas”.

<sup>500</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 24 jun. 1946. Vol. XV. op. cit., p. 353.

<sup>501</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 25 jun. 1946. Vol. XVI. op. cit., p. 21-216.

<sup>502</sup> Idem.

passassem ao Estado, “mediante lei especial, para que, da mesma sorte que as terras devolutas, sejam distribuídas gratuitamente aos camponeses sem terras”.<sup>503</sup>

Segundo Marighella, as demandas apresentadas pelos comunistas visavam, “de um lado, suprimir o que de reacionário estava encaixado no projeto, e, de outro lado, introduzir o que se acha contido em nosso Programa Mínimo, como expressão democrática das aspirações de nosso povo”.<sup>504</sup>

Quanto ao Programa Mínimo do PCB divulgado em novembro de 1945, o PCB propôs defender na Constituinte, entre outros, a: justiça gratuita; autonomia política e administrativa dos estados, municípios e o Distrito Federal; estatização das terras abandonadas ou mal utilizadas nos grandes centros, para que fossem distribuídas aos camponeses sem terra; separação do Estado da Igreja; dissolução de todas polícias políticas; democratização do ensino; revisão do sistema de impostos; liberdade de consciência e de crença; liberdade de pensamento e de imprensa; garantia de votos a todos os cidadãos; luta contra a carestia da vida; extensão dos direitos sociais aos trabalhadores agrícolas; aplicação da legislação trabalhista sob o controle dos trabalhadores.<sup>505</sup>

Além dessas, outras bandeiras do partido foram mencionadas por Marighella durante a III Conferência do PCB, realizada concomitantemente ao período em que estavam ocorrendo as discussões sobre as emendas na Constituinte. Segundo o parlamentar:

Incumbe, assim, à nossa fração insistir por que se assegure na nova Carta Constitucional a autonomia municipal, o direito ao voto às praças de pré e aos analfabetos, o direito de greve e o de sindicalização, a anistia ampla, a efetivação dos extranumerários, o direito de asilo, o acesso ao oficialato para as praças de pré, a justiça gratuita inclusive para o camponês, a equiparação dos funcionários públicos, a dissolução das polícias políticas, o amparo à FEB, a distribuição gratuita de terras aos camponeses, a nacionalização dos trustes e monopólios, a supressão do senado e a instituição do parlamentarismo.

Tais os dispositivos que os interesses de nosso povo reclamam para uma Constituição democrática, que não se poderá conseguir sem que à luta parlamentar da fração comunista se junte o esforço do proletariado organizado e unido sindicalmente, aos camponeses unidos em suas ligas e associações, e do povo em suas organizações e amplas sociedades de massa, apoiados todos e dirigidos pelo nosso glorioso partido.<sup>506</sup>

<sup>503</sup> Idem.

<sup>504</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

<sup>505</sup> LUIS Carlos... op. cit.,

<sup>506</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

Não obstante a insistência da fração comunista, quase todas as emendas apresentadas pela bancada não foram incorporadas ao texto constitucional, salvo raras exceções, como a proibição de que menores de 14 anos trabalhassem; que o trabalho noturno e em indústrias insalubres não fosse realizado por menores de 18 anos; e que o trabalho noturno fosse remunerado com salário superior ao diurno. Apesar disso, é importante perceber que as propostas dos comunistas estavam em sintonia com os discursos da bancada e também com o Programa do PCB enviado ao TSE, no qual constava que o partido lutaria por uma “Carta Constitucional democrática e que seja rigorosamente respeitada e cumprida, opondo-se com tenacidade a toda tentativa de esmagar ou restringir as liberdades nelas consagradas”.<sup>507</sup>

Também constava no Programa do PCB que o partido lutaria pela conquista da completa emancipação econômica, política e social do Brasil; por melhores condições de vida, trabalho e cultura da classe trabalhadora; pela divisão e entrega gratuita à massa camponesa das terras abandonadas, principalmente na proximidade dos grandes centros; pela difusão e ajuda à pequena propriedade agrícola e pela liquidação do regime semifeudal a que vivem submetidos os camponeses, trabalhadores agrícolas e demais trabalhadores do campo. Constava ainda no documento do partido a defesa das liberdades públicas e das garantias do cidadão; defesa do lar e da família; emancipação da mulher, e o reconhecimento de todos os seus direitos que lhe são negados; proteção à infância, à velhice e aos inválidos; luta por um governo genuinamente popular, cuja norma de ação seja realizar um Programa Mínimo de União Nacional, encabeçando o povo no combate pelo esmagamento político e moral dos remanescentes da reação e do fascismo.<sup>508</sup>

Portanto, apenas pelas emendas exemplificadas, nota-se que a atuação dos parlamentares do PCB estava em total acordo com as diretrizes partidárias, tendo em vista o centralismo democrático do partido e a sua consequente unidade na ação. Além disso, considerando que o PCB dividia entre os parlamentares os temas a serem discutidos no Parlamento, entende-se que o mesmo ocorreu em relação às propostas de emendas para a Carta Magna de 1946, ainda que determinado tema pudesse ser tratado por mais de um parlamentar.

---

<sup>507</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. op. cit.,

<sup>508</sup> Idem.

Cientes de que as emendas assinadas por Marighella seguiam o direcionamento da direção partidária, coube a ele se debruçar, sobretudo, acerca da interferência da Igreja no Estado e sobre o sistema de governo do Brasil e o funcionamento do Congresso Nacional.

Além das emendas 3.125, 3.129, 3.203 e 3.127, respectivamente, para que o ensino fosse exclusivamente leigo; que apenas o casamento civil tivesse validade jurídica e sua celebração fosse gratuita; que casamento fosse dissolúvel; e que fosse garantida a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença e o livre exercício dos cultos religiosos, sem qualquer ressalva, conforme já tratado, Marighella assinou a emenda 3.128, para que fosse “permitida a assistência religiosa nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e em outros estabelecimentos oficiais, sem ônus para cofres públicos, nem constrangimento ou coação dos assistidos”.<sup>509</sup>

No mesmo sentido dessas, o comunista foi autor da emenda 3.413, para suprimir a previsão de dispensa dos eclesiásticos ao serviço militar obrigatório, justificando que se tratava de “um privilégio injusto”. Na emenda 3.204, ainda abordando a questão da possibilidade de divórcio, propôs a supressão de um dos parágrafos do projeto, afirmando que “seja como for constituída, a família tem absoluto direito ao amparo dos poderes públicos”.<sup>510</sup> Já a emenda 3.126 objetivava que os cemitérios tivessem caráter secular e fossem administrados pela autoridade municipal, “permitido a todas as confissões religiosas praticar neles os seus ritos”, com isso, excluía-se a possibilidade de as associações religiosas manterem cemitérios particulares, o que também não foi aprovado pela maioria dos constituintes.<sup>511</sup>

Sobre o Estado e o sistema de governo, Marighella assinou a emenda 2.292 para que o Poder Legislativo fosse exercido pela Câmara dos Deputados com a colaboração do Senado Federal. Em sua justificativa, o parlamentar escreveu que os comunistas eram

partidários da preponderância da Câmara dos Deputados sobre os demais órgãos do Poder, como passo decisivo para fazer do Executivo um órgão exercido pelo Conselho de Ministros, escolhidos e

<sup>509</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 25 jun. 1946. Vol. XVI. op. cit., p. 21-216.

<sup>510</sup> Apesar de não ter sido possível comparar as emendas ao projeto original da Constituição de 1946, por não ter sido publicado nos Anais da Assembleia Constituinte, pela justificativa, esta emenda tratava-se da dissolução do casamento e da proteção da família. O texto final aprovado ficou da seguinte forma: art. 163 - A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado.

<sup>511</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 25 jun. 1946. Vol. XVI. op. cit., p. 21-216.

nomeados pela Assembleia de Representantes do povo e perante ela responsáveis, [...] começamos, assim, por limitar os próprios poderes do Senado, transformando-o em colaborador da Câmara.<sup>512</sup>

Sobre o funcionamento do Congresso e o cargo de vice-presidente, tratou em algumas emendas. Na 2.420, se posicionou contrário à proposta de atribuir a Presidência do Senado ao vice-presidente, porque se a direção da Casa não fosse exercida por um senador eleito, isso seria a “diminuição do Senado”. Além do que, os comunistas eram “contrários à criação do cargo de vice-presidente, de manifesta inutilidade, e para o qual o próprio projeto de Constituição em debate não prevê atribuições”. Não à toa que as emendas 2.423 e 2.427 propuseram a exclusão do cargo de vice-presidente, que seria desempenhado pelo presidente da Câmara dos Deputados.<sup>513</sup>

Tendo em vista que os comunistas defendiam “a preponderância da Câmara dos Deputados sobre os demais órgãos de Poder, como passo decisivo para fazer do Executivo um órgão exercido pelo Conselho de Ministros”, a emenda 2.465 definia que a Comissão Permanente do Congresso Nacional seria composta por 25 deputados e cinco senadores, escolhidos pela respectiva Câmara, com representação obrigatória de todos os partidos. Pela emenda 2.326, quando houvesse sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, seria sob a direção da Mesa da Câmara dos Deputados, já que “sendo a Câmara dos Deputados o mais alto órgão do poder, a sua Mesa compete dirigir os trabalhos do Congresso, em sua sessão conjunta”.

Sobre essa proposta, cabe mencionar a diferença entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Constitucionalmente, os deputados representam a população, enquanto os senadores representam os estados federados. Assim, a quantidade de deputados é proporcional à população do estado, enquanto todos os estados têm a mesma quantidade de senadores.

Também sobre o funcionamento do Congresso Nacional, a emenda 2.313 previa a possibilidade de sua convocação, “extraordinariamente, por iniciativa de um terço de uma de suas Câmaras, assim como pela Comissão Permanente ou pelo Presidente da República”. A emenda 2.459 objetivava que “os projetos de lei rejeitados, ou não sancionados, só se poderão renovar na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria dos membros presentes de qualquer das Câmaras”, isso porque, como estava redigido, tendo que reunir a maioria absoluta, tornava “difícil, senão impossível, a

<sup>512</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 24 jun. 1946. Vol. XV. op. cit., p. 146.

<sup>513</sup> Ibidem, p. 178-200.

renovação dos projetos de lei rejeitados ou não sancionados”, além de poder “favorecer interesses políticos e manobras partidárias, evitando que determinadas facções impedissem a renovação desses projetos de lei, mesmo quando de real interesse público”.<sup>514</sup>

Finalmente, a emenda 3.436 tinha por objetivo que os cargos de Tabelião e Escrivão fossem de carreira, regulamentada por lei ordinária, e os emolumentos, custas, taxas e qualquer outra despesa fossem pagas por selo, isso para acabar com uma “clamorosa injustiça, qual seja, a de assegurar privilégios a determinados cidadãos que exploram os serviços públicos em seu benefício. Esse serviço público é hoje propriedade particular, permitindo proventos [...] sem esforço”. Além disso, era “uma injustiça que se comete contra os velhos e abnegados funcionários do tabelionato que devem ser promovidos e que atualmente percebem ínfimos salários”.<sup>515</sup>

Nenhuma das 17 emendas de autoria de Carlos Marighella foi incorporada à Carta Magna de 1946, e foram pouquíssimas as emendas aprovadas dos demais comunistas. Isso, seguramente, contribuiu para que a Constituição de 1946 conservasse “inúmeros elementos da ditadura do Estado Novo, vide o sindicalismo de viés corporativista”, e outros, “como a concentração fundiária e os entraves à atividade política dos trabalhadores. Quer dizer, o estabelecimento do regime democrático não promoveu uma democratização do poder”.<sup>516</sup>

Idêntico ao que ocorreu com as emendas ao Projeto Constitucional, nenhum dos projetos de lei apresentados por Marighella na Câmara dos Deputados tornou-se norma jurídica.<sup>517</sup> O primeiro dos seis projetos de lei proposto por Marighella foi o PL 278/1946, que instituía o Dia dos Lavradores. Além de homenagear os trabalhadores agrícolas do país, o projeto determinava que o governo fizesse a “distribuição gratuita de ferramentas, sementes e outros prêmios aos lavradores”, visando aproximar o

<sup>514</sup> Idem.

<sup>515</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 25 jun. 1946. Vol. XVI. op. cit., p. 21-216.

<sup>516</sup> RIBEIRO, David. op. cit., p. 269.

<sup>517</sup> Na base de dados da Câmara dos Deputados consta que Marighella apresentou sete Projetos de Lei ao longo do seu mandato. Todavia, conforme já abordado, em dezembro de 1946 foi publicado na imprensa que Marighella apresentou um PL para que a União aumentasse as aposentadorias e pensões naquele ano. Além disso, em abril de 1947, Marighella afirmou no plenário que havia apresentado um “projeto de lei mandando abrir pelo Ministério da Educação e Saúde um crédito suplementar de três milhões de cruzeiros para atender as necessidades da Universidade do Brasil”, mas até julho o PL continuava na Comissão de Finanças dormindo “ali o sono da inocência”. Diante dessas informações, deve-se considerar a possibilidade de Marighella ter apresentado mais Projetos de Lei do que os que estão na base de dados da Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de que esses projetos mencionados tenham sido assinados por outro deputado do PCB, em coautoria com Marighella, conforme prática da bancada comunista, gerando inconformidade nas informações.

Ministério da Agricultura com os milhões “de concidadãos que se dedicam ao árduo trabalho da terra”, além de promover “um amplo programa de esclarecimentos e instruções [...] no sentido de ajudar o homem do campo a aperfeiçoar seus métodos de trabalho e obter, desse modo, maior rendimento para os seus esforços”.<sup>518</sup> Mas, em abril de 1948, poucos meses após a cassação dos mandatos dos comunistas, esse projeto de lei foi arquivado.<sup>519</sup>

O Projeto de Lei 292/1947, apresentado em maio de 1947, para estabelecer critérios a fim de permitir progressão de função aos extranumerários, aqueles que não faziam parte do quadro de servidores de carreira, garantindo-lhes aumento em suas remunerações, foi arquivado já na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um mês após a apresentação do projeto.<sup>520</sup> A CCJ aprovou o parecer pelo arquivamento, justificando que estava em elaboração o Estatuto do Servidor, que extinguiria a classe dos extranumerários, com a “absorção pelo funcionalismo regular”.

Entre o final de junho e o início de julho de 1947, Marighella apresentou três projetos de lei que tratavam da pesquisa, produção e exploração do petróleo no país. Afinal, com a descoberta do petróleo há menos de uma década no país, sua exploração gerava grande interesse de empresas estrangeiras, a ponto de Marighella ter afirmado que naquele momento o povo era “obrigado a levantar-se para repelir uma ameaça que pesa não somente sobre o estado [a Bahia], mas sobre todo o Brasil”, tendo em vista que “o petróleo baiano, cobiçado pelo imperialismo norte-americano - riqueza mineral que, podemos dizer, representa a base da nossa independência econômica”.<sup>521</sup>

Nesse sentido, o PL 412/1947 declarava de utilidade pública o abastecimento nacional do petróleo e nacionalizava a indústria de refinação do petróleo importado ou de produção nacional.<sup>522</sup> Todavia, na Comissão de Constituição e Justiça, o relatório aprovado apontava que o projeto era “na sua maior parte, reprodução *ipsis-verbis* do

<sup>518</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 278*, de 24 de dezembro de 1946. Institui o Dia dos Lavradores. op. cit.,

<sup>519</sup> No dossiê do PL 278/1946 não consta qualquer movimentação do processo. Porém, é provável que a documentação não tenha sido anexada. Isso porque este foi o único projeto de lei analisado sem qualquer movimentação, nem mesmo o encaminhamento da Comissão Executiva da Câmara dos Deputados.

<sup>520</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 292*, de 20 de maio de 1947. Estabelece critérios para acesso dos extranumerários mensalistas às séries funcionais de grau superior. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

<sup>521</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 jul. 1947, p. 3201. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>522</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 412*, de 07 de julho de 1947. Declara de utilidade pública o abastecimento nacional do petróleo e nacionaliza a indústria de refinação do petróleo importado ou de produção nacional. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

Decreto-Lei nº 395”, de 1938, “o qual não se acha revogado pela atual Constituição”. As únicas inovações eram sobre o capital das empresas, com “a possibilidade de serem estas economias mistas sob controle da União, e a condição de capacidade para os diretores das ditas empresas”.

Com voto contrário do deputado comunista José Maria Crispim, a CCJ aprovou o parecer definindo que o projeto deveria aguardar o envio do anteprojeto “já elaborado pela Comissão Especial nomeada pelo governo” sobre a matéria. Esse entendimento foi seguido pela Comissão de Indústria e Comércio e pela Comissão de Finanças, mesmo que até meados de janeiro de 1948 o anteprojeto do governo não tivesse chegado ao Congresso.

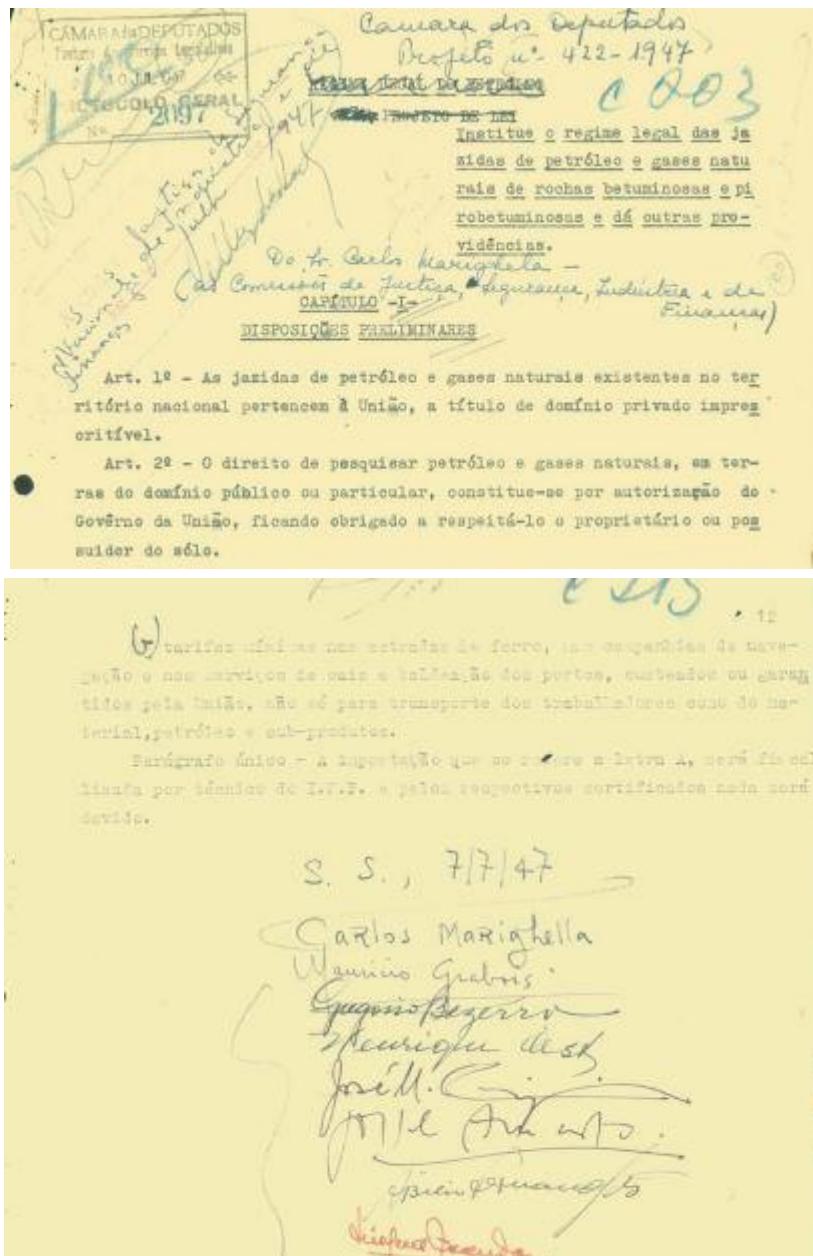
Por sua vez, o PL 422/1947, que pode ser visto abaixo um trecho da proposta original, instituía o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais de rochas betuminosas, determinando que “as jazidas de petróleo e gases naturais existentes no território nacional pertencem à União a título de domínio privado imprescritível”, e fazia o regramento para a pesquisa e exploração.<sup>523</sup> Esse projeto de lei passou pela CCJ, Comissão de Segurança Nacional e Comissão de Indústria e Comércio, que solicitou ao Conselho Nacional do Petróleo que se pronunciasse sobre o assunto. Mas, assim como o PL 412/1947, ficou sobreposto até o envio pelo governo do anteprojeto sobre a matéria, que chegou ao Congresso em duas mensagens, em 31 de janeiro e 04 de fevereiro de 1948. Em consequência, ambos os projetos de lei não tiveram mais tramitação e foram arquivados.

De igual maneira, o PL 382/1947 parou de tramitar com a chegada ao Congresso do anteprojeto do governo acerca da legislação petrolífera do país. Apesar de ter sido o primeiro dos três projetos apresentados por Marighella sobre o assunto, este passou apenas pela CCJ, que solicitou audiência com o ministro da Agricultura para tratar da matéria, além de requerer ao Conselho Nacional do Petróleo que se pronunciasse sobre o assunto. O objetivo do PL 382/1947 era criar o Instituto Nacional do Petróleo, uma autarquia com muitas competências e que substituiria o Conselho Nacional do Petróleo. Caberia ao Instituto, entre outros, pesquisar as jazidas de petróleo e gás natural no território nacional, autorizar, regular e controlar a produção, a importação e exportação, o transporte, a distribuição e o comércio do petróleo e seus derivados.

---

<sup>523</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 422*, de 08 de julho de 1947. Institui o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais de rochas betuminosas e piro-betuminosas e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 26 set. 2024.

### **Figura 21 – Trechos do Projeto de Lei 422/1947 (1947)**



**Fonte:** Câmara dos Deputados. / Adaptado pelo autor.

Assim como os demais projetos de lei que tratavam sobre a exploração do petróleo no país apresentados pelo comunista, o PL 382/1947 foi arquivado, aproximadamente um ano após sua apresentação, em consequência da chegada do anteprojeto do Executivo sobre o tema.<sup>524</sup>

Dos seis projetos de lei propostos por Marighella, o único que esteve próximo a se tornar lei foi o PL 294/1947, para revogar o artigo 9º do Decreto 11.159 de 1942, que

<sup>524</sup> BRASIL. Projeto de Lei nº 382, de 25 de junho de 1947. Cria o Instituto Nacional do Petróleo e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

restringia em 50% o gasto com pessoal, salvo quando autorizado pelo Ministro, para os serviços de fomento da produção vegetal.<sup>525</sup> Com este projeto, o parlamentar pretendia “tornar possível o aumento de salário dos servidores”, ao invés da redução salarial ocorrida no início de 1947, que “significou lançá-los na mais extrema miséria”.<sup>526</sup>

O projeto foi alvo de discussões na Câmara dos Deputados, sendo aprovadas nas Comissões emendas substitutivas, que alteravam alguns pontos do projeto proposto por Marighella, mas garantiam o aumento salarial aos servidores. Todavia, ao ser encaminhado ao Senado Federal, já renomeado como PL 158/1948, o projeto foi rejeitado por ter “vício irremediável”. No parecer do senador Arthur Santos (UDN/PR), em setembro de 1948, concluiu-se que o PL 158/48 era inconstitucional, pois competia ao Presidente da República a “exclusiva iniciativa das leis que aumentem vencimentos” dos servidores, conforme preceito da Constituição de 1946. Com isso, após ser informado à Câmara dos Deputados sobre a sua rejeição, o projeto de lei foi arquivado.

Registre-se que não ter projetos de lei aprovados na Câmara dos Deputados era recorrente na bancada do PCB. Afinal, dos 106 projetos de lei apresentados pelos comunistas, apenas cinco tornaram-se lei.<sup>527</sup> Os poucos projetos de lei dos parlamentares do PCB aprovados foram: o PL 190/1946, de Alcedo Coutinho, para reestruturar as carreiras de Prático de Laboratório, do Ministério da Educação e Saúde, possibilitando o aumento salarial desses profissionais a partir da Lei 1.287, de 1950;<sup>528</sup>

<sup>525</sup> BRASIL. *Decreto nº 11.159*, de 29 de dezembro de 1942. Aprova o Regulamento para a execução dos serviços de fomento da produção vegetal, sob regime de “Acordo”, instituído pela Lei nº 199, de 23 de janeiro de 1936. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legislacao>. Acesso em: 22 set. 2024. Pelo decreto, para a execução dos serviços de fomento da produção vegetal, foi instituído o regime de “Acordo”, uma parceria entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, e as diversas Unidades da Federação. Em cada unidade da Federação havia os órgãos, repartições e estabelecimentos mantidos pela dotação especial para custeio dos trabalhos, com restrição em seu gasto com o pessoal em no máximo 50%.

<sup>526</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 294*, de 10 de junho de 1947. Revoga o artigo 9º do regulamento baixado com o Decreto 11.159, de 29 de dezembro de 1942, sobre a execução dos serviços de fomento da produção vegetal. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=541364>. Acesso em: 25 set. 2024. Em sua tramitação, com a aprovação da emenda substitutiva, tornou-se o PL 157/1948.

<sup>527</sup> Para quantificar os projetos de lei apresentados pela bancada comunista, foi necessário analisar individualmente todos os parlamentares do partido. Para não haver duplicação de informação, considerou-se apenas a autoria, desconsiderando as coautorias. Importante salientar que, embora os parlamentares comunistas tenham sido cassados em janeiro de 1948, há projetos de lei datados deste ano. Isso porque, embora apresentados antes, durante sua tramitação, foram renomeados a partir da aprovação de emendas substitutivas no Senado Federal. Para exemplificar, o PL 516/1947 apresentado por Jorge Amado foi renomeado durante sua tramitação para PL 735/1948, sendo um dos poucos Projetos de Lei da bancada comunista a ser transformado em lei. Por fim, registre-se que não consta na base de dados da Câmara dos Deputados nenhum projeto de lei de autoria de Alcides Sabença.

<sup>528</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 190*, de 03 de dezembro de 1946. Reestrutura as carreiras de Prático de Laboratório do Ministério da Educação e Saúde, possibilitando o aumento salarial desses profissionais.

o PL 293/1947, de Maurício Grabois, que limitou em 36 horas semanais a carga horária de trabalho, sem poder ultrapassar 18 horas de serviço extraordinário, para o pessoal da Guarda Civil do Departamento Federal de Segurança Pública, com a Lei 268, de 1948;<sup>529</sup> o PL 664/1948, de autoria de Milton Caires de Brito, assegurando, em igualdade de condições, preferência em para nomeações nos concursos aos expedicionários da Força Expedicionária Brasileira (FEB), Força Aérea Brasileira (FAB), Marinha de Guerra e Marinha Mercante, ao ser transformado na Lei 1.477, de 1951;<sup>530</sup> e o PL 735/1948, de Jorge Amado, que criou a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de Belas Artes e o Salão Nacional de Arte Moderna, a partir da Lei 1.512, de 1951.<sup>531</sup>

Com todos os trâmites obrigatórios para a aprovação de um projeto de lei, como a submissão da matéria às Comissões, onde há debates e votação, além da possibilidade de aprovação de emendas ao texto original<sup>532</sup> e de votação no plenário, e do encaminhamento ao Senado Federal, as leis de autoria dos parlamentares comunistas foram publicadas apenas quando seus mandatos já tinham sido cassados. A única exceção aconteceu com o PL 85/1947,<sup>533</sup> de autoria de Jorge Amado, para conceder pensão vitalícia ao artista circense Benjamim de Oliveira, que à época era septuagenário e não tinha aposentadoria.<sup>534</sup> Neste caso, com rápida tramitação, em seis meses a proposta foi transformada na Lei 110, de 1947.

Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

<sup>529</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 293*, de 10 de junho de 1947. Restabelece o horário de trabalho do pessoal da Guarda Civil do DFSP e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

<sup>530</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 664*, de 05 de julho de 1948. Assegura aos expedicionários da FEB, FAB e Marinha de Guerra e Marinha Mercante preferência em igualdade de condições, para nomeações, nos concursos a que se refere. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024. O Projeto de Lei proposto por Milton Caires de Brito foi o 453/1947, mas com a emenda substitutiva aprovada no Senado, passou a ser o PL 664/1948.

<sup>531</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 735*, de 19 de julho de 1948. Cria a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de Belas Artes e o Salão Nacional de Arte Moderna e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

<sup>532</sup> Durante o processo de tramitação de um projeto de lei, podem ser aprovadas emendas ao texto original, exigindo nova rodada de discussão e votação. As emendas aprovadas podem ser substitutivas, supressivas, modificativas, aglutinativas ou aditivas.

<sup>533</sup> BRASIL. *Projeto de Lei nº 85*, de 15 de abril de 1947. Concede a Benjamim de Oliveira pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024

<sup>534</sup> Benjamim de Oliveira (1870-1954) era um múltiplo artista. Segundo Erminia Silva, “muitas fontes chegam a apontar uma narrativa mítica sobre ele: ‘o primeiro palhaço negro do Brasil’, ‘criador do circo-teatro’, ‘único negro a ter um papel artístico tão relevante no começo do século XX’”. De acordo com a autora, “entre 1930 e 1950, a trajetória de Benjamim de Oliveira é esmiuçada em numerosas entrevistas publicadas em jornais e revistas do Rio de Janeiro”, sendo que “a maioria dessas reportagens tinha como

De qualquer forma, o fato de os parlamentares comunistas terem tido êxito em apenas algumas das suas proposições para o texto da Constituição de 1946, ou mesmo na criação de leis ordinárias, não significa que seus mandatos tenham sido irrelevantes. Nesse sentido, deve-se considerar que a bancada do PCB era de oposição e bastante pequena, com cerca de 5% dos parlamentares, o que tornava bastante difícil a aprovação de suas proposições, tendo em perspectiva, principalmente, o anticomunismo presente no Congresso e na sociedade brasileira.

Ainda em relação a projetos de lei, deve-se registrar que Marighella se manifestou diversas vezes na tribuna da Câmara dos Deputados sobre propostas que estavam em discussão. Para exemplificar, o comunista se posicionou contra um dos artigos do projeto de lei proposto por Guaraci Silveira (PTB/SP). Isso porque a proposta de redução da pena para os réus primários beneficiaria também “os condenados por crime de natureza política, mas, na verdade, envolve a situação dos espiões nazistas”. De acordo com Marighella, através daquele projeto, “inocentemente apresentando e resguardado com o objetivo aparente de resolver a situação dos presos comuns, procura-se exatamente facilitar a libertação daqueles que perpetraram crimes contra nossa soberania, abusando da hospitalidade do Brasil”.<sup>535</sup>

Em sentido oposto a esta proposta, o comunista aproveitou para dizer que a bancada apresentou um projeto de lei que “visa atribuir às famílias dos vitimados nos naufrágios perpetrados por submarinos do eixo uma indenização”. Mas, o projeto que “assemelha-se ao do ilustre deputado Nelson Carneiro” encontra-se “nas Comissões dormindo o sono de inocência”.<sup>536</sup>

Independentemente da quantidade de propostas aprovadas, a relevância de uma bancada parlamentar não está vinculada apenas aos êxitos em criar normas jurídicas. Entre outros aspectos, é importante considerar o conteúdo das suas proposições e o contexto sociopolítico da época. Para exemplificar, propostas defendidas pelos comunistas, como o direito de voto para os analfabetos ou a possibilidade do divórcio, foram incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro décadas depois, o que indica a

objetivo recuperar a história de vida de Benjamim de Oliveira, ‘o introdutor do teatro popular’ no circo brasileiro, no sentido de denúncia das ‘condições de vida’ do artista, sem nenhum amparo governamental, como a ausência de aposentadoria por não ter conseguido provar seu tempo de trabalho”. Cf: SILVA, Ermínia. *Circo – Teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil*. 2ª edição (Revisada e Ampliada). São Paulo: Itaú Cultural; Editora WMF Martins Fontes, 2022. p. 36-37.

<sup>535</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 set. 1947, p. 5755-56. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>536</sup> Idem.

importância das discussões realizadas pelos comunistas no Parlamento brasileiro, embora por pouco tempo.<sup>537</sup>

Nesse sentido, Antônio Gramsci afirma que a “eficiência real” de um partido não deve ser entendida a partir de uma perspectiva em que se busque atestar se ele foi útil historicamente; ou se o partido foi bem-sucedido em suas ações, mas deve-se acentuar “sua força determinante, positiva e negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem”.<sup>538</sup> Segundo Igor Santos, essa perspectiva de Gramsci tem por objetivo compreender a história de um partido vinculado diretamente à vida social, criando uma baliza metodológica para o historiador averiguar a capacidade do partido de transpor um programa, para que assim possa encontrar na “reconstituição da história do partido político os movimentos das classes sociais, pois os partidos se constituem estreitamente relacionados com as classes sociais”.<sup>539</sup>

Posto isso, a bancada comunista, cumprindo outra função típica do Poder Legislativo, a fiscalização do Poder Executivo, também atuou a fim de obter do governo esclarecimentos sobre diversos temas. Apenas no ano de 1947, os parlamentares comunistas apresentaram 81 requerimentos na Câmara dos Deputados para que o Executivo enviasse ao Congresso informações e/ou explicações sobre suas ações ou omissões.<sup>540</sup>

Marighella, especificamente, apresentou 11 requerimentos ao longo do seu mandato para que o governo enviasse esclarecimentos ao Congresso.<sup>541</sup> Ainda durante a

<sup>537</sup> Conforme já mencionado, o divórcio passou a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro a partir de 1977. Já o direito ao voto para os analfabetos ocorreu a partir da Emenda Constitucional 25, de 1985, garantindo que eles votassem nas eleições daquele ano. Todavia, os analfabetos continuaram sem poder se candidatar e se eleger.

<sup>538</sup> GRAMSCI, Antonio. op. cit., p. 87-88.

<sup>539</sup> SANTOS, Igor Gomes. “A ‘eficiência real’: apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos”. *História & Luta de Classes*. n. 9, 2010. p. 28-32

<sup>540</sup> Para quantificar os requerimentos apresentados pela bancada comunista para o Poder Executivo, foi necessário analisar individualmente todos os parlamentares do partido. O recorte temporal apenas do ano de 1947 é em função dos trabalhos na Câmara dos Deputados em 1946 terem ocorrido apenas entre os meses de setembro e dezembro, e porque essas informações são para demonstrar a atuação da bancada, tendo em vista que esta pesquisa se debruça especificamente sobre a atuação de Carlos Marighella. Registre-se, porém, que na base de dados da Câmara dos Deputados não consta que Francisco Gomes tenha apresentado requerimento em 1947.

<sup>541</sup> Na base de dados da Câmara dos Deputados constam dez requerimentos de autoria de Marighella solicitando do governo informação/explicação. Todos os requerimentos foram aprovados, porém apenas um tem registro da resposta do governo ao Congresso. E durante a Assembleia Constituinte foi localizado um requerimento apresentado pelo comunista, todavia, não foram encontradas informações sobre sua aprovação, tendo em vista que a Mesa não o colocou em votação no dia em que foi apresentado. Além desses, há mais um requerimento de autoria de Marighella, mas direcionado à Mesa da Câmara dos Deputados, para que colocasse em pauta o projeto de abono de Natal.

Assembleia Constituinte, com o recrudescimento do anticomunismo em curso, o parlamentar encaminhou à Mesa o requerimento com o seguinte teor:

Requeremos, por intermédio da Mesa, que seja solicitado ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, informar por que as proibições de comícios ou reuniões em recintos fechados vêm recaendo particularmente sobre o Partido Comunista do Brasil, perturbando e prejudicando a livre propaganda de um partido político legalmente registrado.

Justificando o requerimento, Marighella afirmou que os demais parlamentares tinham ciência de que a polícia “vem desencadeando uma série de medidas atentatórias às liberdades públicas em nossa Pátria, e o Partido Comunista é sempre o primeiro atingido por essas providências, ditadas por meia dúzia de elementos fascistas ainda enquistados no governo”.<sup>542</sup>

Em 1947, Marighella apresentou os outros dez requerimentos na Câmara dos Deputados para que o Executivo prestasse esclarecimentos ao Congresso. Ao serem aprovados pelo plenário da Casa, foram enviados aos órgãos da Administração Pública ofícios requerendo informações sobre diversas questões.

Desses dez requerimentos, apenas um tem registro de resposta do governo ao Congresso, todavia, oito meses da sua solicitação. Tendo requerido ao Ministério da Justiça informações sobre a Colônia Agrícola do Distrito Federal,<sup>543</sup> em julho, a Câmara dos Deputados recebeu o ofício de resposta em março de 1948, quando os mandatos dos comunistas já estavam cassados.<sup>544</sup> Com isso, Marighella não teve ciência dos esclarecimentos que entendia ser importantes para a vida pública brasileira.

<sup>542</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 06 ago. 1946, p. 3910. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>543</sup> Na base de dados da Câmara dos Deputados, não há como acessar o conteúdo dos requerimentos/ofícios, apenas as informações sobre a tramitação do ato administrativo. Diante disso, não há como saber quais são os termos e o objetivo específico do requerimento apresentado por Marighella. Porém, em setembro de 1947, Marighella tratou de um projeto de lei sobre a anistia de réus primários, incluindo “os espiões nazistas e quinta-coluna recolhidos à Colônia Agrícola do Distrito Federal, em cumprimento de pena”. Segundo Marighella, com a aprovação do projeto haveria “a redução de 1/3 do tempo de detenção dos condenados por crime de natureza política, mas, na verdade, envolve a situação dos espiões nazistas”. Para o comunista, “através de um projeto inocentemente apresentando e resguardado com o objetivo aparente de resolver a situação dos presos comuns, procura-se exatamente facilitar a libertação daqueles que perpetraram crimes contra nossa soberania, abusando da hospitalidade do Brasil”. Diante desse pronunciamento, e pela proximidade temporal entre ele e o requerimento de informações, é possível que a solicitação ao Ministério da Justiça tivesse por objetivo saber da situação dos presos políticos detidos na Colônia Agrícola. BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 set. 1947. op. cit.,

<sup>544</sup> BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 299*, de 01 de julho de 1947. Solicita ao Poder Executivo informações sobre a Colônia Agrícola do Distrito Federal. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

O parlamentar baiano também teve requerimentos aprovados, por exemplo, para que o Executivo prestasse informações a respeito do trabalho noturno do pessoal do tráfego telegráfico,<sup>545</sup> e sobre o pagamento dos trabalhadores das obras dos portos do Rio de Janeiro.<sup>546</sup> Ao Ministério da Educação, Marighella requereu esclarecimentos sobre os motivos pelos quais não estava sendo cumprida a legislação que garantia aprovação dos estudantes que estavam com pendência nas universidades em virtude de terem sido convocados durante a 2<sup>a</sup> Guerra Mundial.<sup>547</sup> Ao mesmo ministério, solicitou informações “sobre as medidas tomadas para a aplicação da lei que suspende o desconto de consignações do funcionalismo”.<sup>548</sup>

Para o Conselho Nacional do Petróleo, Marighella requereu esclarecimentos relativos à venda de tubos do gasômetro de Jequitaia, em Salvador.<sup>549</sup> Ao apresentar o requerimento, o comunista afirmou que a Companhia Linha Circular, empresa norte-americana, aproveitou-se de um contrato realizado com a Prefeitura de Salvador e vendeu toda a tubulação do gasômetro de Jequitaia. Ainda disse ter entrinrado que o Conselho Nacional do Petróleo tenha consentido com a venda, “que deveria servir para o aproveitamento industrial do gás de Aratu”. Por fim, justificou o requerimento dizendo que aquele “procedimento atenta contra os interesses nacionais”, e “que os

<sup>545</sup> BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 261*, de 19 de junho de 1947. Solicita informações ao Poder Executivo a respeito do trabalho noturno do pessoal do tráfego telegráfico do Brasil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

<sup>546</sup> BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 302*, de 30 de junho de 1947. Solicita informações ao Poder Executivo a respeito do pagamento dos trabalhadores das obras dos portos do Rio de Janeiro. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

<sup>547</sup> De acordo com a Lei nº 02/1946, “Consideram-se aprovados nas cadeiras em que estão matriculados como dependentes, inclusive nas disciplinas do concurso de habilitação, os estudantes cuja matrícula nessas condições tenha resultado de incorporação às Forças Expedicionárias Brasileiras, ou às Forças Armadas que permaneceram aquarteladas no país, durante a guerra mundial”. Cf: BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 119*, de 02 de maio de 1947. Solicita informações ao Senhor Ministro da Educação a respeito dos motivos por que não estão sendo cumpridas as determinações da lei 02, sobre a aprovação e promoção dos estudantes expedicionários e convocados. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Lei nº 2*, de 22 de novembro de 1946. Dispõe sobre a aprovação de estudantes expedicionários ou convocados em virtude de estado de guerra. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legislacao>. Acesso em: 30 set. 2024.

<sup>548</sup> BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 606*, de 22 de dezembro de 1947. Solicita informações ao Ministério da Educação sobre as medidas tomadas para a aplicação da lei que suspende o desconto de consignações do funcionalismo. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

<sup>549</sup> BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 269*, de 20 de junho de 1947. Solicita ao Conselho Nacional do Petróleo informações relativas à aquisição de tubos do gasômetro de Jequitaia, na Bahia. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

interesses nacionais têm que ser antes de tudo resguardados, principalmente quando prejudicados por uma empresa imperialista americana”.<sup>550</sup>

Esse requerimento para que o Conselho Nacional do Petróleo prestasse esclarecimentos foi apresentado em junho de 1947, em um contexto em que Marighella estava bastante debruçado nas principais funções da atividade parlamentar, legislar e fiscalizar o Poder Executivo. Importante destacar que entre 02 de maio e 09 de julho Marighella apresentou cinco dos seis projetos de lei de sua autoria, incluindo os que tratavam da legislação petrolífera, e oito dos doze requerimentos de informação ou explicação ao Poder Executivo.

Em pouco mais de dois meses, Marighella apresentou a maioria absoluta dos seus requerimentos e projetos de lei. É possível que a preponderância nesse período tenha sido influenciada pela decisão do TSE de cancelar o registro do PCB, ocorrido no início de maio, colocando imediatamente em risco os mandatos dos parlamentares. Com isso, pode ter sido avaliado pelos comunistas a necessidade de uma prática no Parlamento que ultrapassasse a utilização da tribuna, sobretudo, para as denúncias e debates de interesse nacional e dos cidadãos, como recorrentemente era feito por Marighella.

Um indício dessa mudança de perspectiva é que a bancada comunista apresentou 96 projetos de lei em 1947, a maioria a partir de maio. Embora o ano legislativo tenha iniciado em 17 de março, os comunistas apresentaram apenas quatro PL em abril, enquanto os 92 restantes foram propostos a partir de maio.<sup>551</sup> Apenas para exemplificar, os três projetos de lei apresentados por Alcedo Coutinho ocorreram entre maio e junho. Já os seis de Abílio Fernandes foram apresentados a partir de maio. Maurício Grabois apresentou oito dos nove projetos de lei a partir de maio de 1947. Isso tudo indica que houve uma intensificação na elaboração de projetos de lei pelos comunistas a partir de maio de 1947.

Também em maio, quando havia o recrudescimento do anticomunismo, Marighella apresentou um requerimento solicitando informações ao Ministério da

<sup>550</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 jun. 1947, p. 2902. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>551</sup> Na base de dados da Câmara dos Deputados constam 91 projetos de lei apresentados pelos demais parlamentares comunistas a partir de 1947, alguns datados com o ano de 1948 e 1949. Porém, como os deputados tiveram seus mandatos cassados em 08 de janeiro, essa datação está incorreta, e ocorre em virtude de o projeto ter mudado de numeração ao ser aprovada alguma emenda substitutiva.

Justiça sobre o empastelamento do jornal comunista *O Momento*.<sup>552</sup> O parlamentar baiano quis saber quais as providências foram tomadas pelo Ministério da Justiça para apurar as responsabilidades do empastelamento do periódico da Bahia, e quais as “medidas adotadas para garantir a liberdade de imprensa, que vem sendo sucessivamente ameaçada com os atentados perpetrados em todo o país”.<sup>553</sup>

Finalmente, especificamente sobre a função de legislar e fiscalizar o governo, percebe-se que não há como caracterizar a atuação legislativa de Marighella a ponto de estabelecer um padrão. Não obstante a preponderância de suas emendas ao projeto constitucional tratarem da separação do Estado e da Igreja, e a metade dos seus projetos de leis versarem acerca da legislação petrolífera, Marighella apresentou emendas ao projeto constitucional, elaborou projetos de lei e fez requerimentos de informações e esclarecimentos sobre vários assuntos, visando garantir direitos a estudantes e trabalhadores, por exemplo.

Essa diversidade de temas tratados por Marighella reforça a perspectiva de que, embora houvesse a prática na bancada comunista da distribuição de assuntos pela direção do partido, temas que determinados parlamentares deviam se debruçar e discutir, isso não impedia os deputados de proporem e tratarem de outros temas, a depender da conjuntura política e das necessidades do partido.

---

<sup>552</sup> BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 188*, de 26 de maio de 1947. Solicita informações ao Ministério da Justiça sobre o empastelamento do jornal O Momento na capital da Bahia. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

<sup>553</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 28 mai. 1947, p. 2082-84. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

## O MANDATO ATRAVÉS DA IMPRENSA

---

Em junho de 1946, quatro meses após o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, Getúlio Vargas (PTB/RS) tomou posse como senador,<sup>554</sup> tendo como uma de suas missões legislativas contribuir na elaboração de uma nova Carta Magna, em substituição à que ele outorgou em 1937, durante o regime ditatorial do Estado Novo. Em sua chegada ao Distrito Federal, Vargas declarou que não havia levado nenhum projeto especial para a Constituinte, e que se a sua colaboração fosse “útil em algum ponto, naturalmente tentarei participar dos debates. Mas se julgar que não há essa necessidade, ficarei calado, o que sempre é a melhor atitude”.<sup>555</sup> Tal declaração acabou por se confirmar, afinal, durante um ano em que foi senador, Vargas praticamente não fez uso da tribuna.

De qualquer forma, a presença do ex-ditador no Congresso causava certa tensão entre os demais congressistas. Tanto que, na sessão de 04 de junho, após a posse de Vargas, Otávio Mangabeira, deputado pela Bahia, subiu à tribuna com dois documentos que tinham sido referendados previamente por 30% dos constituintes, constando 102 assinaturas das 338 possíveis.<sup>556</sup>

Mangabeira, que foi obrigado a se exilar duas vezes, de novembro de 1930 a agosto de 1934 e entre outubro de 1938 e maio de 1945,<sup>557</sup> enquanto Vargas esteve no poder, apresentou no plenário uma declaração coletiva contra o fechamento do Congresso e a instalação do Estado Novo em 1937. Em seguida, expôs a moção de aplausos e agradecimentos às Forças Armadas pela destituição de Vargas em outubro de 1945. Após calorosos debates, a moção foi colocada em votação, sendo aprovada com 135 votos, enquanto 131 votaram contra, incluindo os comunistas.<sup>558</sup>

Os votos dos comunistas contra a moção seguiram a linha política de União Nacional. Importante dizer que, em abril de 1945, em uma das muitas publicações sobre a posição do PCB, o periódico *O Momento* escreve que não era pela força e pela

---

<sup>554</sup> O prazo para os parlamentares tomarem posse era de 90 dias a partir da aprovação do Regimento Interno da Assembleia Constituinte, que ocorreu em março. Caso o parlamentar não tomasse posse, a Mesa diretora declararia vacância do cargo.

<sup>555</sup> NETO, Lira. *Getúlio: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 82-87.

<sup>556</sup> Idem.

<sup>557</sup> VIANA FILHO, Luiz. *Octávio Mangabeira: Um homem na tempestade*. Brasília, 1986. p. 12.

<sup>558</sup> NETO, Lira. op. cit., p. 82-87.

violência que se chegaria à democracia. Isso porque “agora” o Brasil tinha um “governo de fato. Substituir bruscamente um governo de fato por outro governo de fato não é democracia”.<sup>559</sup> Em outra ocasião, dias antes das Forças Armadas destituírem Vargas do poder, o Boletim Interno do PCB orientou os comunistas a lutarem “intransigentemente pela ordem e tranquilidade interna contra os ‘golpes salvadores’”.<sup>560</sup>

Defendendo a posição dos comunistas durante as discussões acerca da moção apresentada por Mangabeira, Carlos Marighella disse que os golpes de 1937 e o de 1945 estavam “nas mesmas condições”, e o que se visava era “seduzir as Forças Armadas para levá-las a novos golpes, novas aventuras”, por isso a posição da bancada era “contra golpes armados”. Outros comunistas também se manifestaram e, entre diversos apartes, Marighella acrescentou que os demais parlamentares estavam “procurando utilizar esta discussão e o próprio plenário para servir a interesses partidários, discussão que não traz qualquer benefício à nossa tarefa de elaborar uma Constituição democrática”.<sup>561</sup>

As declarações de Marighella e dos demais parlamentares da bancada do PCB foram tratadas de forma bastante negativa pelo *Diário Carioca*, sendo escrito que Getúlio Vargas e os comunistas eram aliados. E aplaudir o movimento que tirou Vargas do poder seria reduzir o prestígio de Prestes como “estrategista político, tornando evidente a pobreza de seus recursos de oportunista primário e grosseiro”. Na matéria, também foi dito que os comunistas nunca tinham ido “à tribuna versar sobre temas constitucionais e cuja atividade parlamentar se limita à leitura de telegramas de protestos”. Além disso, que Marighella era um “dos paus mandados do iluminado” Prestes, e que a declaração de que o golpe de 1945 “‘nada de concreto’ resultou para a democracia, não pode articular qualquer arrazoado coerente. Porque, se não é prova de inconsciência, cinismo ou absoluta falta de inteligência, [...] deve ser um atestado de insanidade mental”.<sup>562</sup>

Essa posição do *Diário Carioca* não foi singular em relação a Marighella e aos comunistas. Muitas vezes, a grande imprensa se posicionou de forma crítica, dura,

<sup>559</sup> CONFIEMOS que o Brasil marchará pacificamente para a democracia. *O Momento*. Salvador, 30 abr. 1945. p. 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

<sup>560</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “O partido deve defender intransigentemente a ordem”. *Boletim Interno*. 23 out. 1945. p. 4. Centro de Documentação e Memória (Cedem) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Astrojildo Pereira. Acervo: Asmob. São Paulo.

<sup>561</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 05 jun. 1946, p. 2309. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>562</sup> BOLETIM do País... op. cit.,

descortês e anticomunista no que diz respeito à presença dos pecebistas no Parlamento. Nesse sentido, Heber Silva escreve que parte da grande imprensa definia “o comunismo como uma ameaça à ordem vigente, ao status da classe dominante e à tentativa de implantação de um projeto político preconizado pelas correntes liberais”.<sup>563</sup>

Diante disso, “os jornais não se eximiram da responsabilidade de criar e difundir um discurso anticomunista na sociedade e tentar convencer os seus leitores sobre a necessidade da eliminação da ideologia comunista do cenário político nacional”. A imprensa usava como tática para inculcar os valores anticomunistas a criação de “representação contrária ao PCB nos seus leitores”, realizando “comparações entre os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos envolvendo URSS e os países capitalistas, sobretudo os EUA. Nessas comparações, os jornais associavam a URSS à escravidão, à fome, à perseguição política e ao ateísmo”.<sup>564</sup>

As críticas da imprensa em relação à presença dos comunistas podiam ser bastante incisivas ou mais sutis. Assim, na sessão preparatória de instalação da Assembleia Constituinte, quando Marighella e outros comunistas defenderam que Valdemar Falcão não presidissem os trabalhos por ser do TSE, taxando-o como um “corpo estranho” ao Congresso, o *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, repercutiu a discussão sobre a proposta, escrevendo que outro parlamentar havia declarado que Marighella também era um “corpo estranho” na Constituinte por ainda não ter tomado posse.<sup>565</sup> Essa simples menção demonstra tanto o incômodo do parlamentar com a presença dos comunistas na Constituinte, quanto o da imprensa, ainda que de forma sutil, tendo em perspectiva que a opção de noticiar a fala deste parlamentar, que não teve a identidade revelada, de alguma forma reforça a posição dele.

Em outra oportunidade, quando a Assembleia Constituinte realizou a sessão em deferência ao dia 13 de maio, data da assinatura da abolição da escravatura, e a Duque de Caxias, Patrono do Exército, os comunistas Claudino Silva e Marighella se

<sup>563</sup> SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948*. 211 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis, 2005. p. 144-193.

<sup>564</sup> Idem. Em seu estudo, com o objetivo de “precisar historicamente os posicionamentos da imprensa brasileira acerca da cassação do PCB e de seus mandatos durante a vigência do regime democrático”, entre 1945 e 1948, Heber da Silva analisou os seguintes jornais: *Correio da Manhã*, *Diário de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*. Dos periódicos analisados pelo autor, apenas o *Correio da Manhã* está no escopo de análise desta tese. Neste capítulo, especificamente, para exemplificar o anticomunismo presente na imprensa, estão mencionados o *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *A Manhã* e *A Noite*, nenhum dos quais Silva analisou. Nota-se, portanto, o quanto que parte significativa dos veículos de imprensa usou suas páginas como armas contra a presença do PCB no Parlamento.

<sup>565</sup> CASACA e cartola... op. cit.,

pronunciaram em nome do partido. Em consequência, o jornal *A Manhã* os criticou, afirmando que os oradores fugiram da grandeza do tema, destoando das “homenagens da Casa”. Cláudio Silva, único negro retinto da bancada comunista e da Constituinte,<sup>566</sup> foi criticado por ter afirmado em seu discurso que “os negros de hoje vivem em cativeiro maior do que no tempo em que eram, realmente, escravos”, porque “naquele tempo tinham senzala para morar, um caldo para servir de alimento”. Isso fez com que o jornal escrevesse que aquela era uma “esquisitice histórica”, sendo esta uma “tendência para o comunismo escravizador”, cujo “homem é apenas um pedaço de máquina”, e que o PCB “revelou sua vocação para o cativeiro”. Por sua vez, Marighella “pasmou a Casa, com a ousadia de fazer a comparação mais impossível que pudesse ocorrer a um alucinado”, comparar os comunistas a Duque de Caxias, por terem “coragem de gritar pelos nossos ideais”.<sup>567</sup>

A partir desses recortes dos pronunciamentos, o periódico deixou patente seu anticomunismo, afirmando que os comunistas preferiam lutar pela Rússia contra o Brasil, que eram “adeptos da desobediência civil e da luta de classes”, lançando empregado contra patrão, e que queriam “uma revolução que destrua o Brasil, com suas tradições de crença e de liberalidade, uma revolução que derrube Cristo do Corcovado e coloque em seu lugar o deus Lenine”. Além disso, foi escrito que “aquela impossível aproximação” feita por Marighella sequer poderia constar nos Anais, por “além de ser absurdamente infeliz, é um insulto à Nação”.<sup>568</sup>

Em seu longo discurso, Marighella objetivou aproximar a trajetória de Caxias à dos comunistas, seguramente buscando arrefecer o anticomunismo, mas para determinados setores da imprensa serviu como combustível contrário. De tal forma que o recorte escrito no jornal tem clara desonestade intelectual, tendo em vista que, ao contrário do que afirma o periódico, de que os comunistas pregavam desobediência civil, o cerne do discurso de Marighella foi bastante diferente, sendo afirmado como ideia central que:

---

<sup>566</sup> BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi...* op. cit., p. 630. De acordo com Sérgio Braga, Cláudio Silva era o único constituinte “negro dentre os 338 constituintes”. O autor utiliza o termo negro para designar os negros retintos, visto que havia outros negros não retintos, como Marighella. Com a realização das eleições suplementares para a Câmara dos Deputados no início de 1947, e até mesmo com suplentes assumindo os mandatos, não há como informar se, com o fim da Constituinte, outros negros retintos fizeram parte do Parlamento entre 1946 e 1948.

<sup>567</sup> NA ASSEMBLEIA Constituinte. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 14 mai. 1946, p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.

<sup>568</sup> Idem.

em condições diferentes, quando o fascismo estava em seu apogeu, nós, seguindo o exemplo de Caxias, lutamos pela ordem e pela tranquilidade e afirmamos que para o país não há outro caminho a não ser o da ordem e da tranquilidade. Quão diferente é hoje o exemplo dos homens do Governo que, não compreendendo a absoluta necessidade de seguir-se o caminho da ordem e da tranquilidade, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, procuram fomentar a desordem e fazer com que o nosso país entre no caos e na confusão.<sup>569</sup>

Da mesma forma, em relação ao discurso de Claudino Silva, o fragmento destacado no jornal não condiz com a centralidade do pronunciamento do comunista, que afirma:

no meu entender, senhores constituintes, a Lei Áurea foi a resultante de uma luta na qual teve papel decisivo o próprio negro. [...]

O desenvolvimento da Inglaterra, com a consequente ampliação dos seus mercados, não podia admitir a mão de obra escrava, que constituía verdadeiro entrave à colocação de suas próprias mercadorias. [...]

A treze de maio de 1888, os escravos tiveram abertas as senzalas, mas a esses mesmos escravos não deram terra, com a qual pudessem obter a libertação econômica. [...]

Agora não são apenas os negros cativos, mas toda uma população de trabalhadores agrários que vive em uma situação muito pior que a dos escravos. [...] Em nossos dias, toda essa imensa massa de trabalhadores, mais de dois terços da população no Brasil, vive abandonada nos campos, mourejando de sol a sol com toda sorte de enfermidades. [...]

O preconceito de cor ainda predomina no Brasil e, por desgraça nossa, já vem atingindo o próprio negro, o que poderá redundar num complexo de inferioridade. [...]

A Assembleia Nacional Constituinte, numa homenagem verdadeiramente significativa, [...] poderia fazer inserir em nossa Carta Magna um preceito democrático, [...] segundo o qual, a todos, brancos ou negros, seria assegurada a mais ampla participação na vida nacional.<sup>570</sup>

Afirmar que os negros estavam em piores condições do que durante a escravidão<sup>571</sup> serviu de pólvora para o *A Manhã*. Mas, o pronunciamento de Claudino

<sup>569</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 14 mai. 1946, p. 1734-35. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>570</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 13 mai. 1946. Vol. IX. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. p. 32-33. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

<sup>571</sup> Há diversos trabalhos que abordam a situação dos trabalhadores no pós-abolição, não sendo incomum o discurso pelos trabalhadores negros de que estavam em piores condições de trabalho do que em relação ao período da escravidão, tendo em perspectiva, por exemplo, a falta de proteção trabalhista ou a garantia de moradia e alimentação. Marcelo Badaró Mattos (2007) ao abordar o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil, cita o caso do líder operário João de Mattos, que organizou greves antes e após a abolição. E mesmo com o fim da escravidão, referiu-se a eles como “escravizados livres”, ao invés de trabalhadores livres, “porque para ele a luta pela liberdade não estava completa, já os trabalhadores assalariados possuíam, em suas palavras, apenas o direito de escolher entre este ou aquele senhor”.

Silva em nada dialoga com a perspectiva publicada de que o PCB havia revelado “sua vocação para o cativeiro”.

Ainda sobre o conteúdo deste discurso, é bastante provável que ele não tenha sido escrito por Claudino Silva. Afinal, Jorge Amado afirma que “o primeiro negro retinto a ocupar a cadeira na Câmara Federal” era um “homem de poucas letras, soletrava com dificuldade, pessoa de fina educação, a fina educação do povo”.<sup>572</sup> E que ele e Marighella foram “nomeados redatores dos discursos a serem pronunciados por camaradas pouco afeitos à escrita”, tendo feito pronunciamentos para serem lidos por Claudino Silva.<sup>573</sup>

Não obstante o equívoco da afirmação de que Claudino Silva foi o primeiro negro retinto a ocupar a cadeira na Câmara Federal,<sup>574</sup> ao se considerar que a direção do PCB distribuía as temáticas para os parlamentares tratarem na tribuna, é crível que esse discurso em homenagem ao fim da escravidão tenha sido lido por Claudino Silva pelo fato de ele ser um homem negro retinto. Ao que se mostra, esse pronunciamento não foi escrito por Claudino Silva, porém, registre-se que metodologicamente considera-se de sua autoria, conforme tratado anteriormente.

Fato é que os pronunciamentos de Marighella e dos demais comunistas foram alvos de duras críticas por determinados setores da imprensa, por vezes de forma desonesta intelectualmente e com expressões desrespeitosas, como fez o *Diário Carioca* ao afirmar que o parlamentar baiano era um dos “paus mandados de Prestes”, e que sua declaração, se não era prova de inconsciência, “cinismo ou absoluta falta de inteligência”, devia ser “um atestado de insanidade mental”. Esse mesmo periódico, um ano após essa publicação, escreve que “Carlos Marighella, deputado da Rússia no Parlamento brasileiro”, ao discutir a cassação dos mandatos dos comunistas, era

Portanto, a perspectiva apresentada por Claudino Silva não foi incomum entre os trabalhadores em dado período, o que o fez, provavelmente, incorporar em seu discurso tal visão. Cf: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. (Org). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.; MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. In XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2007.

<sup>572</sup> AMADO, Jorge. *Navegação...* p. 262.

<sup>573</sup> Idem.

<sup>574</sup> De acordo com Carolina Dantas, entre 1909 e 1910, Monteiro Lopes, um homem negro retinto, exerceu o mandato de deputado federal. Segundo a autora, advogado de formação, Monteiro Lopes se “definia como republicano, socialista não-revolucionário, defensor dos trabalhadores e opositor das políticas estaduais”, tendo ao longo do seu curto mandato defendido causas sociais. DANTAS, Carolina Vianna. *Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa Fundação. Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em: [https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/manoel-motta-monteiro-lopes-um-deputado-negro-i-republica//carollina\\_dantas.pdf](https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/manoel-motta-monteiro-lopes-um-deputado-negro-i-republica//carollina_dantas.pdf) Acesso em: 18 dez. 2024.

“demagogo”, sendo seus apartes, “como sempre, ridículos e expressivos da baixa mentalidade dos bonequinhos” de Prestes.<sup>575</sup>

Deve-se ressaltar que os parlamentares do PCB serem chamados de russos não era exclusividade da imprensa anticomunista. Na Câmara dos Deputados, Darcy Gross (PSD/RS), “levando ao extremo sua ortodoxia anticomunista”, interrompeu o discurso de Marighella “com gritos, bramidos e gestos desatados”, não admitindo a presença do baiano na tribuna por ele ser russo. De acordo com a descrição feita pelo *Diário de Notícias*, Darcy Gross, “aos berros”, disse: “V. Excia. não pode falar! V. Excia. é russo! É russo! É russo!”.

Todavia, como ponderou o *Diário de Notícias*, a “afirmação era de resto pouco convincente, pois todos aqueles que conhecem o Sr. Marighella sabe-o fisicamente muito distanciado dos diversos tipos raciais dominantes na Rússia”.<sup>576</sup> Por sua vez, Marighella respondeu aos ataques dizendo que Darcy Gross estava encarnando “o tino do parlamentar que fala em democracia e impede que um representante do povo possa falar. V. Ex.<sup>a</sup> é um fascista desesperado: deveria eximir-se de articular coisas dessa natureza. Talvez o nobre colega não possa considerar mais brasileiro que eu”.<sup>577</sup>

O *Diário da Noite* acusou os comunistas de terem como objetivo “criar o clima de desordem no país” e, em um plano criminoso, “jogar o Exército contra o Legislativo”. Segundo a matéria, que tinha a ilustração do “deputado e provocador Sr. Carlos Marighella”, os “adeptos de Prestes” faziam na Câmara dos Deputados “verdadeira provocação aos poderes constituídos e de acanalhamento às tradições austeras do Parlamento brasileiro”, e que os “representantes da orientação bolchevista” não conseguirão “arrastar o governo ou o Exército aos seus propósitos, pois vivendo o país à sombra da ordem legal, a violência não vencerá a lei”.<sup>578</sup>

De forma semelhante, *A Noite* publicou a matéria “Marighella, o provocador”, acusando o “agente de Moscou” de ter feito “um discurso insultuoso”, e que outros parlamentares protestaram contra o “estilo pouco parlamentar e provocador do sr.

<sup>575</sup> PESSOAS conhecidas. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 04 jul. 1947, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.

<sup>576</sup> O DIA político. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 21 out. 1947, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 set. 2024.

<sup>577</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 out. 1947, p. 7122-24. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>578</sup> PROVOCAÇÃO e acanalhamento. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 26 jul. 1947, p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 set. 2024.

Marighella".<sup>579</sup> Destaque-se que o pronunciamento difuso que causou bastante incômodo entre parlamentares e na imprensa protestava, entre outros, contra a proposta de criação da Lei de Segurança Nacional e contra o cancelamento do registro do PCB. Embora tenha sido mal visto, tanto pela forma quanto pelo conteúdo, é fato que as matérias mais uma vez não trataram dos principais pontos do discurso de Marighella, atendo-se apenas ao que elas entendiam ser pertinente, destilando com isso o anticomunismo comum em parte significativa da imprensa, ora patente, ora latente.

**Figura 22 – Ilustração o provocador Marighella (1947)**



**Fonte:** *Diário da Noite*.

Portanto, cada discurso de um dos comunistas poderia ser uma oportunidade para a imprensa atacar o PCB e seus parlamentares. No longo pronunciamento bastante criticado pela imprensa, em que os principais pontos apresentados não foram tratados pelos periódicos, Marighella disse:

Sr. Presidente, por falar precisamente numa iniciativa que só é admissível nas democracias, é que assinalava a posição da bancada comunista quando, desta mesma tribuna, asseverava que nos encontramos sob o guante de uma ditadura. Quando se tratou do fechamento da União da Juventude Comunista, levantamos nossa voz, mostrando que a Nação rolava pelo despenhadeiro da ditadura. [...]

<sup>579</sup> MARIGHELA, o provocador. *A Noite*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1947, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 set. 2024.

Problema muito mais grave ainda, que é o de uma Lei de Segurança que, praticamente, revoga a Constituição de 1946. Se isto não é ditadura, se isto não é fazer a Nação rolar pelo despenhadeiro, se isto, Sr. Presidente, não é a liquidação de todas as liberdades públicas, não sei, então, como chamar a esses atos do ditador Dutra e do grupo fascista que, com ele, leva nosso país ao abismo e à desgraça. [...]

Não posso deixar de assinalar, à margem, a posição dos que se colocam contra a democracia, tal é o caso do General Alcío Souto. Não serve, entretanto, a acusação, ou mesmo a interpretação que damos à atitude desse General para confundi-la com a do nosso glorioso Exército, do nosso Exército democrático, do Exército de Benjamin Constant, do Exército do Marechal Floriano Peixoto, do Exército de Caxias, que, muito melhor que uns poucos generais fascistas de hoje, soube defender os interesses daqueles que, em sua época, detinham o poder nas mãos. É evidente que esse glorioso Exército democrático não só pode confundir com militares-fascistas como o General Alcío Souto. [...]

Deveria o governo marchar ao encontro do povo, em vez de fechar organizações sindicais e o Partido Comunista, o que constituiu o maior e mais profundo dos erros, pois ninguém poderá, jamais, extirpar a ideia de nossas cabeças!

Assim como arrastamos dentro das cadeias todas as privações, arrastaremos aqui fora os mesmos sacrifícios! [...]

Sinceramente, ninguém consegue arrancar nossa língua, e ainda que tal fizesse, logo outros viriam e continuariam falando, dentro ou fora do Parlamento! O Partido Comunista não pode morrer. É o Partido da classe operária, do proletariado, do povo, desses milhões que estão sofrendo, abandonados, esperando o momento em que aqueles que se dizem democratas e defensores dos oprimidos tenham a coragem de, pelo menos, examinar e resolver seus menores problemas, dar-lhes pelo menos a liberdade de dizer o que sentem, para que não andem pelas ruas - como se vê frequentemente, - estraçalhados e maltrapilhos, morrendo à fome, mães sem ter ao menos leite para alimentar os filhos.<sup>580</sup>

A partir do pronunciamento de Marighella, constata-se que o *Diário da Noite* e *A Noite* fizeram recortes intencionais, que serviram para atacar a presença dos membros do PCB no Parlamento. Apesar das manipulações com teor anticomunista realizadas por determinados veículos, a grande imprensa, de uma forma geral, deu visibilidade ao mandato de Marighella, sendo isto fundamental para a sua trajetória. Afinal, entende-se que a veiculação da sua atuação parlamentar em inúmeras páginas de jornal contribuiu para que ele se tornasse um político conhecido em diversos estados do país.

Não obstante o anticomunismo presente em parte dos veículos, a grande imprensa também publicou matérias contendo elogios a Marighella, ou simplesmente relatando a sua atividade parlamentar, sem tecer juízo de valor. Desse modo, o *Jornal do Brasil*, quando findou os trabalhos da Assembleia Constituinte, fez um pequeno

---

<sup>580</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 jul. 1947. op. cit.,

perfil dos parlamentares, escrevendo que “dos comunistas, os srs. Caires Brito e Carlos Marighella se destacaram”, enquanto a voz de Trifino Correia<sup>581</sup> foi a mais forte.<sup>582</sup> Ainda sobre o fim dos trabalhos da Constituinte, a revista *Leitura* descreve que na sessão de promulgação da Constituição de 1946 “teve música, flores, ministros, diplomatas e lindas damas. E povo, principalmente povo, aplaudindo e apupando, conforme o caso”. E entre os que ganharam aplausos citados pela revista estavam Café Filho (PRP/RN), Mangabeira, Prestes e Marighella.<sup>583</sup> Destaque-se que a revista já tinha sido elogiosa com Marighella, afirmando que em determinada discussão ele tinha melhor interpretado “o sentimento do seu partido”, sendo “incisivo, coerente e dramático”, pronunciando “uma oração importante convincente”.<sup>584</sup>

Elogio, no mínimo controverso, também foi feito pelo *Diário Carioca*, que em mais uma matéria com conteúdo anticomunista e crítica ao PCB, escreve que, inicialmente, as expressões e os cacoetes “do dialeto prestista” serviram de diversão aos jornalistas. Mas os parlamentares comunistas tinham aprendido “e hoje falam quase com perfeita correção. Melhoraram tanto, de língua e de modos, que agora já podem até dar lições. O sr. Carlos Marighella, por exemplo, tornou-se um mestre em técnica parlamentar”.<sup>585</sup> Segundo a matéria, Marighella provocou “habilmente toda a enxurrada de revelações que o sr. Borghi fez sobre o trabalhismo. Procedeu ele, nessa ocasião, com tanta malícia e eficiência que mereceu o qualitativo de ‘perfeito agente provocador’”.

Por isso, “o simpático sr. Marighella está agora com um grande ‘cartaz’ entre seus correligionários. A ponto de ser elevado a professor dos seus companheiros de outras Assembleias”, e entre seus ensinamentos estava que “os representantes do ‘proletariado e do povo’ não devem usar na tribuna a mesma linguagem dos comícios de rua e das assembleias de fábrica”.<sup>586</sup>

Reforça a informação de que Marighella estava ministrando aulas para os seus companheiros, o monitoramento policial sobre o cotidiano dele, realizado no mês

<sup>581</sup> Trifino Correia foi eleito 2º suplente de deputado federal, pelo Rio Grande do Sul, tendo tomado posse no lugar do titular, Abílio Fernandes, entre março e julho de 1946, durante os trabalhos da Assembleia Constituinte.

<sup>582</sup> A SEMANA no Palácio Tiradentes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 set. 1946, p. 33. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 out. 2024.

<sup>583</sup> LEITURA... op. cit., p. 17.

<sup>584</sup> Ibidem, p. 16. Apesar de o seu número ser de julho, a revista foi lançada após a promulgação da Constituição, ocorrida em 18 de setembro de 1946.

<sup>585</sup> TÉCNICA parlamentar. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 28 mar. 1947, p. 44. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.

<sup>586</sup> Idem.

seguinte à publicação da reportagem. Segundo o qual, em 19 de abril de 1947, Marighella ministrou a aula “As classes sociais e os partidos políticos do Brasil”, na qual discorre sobre as características da classe operária, da pequena burguesia e dos grandes proprietários de terra. Também fez considerações sobre as diretrizes do PCB e elencou aspectos dos outros partidos com representação no Congresso. De acordo com a transcrição da atividade, Marighella afirmou que “o partido político é instrumento de uma classe, na defesa de seus interesses. Na verdade, só há dois partidos: o do proletariado e o da burguesia”. E, para concluir a aula, disse:

a política de nosso partido consiste sempre em isolar o inimigo principal e batê-lo por partes. [...] E nessa luta, devemos aliar-nos a outras correntes, porque o partido não poderá vencer sozinho. Exemplos históricos nos levam a afirmar que a classe operária não vencerá sozinha na luta pela emancipação econômica. [...] O partido deverá ganhar a pequena burguesia para o seu campo, uma vez que ela é quem constitui a maioria da população. Sem isso, a vitória não será possível.<sup>587</sup>

Esta é mais uma evidência de que as críticas feitas por Marighella na III Conferência do PCB deram resultados, tendo como uma de suas consequências o gradual aumento do prestígio dele no partido, conforme noticiou o *Diário Carioca*. Esse “grande ‘cartaz’ entre seus correligionários”, seguramente, tem a ver com ações que buscaram sanar as deficiências apresentadas pela bancada nos primeiros meses na Constituinte. Isso porque, segundo Marighella, até julho de 1946 faltava

a técnica parlamentar, nossa linguagem em muitos casos ainda é de comícios, é de agitação, falta-nos serenidade, respondemos intempestivamente aos aparteantes ou aparteamos com exaltação sem trazer nenhum esclarecimento novo ao debate [...]

Nossas ligações com as massas terão que ser aprofundadas. Nossa fração parlamentar comunista será, dentro em breve, enriquecida com a experiência das frações que surgirão nas Assembleias Estaduais e que naturalmente precisarão também das experiências que aqui transmitimos.<sup>588</sup>

Além das críticas, Marighella alertou para a necessidade de os deputados da bancada aperfeiçoarem sua atividade parlamentar, tendo em vista a possibilidade de precisarem transmitir suas experiências a outros membros do PCB. Isso se confirmou no ano seguinte, quando o deputado estadual Benjamin de Carvalho Campos, eleito no

<sup>587</sup> *As classes sociais e os partidos políticos do Brasil*. op. cit., No documento não consta a quantidade de pessoas que assistiram a essa aula e onde foi realizada. Tudo leva a crer que a aula foi direcionada para militantes do PCB e que era um curso, tendo em vista que está informado que era a 3ª aula. Como só foi localizado este documento, não é possível inferir se o provável curso foi todo ministrado por Marighella.

<sup>588</sup> *Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB...* op. cit.,

Espírito Santo,<sup>589</sup> solicitou a Maurício Grabois, membro da Executiva, a presença de Marighella durante “um grande comício” que seria realizado em Vitória, em agosto de 1947. Como justificativa para a ida de Marighella, escreveu que precisava da “sua opinião e autoridade sobre o trabalho de fração, para que não pareça sectarismo meu quando digo que a fração é para obedecer e não agir como dirigentes”.<sup>590</sup>

Isso robustece ainda mais a perspectiva do quanto a atuação de Marighella no Parlamento foi importante na sua trajetória política, tendo cada vez mais relevância no partido, tanto que ele passou a integrar a Executiva do partido nesse período e se tornou conhecido em diversos estados.

Como mencionado, a forma como o secretário da bancada atuou no Parlamento foi publicizada na grande imprensa em diversas oportunidades. Assim, o *Correio da Manhã* tratou dos debates promovidos por Marighella acerca do rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS, em 1947. De acordo com o periódico, durante o pronunciamento do comunista, o deputado João Mendes (UDN/BA) fez um aparte afirmando que a Câmara dos Deputados estava em silêncio, “surpreendida com o pouco entusiasmo de suas palavras”, já que “o sr. Marighella é de hábito fluente e ardoroso”, mas estava pouco entusiasmado “pela delicadeza do problema que estava tendo que abordar”.<sup>591</sup>

Em um exercício de combinação das matérias do *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*, a descrição da atividade legislativa de Marighella poderia ser escrita da seguinte forma: o simpático deputado usava a tribuna de forma incisiva, coerente e dramática, tendo hábito de ser fluente e ardoroso, a ponto de ter se destacado, entre os comunistas, na Constituinte e na Câmara dos Deputados, de tal forma que tornou-se um mestre em técnica parlamentar, com malícia e eficiência, construindo grande cartaz entre seus correligionários.

A junção das matérias não existe, mas a descrição do comunista nas reportagens mencionadas serve para destacar a capacidade retórica do deputado baiano e o seu

<sup>589</sup> De acordo com os dados do TSE, Benjamin de Carvalho Campos foi o único deputado estadual eleito pelo PCB, em 1947, no Espírito Santo. O comunista foi eleito com 999 votos, ocupando uma das 32 vagas da Assembleia Legislativa. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoesanteriores/eleicoes-1947/resultados> Acesso em: 15 jan. 2025.

<sup>590</sup> Correspondência de Benjamin de Carvalho Campos para Maurício Grabois. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 1774. Rio de Janeiro.

<sup>591</sup> O ROMPIMENTO de relações com a Rússia na Câmara dos Deputados. *Diário da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 out. 1947, p. 14. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.

comprometimento com a atividade legislativa dos comunistas. Não obstante a impossibilidade de mensurar a popularidade de Marighella em função do que foi publicado na imprensa a seu respeito, ainda mais porque à época a maioria da população era analfabeta, entende-se que a imprensa foi essencial para que o nome de Marighella circulasse tanto em seu estado natal quanto no resto do país. Em relação a isso, deve-se considerar que Marighella recebia correspondências de diversas regiões do país, conforme já abordado. Além do que, veículos da imprensa de vários estados noticiaram a atividade legislativa de Marighella. Registre-se, porém, que foram publicadas informações imprecisas acerca da atuação de Marighella, como aconteceu com o *Diário Carioca*, que noticiou que ele era o sub-líder do partido,<sup>592</sup> provavelmente, pela recorrência dele em ir à tribuna desde o início da Constituinte.<sup>593</sup>

**Figura 23 – Matéria com Marighella discursando na Constituinte (1946)**

**A CONSTITUINTE**

# Os Comunistas Propuzeram a Revogação da Carta de 37

**Mas Não Apresentam Nenhum Projeto Que a Substitua — O Sr. Plínio Barreto Ensina-lhes Rudimentos de Direito Constitucional — Homenagem ao General Cristovão Barcelos — Numerosos Votos de Pesar**

Os srs. Café Filho e Samuel Duarte foram os primeiros oradores da sessão de ontem da Assembleia Constituinte. Ambos falaram sobre a ata da sessão anterior.

**REVOGAÇÃO DA CARTA DE 37**

Em seguida, o presidente Mello Viana deu conhecimento à Casa da indicação do Partido Comunista, sobre a revogação da "carta" de 37.

A indicação do PCB foi feita nos seguintes termos:

"A Assembleia Nacional Constituinte, por ato emanado de sua própria autoridade e soberania, considerando que a Constituição de 10 de novembro, imposta à Nação Brasileira con-



**Fonte:** *Diário Carioca*.

<sup>592</sup> Não foi localizada na documentação qualquer menção ao fato de Marighella ter sido sub-líder do partido durante a Constituinte. Além disso, segundo Sérgio Braga, em *Quem foi quem na Assembleia Constituinte*, o vice-líder do PCB foi Osvaldo Pacheco, eleito por São Paulo. Diante disso, é possível que a prática de se pronunciar sobre diversos assuntos desde a sua sessão de implantação tenha induzido o periódico ao erro.

<sup>593</sup> BOLETIM do País. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 19 fev. 1946, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 set. 2024.

Para uma noção mais precisa do quanto a imprensa foi fundamental na trajetória política de Marighella, a partir da sua atuação no Parlamento, ainda que sejam desconsiderados alguns dos principais jornais do país, pelo menos 31 periódicos da grande imprensa trataram da atividade legislativa de Marighella. Apenas nesses impressos, de diversos estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraná, Maranhão e Santa Catarina, salvaguardados na Hemeroteca Digital, foram selecionadas para esta pesquisa 296 matérias.<sup>594</sup> Contabilizando também a *Tribuna Popular*, que fazia parte da imprensa comunista, são 370 matérias selecionadas sobre o mandato de Marighella, muitas das quais com sua fotografia, distribuídas em 192 dias, entre 1946 e 1947, o que dá a dimensão do quanto a imprensa projetou a imagem do parlamentar baiano. Isso sem contar com outros veículos da imprensa comunista, particularmente *O Momento* e *A Classe Operária*, o principal periódico vinculado ao partido.

Ainda em relação à propagação do nome de Marighella pela imprensa escrita, é importante considerar que, junto com o rádio, os jornais eram as principais fontes de informação da população. Além disso, os periódicos tinham grande circulação, principalmente os da grande imprensa. Para exemplificar, o jornal comunista *O Momento* tinha tiragem de 5.000 exemplares por dia, enquanto a projeção para a *Tribuna Popular* era de 50.000 impressões diárias.<sup>595</sup> Apenas por essas quantidades é possível projetar o quanto a imprensa escrita foi relevante para dar visibilidade ao mandato de Marighella, mesmo em um país com um grande percentual de analfabetos.

Como Marighella era o comunista que mais usava a tribuna do Congresso, é possível que isso tenha favorecido alguma aproximação sua com os jornalistas. Nesse sentido, a revista *O Cruzeiro* o procurou para saber seu ponto de vista sobre o processo aberto pelo deputado Barreto Pinto (PTB/DF) contra os jornalistas do impresso.<sup>596</sup> Em resposta, Marighella disse que a “queixa-crime apresentada não tem razão de ser. A

<sup>594</sup> Na Hemeroteca Digital foram localizadas matérias sobre a atuação parlamentar de Marighella nos seguintes periódicos: *A Era do Povo*, *A Manhã*, *A Noite*, *A Ordem*, *Alto da Madeira*, *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *Diário de Notícias*, *Diário de Pernambuco*, *Diário de São Luís*, *Diário do Paraná*, *Gazeta de Notícias*, *Ilustração Brasileira*, *Jornal de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Dia*, *Jornal Pequeno*, *Leitura*, *O Combate*, *O Cruzeiro*, *O Dia*, *O Estado de Santa Catarina*, *O Imparcial*, *O Liberal*, *O Jornal*, *O Observador Econômico e Financeiro*, *Revista da Semana* e *Última Hora*.

<sup>595</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Processos 411/412...* op. cit., Na documentação para autorização de circulação da *Tribuna Popular* foi informado que o jornal teria a impressão de 50.000 exemplares diariamente. Ressalte-se que não há como precisar se esta previsão se confirmou.

<sup>596</sup> O deputado Barreto Pinto processou os repórteres David Nasser e Jean Manzon e o diretor Antônio Accioly Neto, em virtude da publicação, em junho de 1946, na revista *O Cruzeiro*, de uma reportagem em que ele se deixou fotografar de smoking e cuecas. Em função disso, Barreto Pinto tornou-se o primeiro deputado cassado, em 1949, por quebra de decoro parlamentar.

liberdade de imprensa e de crítica deve ser garantida acima de tudo".<sup>597</sup> Na reportagem, também opinaram os deputados Euclides de Figueiredo (UDN/DF), Café Filho, Plínio Barreto (UDN/SP), Nestor Duarte (UDN/BA), José Augusto (UDN/RN) e Guaraci da Silveira, além do senador Getúlio Vargas, o que reforça o destaque que o comunista gradativamente passou a ter no Parlamento.

**Figura 24 – Reportagem sobre a liberdade de imprensa (1946)**



**Fonte:** *O Cruzeiro*.

Em uma rápida digressão a respeito da liberdade de imprensa, Marighella foi à tribuna diversas vezes denunciar ataques a jornalistas e a órgãos de imprensa, sobretudo os veículos comunistas, mas não exclusivamente. Meses antes dessa declaração para *O Cruzeiro*, o deputado baiano relatou que o jornalista Maurício Roitman, “correspondente de um jornal carioca”, foi enviado a Santos para “observar os acontecimentos e fazer noticiário, sem mais preâmbulos, foi preso pela polícia santista, justamente no dia em que se homenageava a imprensa pela passagem do seu 128º aniversário”.<sup>598</sup>

Para além da defesa da liberdade de imprensa, os comunistas foram fiadores de uma proposta de privilégio aos jornalistas, instituída na Carta Constitucional de 1946. Durante a elaboração do texto, o deputado Glicério Alves (PSD/RS) requereu a

<sup>597</sup> A IMPRENSA nos bancos dos réus. *O Cruzeiro*. 03 ago. 1946, p. 10. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hereroteca-digital/> Acesso em: 15 set. 2024.

<sup>598</sup> BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 16 mai. 1946, p. 1786. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

supressão do artigo que garantia isenção do imposto predial e de transmissão de imóveis aos profissionais da imprensa, no prazo de 15 anos a partir da promulgação da Constituição. Nas discussões sobre o assunto, em defesa do artigo, Marighella chegou a dizer “que os próprios jornalistas, reconhecendo embora que se trata de privilégio, estão dispostos, desde que sejam compreendidos, a lutar para a extensão da regalia a outros trabalhadores, tirando-lhes assim, o caráter de privilégio”.<sup>599</sup>

Figura 25 – Matéria sobre Marighella em São Paulo (1946)



Fonte: *Jornal de Notícias*.

Independentemente de tal posicionamento, os privilegiados jornalistas produziram centenas de matérias sobre a atuação de Marighella no Parlamento. Não obstante o viés anticomunista de muitas, outras tantas matérias simplesmente relataram as discussões legislativas, ainda que de forma parcial, enquanto algumas chegaram a ser elogiosas. Com o passar dos meses, os impressos também passaram a cobrir as atividades do deputado baiano fora do Congresso, como o *Jornal de Notícias*, que

<sup>599</sup> BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 11 set. 1946. Vol. XXV. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. p. 143-45. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

reportou a ida de Marighella a São Paulo, afirmando que o parlamentar era “um nome de destaque na Câmara Federal”, tendo concedido uma entrevista coletiva em que tratou de vários temas, como o abono de Natal, o orçamento geral da República e as eleições para o Governo de São Paulo.<sup>600</sup>

No outro lado da mesma moeda, os veículos da imprensa comunista, como de praxe, acompanharam mais detidamente as atividades dos parlamentares do PCB. Desse modo, indicando que Marighella passou a ser ainda mais conhecido pelos membros da agremiação e seus simpatizantes, tanto na Bahia quanto nos demais estados.

**Figura 26 – Matéria sobre a atuação parlamentar de Marighella (1946)**



**Fonte:** *O Momento*.

Em seu estado natal, o *A Tarde* escreveu algumas dezenas de matérias ou pequenas notas abordando a atividade parlamentar de Marighella. *O Momento*, que já havia sido muito importante durante o processo eleitoral, escreveu inúmeras matérias sobre a atividade do baiano no Congresso, além de ter criado a coluna “Como age um verdadeiro deputado do povo”, na qual reportava a atuação do comunista, sempre de forma elogiosa. Em uma dessas reportagens, apenas cerca de três meses após o início da

<sup>600</sup> O PARTIDO Comunista ainda não se definiu quanto aos candidatos ao governo de São Paulo. *Jornal de Notícias*. São Paulo, 27 dez. 1946. p. 8. Disponível em: <http://bdigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2024.

Constituinte, o impresso comunista publicou a opinião de “populares e elementos da classe trabalhadora” sobre o comunista. De acordo com a matéria “O povo precisa de deputados como Marighella”, os trabalhadores disseram, entre outros, que o baiano era um “deputado feito pelo povo e pelos trabalhadores”, e que estava lutando pelos nossos interesses; que a “Bahia não poderia dar outro igual”; e que era “de gente assim que nós precisamos, [...] pois já estamos enojados desses demagogos”.<sup>601</sup>

**Figura 27 – Divulgação do comício de Marighella em Salvador (1946)**



**Fonte:** *O Momento*.

Importante mencionar que *O Momento* não só cobria elogiosamente a atuação do único representante comunista baiano no Congresso, como deu ampla divulgação das atividades e viagens realizadas por Marighella em seu estado natal, como se vê acima. Isso reforça o quanto o periódico foi extremamente importante para a popularização do nome de Marighella entre os militantes da Bahia.

<sup>601</sup> O POVO precisa de deputados como Marighella. *O Momento*. Salvador, 28 abr. 1946. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

Em âmbito nacional, *A Classe Operária* e a *Tribuna Popular*, os principais jornais da imprensa comunista, também produziram reportagens sobre a atividade de Marighella no Parlamento. Todavia, por serem veículos centrais do PCB, as atenções eram distribuídas para todos os parlamentares comunistas, principalmente para Prestes, diferentemente do que ocorria no *O Momento*, que enfatizava a atividade de Marighella. De qualquer forma, para exemplificar, foram mais de 70 matérias na *Tribuna Popular* tratando da atividade parlamentar do baiano, o que seguramente fez com que ele ficasse conhecido por militantes do partido de vários estados.

**Figura 28 – Matéria sobre os parlamentares comunistas (1947)**

**A Semana Dos Parlamentares Comunistas**

Damos a resenha das atividades mais importantes desenvolvidas pela bancada comunista, no plenário da Câmara Federal, durante a sessão de 2 a 7 de junho corrente.

**CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO MILITAR:** — O deputado Claudio Silva encaminhou ao Ministério da Fazenda, por intermédio da Mesa da Câmara, um requerimento de informação a fim de que o Ministro da Fazenda, da Economia Federal deixou de computar, a partir de 1941, para efeito da concessão de empréstimo, o tempo de serviço militar praticado pelos soldados que tiverem cumprido o tempo de fidelio. O documento, que foi deferido e tomou o nº 212, também indaga se essa medida é provisória e se vem sendo aplicada por todas as Caixas Econômicas federais.

**GARANTIA AOS TRABALHADORES DE DELTERRA E FORDLÂNDIA:** — O deputado Amâncio Lins de Oliveira apresentou um projeto que tomou o nº 261/47, equiparando os empregados do acervo das concessões de Deltterra e Fordlândia. Pela sua extensão, é de 10 mil famílias. Justificando o projeto, informou que o Decreto-lei nº 8.440, que o regulamentou a aquisição e administração do acervo, coloca os empregados em situação de cativeiro dos trabalhadores que, em contradever, determinados direitos e vantagens que antes possuíam. O projeto nº 261/47 visa justamente regularizar esse direito, que é conferido aos empregados das concessões de Deltterra e Fordlândia, como servidores do Ministério da Agricultura que são, na mesma situação dos demais servidores públicos.

**DISCURSO INTERVENÇÃOISTA DO SR. DUTRA:** — O deputado Carlos Marighella manifestou o posicionamento da bancada comunista a respeito do requerimento nº 98, que pedia inserção em ato do discurso pronunciado pelo Pôrto Alegre pelo Sr. Getúlio Vargas, quando o Dr. Claudio Silva quisioso de discutir a inserção do voto do ministro Ribeiro da Costa nos Anais, adotou o critério de não se envolver no pronunciamento, para não desfigurar o discurso. Considera a inserção pedida no requerimento nº 98 seria jogar com dois pesos e duas medidas. Examinando alguns tópicos do discurso, declarou que o Sr. Dutra torceu o nariz para o que se passava no Brasil, quando o que vem praticando é justamente o desrespeito e os crimes à Constituição e aos direitos políticos do nosso povo. Analisou detidamente o pensamento do Sr. Dutra acerca da prisão dos deputados, que é de natureza a questionar parlamentarista, cuja decisão está a cargo da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul. Ao terminar, reafirmou que o discurso do Sr. Dutra além de claramente intervencionista, porquanto coube a soberania dos estaduais e os partidos legítimos traz nenhuma perspectiva de solução aos problemas do povo.

**DENTADURAS CONSERTAM-SE EM 90 MINUTOS**

AV. MARECHAL FLORIANO, PEIXOTO N° 1 — soba, esq. de Rua Miguel Cury, no lado da Igreja de Santa Rita — Tel. 43-8137 — Diariamente das 8 às 18 horas — Telefone 43-8137  
D. R. SÓLZA RIBEIRO

**BUTRA E A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES:** O Deputado Osvaldo Pacheco volta a falar sobre a política adotada pelo ministro do Trabalho, em relação à situação dos trabalhadores. Disse que a sua análise com estatísticas nos aumentos de preços verificados principalmente no mercado de gêneros alimentícios, demonstra que a inflação é maior entre os trabalhadores, cujos salários não cresceram na mesma proporção dos preços dos gêneros. Disse que enquanto aumenta o custo de vida, a renda do trabalhador, o ministro do Trabalho fecha os sindicatos demais e as associações de classe, torpedeando dessa forma os órgãos de representantes sindicais, impedindo que elas melhorem as condições de trabalho. O Sr. Dutra, citando o Trabalhador do Brasil, que não obstante haver sido fundada por um Congresso do qual participaram cerca de dois mil representantes sindicais, valendo, portanto, como a representação dos trabalhadores, foi dissolvida. O governo Dutra mandou fechar, infringindo dispositivo expresso na Constituição. O sr. Dutra, ficando alheio à miséria do nosso povo e transformado mesmo, como em agente do governo, de diretor de empresas, tenta, na alta finalidade da sua investidura, e só lhe resta uma saída — essa que a bancada comunista vem apontando à nação, a sua renúncia e a formação imediata de um governo da confiança nacional.

**HOMENAGEM A DATA DA INVASÃO:** O Deputado Maurício Grabols, em nome da bancada comunista, associada ao Partido dos Trabalhadores dos Estados Unidos, pediu à Casa, pela passagem de mais um aniversário da invasão da Europa. Disse que a data rememora um fato revolucionário, da 25 de junho, material e moral luta contra os exércitos nazi-fascistas. Referiu-se ao significado militar e político desse acontecimento, que é o reconhecimento da vitória fruto de um golpe dos resistentes inclusive da Inglaterra e do Brasil, que desejavam resguardar a civilização, com a inserção de novas carências no mundo. Desta vez em benefício dos trusts e dos monopólios internacionais. Declarou que ao prestar essa homenagem, a bancada comunista reafirma sua confiança na Democracia e na neutralidade do Trabalhador, para o definitivo esmagamento do fascismo no mundo.

**REGIME DE INSEGURANÇA EM SÃO PAULO:** O Deputado José Maria Crispim denunciou a série de atentados à Constituição e a ordem de violência que vem cometendo o governo. Dutra respondeu a diversos casos ocorridos no país, que demonstram o desejo dos fascistas do governo de conduzir o nosso povo ao desespero e ao ódio. O deputado defendeu, em seguida, para melhor caracterizar esse estadio de coisas, a liquidação das organizações populares de Santos, onde o céu dos céus é a guerra civil, e seu resultado é Leu um Meinrath em que os trabalhadores de Rio Preto protestam contra o fechamento de seu organismo de classe. Passou a denunciar a clamação insensível, ilegalidade que se fez em São Paulo, em face da prisão do constituinte dr. Ademar de Barros, que se fez um simples agente do ministro Costa Neto. Depois de apresentar diversos documentos, denunciou a grave situação reinante, deixou seu protesto, vencido, em nome do povo paulista, cuja representação possue na Câmara.

**Fonte:** *Tribuna Popular*.

Além das matérias que tratavam das atividades da bancada, incluindo as de Marighella, *A Classe Operária* publicou artigos de autoria do comunista baiano, que tratavam de temas como a própria Assembleia Constituinte, democracia, legalidade do PCB, orçamento, entre outros. Com isso, Marighella passou a também contribuir com a imprensa comunista. Em março de 1946, por exemplo, Marighella escreve que o fato de haver parlamentares do PCB na Assembleia Constituinte consistia na ascensão da classe operária, representando um momento relevante ao desenvolvimento da luta de classes.

Mas a Constituinte não tinha fim em si mesma, afinal, “a classe operária não pode esperar que todos os seus problemas venham a ser resolvidos só com o funcionamento dessa Assembleia”. Citando Engels, o deputado afirma que a presença comunista no parlamento beneficiava o proletariado, já que desta forma os constituintes poderiam “falar a seus adversários na Câmara, e às massas fora dela, com uma autoridade e uma liberdade muito diferente das que têm na imprensa e nos comícios”.<sup>602</sup>

Em novembro, com a nova Constituição promulgada, Marighella escreve outro texto para o principal jornal do partido, refletindo sobre a atuação da fração parlamentar bolchevique antes da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. De acordo com o deputado baiano, aquela fração parlamentar soube ligar-se às massas, sendo a sua atuação vinculada diretamente ao Comitê Central do partido. Embora fizesse sua análise acerca da experiência bolchevique, é perceptível que o comunista também refletia sobre a atuação dos parlamentares do PCB, ao assemelhar as ações dos parlamentares russos com os atos dos pecebistas em 1946.<sup>603</sup>

Ainda sobre a repercussão do mandato de Marighella nas páginas da *A Classe Operária*, é importante destacar que o impresso transcreveu parte do importante pronunciamento de Marighella feito na III Conferência Nacional do PCB.<sup>604</sup> Porém, omitiu as críticas feitas por ele a respeito da atuação da bancada e sobre a ineficiência da assessoria parlamentar nos cinco primeiros meses de atividade legislativa. A omissão é plausível, tendo em vista o caráter de alguma forma restrito daquelas informações. Ao mesmo tempo, isso aponta para a (possível e talvez comum) prática de restringir o acesso da militância de base a determinadas críticas, especialmente a partir de um jornal que era um instrumento de coesão partidária.

Tal omissão demonstra todos os cuidados necessários na análise dos documentos históricos, tendo em vista as limitações, intencionalidades e parcialidades das fontes. Nesse caso, só foi possível ter acesso à integralidade do pronunciamento de Marighella, e assim cruzar as informações, porque a polícia monitorava o cotidiano dos comunistas, mesmo aqueles que tinham imunidades parlamentares, reforçando a contínua infiltração

<sup>602</sup> MARIGHELLA, Carlos. A Assembleia Constituinte e o Partido Comunista. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1946. p. 6. Centro de Documentação e Memória (Cedem) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

<sup>603</sup> \_\_\_\_\_. A Fração Parlamentar Bolchevique e suas lutas antes do 7 de novembro. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 07 nov. 1946. p. 2. Centro de Documentação e Memória (Cedem) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

<sup>604</sup> A III CONFERÊNCIA... op. cit.,

policial na estrutura do PCB e o anticomunismo estatal em meados da década de 1940, embora as instituições democráticas estivessem funcionando.

Posto isso, independentemente das opções editoriais, a partir de 1946, Marighella passou a escrever eventualmente para *A Classe Operária*, colocando-se a serviço da luta de classes e dos trabalhadores. No ano seguinte, a partir de agosto, o parlamentar começou a dirigir a *Problemas*, importante revista de cultura e política do PCB. Isso tudo corrobora a ideia de que, ao longo do seu mandato, houve o crescente prestígio de Marighella no partido, sendo atribuídas a ele maiores responsabilidades.

**Figura 29 – Livreto “Em defesa dos mandatos do povo” (1947)**



**Fonte:** Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

Além da presença do deputado baiano nos jornais e revistas da imprensa partidária, a Edições Horizonte, editora do PCB, também publicava materiais que davam visibilidade à atuação da bancada parlamentar. Como se vê acima, o livreto *Em defesa do mandato do povo e pela renúncia do ditador*, de 1947, transcreveu discursos

de João Amazonas, Maurício Grabois e Marighella.<sup>605</sup> Além dos recursos obtidos com a venda do material, propagavam-se as ideias do partido e dava-se destaque aos parlamentares.

Pelo exposto, comprehende-se que esse conjunto de publicações contribuiu para que ele se tornasse conhecido entre os militantes e simpatizantes do PCB, já que a imprensa comunista difundia a ideologia partidária, na busca por mostrar “ao leitor o caminho a seguir, os inimigos a enfrentar, os lemas a defender, as armas a empunhar, e o mundo que se descortinava aos seus olhos no futuro comunista”, tanto através de textos, quanto por “charges, caricaturas, desenhos, fotografias, fotomontagens, mapas”.<sup>606</sup>

Entende-se que toda a repercussão do mandato de Marighella, na grande imprensa e nos veículos comunistas, foi em consequência de ele ter sido um parlamentar atuante, sendo o comunista que mais fez uso da tribuna do Congresso. Conforme abordado anteriormente, os dados oficiais da Assembleia Constituinte revelam que Marighella realizou 73 intervenções na tribuna, como pronunciamentos, apartes, apresentação de requerimentos, entre outros. Entre os membros da bancada, Marighella foi seguido por Prestes, que fez 53 intervenções. Após eles, o líder do partido, Maurício Grabois, foi à tribuna 35 vezes. No total, Marighella realizou 20% das intervenções da bancada na Constituinte. Na Câmara dos Deputados, Marighella subiu à tribuna 140 vezes, seguido por Maurício Grabois, que foi em 93 oportunidades. Com isso, o deputado baiano realizou 24% das intervenções da bancada comunista.<sup>607</sup>

Esses números reforçam a perspectiva de que o desempenho de Marighella no Parlamento contribuiu para que ele angariasse gradativamente maior influência dentro do PCB. Afinal, foi na condição de deputado, e entende-se que em função do seu

<sup>605</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa do mandato do povo e pela renúncia do ditador*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda., 1947. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: Dainis Karepovs. São Paulo.

<sup>606</sup> Sobre a iconografia na imprensa comunista, Rodrigo Tavares afirma que, diante dos altos índices de analfabetismo no país, as imagens nos periódicos comunistas tinham aspecto fundamental da propaganda partidária. Cf: TAVARES, R. R. *Desenhando a Revolução: a luta de imagens na imprensa comunista (1945 – 1964)*. 285 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

<sup>607</sup> Deve-se ressaltar que não constam os dados dos discursos realizados pelos deputados Francisco Gomes, Henrique Oest e Gervásio de Azevedo, que assumiram após as renúncias de Batista Neto, Alcides Sabença e Caires de Brito. BRASIL. *Sumário de discurso... op. cit.*,

desempenho, que ele passou a dirigir a revista *Problemas* e foi eleito para Executiva do partido, embora na suplência.<sup>608</sup>

Em relação ao fato de Marighella ter sido o comunista que mais usou a tribuna, deve-se ter em vista a possibilidade de isto ter ocorrido por uma orientação da direção do partido em função de ele ser o secretário da bancada, aliado ao fato dos demais parlamentares, incluindo os membros da Executiva, terem outras atividades partidárias a serem desenvolvidas. Acrescente-se a isso a capacidade retórica do parlamentar da Bahia.

Em relação às diversas tarefas dos comunistas, é importante mencionar, por exemplo, que no primeiro semestre de 1946 Maurício Grabois era secretário de divulgação do PCB e diretor da *A Classe Operária*, João Amazonas era secretário sindical e Milton Caires de Brito, que passou a fazer parte da Executiva em julho, era o diretor do jornal *Hoje*. Isso demonstra o maior prestígio desses parlamentares dentro da estrutura do PCB e indica que eles tinham maiores responsabilidades partidárias e atribuições do que Marighella.

Tudo isso leva a crer que a maior responsabilidade partidária de Marighella até meados de 1947, quando passou a dirigir a *Problemas*, era dedicar-se ao seu mandato e à bancada. Nessa perspectiva, deve-se considerar que ele era o secretário da bancada e fazia as reuniões com a assessoria parlamentar e com os demais parlamentares sobre a construção dos discursos e as leis que seriam propostas.<sup>609</sup> Isso, de alguma forma, justifica a quantidade de pronunciamentos superior aos demais comunistas, incluindo Prestes.

Por fim, não obstante a ciência das complexidades e disputas existentes nas relações partidárias e que a ascensão e/ou declínio na estrutura interna de um partido normalmente tem caráter multifatorial, comprehende-se que a intensa atuação de Marighella no Parlamento teve como consequência a sua projeção dentro da agremiação, tendo conquistado o reconhecimento pelos demais membros do Comitê Nacional e de militantes, tanto que ele foi eleito para a Executiva. Ao mesmo tempo, a ida recorrente de Marighella à tribuna para discutir os diversos assuntos de interesse da população e do PCB acarretou na repercussão do seu mandato na imprensa. A

---

<sup>608</sup> Em dezembro de 1946, houve uma nova reunião do pleno do Comitê Nacional, com a substituição de Jorge Herlein por Sérgio Holmos, na Comissão Executiva do PCB. Nesta reunião também ficou decidido que a Comissão Executiva teria três suplentes, sendo eleitos: Marighella, David Capistrano e Mautílio Muraro. A DIREÇÃO Nacional do Partido Comunista do Brasil. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1946, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 ago. 2024.

<sup>609</sup> GUEDES, Armênio. op. cit.,

veiculação de matérias, muitas das quais com sua imagem, lançou luz para a sua atuação parlamentar, colaborando decisivamente para que ele se tornasse conhecido em muitos estados, o que reforça o quanto a atividade parlamentar de Marighella foi importante para a sua trajetória política, construída cotidianamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A escrita desta tese teve contornos desafiadores. Afinal, além de todos os desafios de uma pesquisa de doutorado, existe uma falsa sensação de esgotamento sobre a trajetória de Carlos Marighella ou mesmo a respeito do Partido Comunista do Brasil. Isso porque, entre outros, há um conjunto de obras biográficas que tratam da trajetória do comunista, assim como existe uma vasta bibliografia sobre o PCB, que durante décadas foi o principal partido de esquerda do país. Mas, é uma falsa impressão de esgotamento, tendo em vista que nos últimos anos houve diversas publicações e foram desenvolvidas pesquisas acadêmicas tanto sobre Marighella quanto a respeito do PCB, o que indica que ainda há um abrangente campo de estudo.

De qualquer forma, é fato que a história de Marighella e a reconstrução de sua memória estiveram durante muito tempo ameaçadas, já que ele foi considerado o “inimigo número um da ditadura”, o que fez Jorge Amado afirmar que a partir do assassinato dele o seu nome estava amaldiçoado e silenciado.

Porém, conforme Walter Benjamin escreve, “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”.<sup>610</sup> Acrescente-se que esta ameaça aos mortos reside na falsificação ou no esquecimento dos seus combates, conforme explicou Michael Löwy.<sup>611</sup> Por isso, a vasta produção sobre a trajetória de Marighella, principalmente nas últimas décadas, contribui para que o nome do comunista não tenha sido esquecido e indica que não haverá esquecimentos dos seus combates.

É preciso dizer, no entanto, que parte significativa de toda essa produção, incluindo as biografias, privilegiou os últimos anos da vida do comunista, quando ele rompeu com o PCB e lutou contra a ditadura militar instituída a partir do golpe de Estado em 1964, criando um dos principais grupos de resistência armada, a ALN. Diante disso, o conjunto das biografias não aprofundou suas análises no período em que Marighella atuou no Parlamento. E, embora as biografias tenham como fio condutor a

---

<sup>610</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 224-225.

<sup>611</sup> LÖWY, Michael. *Walter Benjamin - aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant/ Trad. das Teses. Jeanne Marie Gagnébin. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 65-69.

recorrente exaltação e o enaltecimento do biografado, incluindo acerca desse período, deve-se reconhecer que os textos biográficos contribuem para que haja alguma ideia de como Marighella se posicionou na Assembleia Constituinte e na Câmara dos Deputados, mesmo que de forma *an passant*.

Dessa maneira, esta pesquisa buscou despertar no passado algumas centelhas de esperança, considerando que o período em que Marighella atuou na política institucional foi fundamental para que ele ascendesse na estrutura interna do partido e se tornasse um político conhecido. Para exemplificar, foi na condição de deputado, e entende-se que em função dela, que Marighella passou a fazer parte da Comissão Executiva do PCB, inicialmente na suplência, e dirigiu a revista *Problemas*, importante periódico do partido. Além disso, após a cassação do mandato dos comunistas, Marighella se tornou secretário de agitação e propaganda do PCB e o secretário do Comitê Estadual de São Paulo, a partir de 1949.<sup>612</sup>

Percebe-se, então, que é falsa a sensação de esgotamento sobre os estudos que têm como objeto a trajetória de Marighella, principalmente sobre o período de sua atuação institucional de Marighella ou do PCB. Quanto a isso, é importante levar em consideração que “o legislativo assume grande significado [...] como representação microcósmica das forças sociais e seus interesses; como arena para a articulação de alternativas políticas que atendam aqueles diferentes interesses”.<sup>613</sup>

À luz da intensa atividade parlamentar do comunista baiano, pode-se constatar como se estabeleceram as relações entre representante e representados, assim como aspectos socioeconômicos da Bahia. Sem a efusividade de Jorge Amado, que disse que Marighella, ao subir “tribuna, punha em pânico os parlamentares” e que suas “palavras eram pedras e raios”, apreende-se que os pronunciamentos do deputado baiano proporcionaram visibilidade e debates sobre questões que eram enviadas ao parlamentar por meio de correspondências, garantindo certo protagonismo aos cidadãos.

Foi também no período em que atuou no Parlamento que Marighella tornou-se um político efetivamente conhecido na Bahia, a partir da realização de inúmeras atividades políticas em seu estado natal, e da massificação da sua imagem no periódico *O Momento*. Após assumir o mandato, a interlocução entre o deputado e os baianos

<sup>612</sup> SIZILIO, Ricardo José. *A autobiografia...* op. cit., Em sua autobiografia, Marighella informa que, a partir de 1948, passou a trabalhar como secretário de propaganda do partido. Assim, tudo leva a crer que ele substituiu Pedro Pomar na função, tendo em vista que este permaneceu no cargo de deputado federal, por ter sido eleito em 1947, nas eleições suplementares, pelo PSP, ainda que fosse reconhecidamente um dirigente histórico do PCB.

<sup>613</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. op. cit., p. 18.

aconteceu muitas vezes através do envio para ele, ou ao partido, de telegramas e memoriais com as mais diversas reivindicações. Por sua vez, Marighella utilizou a tribuna dezenas de vezes para tratar dessas demandas, dando visibilidade para aqueles pedidos.

Marighella debateu a vida pública e as questões sociais da Bahia e do Brasil, sendo o Parlamento palco para suas denúncias, onde se lançava luz, dentro das instituições, para muitas demandas da sociedade. As diversas atividades realizadas por Marighella ao longo do seu mandato, incluindo as ações na Bahia, como debates, sabatinas em sindicatos, realização de palestras e comícios, além de viagens a diversas cidades do interior, foram extremamente importantes para a aproximação do comunista com os trabalhadores e para o aumento da sua relevância dentro e fora do partido. Importante destacar que, embora tenha sido eleito pela Bahia, Marighella não era um político conhecido em seu estado natal, tendo sua vitória creditada muito em função da orientação do partido em direcionar os votos para os candidatos preferenciais.

Como exposto ao longo da tese, a atuação de Marighella no Legislativo, assim como a dos demais parlamentares comunistas, seguia as diretrizes do partido. Tendo em perspectiva que o mandato dos parlamentares era sobretudo do partido, já que a estrutura do PCB era bastante centralizadora, os debates e as propostas realizados pelos deputados estavam em completa sintonia com as determinações da direção partidária, havendo por parte dos parlamentares total disciplina política. Acrescente-se que a direção do partido distribuía entre os parlamentares os assuntos a serem abordados.

Nesse cenário, entende-se que a capacidade retórica de Marighella, o fato dele ser o secretário da bancada e as demandas e responsabilidades partidárias de outros deputados da bancada influenciaram para que ele tenha sido o comunista que mais discursou na tribuna do Congresso, tornando-se uma espécie de porta-voz do partido em muitos momentos.

Em consequência da grande quantidade de pronunciamentos realizados por Marighella, a imprensa, sobretudo a comunista, repercutiu seus discursos de maneira elogiosa, fazendo com que ele ficasse mais conhecido entre a militância e o público em geral. Registre-se que, além de os principais jornais da imprensa comunista produzirem reportagens sobre sua atividade no Parlamento, ele passou a escrever para *A Classe Operária* e dirigiu a revista *Problemas*, passando a também integrar a imprensa comunista.

Por outro lado, a grande imprensa muitas vezes se posicionou de forma crítica, dura, des cortês e anticomunista no que diz respeito à presença dos pecebistas no Parlamento. Além disso, diversas matérias não trataram dos principais pontos apresentados por Marighella e pelos demais comunistas no Parlamento, atendo-se apenas ao que elas entendiam ser pertinente, destilando com isso o anticomunismo comum em parte significativa da imprensa. Assim, cada discurso dos comunistas poderia ser uma oportunidade para a imprensa atacar o PCB e seus parlamentares.

Apesar de manipulações com teor anticomunista feitas por determinados veículos, a grande imprensa, de uma forma geral, deu visibilidade ao mandato de Marighella, sendo isto fundamental para a sua trajetória. Isso porque a veiculação da sua atuação parlamentar em inúmeras páginas de jornal fez com que seu nome circulasse em diversos estados.

Além disso tudo, é importante destacar que Marighella e os demais parlamentares comunistas fizeram inúmeras proposições de emendas ao projeto constitucional em 1946, assim como elaboraram diversos projetos de leis e produziram requerimentos para que o Executivo se manifestasse sobre assuntos variados. Mas, os comunistas não tiveram êxitos na grande maioria dessas ações, tendo pouquíssimos projetos de lei aprovados ou emendas à Constituição. Em relação a isso, é importante considerar que a bancada do PCB tinha cerca de 5% dos membros do Congresso, o que inviabilizava a aprovação de suas propostas.

Antes de encerrar esse texto, é preciso ainda fazer algumas ponderações sobre a atuação de Marighella no Parlamento. Nesse sentido, é provável que o leitor mais familiarizado com a bibliografia do PCB tenha percebido que não houve uma discussão mais detida sobre o cancelamento do registro do partido, em maio de 1947, ou acerca das manifestações de Marighella contra o imperialismo estadunidense. Em relação a esses exemplos, é imperioso dizer que este recorte se deu em função da opção em debater especialmente a atividade de Marighella no Parlamento, e porque há produção bibliográfica especificamente sobre a atividade da bancada comunista. Como estes foram temas comuns à bancada, sem que houvesse particularidades nos pronunciamentos de Marighella, comprehende-se que tratar dessas questões de forma mais detalhada fugiria dos objetivos específicos propostos nesta pesquisa.

Além desse aspecto, o leitor que conhece a trajetória de Marighella pode ter sentido falta da realização do debate racial, tendo em vista que ele era um homem negro não retinto. Em relação a isso, é preciso dizer que Marighella não fez uma discussão

sobre a questão racial brasileira nas centenas de pronunciamentos feitos por ele. Isso remete ao funcionamento da bancada do PCB e à distribuição de assuntos a serem debatidos pelos parlamentares. Nesse sentido, tudo leva a crer que cabia a Claudino Silva, que era negro retinto, ser o porta-voz do PCB sobre o tema racial. Nesse sentido, foi Claudino Silva quem fez o pronunciamento em homenagem ao fim da escravatura. Além disso, a proposição de emenda ao projeto constitucional para que “fosse punido quem fizesse restrição aos direitos contidos na Constituição, em razão de raça, religião, credo filosófico ou político, assim como toda propaganda de exclusivismo racial ou de luta religiosa” foi assinada por Claudino Silva. Isso tudo leva a crer que, para o PCB, a questão racial deveria ser discutida no Congresso por Claudino Silva.

Ainda em relação a esse assunto, deve-se ter em consideração que, em meados da década de 1940, a perspectiva do partido acerca do problema racial “ficaria sempre em segundo plano na teoria e na atuação política do PCB, que preconizaria a união de trabalhadores negros e brancos na luta contra a aristocracia feudal para a formação de um Estado nacional”.<sup>614</sup> Acrescente-se que o PCB assimilou e externou os pressupostos de democracia racial e a miscigenação, que produziram um “certo anestésico para que os conflitos e as desigualdades raciais não fossem percebidos como fatores estruturantes da formação do Brasil”. De modo que “o PCB não ignorou a questão racial brasileira, mas tratou-a lateralmente”, sendo que para o partido, “institucionalmente, a população negra nunca representou uma força motriz para uma revolução brasileira, mesmo o partido reconhecendo em seus documentos o aspecto combativo dessa população”.<sup>615</sup>

---

<sup>614</sup> CHADAREVIAN, Pedro C. “Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)”. *Política & Sociedade: revista de sociologia política*. Florianópolis, v. 11, n. 20, abr. 2012. p. 255- 283. De acordo com Pedro Chadarevian, “na visão etapista da evolução do capitalismo própria ao marxismo-leninismo, isto significava que o Brasil ainda não havia realizado, à época, uma “revolução burguesa”, com a consequente modernização das relações salariais, da estrutura fundiária e do parque industrial. É no âmbito dessa leitura particular da economia brasileira que deve ser compreendida a interpretação da questão racial pelo PCB. O racismo era visto, assim, como um elemento adicional que caracterizava a estrutura semifeudal que prevalecia no país, na medida em que os trabalhadores negros e os indígenas estariam submetidos a um regime de trabalho arcaico, “escravista”, sem direito à terra nem à organização política. Dentro deste esquema analítico, comprehende-se por que o problema racial ficaria sempre em segundo plano na teoria e na atuação política do PCB, que preconizaria a união de trabalhadores negros e brancos na luta contra a aristocracia feudal para a formação de um Estado nacional, fruto de uma revolução democrático-burguesa, como solução para o subdesenvolvimento do país”.

<sup>615</sup> SILVA, Marcelo. “A ambiguidade da singularidade: a incorporação da questão racial brasileira pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) nas décadas de 1920 e 1930”. *Revista Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 14, 2022. p. 1-20. DOI: 10.5007/1984-9222.2022.e85547. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/85547>. Acesso em: 10 abr. 2024. Marcelo Silva acrescenta que “o argumento de que a problematização da temática do racismo acarretaria uma possível divisão da classe trabalhadora não levava em conta que essa divisão se dava pelo racismo e não pela contraposição à noção conservadora e culturalista de democracia racial que reificava a raça no lugar de buscar superá-la e a isolava da noção de classes. Se as condições históricas permitiam ou não ao

Nesse sentido, o próprio Marighella, no poema Canto do Atabaque,<sup>616</sup> exalta a miscigenação e a “democracia racial” ao escrever:

*Ei Brasil-africano!  
Minha vó era nega haussá,  
ela veio da África  
num navio negreiro.  
Meu pai veio foi da Itália,  
operário imigrante.  
O Brasil é mestiço,  
mistura de índio, de negro, de branco.*

Corroborando com a perspectiva do partido, de não aprofundar sobre as condições da população negra, discriminação e preconceito racial ou racismo, nas poucas vezes em que Marighella mencionou no Congresso a situação do negro brasileiro, o fez vinculando à pobreza. Para exemplificar, ao justificar a emenda ao projeto constitucional, na qual propôs que a liberdade de consciência e de crença e o livre exercício de cultos religiosos no Brasil, sem que estivessem vinculados à ordem pública e aos bons costumes, Marighella não mencionou qualquer palavra sobre as perseguições que as religiões de matriz africana sofriam. E, ao defender esta emenda na tribuna, Marighella justificou sua importância dizendo que “durante o longo período do Estado Novo” os Centros Espíritas foram “fechados sob a alegação de constituírem focos de agitação”. Este entendimento é diferente do deputado Hermes Lima, que ao fazer a proposição com o mesmo objetivo, escreveu que “a pretexto de defesa dos bons costumes, as chamadas religiões negras, os cultos que os africanos trouxeram, têm sofrido muitas vezes perseguições ineptas”.

Diante disso tudo, constata-se que, para o partido e, em consequência, para Marighella, o prioritário acerca da questão racial era cotejar “a exploração econômica sofrida pela maioria do povo brasileiro com a opressão sofrida pelo povo negro, no entanto, privilegiando a primeira em suas preocupações”.<sup>617</sup> Assim, buscava-se garantir à população negra ascensão econômica e a saída da pobreza, não sendo abordados outros assuntos importantes no que tange a questão racial.

PCB (como instituição) esse tipo de crítica é um outro assunto, fato é que institucionalmente a questão racial foi subestimada pelo partido”.

<sup>616</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Poemas*: Rondô da Liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 64. Registre-se que não há informações de quando este poema foi escrito. Todavia, alguns dos poemas conhecidos de Marighella foram feitos no fim da década de 1930, quando ele estava encarcerado. Por isso, é possível que “Canto do Atabaque” também seja desse período.

<sup>617</sup> SILVA, Marcelo. op. cit.,

Não obstante o debate racial não estar na centralidade da atuação parlamentar de Marighella, deve-se mencionar que Mário Magalhães afirma que ele foi alvo de racismo dentro do plenário da Câmara dos Deputados. Segundo o autor, o comunista chamou o deputado Altamirando Requião (PSD/BA) de racista, quando este não permitiu que o comunista fizesse um aparte, afirmando que não permitiria “elementos de cor, como vossa excelência, se intrometam em meu discurso”.<sup>618</sup>

Sobre o ocorrido, em fins de 1947, Marighella usou a tribuna algumas vezes para denunciar Altamirando Requião pelo uso indevido do carro da Câmara dos Deputados. Em função disso, em 26 de dezembro, Requião foi à tribuna da Câmara dos Deputados e negou que tivesse feito algo ilícito. Por sua vez, Marighella solicitou apartes durante o pronunciamento de Requião, sendo negado. Segundo a ata, publicada após a revisão de Requião, o que era pouco usual, Requião disse que não daria o aparte porque aceitava “apenas apartes de cidadãos brasileiros, e V. Ex<sup>a</sup>, que, social e politicamente, é um suposto brasileiro, ideológica e doutrinariamente, é um autêntico cidadão soviético. Não me interessa o aparte de um cidadão russo”. E que “aos membros de sua bancada, entretanto, Sr. Carlos Marighella, não quero, de forma alguma, permitir que maculem meu discurso”. Em seguida, Marighella reitera o pedido de aparte. Por isso, Altamirando Requião disse que não permitiria “apartes, Senhor Presidente, dos representantes desta bancada”, e que “não me interessa a intromissão nos debates, Sr. Carlos Marighella, de deputados de sua cor”. Neste momento, há inúmeras trocas de apartes que não são registradas pela taquigrafia.<sup>619</sup>

Esse caso repercutiu em alguns veículos da imprensa. Para exemplificar, o *Jornal de Notícias* escreve que Requião afirmou que “só permito aparte a brasileiros e não a russos, a serviço da Rússia dentro do Parlamento”. O representante comunista zanga-se. Verifica-se ligeiro tumulto, que a intervenção do presidente conjura sem dificuldades”.<sup>620</sup> *O Jornal* afirma que “em dado momento o orador declarou que não admitia apartes de comunistas. O outro insistiu e o sr. Altamirando Requião retrucou: - Não recebo apartes de homem de sua cor. O tumulto dominou o ambiente”.<sup>621</sup> De

<sup>618</sup> MAGALHÃES, Mário. op. cit., p. 187-88.

<sup>619</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 30 dez. 1947. p. 9381-82. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

<sup>620</sup> DOIS incidentes provocados na sessão de ontem pelo sr. Carlos Marighella. *Jornal de Notícias*. São Paulo, 27 dez. 1947. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2024.

<sup>621</sup> OS COMUNISTAS fazem da mentira uma arma política. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2024.

acordo com a *Tribuna Popular*, Requião disse: “não permito que elementos de cor, como V. Ex<sup>a</sup> se intrometam no meu discurso. E cuspiu calúnias contra os comunistas”. Na sequência, “Marighella responde que a nação inteira ficará estarrecida diante das palavras do orador, e protesta veementemente contra o racista, fascista e anti-brasileiro do cassador Requião”.<sup>622</sup> Além desses, outros jornais, como o *Correio da Manhã*, *A Tribuna* e o *Diário Carioca*, relataram o caso, mas sem mencionar especificamente o trecho da discussão em que Requião proferiu a frase racista ou anticomunista.<sup>623</sup>

Esse caso serve para demonstrar as dificuldades do ofício do historiador e a necessidade de consultar a maior variedade de fontes possíveis a fim de obter os elementos necessários para uma aproximação confiável das evidências.<sup>624</sup> Pelo contexto da discussão, é possível que Requião tenha se referido à cor dos comunistas, já que era comum à época chamá-los de vermelhos. Da mesma forma, é óbvio que existe a chance de Requião ter se referido à cor de Marighella. Sobre essas possibilidades, questiona-se, por exemplo: por que Marighella não denunciou ter sido alvo de racismo no pronunciamento que fez na sessão seguinte? Ou, por que Requião revisou seu discurso para ser registrado na ata, algo que não era usual?

Essas questões não poderão ser respondidas aqui. Porém, é relevante registrar que nenhuma fonte, nem mesmo a *Tribuna Popular*, escreve que Marighella chamou o deputado Altamirando Requião de racista, conforme afirma Mário Magalhães, o que reforça os limites e cuidados com o fazer biográfico.

Isso tudo serve para corroborar que há uma grande variedade de abordagens e temas importantes ainda a serem pesquisados e debatidos, tanto sobre a trajetória de Marighella quanto a respeito da história do PCB.

Posto isso, entende-se, também, que ao lançar luz sobre a trajetória de Marighella, especificamente sobre sua atuação no Parlamento, é possível contribuir para iluminar histórias de outros comunistas que tiveram caminhos bastante parecidos ao de Marighella, mas que há poucos estudos sobre suas trajetórias e são pouco conhecidos pelo público em geral.

<sup>622</sup> O CASO da baronesa. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2021.

<sup>623</sup> Respectivamente: A “BARONESA” ficou na Bahia. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947. p. 1.; MOVIMENTADOS os debates na Câmara Federal com o “caso” do automóvel e a cassação dos mandatos. *A Tribuna*. Santos, 27 dez. 1947. p. 1.; NO PELOURINHO o Sr. Altamirando Requião. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2024.

<sup>624</sup> HOBSBAWM, Eric. *Sobre... op. cit.*, p. 280-300.

Nesse sentido, serve de exemplo a trajetória de João Amazonas e Maurício Grabois. Ambos contribuíram na reorganização do PCB em 1943, foram dirigentes nacionais e membros da Executiva do PCB por décadas. Em meados da década de 1940, tinham maior influência do que Marighella na estrutura do partido e também romperam com o PCB no início dos anos 1960, fundando o PCdoB.<sup>625</sup> Importante ainda registrar que João Amazonas não foi assassinado pelo Estado, mas Maurício Grabois foi morto em função da sua luta contra a ditadura na Guerrilha do Araguaia. Além desses, Joaquim Câmara Ferreira, que foi eleito vereador em 1947, fundou a ALN com Marighella e também foi morto pelo Estado em decorrência da sua atuação no grupo de resistência armada.

Todos esses comunistas ingressaram no PCB na década de 1930, contribuindo com o partido por décadas. Não obstante todas as questões atinentes às individualidades, nota-se certa similaridade nas trajetórias desses comunistas citados. Diante disso, é possível que esta pesquisa estimule que novos estudos sejam realizados sobre esses ou outros parlamentares comunistas, por exemplo, Gregório Bezerra, que foi preso imediatamente após a cassação dos mandatos, ficando 18 meses encarcerado, pela acusação de os comunistas terem incendiado o 15º Regimento de Infantaria, “um plano terrorista” em represália às cassações dos seus mandatos.<sup>626</sup>

Com essa perspectiva, é importante dizer que os exemplos de Grabois, Amazonas e Câmara Ferreira não foram aleatórios, isso porque recentemente a CIA tornou público documentos confidenciais que revelam que brasileiros estavam sendo monitorados antes mesmo da implantação da ditadura no Brasil em 1964. De acordo com o documento, de 27 de março de 1963, cerca de 400 brasileiros viajaram legalmente para Cuba em 1962, e desde julho do ano anterior, aproximadamente, 50 brasileiros tinham recebido “treinamento específico de guerrilha”. Além disso, que todos os identificados “como estagiários de guerrilha vieram do partido comunista regular ou dissidente ou do partido de orientação marxista”.<sup>627</sup>

---

<sup>625</sup> O PCdoB foi criado em 1962, a partir da cisão dentro do PCB. Como o PCB, em 1960, alterou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, os antigos militantes do PCB, ao fundarem o PCdoB, utilizaram o nome Partido Comunista do Brasil para a organização recém-criada.

<sup>626</sup> BEZERRA, Gregório. op. cit., p. 82.

<sup>627</sup> Além dos citados, consta no documento que Clodomir dos Santos Moraes, Pedro Motta Barros, Rivadiva Braz de Oliveira, Amaro Luís de Carvalho, Florentino Alcântara de Moraes, Carlos Danielli e Angel Arroyo fizeram treinamento de guerrilha em Cuba. UNITED STATES OF AMERICA. National Archives. Central Intelligence Agency. *Memorandum Cuban Training of Latin American Subversives*. Docid. 32283208. (Brazil) pag. 16. Disponível em: <https://www.archives.gov/research/jfk/release-2025>. Acesso em 25 mar. 2025.

Dos que receberam treinamento em Cuba estavam Grabois, Amazonas e Câmara Ferreira. Portanto, é possível conjecturar que Marighella também tenha ido a Cuba fazer este treinamento de guerrilha, o que aproximaria ainda mais as trajetórias desses comunistas. Dessa maneira, comprehende-se que ainda há uma grande quantidade de possibilidades de pesquisa sobre Marighella, militantes e dirigentes do partido e a respeito do próprio PCB.

Ao mesmo tempo, considera-se que esta pesquisa, ao tratar da atuação de Marighella no Parlamento, espelha a trajetória de outros tantos militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil.

Finalmente, por tudo que foi exposto ao longo desta tese, reitera-se que a intensa atuação de Marighella no Parlamento teve como consequência a sua projeção dentro da agremiação, tornando-se mais conhecido entre os militantes do partido, não obstante a ciência das complexidades e disputas existentes nas relações partidárias e que a ascensão e/ou declínio na estrutura interna do partido normalmente tem caráter multifatorial. A ida recorrente de Marighella à tribuna para discutir os diversos assuntos de interesse da população e do PCB acarretou na repercussão do seu mandato na imprensa. A veiculação de matérias, muitas das quais com sua imagem, lançou luz para a sua atuação parlamentar, colaborando decisivamente para que ele tivesse seu nome conhecido em diversos estados, o que reforça o quanto a atividade parlamentar de Marighella foi importante para a sua trajetória política, construída cotidianamente.

Ao findar esta tese, entende-se Marighella como um sujeito que se constituiu ao longo dos anos através de suas escolhas e contextos reais. Nesta jornada que é a vida, nem sempre as peças do quebra-cabeça se encaixam, sendo necessário levar em consideração que o acaso, os erros e acertos direcionam para este ou aquele caminho. Longe de qualquer interpretação em que a predestinação, a excepcionalidade ou qualquer outro adjetivo notabilizador sejam os elementos norteadores, nota-se que o comunista teve uma atividade parlamentar bastante atuante, ao tempo em que fica evidente que este período foi extremamente importante em sua trajetória política e partidária.

## REFERÊNCIAS

---

### 1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A dimensão retórica da historiografia. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- ALVES, Iracélli da Cruz. *Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil*. 358 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.
- AMADO, Janaína (Org). *Jacinta Passos, coração militante*: obra completa: poesia e prosa, biografia, fortuna crítica [online]. Salvador: Editora EDUFBA, 2010.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos*: Guia de ruas e mistérios de Salvador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Navegação de cabotagem*: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*. V. 24, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2528/2024> Acesso em: 17 jul. 2024.
- BALEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa Lima. *Coleção Constituições brasileiras*. V. 5. 3<sup>a</sup> ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.
- BARBOSA, Cairo; GAIO, Henrique e PEREZ, Rodrigo. *O signo do atraso no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- BELLIGNI, Silvano. Aparelho. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: Ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BETTO, Frei. *Batismo de sangue*: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. (Segunda parte: 1946-1969). 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. A delegação e o fetichismo político. In BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

BRAGA, Sérgio Soares. A militância no PCB e a atuação na Assembleia Constituinte: entrevista com Jorge Amado. *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Nº 6-7, 1996.

\_\_\_\_\_. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

\_\_\_\_\_. A bancada comunista na Assembleia Constituinte de 1946. *Revista Princípios*, São Paulo, v. 46, 1997.

BRAGA, Sérgio Soares; COSTA, Henri Randel. Dos movimentos de base à Assembleia Constituinte de 1946: entrevista com Joaquim Batista Neto. *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Nº 6-7, 1996.

BUENO, Eduardo dos Santos. *O Constituinte Carlos Marighella: Uma análise através de discursos e periódicos*. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2023.

CABRAL, João C. da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil: 1932* (Decreto nº 21.076, de fevereiro de 1932). Edição Especial. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral/ Secretaria de Informação e Documentação, 2004.

CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1922-1943)*. Volume I. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982.

\_\_\_\_\_. *O P.C.B. (1943-1964)*. Volume II. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. Forças Armadas e Política: 1930-1945. In *A Revolução de 30: Seminário Internacional-CPDOC/FGV*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.

CHADAREVIAN, Pedro C. “Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)”. *Política & Sociedade: revista de sociologia política*. Florianópolis, v. 11, n. 20, abr. 2012.

COSTA, Hélio. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In

FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

COTTA, Maurizio. Representação Política. In BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 1001-1006.

DANTAS, Carolina Vianna. *Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional, 2008. Disponível em:

[https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/manoel-motta-monteiro-lopes-um-deputado-negro-i-republica//carollina\\_dantas.pdf](https://antigo.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/manoel-motta-monteiro-lopes-um-deputado-negro-i-republica//carollina_dantas.pdf) Acesso em: 18 dez. 2024.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano*. V. 3. - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Danyelle Nayara Santos. “*Como age um verdadeiro deputado do povo e do proletariado?*”: A cultura política comunista expressada por meio da trajetória parlamentar de Carlos Marighella (1945-1948). 137 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em História. Montes Claros, 2018.

- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FALCÃO, Frederico José. *Os homens do passo certo – O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942- 1961)*. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.
- FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. (20 anos de clandestinidade). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano. Sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). *O Brasil Republicano*. V. 3. - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Laís Monica Reis. O integralismo na imprensa da Bahia: o caso de *O Imparcial. Revista de História Regional*. Universidade Estadual de Ponta Grossa. V. 11, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- FERREIRA, Muniz. Marighella e a ditadura: imagens e representações. *Novos Temas: Revista do Instituto Caio Prado Jr.* São Paulo. n. 10, 2014.
- FORTES, Alexandre et. al. *Na luta por direitos: Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. (Org). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EdUFF, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro (Org). *Escrita de si. Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do Trabalhismo*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos dos Cárceres*. Vol. 3. Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a História: Ensaios*. Trad. Cid Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: O inimigo número um da Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.
- KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão, et al. Campinas: Editora da Unicamp. 1990.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2025.
- LEVILAIN, Phillippe. Os protagonistas: da biografia. In RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Os comunistas e os trabalhadores: entre mudanças da linha política e atuação sindical na Bahia (1945-1952)*. 281 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2022.

- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin - aviso de incêndio*: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant/ Trad. das Teses. Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella*: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 10, n. 29, 1995. p. 5-34. Disponível em: <https://anpocs.org.br/1995/10/07/vol-10-no-29-sao-paulo-1995/> Acesso em: 07 jan. 2025.
- MARX, Karl. *O dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2000.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. In XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2007.
- MAUROIS, André *apud* AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. *ArtCultura*. Uberlândia, v. 13, n. 22, jan./jun., 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/279653977\\_Figuracoes\\_da\\_escrita\\_biografica](https://www.researchgate.net/publication/279653977_Figuracoes_da_escrita_biografica) Acesso em: 16 jul. 2024.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Representação política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18, n. 51, 2003. p. 123-140. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KsmNcpQnt7TTB5TxGkjQBQx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 jan. 2025.
- MIR, Luis. *A Revolução Impossível*: a esquerda e a luta armada no Brasil. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.
- MORENO, José Ricardo. *Açambarcadores e famélicos*: fome, carestia e conflitos, em Salvador (1858 a 1878). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2015.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 345 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- NEGRO, Antônio Luigi. “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra”. *História*. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, n. 21, 2002.
- NETO, Lira. *Getúlio*: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- NETTO, Evaristo Giovannetti. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999.
- OLIVEIRA, Margarete Rodrigues Neves. *A produção de escassez do espaço urbano*: Um estudo sobre o *boom* imobiliário, uso de transcons e apropriação de mais-valia fundiária urbana em Salvador-Ba (1968-2008). Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.
- PASQUINO, Gianfranco. Eurocomunismo. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale, et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- PINHEIRO, Milton e FERREIRA, Muniz (Org). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo: ICP; Rio de Janeiro: FDR, 2013.

- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- PITKIN, Hanna Fenichel. “Representação: palavras, instituições e ideias”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, 2006. p.15-47. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/lng/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Em%20primeiro%20lugar%2C%20a%20represen,quadro%20ou%20encenar%20ou ma%20pe%C3%A7a> Acesso em: 05 jan. 2025.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. (Conferência no CPDOC. Rio de Janeiro, 1987. Transcrição e tradução de Monique Augras. Edição de Dora Rocha). *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V 5, n. 10, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- QUADROS, Luana Moura. “*Farinha pouca, meu pirão primeiro*”: carestia na Bahia Republicana (1937-1945). 145f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2012.
- RAMOS, Graciliano. Carta aos alagoanos. In SALLA, Thiago Mio (Org). *Garranchos*: textos inéditos de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- RÉMOND, René (Org). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- REZENDE, Claudinei Cássio de. *Suicídio revolucionário*: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- RIBEIRO, DAVID. *A transição para a democracia no Brasil (1943-1946)*: o Partido Comunista do Brasil e a construção de um caminho alternativo. 281 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In FAUSTO, Boris (Org). *História geral da civilização brasileira*: o Brasil Republicano. Sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Márcia e MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto*: fotobiografia de Carlos Marighella. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999;
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *O poder legislativo da Bahia*: A primeira República (1889-1930). Salvador: Assembleia Legislativa; UFBA, 1985.
- SANDRI, Luis Antonio. “*Um revolucionário legal*” a atuação parlamentar do Deputado Carlos Marighella na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. 50 f. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de História. Porto Alegre, 2009.
- SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTOS, Igor Gomes. “A ‘eficiência real’: apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos”. *História & Luta de Classes*. n. 9, 2010.
- SANTOS, Leonardo Soares; SIZILIO, Ricardo José. “O monopólio da terra é a causa do nosso atraso”: A questão agrária no pensamento político de Carlos Marighella. In BARBOSA, Cairo; GAIO, Henrique e PEREZ, Rodrigo. *O signo do atraso no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. “As Ligas Camponesas do PCB: a trajetória de um debate (1926-1945)”. *Revista Sem Aspas*. Faculdade de Ciências e Letras/Unesp. V. 10. 2021.

- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana.* 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricos.* V. 10, n. 19, 1997. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- SECCO, Lincoln, PERICÁS, Luiz Bernardo. Linhagens da historiografia do PCB. In SECCO, Lincoln, PERICÁS, Luiz Bernardo (Org). *História do PCB.* Cotia: Ateliê Editorial, 2022.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa de. *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível – 1936-1948.* 463 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948).* Salvador: Edufba, 2022.
- SERRA, Sônia. *O Momento: História de um jornal militante.* 280f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1987.
- \_\_\_\_\_. As formigas obscuras da revolução mundial na Terra de Todos os Santos: anotações preliminares sobre a construção e os primeiros passos do PCB na Bahia. In ARAÚJO, Dilton José e MASCARENHAS, Maria José Rapassi (Org). *Sociedade e relações de poder: séculos XVII-XX.* Salvador: Edufba, 2014.
- SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos: a face oculta de Marighella.* 332 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Severino Sombra. Programa de Pós-Graduação em História. Vassouras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Carlos: a face oculta de Marighella.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SILVA, Ermínia. *Circo – Teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil.* 2<sup>a</sup> edição. (Revisada e Ampliada). São Paulo: Itaú Cultural; Editora WMF Martins Fontes, 2022.
- SILVA, Fernando Teixeira da e SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964). In FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948.* 211 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assis, 2005.
- SILVA, Marcelo. “A ambiguidade da singularidade: a incorporação da questão racial brasileira pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) nas décadas de 1920 e 1930”. *Revista Mundos do Trabalho.* Florianópolis, v. 14, 2022. p. 1–20. DOI: 10.5007/1984-9222.2022.e85547. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/85547>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS.* n. 36/37, ano 20, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1146/1066>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático.* Bahia 1945. Salvador. Assembleia Legislativa: 1992.

- SILVA, Raquel Oliveira. *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador. (1945-1947)*. 134 f. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2012.
- SIZILIO, Ricardo José. A autobiografia de Carlos Marighella. *Revista de Pesquisa Histórica CLIO*, Programa de Pós-Gradual em História UFPE, v. 37, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/239866>. Acesso em: 11 set. 2024.
- SIZILIO, Ricardo. “*Vai, Carlos, ser Marighella na vida*”: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945) Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida*: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia. Salvador: Edufba, 2019.
- \_\_\_\_\_. A criação do Partido Comunista na Bahia: a tentativa de “sair do molho do azeite doce da passividade” para “um amplo trabalho de massas”. In SIZILIO, Ricardo. *Bahia: política e sociedade (1930-1940)*. Salvador: Edufba, 2022.
- \_\_\_\_\_. *Bahia: política e sociedade (1930-1940)*. Salvador: Edufba, 2022.
- SOARES, Ede Ricardo de Assis. *Os Comunistas e a Formação Da Esquerda*. (Alagoinhas, 1945-1956). 175 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2013.
- SOARES, Paula Elise Ferreira. O PCB e a criação das Uniões Femininas na cidade do Rio de Janeiro: as comunistas na luta pelo direito das mulheres trabalhadoras à cidade (1945-1948). *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v. 14, 2022.
- SOARES, Wagner dos Santos. *De inimigo público a herói nacional*: representações da morte de Carlos Marighella. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História. Maringá, 2012.
- SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.
- TAVARES, R. R. *Desenhando a Revolução*: a luta de imagens na imprensa comunista (1945 – 1964). 285 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- TENDLER, Silvio. *Quatro Baianos Porretas*: Castro Alves, Carlos Marighella, Glauber Rocha e Milton Santos. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2011.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*: A Árvore da Liberdade. Trad: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VIANA FILHO, Luiz. *Octávio Mangabeira*: Um homem na tempestade. Brasília, 1986.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão*: A luta por um partido de massas (1922 – 1974). São Paulo: Ed Hucitec, 1982.
- WEFFORT, Francisco. “Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após guerra)”. *Estudos CEBRAP*, n. 4, abr.-jun. 1973.

## 2. FONTES

## a) PERIÓDICOS

- A “BARONESA” ficou na Bahia. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2024.
- A CLASSE OPERÁRIA. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 09 mar. 1946. p. 6. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.
- A CRISE econômica e a União Nacional. *O Momento*. Salvador, 19 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.
- A DEMOCRACIA está em marcha. *O Momento*. Salvador, 18 jun. 1945. p. 6-7. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.
- A DIREÇÃO Nacional do Partido Comunista do Brasil. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 13 dez. 1946, p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 ago. 2024.
- A EXPULSÃO do partido de oportunistas e traidores. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 09 mar. 1946. p. 2;10. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.
- A III CONFERÊNCIA ampliou a Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 20 jul. 1946. p. 1. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.
- A IMPRENSA nos bancos dos réus. *O Cruzeiro*. 03 ago. 1946, p. 10. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 set. 2024.
- A PALAVRA do PCB nos bairros. *O Momento*. Salvador. 24 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.
- A SEMANA no Palácio Tiradentes. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 set. 1946, p. 33. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 out. 2024.
- A SESSÃO na Câmara dos Deputados. *Correio Paulistano*. São Paulo, 03 abr. 1947. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.
- A SITUAÇÃO dos portuários baianos. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 26 abr. 1946, p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 fev. 2024.
- ABONO de Natal para todos os servidores da União. *O Momento*. Salvador, 10 out. 1947. p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.
- AGREDIDO e espancado por beleguins o deputado federal Alcides Sabença. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 23 ago. 1945. p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 27 nov. 2024
- ALAGOINHAS aclama Yeddo Fiuza. *O Momento*. Salvador, 29 nov. 1945 p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.
- APROXIMAÇÕES políticas numa sessão tumultuaria. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 07 fev. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.
- AS MULHERES devem organizar-se para saírem da escravidão. *O Momento*. Salvador, 04 mai. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros.
- ACONTECIMENTO de grande repercussão em Minas. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 04 jul. 1945. p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 out. 2024.
- ASPECTOS da Constituinte. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 fev. 1946. p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

- BOLETIM do País. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 06 jun. 1946, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.
- BOLETIM do País. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 19 fev. 1946, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 set. 2024.
- CAFÉ pequeno. *A Noite*. Rio de Janeiro, 13 jun. 1946, p. 11. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 set. 2024.
- CAIU o abono na Comissão de Finanças. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 10 dez. 1946. p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.
- CARLOS Marighella debate, na Constituinte, importantes problemas do nosso Estado. *O Momento*. Salvador, 13 jul. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros.
- CASACA e cartola na instalação solene. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 04 fev. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 ago. 2024.
- COMITÊ do Alto do Peru. *O Momento*. Salvador, 08 out. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.
- CONFIEMOS que o Brasil marchará pacificamente para a democracia. *O Momento*. Salvador, 30 abr. 1945. p. 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.
- COMO ORGANIZAR os camponeses. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 30 mar. 1946. p. 15. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.
- CONVITE do Comitê de Mulheres Pró-Democracia. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 31 mai. 1945. p. 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 jul. 2024.
- CONSTITUINTE, palavra de ordem que empolgou as massas. *O Momento*. Salvador, 01 out. 1945. p. 5. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.
- CRITICA o deputado comunista, o novo ministro da Justiça [sic]. *Jornal do Comércio*. Manaus, 02 fev. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.
- DECLARAÇÃO de princípios dos acadêmicos de São Paulo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 fev. 1945, p. 28. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 dez. 2024.
- DESMACARADA as provocações de Benedito Dias. *Tribuna Popular*. São Paulo, 06 set. 1946. p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2025.
- DOIS incidentes provocados na sessão de ontem pelo sr. Carlos Marighella. *Jornal de Notícias*. São Paulo, 27 dez. 1947. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2024.
- É DE FOME e miséria a situação dos trabalhadores bahianos. *O Momento*. Salvador, 25 jul. 1946. p. 1,6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros.
- ELEITOS os secretários da Assembleia Constituinte. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 08 fev. 1946. p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.
- ESTRATÉGIA para matar o terror. *Veja*. São Paulo. n. 62, 12 nov. 1969. p. 25. Disponível em: [acervo.veja.abril.com.br](http://acervo.veja.abril.com.br). Acesso em: 02 dez. 2024.
- EXTRAORDINÁRIA vibração popular no grande comício de ontem. *Diário de Notícias*. Salvador, 08 abr. 1945. p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

FALA Carlos Marighela ao povo da Bahia. *O Momento*. Salvador, 11 jun. 1945. p. 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

FALARÁ no grande comício o dirigente Carlos Marighela. *O Momento*. Salvador, 19 nov. 1945. p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

FATOS da semana. *O Momento*. Salvador, 18 jun. 1945. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais. Salvador.

FOI ENCONTRADA pelos líderes das bancadas na Câmara uma fórmula conciliatória para a concessão do abono. *Jornal de Notícias*. São Paulo, 11 dez. 1946. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

GRANDES comícios pró-constituinte. *O Momento*. Salvador, 15 out. 1945. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

INFORMAÇÕES do campo. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 06 abr. 1946. p. 3. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

LACERDA, Carlos. Musa paradísica. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 mar. 1946. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 jul. 2024.

LEITURA na Constituinte. *Leitura*. n. 41, jul. 1946. p. 18. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 ago. 2024.

LUIS Carlos Prestes leu ontem na Escola Nacional de Música o programa mínimo de União Nacional. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 14 nov. 1945, p. 1;8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 25 set. 2024.

MAJORAÇÃO de aposentadorias e pensões. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 24 dez. 1946. p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

MARIGHELA, o provocador. *A Noite*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1947, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 set. 2024.

MARIGHELLA defende os moradores do Corta-Braço. *O Momento*. Salvador, 06 abr. 1947. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

MARIGHELLA defende, na Constituinte, os direitos dos bancários em greve. *O Momento*. Salvador, 04 fev. 1946. p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

MARIGHELLA em sabatina com os portuários bahianos. *O Momento*. Salvador, 03 mai. 1946. p. 3-4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

MARIGHELLA, Carlos. A Assembleia Constituinte e o Partido Comunista. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1946. p. 6. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

\_\_\_\_\_. A Fração Parlamentar Bolchevique e suas lutas antes do 7 de novembro. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 07 nov. 1946. p. 2. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

\_\_\_\_\_. A representação parlamentar comunista e a defesa da democracia. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 28 set. 1946. p. 4 Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

\_\_\_\_\_. Nossa Política. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 05, dez. 1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Nossa Política. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 06, jan. 1948. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Nossa Política. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 07, fev. 1948. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Nossa Política. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 16, jan. 1949. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MILHARES de pessoas acorreram à solenidade de instalação do PCB. *O Momento*. Salvador, 09 jul. 1945. p. 1, 6. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

MOVIMENTADOS os debates na Câmara Federal com o “caso” do automóvel e a cassação dos mandatos. *A Tribuna*. Santos, 27 dez. 1947. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2024.

NA ASSEMBLEIA Constituinte. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 14 mai. 1946, p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.

NA CÂMARA Federal o caso do Corta-Braço. *A Tarde*. Salvador, 26 abr. 1947. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

NÃO HOUVE número para votar o abono ao funcionalismo. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 14 dez. 1946. p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

NO PELOURINHO o Sr. Altamirando Requião. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2024.

NOTA da União dos Estudantes, de Porto Alegre. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 07 mar. 1945, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 dez. 2024.

O ABONO de Natal está sendo sabotado pelo governo. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 23 dez. 1947. p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 01 out. 2024.

O CASO da baronesa. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947. p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2021.

O DIA político. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 21 out. 1947, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 set. 2024.

*O JORNAL*. Rio de Janeiro, 24 dez. 1946. p. 7. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

*O MOMENTO*. Salvador, 30 abr. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

O NOVO líder da bancada comunista. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 21 set. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

O PARTIDO Comunista ainda não se definiu quanto aos candidatos ao governo de São Paulo. *Jornal de Notícias*. São Paulo, 27 dez. 1946. p. 8. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2024.

O PCB e as eleições complementares. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 10 fev. 1946. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 01 nov. 2024.

O ROMPIMENTO de relações com a Rússia na Câmara dos Deputados. *Diário da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 out. 1947, p. 14. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.

OS COMUNISTAS fazem da mentira uma arma política. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 12 jul. 2024.

OS INTERESSES da política divorciados dos da Pátria. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 abr. 1947. p. 12. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

OS LATIFUNDIÁRIOS paulistas legalizam a servidão. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 06 abr. 1946. p. 1;6. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Roberto Morena. Acervo: Asmob. São Paulo.

OS QUE a anistia, se for ampla, beneficiará. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 abr. 1945. p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15 jul. 2024.

OS TRABALHOS da Constituinte. *O Dia*. Curitiba, 03 fev. 1946. p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 28 ago. 2024.

PESSOAS conhecíssimas. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 04 jul. 1947, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.

PRESTAÇÃO de contas à classe operária e ao povo. *O Momento*. Salvador, 01 mai. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

PRESTES, Luís Carlos. A reforma agrária. *Problemas*. Rio de Janeiro. n. 02, set. 1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

PRESTOU contas ao povo de Alagoinhas o deputado Marighella. *O Momento*. Salvador, 05 mai. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

PRIMEIRO debate sobre o direito de greve promovido pela bancada do P.C.. *Diário Pernambuco*. Recife, 02 fev. 1946. p. 1. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 ago. 2024.

PROBLEMAS. Rio de Janeiro. n. 01, ago. 1947. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

PROGRAMA mínimo de União Nacional. *O Momento*. Salvador, 09 abr. 1945. p. 11. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

PROVOCAÇÃO e acanalhamento. *Diário da Noite*. Rio de Janeiro, 26 jul. 1947, p. 1-2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 set. 2024.

SABATINA. *O Momento*. Salvador, 14 jan. 1946. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

SUPLENTE de deputado comunista abandona e acusa o seu partido. *Correio Paulistano*. São Paulo, 21 ago. 1946. p. 2;12. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

TÉCNICA parlamentar. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 28 mar. 1947, p. 44. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 29 set. 2024.

TESES para a discussão do IV Congresso do PCB. *O Momento*. Salvador, 25 mar. 1947. p. 1;3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

TRAVARAM-SE, em torno do art. 71 do Regimento Interno, os maiores debates de ontem na Constituinte. *A Tribuna*. Santos, 09 mar. 1946. p. 5. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jan. 2025.

ÚLTIMOS resultados do pleito de 2 de dezembro. *O Momento*. Salvador, 17 jul. 1945. p. 1, 8. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros.

UM DEPUTADO comunista em sabatina com os transviários. *O Momento*. Salvador, 30 abr. 1946. p. 2. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

UMA EDITORA a serviço do proletariado e do povo. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 25 nov. 1945, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 26 fev. 2024.

UMA VITÓRIA do povo, a concessão do Abono de Natal ao funcionalismo. *O Momento*. Salvador, 13 dez. 1946. p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos Raros. Salvador.

### **b) DOCUMENTAÇÃO OFICIAL**

BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 17 jun. 1946. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. p. 363-390. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 01 fev. 1946. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1946. p. 4-9. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 05 fev. 1946. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1946. p. 34-39. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 06 fev. 1946. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1946. p. 71-72. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 07 fev. 1946. Vol. I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1946. p. 83-84. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 13 mai. 1946. Vol. IX. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. p. 32-33. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 11 set. 1946. Vol. XXV. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. p. 143-45. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 24 jun. 1946. Vol. XV. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1948. p. 164-200. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946> Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Assembleia Constituinte (1946). *Anais da Assembleia Constituinte*, 08 mar. 1946. Vol. III. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1946. p. 157.

Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/constituintes#1946>  
Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. *Constituição (1937)*. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm). Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. *Constituição (1946)*. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 11.159*, de 29 de dezembro de 1942. Aprova o Regulamento para a execução dos serviços de fomento da produção vegetal, sob regime de “Acordo”, instituído pela lei nº 199, de 23 de janeiro de 1936. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legislacao> Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.474*, de 18 de abril de 1945. Concede Anistia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-Lei-7474-18-abril-1945-452115-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.586*, de 28 de maio de 1945. Regula, em todo o país, o alistamento eleitoral e as eleições. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7586.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7586.htm). Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 02 fev. 1946, p. 3-4. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 02 mar. 1946, p. 320. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 05 jun. 1946, p. 2309. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 06 ago. 1946, p. 3910. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 09 jul. 1946, p. 3386. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 10 jul. 1946, p. 3408-09. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 11 jul. 1946, p. 3434. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 12 jul. 1946, p. 3469-70. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 13 jun. 1946, p. 2488. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 14 mai. 1946, p. 1734-35. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

- BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 16 mai. 1946, p. 1786. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 19 jul. 1946, p. 3570-71. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 20 jul. 1946, p. 3595-96. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 21 jun. 1946, p. 2906-09. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 25 abr. 1946, p. 1225-26. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 02 ago. 1947, p. 4285. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Assembleia Constituinte*, 03 abr. 1946, p. 760. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 abr. 1947, p. 775-76. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 jul. 1947, p. 3201. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 dez. 1947, p. 8398. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 04 dez. 1946, p. 1334-36; 1358-60. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 04 jul. 1946, p. 1334-36. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 07 nov. 1946, p. 666-67. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 09 nov. 1946, p. 748-750. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 out. 1947, p. 6786-89. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 ago. 2013. p. 33483. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 16 nov. 2024.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 13 nov. 1947, p. 8021-25. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 14 dez. 1946, p. 1712-13. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 nov. 1946, p. 903. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 15 out. 1947, p. 6893-95. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 dez. 1947, p. 8909-12. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 jul. 1947, p. 8909-12. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 out. 1947, p. 6934-36. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 16 set. 1947, p. 5755-56. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 17 abr. 1947, p. 1027-29. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 18 out. 1947, p. 7078. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 19 out. 1946, p. 370-372. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 20 nov. 1946, p. 979-80. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 jun. 1947, p. 2902; 2906-09. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 nov. 1947, p. 8369-71. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 21 out. 1947, p. 7122-24. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 24 out. 1946, p. 421-22. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 jul. 1947, p. 3986-88. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.

- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 nov. 1947, p. 8352-57. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 25 set. 1947. p. 6051. . Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 26 abr. 1947, p. 1267-68. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 27 mar. 1947, p. 639. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 28 mai. 1947, p. 2082-84. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 30 dez. 1947. p. 9381-82. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados: Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação. Brasília.
- BRASIL. *Lei nº 2*, de 22 de novembro de 1946. Dispõe sobre aprovação de estudantes expedicionários ou convocados em virtude de estado de guerra. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legislacao>. Acesso em: 30 set. 2024.
- BRASIL. *Lei nº 9*, de 28 de fevereiro de 1945. Altera a Constituição Federal de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCT/LCT009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCT/LCT009.htm) Acesso em: 27 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. *Censo Demográfico 1920*. Vol. IV (4ª parte). Rio de Janeiro, 1929.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 157*, de 23 de abril de 1948. Revoga o artigo 9º do regulamento baixado com o Decreto nº 11.159, de 29 de dezembro de 1942, sobre a execução dos serviços de fomento da produção vegetal. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 190*, de 03 de dezembro de 1946. Reestrutura as carreiras de Prático de Laboratório do Ministério da Educação e Saúde possibilitando o aumento salarial desses profissionais. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 292*, de 20 de maio de 1947. Estabelece critérios para acesso dos extranumerários mensalistas às séries funcionais de grau superior. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 293*, de 10 de junho de 1947. Restabelece o horário de trabalho do pessoal da Guarda Civil do DFSP e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BRASIL. *Projeto de Lei nº 294*, de 10 de junho de 1947. Revoga o artigo 9º do regulamento baixado com o Decreto nº 11.159, de 29 de dezembro de 1942, sobre a execução dos serviços de fomento da produção vegetal. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 382*, de 25 de junho de 1947. Cria o Instituto Nacional do Petróleo e dá outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 412*, de 07 de julho de 1947. Declara de utilidade publica o abastecimento nacional do petróleo e nacionaliza a indústria de refinação do petróleo importado ou de produção nacional. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 422*, de 08 de julho de 1947. Institui o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais de rochas betuminosas e piro - betuminosas e da outras providências. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 664*, de 05 de julho de 1948. Assegura aos expedicionários da FEB, FAB e Marinha de Guerra e Marinha Mercante preferência em igualdade de condições, para nomeações, nos concursos a que se refere. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 735*, de 19 de julho de 1948. Cria a Comissão Nacional de Belas Artes, o Salão Nacional de Belas Artes e o Salão Nacional de Arte Moderna e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 85*, de 15 de abril de 1947. Concede a Benjamim de Oliveira pensão mensal de Cr\$ 1.000,00 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 25 set. 2024

BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 119*, de 02 de maio de 1947. Solicita informações ao Senhor Ministro da Educação a respeito dos motivos por que não estão sendo cumpridas as determinações da lei 02, sobre a aprovação e promoção dos estudantes expedicionários e convocados. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 188*, de 26 de maio de 1947. Solicita informações ao Ministério da Justiça sobre o empastelamento do jornal, O Momento, na capital da Bahia. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 261*, de 19 de junho de 1947. Solicita informações ao Poder Executivo a respeito do trabalho noturno do pessoal do tráfego telegráfico do Brasil. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 269*, de 20 de junho de 1947. Solicita ao Conselho Nacional do Petróleo informações relativas a aquisição de tubos do gasômetro de Jequitaia, na Bahia. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 299*, de 01 de julho de 1947. Solicita ao Poder Executivo informações sobre a Colônia Agrícola Distrito Federal. Câmara dos

Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 302*, de 30 de junho de 1947. Solicita informações ao Poder Executivo a respeito do pagamento dos trabalhadores das obras dos portos do Rio de Janeiro. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Requerimento de Convocação nº 606*, de 22 de dezembro de 1947. Solicita informações ao Ministério da Educação sobre as medidas tomadas para a aplicação da lei que suspende o desconto de consignações do funcionalismo. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Resolução do Senado Federal nº 12*, de 18 de abril de 2013. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/586934>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. *Sumário de discurso de parlamentares (1946-1949)*. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados – CEDI. Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação – CORPI. Brasília.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos Políticos (1945-1979). Registro Partidário: *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Processos 411/412* (Pedido de cassação do registro do PCB). Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n. 45*. Ata da 14ª sessão: 07 jul. 1945. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão e Informação: Seção de Arquivo. Brasília.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resultado da votação dos candidatos (1945)*: Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil. *Censo Demográfico 1940*. Série Nacional, Volume II. Rio de Janeiro, 1950.

UNITED STATES OF AMERICA. National Archives. Central Intelligence Agency. *Memorandum Cuban Training of Latin American Subversives*. Docid. 32283208. (Brazil) pag. 16. Disponível em: <https://www.archives.gov/research/jfk/release-2025>. Acesso em 25 mar. 2025.

### c) DEPOIMENTOS

ALMEIDA, Luis Contreiras de. *Luis Contreiras de Almeida*: depoimento [set. 2013]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. Salvador.

CHARF, Clara. *Clara Charf*: depoimento [nov. 2014]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. São Paulo.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Edson Teixeira da Silva Júnior. In SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. *Carlos: a face oculta de Marighella*. 332 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Severino Sombra. Programa de Pós-Graduação em História. Vassouras, 1999.

GUEDES, Armênio. *Armênio Guedes*: depoimento [out. 2013]. Entrevistador: Ricardo José Sizilio. Salvador.

#### d) DOCUMENTAÇÃO DIVERSA

*As classes sociais e os partidos políticos do Brasil.* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

*Certidão de nascimento de Carlos Marighella.* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

*Correspondência de Benjamin de Carvalho Campos para Maurício Grabois.* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 1774. Rio de Janeiro.

*Correspondências de Carlos Marighella ao Delegado Regional de Renda.* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

*Correspondência de Carlos Marighella a Antonio Albuquerque Ferreira.* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

*Declaração de Imposto de Renda (1947): Documentação do Partido Comunista do Brasil.* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.

*Doc. 23.113.* (O inimigo número 1-Panfleto). Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica. Rio de Janeiro.

*Doc. 3208/80* (A última entrevista). Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional. Notação: ASP\_ACE\_3208\_80. Rio de Janeiro.

GORENDER, Jacob. Recordações de um companheiro. In NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (Org). Carlos Marighella: o homem por trás do mito. São Paulo: UNESP, 1999.

*Histórico das atividades políticas de Carlos Marighella.* Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

*Informe 26/71* - Departamento de Polícia Política e Social: Prontuário Carlos Marighella. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social - DPS. Rio de Janeiro.

MARIGHELLA, Carlos, et. al. A questão agrária no Brasil: *textos dos anos sessenta*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

MARIGHELLA, Carlos. A crise brasileira. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

\_\_\_\_\_. Alguns aspectos da renda da terra no Brasil. In MARIGHELLA, Carlos, et. al. A questão agrária no Brasil: *textos dos anos sessenta*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

\_\_\_\_\_. *Autobiografia*. Manuscrito em espanhol. 7 f. 1954. p. 1. Arquivo Estatal de História Política e Social da Rússia (RGASPI). Fundo 495: armazenamento 197, dossiê 170. Moscou- Rússia.

\_\_\_\_\_. Carta à Executiva. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

\_\_\_\_\_. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

\_\_\_\_\_. *Poemas*: Rondô da Liberdade. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Pour la libértacion du Brésil*. Trad. Conrad Detrez. Paris: Ed. Aubier-Montaigne, 1970. In Doc. 35909/71 - Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional. Notação: AC\_ACE\_35909\_71. Rio de Janeiro.

- \_\_\_\_\_. Reforma Agrária: Problema Nacional. In PINHEIRO, Milton e FERREIRA, Muniz (Org). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo: ICP; Rio de Janeiro: FDR, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Transcrições das gravações em fitas da Rádio Libertadora*. (196?). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/radio.htm#i2> Acesso em: 12 jul. 2024.
- PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Manual de Organização Partidária*. s/d. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/docs/manual.pdf> Acesso em: 15 fev. 2025.;
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. “Composição das Células”. *Boletim Interno*. 15 nov. 1945. p. 3. Centro de Documentação e Memória (Cedem) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Astrojildo Pereira. Acervo: Asmob. São Paulo.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa do mandato do povo e pela renúncia do ditador*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda., 1947. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: Dainis Karepovs. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *Estatutos do Partido Comunista do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte Ltda., 1945. Centro de Documentação e Memória - Universidade do Estado de São Paulo. Fundo: Dainis Karepovs. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. “O partido deve defender intransigentemente a ordem”. *Boletim Interno*. 23 out. 1945. p. 4. Centro de Documentação e Memória (Cedem) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Fundo: Astrojildo Pereira. Acervo: Asmob. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. “Resoluções do Pleno ampliado do Comitê Nacional do PCB”. *Boletim Interno – Comitê Metropolitano*. 15 fev. 1946. p. 2. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acervo: Jornais digitalizados. Rio de Janeiro.
- Processo-Crime 65/TSN*. Arquivo Nacional. Fundo: Tribunal de Segurança Nacional. Notação: C8.0PCR.2613 V.2. Rio de Janeiro.
- Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Divisão de Polícia Política e Social- DPS. Notação 779. Rio de Janeiro.
- Registro de saída de passageiros*. Inspetoria da Polícia marítima, aérea e fluvial. In Relações de passageiros e imigrantes, 1855-1964. (Caetano Marighella). FamilySearch. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:W42D-LKT2> Acesso em: 25 mar. 2025.

### 3. ACERVOS CONSULTADOS

- a) **ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO (AMORJ) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.**
- Acervo: Jornais digitalizados;
  - Coleção Eloiza Felizardo Prestes;
  - Periódico: *Problemas* (1947-1950).

**b) ARQUIVO ESTATAL DE HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL DA RÚSSIA - (RGASPI)**

- Fundo: 495. *Manuscrito autobiográfico de Carlos Marighella* (1954).

**c) ARQUIVO NACIONAL**

- Fundo: Tribunal de Segurança Nacional; Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica.

**d) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - (APERJ)**

- Fundo: Divisão de Polícia Política e Social – DPS; Delegacias de Polícia Política do Rio de Janeiro – DESPS;
- Prontuário Carlos Marighella.

**e) BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA - (BPEB)**

- Periódicos: *A Tarde*; *Diário da Bahia*; *O Imparcial*; *O Momento*. (1945-1949).

**f) CÂMARA DOS DEPUTADOS**

- Anais da Assembleia Constituinte (1946);
- Diários da Assembleia Constituinte (1946);
- Diários da Câmara dos Deputados (1946-1948);
- Sumário de discurso de parlamentares (1946-1949).

**g) CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA (CEDEM) - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - (UNESP)**

- Acervo: Asmob (Archivio Storico del Movimento Operario Brasiliano) – Periódico: *A Classe Operária* (1946-1948);
- Fundos: Astrojildo Pereira; Dainis Karepovs; Roberto Morena.

**h) HEMEROTECA DIGITAL – BIBLIOTECA NACIONAL**

- Periódicos: *A Era do Povo*; *A Manhã*; *A Noite*; *A Ordem*; *A Tribuna*; *Alto da Madeira*; *Correio da Manhã*; *Correio Paulistano*; *Diário Carioca*; *Diário da Noite*; *Diário de Notícias*; *Diário de Pernambuco*; *Diário de São Luís*; *Diário do Paraná*; *Gazeta de Notícias*; *Ilustração Brasileira*; *Jornal de Notícias*; *Jornal do Brasil*; *Jornal do Comércio*; *Jornal do Dia*; *Jornal Pequeno*; *Leitura*; *O Combate*; *O Cruzeiro*; *O Dia*; *O Estado de Santa Catarina*; *O Imparcial*; *O Liberal*; *O Jornal*; *O Observador Econômico e Financeiro*; *Revista da Semana*; *Tribuna Popular*; *Última Hora*. (1945-1949).

**i) MARXISTS INTERNET ARCHIVE**

- Estatutos do Partido Comunista do Brasil;
- Periódico: *Problemas* (1947-1950).

**j) TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

- Processo de registro do Partido Comunista do Brasil (1945);
- Processos 411/412 (Pedido de cassação do registro do PCB - 1946-1947);
- Resoluções: 43, 45, 72, 92, 214, 215, 347, 412 (1945-1947);
- Resultado da votação dos candidatos (1945).

## APÊNDICES

---

**1. Data dos pronunciamentos de Marighella / palavras-chave.**

<b>DATA</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>
01/02/1946	protesto; partido comunista; presidente Tribunal Eleitoral.
01/02/1946	ministro do trabalho; presidente da república; declarações reacionárias; reivindicações; trabalhadores grevistas.
06/02/1946	Regimento Interno.
18/02/1946	constituição parafascista; 10 de novembro; nova constituição democrática.
18/02/1946	legislação do trabalho; carta fascista de 10 de novembro.
21/02/1946	separação Igreja/Estado.
27/02/1946	ato institucional; revogação; carta nazifascista de 1937.
28/02/1946	tentativa de injúrias; proposta apresentada à mesa; providências democráticas.
01/03/1946	art. 25; art. 36; art. 37.
07/03/1946	votação do substitutivo.
07/03/1946	votação parcelada.
07/03/1946	substitutivo reacionário; requerimento submetido.
07/03/1946	constituintes.
08/03/1946	art. 62; emenda.

12/03/1946	declaração de voto; regimento interno.
13/03/1946	retificação; termo reacionário.
15/03/1946	Claudino Silva.
27/03/1946	Trifino Correia; Luís Carlos Prestes.
02/04/1946	telegramas; protestos; senador Luís Carlos Prestes.
11/04/1946	insultos; bancada comunista; senador Luís Carlos Prestes; guerras imperialistas.
12/04/1946	moção; submissão de votos.
22/04/1946	Grande Comissão; prazos curtos; carta constitucional.
24/04/1946	art. 55; leitura do memorial dos portuários da Bahia.
10/05/1946	art. 55.
13/05/1946	homenagens a Princesa Isabel e Duque de Caxias.
13/05/1946	homenagem a Duque de Caxias.
14/05/1946	General Morinigo.
14/05/1946	emenda assinada; líder da minoria; líder da maioria.
15/05/1946	homenagem à imprensa; polícia especial; impedimento da realização de comícios democratas.
21/05/1946	moção de protesto; perseguição.
03/06/1946	protesto; interdição do comitê metropolitano do Partido Comunista.
04/06/1946	golpe de 29 de outubro; constituição democrática.
12/06/1946	leitura de telegramas; Nova Iguaçu.

14/06/1946	votação do requerimento 223.
14/06/1946	declaração de voto; voto contra substitutivo Acúrcio Torres; intervenção no Sindicato dos Bancários.
26/06/1946	supressão das inscrições especiais na hora do expediente.
27/06/1946	Falecimento do Presidente Juan Antonio Rios; homenagens prestadas.
01/07/1946	colocação de uma lâmpada junto ao microfone na tribuna principal.
01/07/1946	declaração de voto; contra a moção de congratulações ao governo americano; deputado; Sr. Pires Ferreira; experiência da bomba atômica.
02/07/1946	leitura de requerimento; homenagem pelo transcurso do 2 julho.
04/07/1946	projeto constitucional reacionário; separação entre a Igreja e o Estado.
08/07/1946	leitura de telegramas de protestos; reclamações do povo; medidas restritivas das liberdades públicas; série de represálias; prisão preventiva dos trabalhadores componentes da Comissão de Salários da Light; Decreto-Lei 9.070.
09/07/1946	Decreto-Lei 9.070; protestos recebidos pela bancada comunista; perseguições; funcionários públicos.
10/07/1946	abertura de inquérito; situação dos posseiros da colônia “Centenário”.
11/07/1946	requerimento 48; aplicação do artigo 19; Fundo Nacional de Proteção à Infância; situação da Guarda-Civil da Bahia.
12/07/1946	homenagens de pesar; senador Esmaragdo de Freitas.
18/07/1946	considerações a respeito do projeto constitucional; situação do proletariado da Bahia.
19/07/1946	conclusão das considerações; situação dos trabalhadores da Bahia.
22/07/1946	morte do Presidente da Bolívia; situação na Bolívia; leitura de jornais.
05/08/1946	apresentação de requerimento; proibições de comícios ou reuniões em

	recintos fechados do partido comunista.
09/08/1946	projeto constitucional 3.440; situação de escreventes da justiça; Distrito Federal.
13/08/1946	informações sobre requerimento do deputado Costa Neto.
13/08/1946	representante credenciado por partido; possibilidade de discursar sobre título ou capítulo.
14/08/1946	submissão de voto; emenda 1937.
15/05/1946	pedido de destaque; emenda 2.893.
18/08/1946	requerimento de destaque; emenda 1.288.
19/08/1946	solicitação de verificação de votação.
19/08/1946	emenda 2.847.
20/08/1946	votação para acabar com propostas de adiamento de votação.
20/08/1946	votação de emenda.
20/08/1946	critérios para deferimento de destaques.
21/08/1946	art. 87, inciso 4; disposições transitórias; prefeito do Distrito Federal.
22/08/1946	pedido de preferência; deputado Dolor de Andrade.
22/08/1946	art. 89; crimes militares; emenda 2.634; restrição de foro especial.
23/08/1946	propostas dos capítulo I e II da Projeto de Constitucional.
26/08/1946	discussão sobre votação; deferimento do Capítulo I e II.
26/08/1946	declaração de guerra civil no Estado da Paraíba; requerimento de informações solicitadas.
26/08/1946	fundamentação da emenda 3.128.

27/08/1946	João Mendes; divórcio no Brasil.
31/08/1946	solicitação e desistência de verificação de votação.
31/08/1946	requerimento de uma comissão parlamentar; entendimento entre Partido Comunista e Presidente da República.
31/08/1946	emenda 3.413; supressão do dispositivo sobre obrigação militar.
02/09/1946	emenda 3.440; estabelecimento dos cargos de tabelião e escrivão como de carreira.
02/09/1946	votação; cargos de tabelião e escrivão como de carreira.
02/09/1946	votação do título; carta política de 1946.
04/09/1946	votação; emenda 3.490; estado de sítio.
04/09/1946	requerimento de supressão do artigo 199.
04/09/1946	voto pela exclusão do artigo 199.
05/09/1946	Santa Sé; estado; religião; constituição.
06/09/1946	atentado contra célula do partido comunista; João Pessoa; bairro Cruz das Armas.
08/09/1946	emenda 3.612; disposições transitórias.
08/09/1946	emenda 2.375; duração de legislaturas.
09/09/1946	requerimento de submissão de votos; emenda 2.819.
10/09/1946	cobrança de tributos; impostos; municípios; Estados.
10/09/1946	solicitação de retirada de destaque.
10/09/1946	emenda supressiva do § 4º do art. 11; candidato.
10/09/1946	supressão; palavra reciprocamente.

11/09/1946	solicitação de retirada de pedido de destaque; jornalistas; direitos.
11/09/1946	solicitação de supressão de parágrafos; votação por partes; art. 34; § 1º; 2º e 3º.
16/09/1946	leitura de discurso; homenagem ao Marechal Mascarenhas de Moraes.
19/09/1946	homenagem ao Presidente Melo Viana.
16/10/1946	arroz; Rio Grande do Sul.
18/10/1946	proposta orçamentária 1947.
23/10/1946	telegramas; Bahia; barcos de cabotagem paralisados; porto de Nazaré.
29/10/1946	golpe político; 29 de outubro.
06/11/1946	Estátuas de Rui Barbosa.
06/11/1946	plano de obras e equipamentos; verba; hospital de clínicas da Bahia.
06/11/1946	emenda 243; despesa do plano de obras e equipamentos.
06/11/1946	emenda 91; verba 3; serviços e encargos; orçamento.
07/11/1946	Sr. Sousa Costa; rejeição de emendas.
08/11/1946	orçamento; texto constitucional; declarações de votos.
14/11/1946	considerações sobre o requerimento em discussão na plenária; 15 de dezembro.
19/11/1946	reforma de oficiais; aspirantes e sargentos das Forças Armadas.
19/11/1946	leitura de telegramas; protestos; situação aflitiva do Brasil.
20/11/1946	projeto de lei eleitoral; comissão mista; eleições de 19 de janeiro.
21/11/1946	art. 132.

21/11/1946	mensagem inconstitucional publicada; Diário do Congresso Nacional
28/11/1946	emendas submetidas; Comissão de Finanças.
29/11/1946	artigo 127; projeto nº 89-B; obstrução; trabalhos da bancada comunista.
29/11/1946	lei orçamentária para 1947.
03/12/1946	pedidos de esclarecimentos.
03/12/1946	discurso caleidoscópio; reivindicações; reclamações; protesto; imunidades parlamentares; povo do Brasil.
03/12/1946	verba; porto de Neves.
03/12/1946	destaque para emendas; projeto nº 109-A; verba 4.
03/12/1946	verba 4; obras; equipamentos e aquisição de imóveis.
12/12/1946	caleidoscópio; situação da Bahia; telegramas de reclamação; reivindicação; divórcio no Brasil.
25/12/1946	projeto de lei do dia dos lavradores; situação dos funcionários do DASF.
17/03/1947	manifesto dos intelectuais brasileiros; memória de Castro Alves.
26/03/1947	25.º aniversário da fundação do Partido Comunista do Brasil.
28/03/1947	art. 17 do regimento interno; incidente; publicação da lei orçamentária.
01/04/1947	lei interna; governo brasileiro; Coronel Aguirre.
02/04/1947	majoração das taxas da Universidade do Brasil; estudantes; taxas; Corta-Braço; mandado de despejo; desapropriação.
16/04/1947	Presidente da República; proposição 5; suspensão do registro da União da Juventude Comunista.
18/04/1947	discurso; publicação.

18/04/1947	suspensão das atividades da União da Juventude Comunista; Decreto 22.938.
25/04/1947	Corta Braço; despejo em massa; 600 famílias; conflito resolvido.
28/04/1947	Territórios de Ponta Porã e Iguaçu.
29/04/1947	Abrigo do Cristo Redentor; Paraguai; General Higino Morínigo;
02/05/1947	Escola Politécnica da Bahia; Lei 2; Edgar Santos; estudantes expedicionários convocados.
09/05/1947	projeto nº 151; abertura de crédito especial; Observatório Nacional; eclipse solar; Minas Gerais; missão científica norte-americana; Bocaiúva.
13/05/1947	Presidente da República; atos inconstitucionais; fechamento do Partido Comunista; ditadura policial.
22/05/1947	voto contra o requerimento de boas vindas ao Presidente da República.
27/05/1947	Ministério da Justiça; responsabilidades; empastelamento do <i>O Momento</i> .
28/05/1947	pedido de apuração de responsabilidades; críticas ao governador Otávio Mangabeira.
02/06/1947	requerimento 98; contra o discurso do Presidente da República nos Anais da Casa; anticomunismo.
09/06/1947	projeto nº 119; abertura de crédito especial.
12/06/1947	projeto nº 170-A; abertura de crédito despesas de natureza secreta.
13/06/1946	projeto nº 170-A; abertura de crédito; crédito suplementar.
16/06/1947	Universidade do Brasil; situação dos estudantes; majoração de taxas; projeto nº 31 de 1947; Benjamin Farah.

17/06/1947	projeto nº 317; venda de bens dos súditos do Eixo; projeto nº 169; projeto nº 177.
18/06/1947	Problemas no Vale do Rio São Francisco; encontro com Otávio Mangabeira contra o fechamento do PCB.
20/06/1947	Companhia Linha Circular; tubulação de gasômetro de Jequitaia.
20/06/1947	situação dos telegrafistas; reivindicações; horário de guerra.
30/06/1947	Câmara dos Deputados.
30/06/1947	projeto nº 31.
02/07/1947	voto de homenagem à Bahia; 2 de junho.
04/07/1947	voto de homenagem a José Joaquim Seabra; 5 de Julho.
07/07/1947	memorial; 250 trabalhadores; Comissão de trabalhadores da Light; memorial contra a cassação dos mandatos.
17/07/1947	solicitação de urgência; projeto nº 31; Universidade do Brasil; aumento de taxas; estudantes; greve.
21/07/1947	memorial de agricultores; Cachoeiro de Itapemirim; Luís Carlos Prestes.
21/07/1947	cassação dos mandatos dos comunistas.
24/07/1947	projeto nº 307-A; Congresso Americano de Urologia; lei de segurança; fechamento do Partido Comunista; ditadura.
30/07/1947	aplicação do Regimento Interno.
31/07/1947	Afonso Arinos; projeto nº s 422 e 421; jazidas de petróleo e gases naturais; decisão Comissão de Constituição e Justiça.
31/07/1947	débitos dos agricultores; reajuste de dívidas; telegramas contra a cassação

	do PCB e lei de segurança nacional.
01/08/1947	São Paulo; aumento criminoso de preços; passagens de ônibus; povo.
04/08/1947	Bahia; promulgação da Carta Constitucional.
05/08/1947	<i>Folha da Manhã</i> ; petróleo; General Horta Barbosa.
22/08/1947	aniversário da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália.
01/09/1947	morte do Sr. Peapeguara Brício.
03/09/1947	projeto nº de Resolução 12.
15/09/1947	projeto nº 275-A; aniversário da Constituição; redução de pena; anistia; indenização às vítimas dos nazistas.
29/09/1947	situação insustentável; I.P.A.S.E.; nova polícia legislativa; memoriais enviados.
01/10/1947	projeto nº 669; Comissão do Vale do São Francisco; loteamento de terras.
04/10/1947	projeto nº 104-B; situação dos servidores dos extintos Territórios de Iguaçu e Ponta Porã.
08/10/1947	projeto nº 590; imposto de renda; limite de isenção baixo.
08/10/1947	imposto de renda; proposta de imposto para filmes estrangeiros; imposto progressivo para pessoa jurídica.
09/10/1947	art. 105; bases militares.
10/10/1947	projeto nº 277.
10/10/1947	projeto nº 277; déficit orçamentário; situação do país; anticomunismo.

14/10/1947	Estado da Bahia; situação financeira calamitosa.
15/10/1947	situação na Bahia; jornalista Aydano do Couto Ferraz; Companhia de Energia Elétrica da Bahia; E.F. Leste Brasileira; projeto de isenção proprietário de pequenas embarcações; telegramas.
16/10/1947	emenda nº 6; trabalhadores rurais; projeto nº 330; telegrama.
17/10/1947	moção contra projeto de Segurança Nacional; Aires da Mata Machado Filho; ataque a imprensa polícia; memorial.
17/10/1947	projeto nº 90; imposto de renda.
18/10/1947	projeto nº 179; isenção de pequenas embarcações a vela.
18/10/1947	projeto nº 97-A; gratificação; abono de natal; telegrama.
20/10/1947	imprensa; sensacionalismo; rompimento das relações Brasil/União Soviética; anticomunismo.
20/10/1947	projeto nº 858; Decreto-Lei nº 1.394; restabelecimento de taxas; isenções.
04/11/1947	protesto; Governador Péricles de Góis Monteiro; terror policial; prisões de comunistas; telegrama sobre a situação em Alagoas.
10/11/1947	projeto nº 644-A; controle do comércio de importação e exportação; reforma agrária; imperialismo.
11/10/1947	Governo Walter Jobim; situação Rio Grande do Sul; telegramas de protesto contra truculência policial; ataque aos comunistas; compromisso contra a cassação do registro do partido; controle do comércio de exportação.
12/11/1947	projeto nº 232-A; tarifa das alfândegas; indústria nacional; Decreto-Lei 2.378; imposto de importação; isenção de taxas; memorial.
17/11/1947	projeto nº 175; projeto nº 528-A; situação funcionários; nomeação de concurso.

17/11/1947	Vale do São Francisco; reforma agrária.
18/11/1947	projeto nº Vale do São Francisco; situação da Bahia; críticas ao governador da Bahia; legalidade do partido comunista; cassação de mandatos; isenção os proprietários de pequenas embarcações; telegrama; problemas do Brasil.
21/11/1947	projeto nº 795; criação de cargos de serventes no quadro permanente
22/11/1947	projeto nº 900; cassação de mandatos; abaixo assinados; telegramas da Bahia.
24/11/1947	projeto nº 644-B; controle de emergência da importação e exportação; restrição de exportação; cacau; açúcar e trabalhadores; cassação dos mandatos.
26/11/1947	controle de fiscalização de produtos; exportação de produtos; cassação de mandatos; telegramas contra a cassação.
27/11/1947	assalto ao jornal <i>O Momento</i> ; oficiais da polícia.
27/11/1947	emendas.
28/11/1947	Senadores Pinto Aleixo e Pereira Moacir; cassação dos mandatos comunistas; traição de compromissos.
28/11/1947	projeto nº 521; situação dos estudantes do Brasil; atuação do Sr. Edgard Santos; críticas à majoração de taxas escolares.
28/11/1947	quadros de relatórios relativos ao aumento das taxas 1946; descaso do Governo; constitucionalidade; cassação dos comunistas; projeto nº 521.
29/11/1947	orçamento de 1948; declaração de voto da bancada comunista.
02/11/1947	São Paulo; leituras de jornais; ação violenta da polícia; direito de reunião violado.
03/12/1947	projeto nº 573-A; 732-A; 528-A.

04/12/1947	projeto de crédito solicitado; projeto nº 1.037; abono de natal.
04/12/1947	projeto nº 488-A; Decreto-Lei 8.554.
06/12/1947	projeto nº 699; Vale do São Francisco; reforma agrária; perseguição à imprensa comunista; anticomunismo.
09/12/1947	situação da Bahia; enchentes; crédito para as famílias; baixo salário dos trabalhadores; torturas.
11/12/1947	Artigo nº 72 do Regimento Interno; projeto de créditos solicitados.
12/12/1947	solicitação de verificação de votos.
12/12/1947	cassação de mandatos.
19/12/1947	redução do número de automóveis/ automóvel do Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.
23/12/1947	desconto em folha dos funcionários públicos; Bahia.
26/12/1947	caso da “Baronesa”.
29/12/1947	cassação de mandatos; publicação de emendas.

**2. Projetos de lei apresentados por Marighella.**

PL 278/1946	Institui o Dia dos Lavradores.	24/12/1946
PL 292/1947	Estabelece critérios para acesso dos extranumerários mensalistas as séries funcionais de grau superior.	20/05/1947
PL 294/1947	Revoga o artigo 9º do regulamento baixado com o Decreto-Lei 11.159, de 29 de dezembro de 1942, sobre a execução dos serviços de fomento da produção vegetal.	10/06/1947
PL 382/1947	Cria o Instituto Nacional do Petróleo e dá outras providências.	30/06/1947
PL 412/1947	Declara de utilidade publica o abastecimento nacional do petróleo e nacionaliza a indústria de refinação do petróleo importado ou de produção nacional.	07/07/1947
PL 422/1947	Institui o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais de rochas betuminosas e piro-betuminosas e dá outras providências.	08/07/1947

### 3. Requerimentos apresentados por Marighella.

RQC	Solicita ao Exmo Sr. Ministro da Justiça informação por que as proibições de comícios ou reuniões em recintos fechados vêm recaindo particularmente sobre o Partido Comunista do Brasil.	05/08/1946
RQC 119/1947	Solicita informações ao Senhor ministro da educação a respeito dos motivos por que não estão sendo cumpridas as determinações da Lei 02, sobre a aprovação e promoção dos estudantes expedicionários e convocados.	02/05/1947
RQC 188/1947	Solicita informações ao Ministério da Justiça sobre o empastelamento do jornal <i>O Momento</i> , na capital da Bahia.	26/05/1947
RQC 248/1947	Solicita informação ao Poder Executivo a respeito das verbas de caráter reservado e de pronto pagamento canceladas para o presente exercício financeiro no Ministério da Justiça e Negócios Interiores.	11/06/1947
RQC 261/1947	Solicita informações ao Poder Executivo a respeito do trabalho noturno do pessoal do tráfego telegráfico do Brasil.	19/06/1947
RQC 269/1947	Solicita ao Conselho Nacional do Petróleo informações relativas a aquisição de tubos do gasômetro de Jequitaia, na Bahia.	20/06/1947
RQC 302/1947	Solicita informações ao Poder Executivo a respeito do pagamento dos trabalhadores das obras dos portos do Rio de Janeiro.	30/06/1947
RQC 299/1947	Solicita ao Poder Executivo informações sobre a Colônia agrícola Distrito Federal.	01/07/1947
RQC 337/1947	Solicita informações ao ministro da Fazenda sobre a liquidação dos bancos alemão transatlântico, germânico e francês - italiano.	09/07/1947
RQC 479/1947	Solicita informações ao Ministério da Educação a respeito dos motivos que determinaram o serviço de biometria médica do Departamento Nacional de Saúde a reduzir o tempo de trabalho e os salários dos extranumerários tarefairos.	02/10/1947
RQC 485/1947	Solicita a inclusão em pauta do Projeto 97-A/46, sobre abono de Natal.	06/10/1947
RQC 606/1947	Solicita informações ao Ministério da Educação sobre as medidas tomadas para a aplicação da lei que suspende o desconto de consignações do funcionalismo.	22/12/1947

## ANEXOS

---

**1. Pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB.**  
 (grifado o trecho omitido na publicação da *A Classe Operária*)

Camaradas!

A discussão do informe político do Comitê Nacional, lido pelo camarada Prestes, abre-nos grandes perspectivas para o prosseguimento da luta de todo o nosso Partido em prol da União Nacional e da democracia e nos fortalece na luta incessante contra o capital estrangeiro colonizador, contra todos os remanescentes do fascismo e dos restos feudais que entravam o nosso progresso e a completa emancipação econômica e política de nossa Pátria.

Contando ainda com a correlação de forças favor do proletariado no mundo inteiro, demos passos avançados para a frente, e o que nos resta é prosseguir organizando a classe operária, os camponeses, todo o povo, empregando pacífica mas energicamente todas as armas da democracia, sob formas cada vez mais altas de luta, utilizando a nossa representação comunista na constituinte, sabendo ligar com eficiência nossa luta extraparlamentar à luta parlamentar.

Já não somos um pequeno, embora combate o partido ilegal. Somos hoje um grande partido de massas, em vias de se transformar no grande partido nacional de novo tipo, que os interesses supremos de nossa Pátria reclamam de todos nós.<sup>628</sup>

**1. A importância da Assembleia Constituinte para a democracia**

Camaradas:

Ao reunirmos esta III Conferência Nacional, pela primeira vez em toda a vida de nosso Partido, podemos nos referir à existência de uma fração parlamentar comunista e analisar o seu trabalho.

A importância que isso tem para o nosso partido e para o proletariado e o povo brasileiros, poderão dizer-lhe os poucos meses de nossas atividades na Constituinte, a partir de sua instalação.

---

<sup>628</sup> Este trecho inicial publicado na *A Classe Operária* não está no pronunciamento de Marighella, sendo um resumo introdutório com partes do discurso do comunista.

A Assembleia Constituinte, convocada após uma das maiores campanhas de massas dos últimos tempos, sob a liderança de nosso Partido, representou um grande avanço na marcha da democracia. Mais do que isso, porém, a participação do Partido do proletariado no parlamento significa um dos maiores progressos nessa marcha.

Temos na Assembleia Constituinte um poderoso fator de democracia, uma vigorosa arma cujo valor não se poderá deixar de encarecer, e que se reflete no significado do parlamento para a liquidação dos restos do fascismo e a emancipação de nosso povo, na fase atual de desenvolvimento pacífico.

E agora que se trata da solução urgente e inadiável dos problemas da revolução democrático-burguesa em nossa terra, nada mais oportuno do que tratar da importância do parlamento a que se refere Lenine, quando afirma:

A luta na tribuna parlamentar é obrigatória para o partido do proletariado revolucionário, a fim de educar os elementos atrasados de sua classe, despertar e instruir a massa aldeã analfabeta, ignorante e embrutecida

Possuímos, assim, com a Assembleia Constituinte, um precioso meio de obrigar os outros partidos a se definirem perante o povo, em face dos nossos ataques.

O crescimento de nosso partido, sua influência cada vez maior no meio do proletariado, dos camponeses e das camadas populares, assinalam, por outro lado, a necessidade da utilização do Parlamento como um instrumento, inteiramente novo para nós, empregado em benefício dos melhores interesses de nosso povo e em defesa da democracia e do progresso.

Naturalmente, não alimentamos ilusões parlamentaristas, o que seria perigoso. A maioria da Assembleia Constituinte é reacionária. Entretanto, não resta dúvida de que, dentro dela, “os representantes das classes dominantes vacilarão inevitavelmente entre a reação e a democracia”. Nossa tática tem sido a de procurar utilizar estas vacilações e não ignorá-las. Mas - como diz o camarada Prestes – “estejamos atentos, e reforcemos mais do que nunca nossas ligações com as grandes massas, especialmente operários e camponeses, porque sem o apoio delas, do povo organizado, quase nada poderão fazer no Parlamento os deputados comunistas, em minoria, por mais disciplinada e coesa sua atuação, por mais corajosa e inteligente sua atividade política”.

De uma forma ou de outra, assinalemos, porém, a importância do Parlamento, importância que não pode ser subestimada de forma alguma, sob pena de sermos levados a erros sérios e grosseiros. O Parlamento é arma da democracia, e esta arma é que nosso partido precisa saber manejar.

## 2. O que é a fração parlamentar comunista

A fração comunista na Assembleia Constituinte é, antes de tudo, um instrumento do partido para a aplicação de sua linha política, é uma arma de combate numa nova frente de luta democrática, uma arma, por certo, bem valiosa, empregada numa frente de luta que é a mais elevada de toda a Nação.

Mas a fração parlamentar é também um instrumento de todo o proletariado, de todos os camponeses, de todo o povo que aspira e luta pelo progresso e a democracia, pela liquidação do monopólio da terra e dos restos do fascismo, contra o capital estrangeiro reacionário e pela emancipação econômica e política de nossa Pátria.

Os representantes comunistas são servidores de nosso povo, combatem pelos interesses mais sentidos da classe operária e das vastas massas trabalhadoras. Prestam contas ao povo de suas atividades, submetem-se às suas críticas e procuram sentir as suas reivindicações.

Por mais profundamente, porém, que repercutam no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas populares as atitudes da fração parlamentar comunista, não é a ela que incumbe dirigir o nosso partido.

Pela sua própria natureza de representação partidária na Assembleia Constituinte, acha-se a fração parlamentar comunista submetida em todos os sentidos, e sobretudo politicamente, à Comissão Executiva, à Direção Nacional de nosso partido.

Esta a única forma de coordenar sua atuação política, de influência e repercussão em todo o país - e de fazer respeitado o princípio diretor de estrutura orgânica do partido, seu centralismo democrático.

Para a Assembleia Constituinte e particularmente para a nossa fração comunista estão voltados milhões de brasileiros que esperam melhores dias, homens e mulheres, jovens e velhos, sufocados até agora pela fome, a miséria, a doença, a ignorância, a escravidão nas fazendas do senhor.

Nosso papel dentro da Assembleia Constituinte será, pois, o de encarar essa realidade, procurar convencer os democratas honestos, atacar de rijo a base econômica da reação e do fascismo, insistir na liquidação do monopólio da terra e dos grandes trustes e monopólios nacionais ou estrangeiros.

Por força do papel que tem a desempenhar e que para dentro do Parlamento nossa fração comunista tem levado todos os problemas agitados pelo nosso partido e as grandes questões de interesse de nosso povo.

### 3. Luta pela soberania da Assembleia e contra a Carta de 37.

A posição das forças reacionárias que lutam contra a democracia, em aliança contra o capital estrangeiro monopolista, centro diretor da reação mundial, tornou-se notadamente clara na Assembleia Constituinte, através das manobras que culminaram com a votação maciça do PSD, e seu apêndice - o PTB - contra a soberania da Assembleia.

Ponto de fundamental importância para o nosso partido, interessado em liquidar os velhos poderes ditoriais do Executivo, e assegurar uma Constituição de acordo com as condições brasileiras, que impeça a volta da reação e do fascismo, foi a soberania da Assembleia defendida com coragem pela fração parlamentar comunista.

Nosso combate ao art. 76 do Regimento Interno, que suprimia à Assembleia o direito de legislar, isto é, de promulgar e discutir as leis, aprová-las ou sugerí-las ao Executivo, e posteriormente nossa declaração de voto contra o mesmo regimento, classificando-o de reacionário, se não conseguissem demover o partido da maioria de seus propósitos antidemocráticos, pelo menos arrastaram conosco alguns aliados e concorreram para um amplo esclarecimento do povo.

Quanto à Carta de 37, atacamo-la de frente, propondo a sua imediata revogação. A posição política da UDN, entretanto, foi falha. Suas vacilações ao encarar o problema, as ilusões alimentadas em torno de um acordo com o PSD, levaram-na a propor uma comissão para elaborar as normas orgânicas que regeriam o país até promulgar-se a nova Carta Constitucional. Apesar de apoiada pelo nosso partido, foi a indicação udenista derrotada pelo PSD aliado ao PTB. Vitorioso, o partido da maioria fez considerar prejudicada a proposta de nosso partido, e assim tentou fugir ao pronunciamento direto quanto à Carta para-fascista de 37.

A tática de nosso partido revelou-se, porém, a mais justa, e ficou mais uma vez demonstrado quanta razão nos assistia ao afirmarmos que seria fatal a eleição simultânea do Presidente da República e da Assembleia Constituinte.

Sem poderes legislativos, ficou a Assembleia quase impotente, não fosse a maneira como a soube utilizar o nosso partido, através dos seus representantes, transformando-a numa grande válvula por onde têm extravasado os mais sentidos interesses de nosso povo. Quando mais não fora, isso já constitui, sem dúvida, um grande serviço para a democracia.

### 4. A luta contra as guerras imperialistas e pela devolução de nossas bases

A manifesta pressão do imperialismo norte-americano sobre o Brasil encontrou eco na própria Assembleia Constituinte, quando nosso partido e, em particular, o camarada Prestes, foram atacados violentamente pelos agentes do capital financeiro, sob a acusação de pretenderm trair a nossa Pátria, em caso de guerra com a URSS, numa hipótese absurda imaginada por esses mesmos senhores que aqui defendem os bancos estrangeiros, a Light, a Leopoldina, a Cantareira, a S. Paulo Railway e tantas outras empresas imperialistas ianques ou britânicas.

Tratava-se de deturpações grosseiras de declarações do nosso partido e do camarada Prestes contra as guerras imperialistas.

Mas o importante a assinalar é que a Assembleia Constituinte, que foi utilizada pelos lacaios do imperialismo para nos atacar, além das ameaças de fechamento do nosso partido e sua passagem à ilegalidade, se transformou em nossas mãos, por sua vez, num poderoso instrumento de contra-ataque e desmascaramento dos provocadores e falsos democratas.

Armada com a nota da Comissão Executiva de 25-3-46 pode nossa fração parlamentar reagir oportunamente, através do discurso do camarada Prestes, pronunciado a 26-3-46, contra a guerra e o imperialismo e pela devolução de nossas bases.

O feitiço virou contra o feiticeiro e a reação, batida, viu-se obrigada a recuar, atingida em cheio pelo nosso Partido.

É que na presente fase de desenvolvimento pacífico, com a correlação de forças a favor do proletariado, a justa utilização da tribuna parlamentar, sem sectarismo e com flexibilidade tática, traz necessariamente grandes proveitos à democracia.

## 5. A luta pelo Programa Mínimo e a União Nacional, pela paz e em defesa da democracia.

Decorridos 5 meses de atividades na Assembleia Constituinte, não podemos afirmar que tenha a nossa fração comunista conseguido êxito completo no levantamento de todos os problemas políticos que têm prendido a atenção de nosso Partido.

Torna-se evidente, entretanto, o esforço feito para levantá-los. A primeira preocupação da fração parlamentar situou-se em torno do nosso Programa Mínimo, desde que se iniciou o combate pela soberania da Assembleia e contra a Carta de 37.

Derrotados nesses pontos de transcendente importância, tivemos que nos voltar para inúmeros outros problemas, visando, dentro da nossa linha de União Nacional, levar a cabo com firmeza e segurança, a luta pela paz e em defesa da democracia.

A maneira flexível por que encaramos certos acontecimentos internacionais nos conduziu, por certo, a pequenos êxitos como os da moção contra o fuzilamento de Cristino Garcia e mais oito republicanos espanhóis e a moção de apoio ao Ministro João Neves pelas suas recomendações ao nosso representante no conselho da ONU contra o governo franquista.

O segredo dos nossos pequenos êxitos esteve nas concessões táticas que soubemos fazer e que em nada prejudicavam nossa política de princípios. Em outros casos, tivemos que ser intransigentes, e, embora derrotados nas votações, mantivemos nossos pontos de vista, como se deu com a moção de homenagem à memória de Roosevelt, em que, nos solidarizando com o proletariado e o povo americano, exigíamos a devolução de nossas bases.

O Livro Azul, já analisado em seu conteúdo guerreiro por uma nota da Comissão Executiva, foi por sua vez desmascarado pela nossa fração na Constituinte como evidente provocação de guerra no Continente.

E, em defesa da democracia, sustentando na frente de luta do parlamento - os duros combates de nosso partido e das grandes massas contra a reação e o grupelho fascista ainda enquistado no governo, comprometendo-o aos olhos da Nação, desmascaramos as violências e arbitrariedades policiais e as restrições às liberdades públicas. Muitos dos nossos protestos têm sido secundados por elementos de outros partidos.

E foi assim que na Constituinte se desmascararam as violências contra o MUT e o 1º de Maio, a ocupação militar do porto de Santos e a prisão dos estivadores e portuários, a prisão e os espancamentos dos trabalhadores da Light, e a chacina de 23 de Maio no Largo da Carioca.

Nossa persistência no combate às arbitrariedades e pela preservação das conquistas democráticas facultou a muitos representantes de outros partidos, homens honestos e democratas, seguirem o nosso exemplo, buscando a unidade na ação para impedir o retrocesso da democracia. Mesmo porque cada restrição ao nosso partido é um passo adiante para impedir a liberdade dos outros partidos.

## 6. As emendas ao projeto constitucional e a luta por uma Constituição democrata

Mas, certamente, o trabalho mais importante da fração parlamentar comunista centraliza-se hoje no debate do projeto constitucional e na apresentação e votação das emendas.

Após tantos anos de terror e de marcha para o fascismo, nosso povo se volta para os constituintes de 46, na esperança de ver promulgada uma constituição democrática que assegure o progresso e a democracia em nossa Pátria.

A composição reacionária da Assembleia Constituinte, entretanto, constitui um sério entrave a essa grande aspiração de nosso povo.

Compreendeu nosso partido, desde o início, a manobra do PSD criando uma grande comissão constitucional, composta de representantes de partidos, com o objetivo de evitar a discussão ampla do projeto no plenário. E foi o que, finalmente, sucedeu.

Durante quase dois meses, a Grande Comissão elaborou e discutiu um projeto que só permaneceu em plenário 20 dias, para uma discussão global, abrangendo inclusive as emendas que atingiram um total de quatro mil.

A proposta de nossa fração parlamentar, no sentido de eleger-se uma comissão de dez juristas para elaborar rapidamente um projeto e logo submetê-lo ao plenário, tinha toda a razão.

Não nos foi possível, porém, convencer os demais representantes.

A fração parlamentar comunista não ficou outro recurso senão votar contra o projeto reacionário e fundamentar numa declaração os motivos de sua atitude.

Na realidade, é flagrante o choque entre o que se propõe realizar o nosso partido no seu Programa Mínimo e o que estabelece o projeto.

Nossas emendas, em número de 180, visam, de um lado, suprimir o que de reacionário estava encaixado no projeto, e, de outro lado, introduzir o que se acha contido em nosso Programa Mínimo, como expressão democrática das aspirações de nosso povo.

Incumbe, assim, à nossa fração insistir por que se assegure na nova Carta Constitucional a autonomia municipal, o direito ao voto às praças de pré e aos analfabetos, o direito de greve e o de sindicalização, a anistia ampla, a efetivação dos extranumerários, o direito de asilo, o acesso ao oficialato para as praças de pré, a justiça gratuita inclusive para o camponês, a equiparação dos funcionários públicos, a dissolução das polícias políticas, o amparo à FEB, a distribuição gratuita de terras aos camponeses, a nacionalização dos trustes e monopólios, a supressão do senado e a instituição do parlamentarismo.

Tais os dispositivos que os interesses de nosso povo reclamam para uma constituição democrática, que não se poderá conseguir sem que à luta parlamentar da fração comunista se junte o esforço do proletariado organizado e unido sindicalmente, aos camponeses unidos em suas ligas e associações, e do povo em suas organizações e amplas sociedades de massa, apoiados todos e dirigidos pelo nosso glorioso Partido.

Sem mobilização de massa, sem ligar a luta extraparlamentar à luta parlamentar para corrigir ou melhorar o projeto, pouco se obterá.

Sem isso, também não se liquidarão as ilusões constitucionalistas que já começam a ganhar certos setores de massa.

#### *7. Balanço crítico do trabalho da fração parlamentar*

*Um rápido retrospecto de nossa atuação desde que se instalou a Assembleia Constituinte indica que, de um modo geral, temos progredido, não tanto, é bem verdade, quanto ora lícito esperar, em face das possibilidades à nossa frente, ainda aguardando sua transformação em realidade.*

*Se algum desvio cometemos na aplicação da linha de nosso Partido, na Constituinte, por certo não há de ser por termos caído na passividade, por uma falsa interpretação da ordem tranquilidade que tem sido o ponto de apoio de todo o nosso trabalho político e de massa. Pelo contrário, antes parece nos termos deixado arrastar pela falta de serenidade, por uma agressividade, uma certa violência no nosso modo de exprimir, que por certo não influiu para mais rapidamente nos movimentarmos no parlamento e buscarmos os aliados indispensáveis à nossa atuação política.*

*Apesar de certa flexibilidade, demonstrada em alguns casos, predomina em nossa fração o sectarismo, que nos tem forçado a um fechamento, a um isolamento prejudicial. E esta é uma grande debilidade que por certo encontrará sua razão de ser no nosso baixo nível político e em alguns casos até mesmo na incompreensão do valor do parlamento na etapa atual, o que também significa incompreensão da própria linha do nosso partido. Há também em nossa fração desníveis gritantes. Companheiros colocados em planos diferentes, pela forma de compreender os problemas e de atuar, ou pelo desenvolvimento ideológico e político muito baixo.*

*É bem verdade que a nossa fração tem uma boa parte de companheiros da direção nacional e mesmo alguns da Comissão Executiva. Entretanto, não medimos bem essas nossas responsabilidades e, por assim dizer, nos nivelamos como parlamentares, despreocupando-nos até certo ponto do lado político de nossa atuação*

*individual. Nossa trabalho não foi coletivo e muito houve de improvisação, de trabalho artesão, de última hora, com discursos mal preparados. Companheiros mais responsáveis e desenvolvidos não deram ajuda eficiente aos menos desenvolvidos, o que concorreu para aprofundar os desnivelamentos da fração.*

*Não levantamos ou não soubemos levantar os problemas dos estados por onde fomos eleitos. Não fizemos suficientes contatos políticos com os demais representantes, o que quer dizer, não realizamos uma ampla política de aliados, nem mesmo com os representantes dos estados por onde fomos eleitos. Ainda nos falta a técnica parlamentar, nossa linguagem em muitos casos ainda é de comícios, é de agitação, falta-nos serenidade, respondemos intempestivamente aos aparteantes ou aparteamos com exaltação sem trazer nenhum esclarecimento novo ao debate.*

*Nosso trabalho ainda não tem rumos muito seguros. Se de um lado conseguimos certos êxitos políticos, e se até mesmo, de outro lado, temos sabido aproveitar determinadas posições, como foi o caso do cargo de suplente da mesa, conseguido através de boa política de aliados e de frente única momentânea para um problema prático, não temos, todavia, sabido utilizar as relações já conseguidas para melhorar nossas posições nas comissões internas ou externas.*

*Não temos dado, em grande parte, a importância devida ao trabalho parlamentar, considerado às vezes até coisa subalterna. Na verdade, não tem havido funcionamento orgânico da fração, o que se reflete em debilidade do trabalho coletivo. Há poucas reuniões da fração e até certo desleixo de alguns companheiros na sua apresentação ou na preparação de suas tarefas parlamentares. Os quadros operários não se apresentam como dirigentes sindicais que são ou que deveriam ser, os deputados comunistas pouco são aproveitados nos movimentos de massa extraparlamentares e tem havido relativamente poucas prestações de contas e, por consequência, poucas viagens dos deputados.*

*O trabalho de divulgação das atividades da fração tem sido débil.*

*A verdade, entretanto, é que a experiência parlamentar o inteiramente nova para o Partido. Nem só a fração não tem experiência, como não a tem a direção nacional em seu conjunto nem a Comissão Executiva.*

*Isso, porém, não justifica, é claro, nossas debilidades como Direção. O Comitê Nacional tem responsabilidade nas falhas da fração, como tem a Comissão Executiva. Mesmo a Comissão Executiva só reuniu com a fração uma vez: essa falta de entrosamento da Comissão Executiva com a fração trouxe resultados negativos, como*

*foi o caso da declaração de voto feita pela fração sobre projeto constitucional, mas que a Comissão Executiva não tinha conhecimento. Os maiores responsáveis pelas debilidades da fração são os próprios companheiros do Comitê Nacional, e dentre eles, em primeiro plano, os da Comissão Executiva. Urge corrigir essas falhas, porque é necessário compreender: os representantes comunistas no parlamento são algo decisivo para o trabalho do partido.*

#### *8. O trabalho de Secretaria*

*Não pode haver, entretanto, bom trabalho de fração parlamentar sem trabalho de secretaria.*

*E esse trabalho não se faz sem técnicos, sem assessores técnicos, sem um departamento técnico, com técnicos competentes, homens que entendam dos problemas econômicos, dos problemas sociais, que entendam das leis, possam manejá-las e interpretá-las.*

*Não possuímos esses técnicos atualmente. A secretaria da fração parlamentar é débil. Até há pouco ainda tínhamos muitas dificuldades em saber o que era uma secretaria parlamentar. A própria fração tem incompreensões quanto à secretaria. Há pouca ou nenhuma ligação entre uma e outra. Urge, porém, liquidarmos com as debilidades da secretaria parlamentar, de cuja organização e eficiência tanto depende o bom funcionamento da fração comunista.*

*Em vez de ser restringida, a secretaria parlamentar tem que ser ampliada e colocada à altura de nossas grandes tarefas no parlamento.*

Camaradas!<sup>629</sup>

Promulgada a Constituição de 1946, nosso Partido terá nova vida a enfrentar. Novas tarefas surgirão cada vez maiores e mais sérias. Nossas ligações com as massas terão que ser aprofundadas. Nossa fração parlamentar comunista será, dentro em breve, enriquecida com a experiência das frações que surgirão nas Assembleias Estaduais e que naturalmente precisarão também das experiências que aqui transmitimos, à base do informe do Comitê Nacional lido pelo camarada Prestes. Assimilemos essas experiências e levemos para adiante o nosso Partido, lutando cada vez com mais

---

<sup>629</sup> Esse trecho que finaliza o discurso de Marighella também finalizou a matéria da *A Classe Operária*, após a omissão das críticas contidas nos tópicos 7 e 8.

intransigência junto às grandes massas pela aplicação da nossa linha política de União Nacional, para a democracia e o progresso em nossa Pátria.

**2. Pronunciamento em homenagem ao 2 de Julho, data da Independência da Bahia.<sup>630</sup>**

Sr. Presidente, senhores deputados, venho justificar o requerimento, de que sou primeiro signatário, no sentido de um voto de homenagem pelo transcurso da data tradicional da Bahia - 2 de julho.

Hoje podemos afirmar que essa efeméride já não pertence somente à Bahia, é de todos os brasileiros.

A 2 de julho de 1823, quando pela velha Estrada das Boiadas entravam os exércitos nacionais vitoriosos, não se assegurava a independência apenas para o Norte do país. Era, afinal, a libertação de todo o Brasil do jugo da metrópole lusitana.

Desnecessário seria citar atos de bravura e heroísmo que então se verificaram; difícil, mesmo, seria citar normas populares; entre outros, João das Botas, que combateu em Itaparica e era a coragem personificada, a bravura do homem do povo disposto a levar os anseios de liberdade às últimas consequências; Maria Quitéria de Jesus, mulher baiana que envergou a farda do Batalhão dos Periquitos; Soror Joana Angélica, que deu a vida em troca da defesa de suas convicções religiosas: o “Corneteiro”, simples homem da plebe, e que apenas com um toque diverso do que havia sido ordenado, conseguiu tornar vitoriosa uma das batalhas pela nossa independência.

Quem mais destacar dentre esses heróis?

O povo inteiro resistiu e soube, com acentuado patriotismo, apoiar o movimento nacional pela independência.

Cachoeira, cidade heroica, que concentrava o Governo Nacional, era a cidade de cujo seio irradiava a centelha que havia de jogar por terra a prepotência dos exércitos lusitanos sedentos de fazer-nos voltar à submissão, depois do brado - Independência ou Morte!

Esses exemplos de bravura levam-nos hoje a meditar sobre a situação de nossa Pátria, porque, embora tivéssemos dado grande e decisivo passo para nossa independência, verdade é que ainda não conseguimos torná-la completa.

Ainda na Bahia, o mesmo povo que formou com as tropas nacionais comandadas por Lima e Silva ou pelo General Labatut, é neste momento obrigado a levantar-se para repelir uma ameaça que pesa não somente sobre o estado, mas sobre todo o Brasil. O

---

<sup>630</sup> BRASIL. *Diário da Câmara dos Deputados*, 03 jul. 1947, p. 3201. op. cit.,

petróleo baiano, cobiçado pelo imperialismo norte-americano - riqueza mineral que, podemos dizer, representa a base da nossa independência econômica - passaria, de uma hora para outra, às mãos do capital financista norte-americano, não fosse o zelo, a coragem, a combatividade e a decisão com que o povo procura apoiar-se nos exemplos de nossos antepassados.

Essa mesma luta dos heróis de 1823 incentiva o povo baiano, como o de todo o Brasil, a resistir a qualquer ameaça que provenha do capital estrangeiro com intuito de dominar nessas fontes de produção e atingir a exploração de nossas riquezas minerais. Sentimos quanto se faz preciso completar a independência iniciada em 1823, com a libertação total, já no campo econômico, já no campo político.

Hoje, portanto, nossas vistas e atenções, como representantes do povo nesta Casa, se dirigem à Bahia, a heroína dos seres titânicos; se voltam para a terra d'onde brotou o gênio imortal de Castro Alves, aquele mesmo que conseguiu, com palavras imorredouras, na Ode ao Dois de Julho, retratar, em cores tão vivas, o esforço do nosso povo em prol de sua libertação! As atenções dos representantes das diversas bancadas nesta Casa se dirigem, portanto, à Bahia, a terra mater.!

Justo é, pois, que elevemos nossos corações neste instante, e procuremos entrelaçar esses mesmos sentimentos, essa mesma vontade que temos de garantir nossa soberania e lutar pela nossa completa independência econômica e política, para homenagear a Bahia e os heroicos lutadores de 1823!

### 3. Fotografias, matérias, textos e documentos.

**Fotografia de Carlos Marighella (1946)**



**Fonte:** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

**Marighella em Salvador (1946)**



Grupo formado em Santo Amaro de Ipitanga, vendo-se o deputado comunista Carlos Marighella, tendo aos lados os dirigentes estaduais do P. C. B. Giocondo Dias e Mário Alves

**Fonte:** *O Momento*.

Marighella em atividade com os portuários em Salvador (1946)



Fonte: *O Momento*.

Marighella em comício na Bahia (1946)



*Flagrante da grande massa popular que compareceu ao comício de unidade proletaria, resistindo á chuva. Ao lado, o deputado comunista Carlos Marighella, quando pronunciava o seu notável discurso*

**FOI UMA VITÓRIA O COMÍCIO  
DE UNIDADE PROLETARIA**

Fonte: *O Momento*.

**Marighella discursando na Assembleia Constituinte (1946)**



**Fonte:** Acervo *O Globo*.

**Marighella com o senador Nereu Ramos (1946)**



**Fonte:** Acervo *O Globo*.

**Reunião da Comissão Executiva do PCB (1947)**



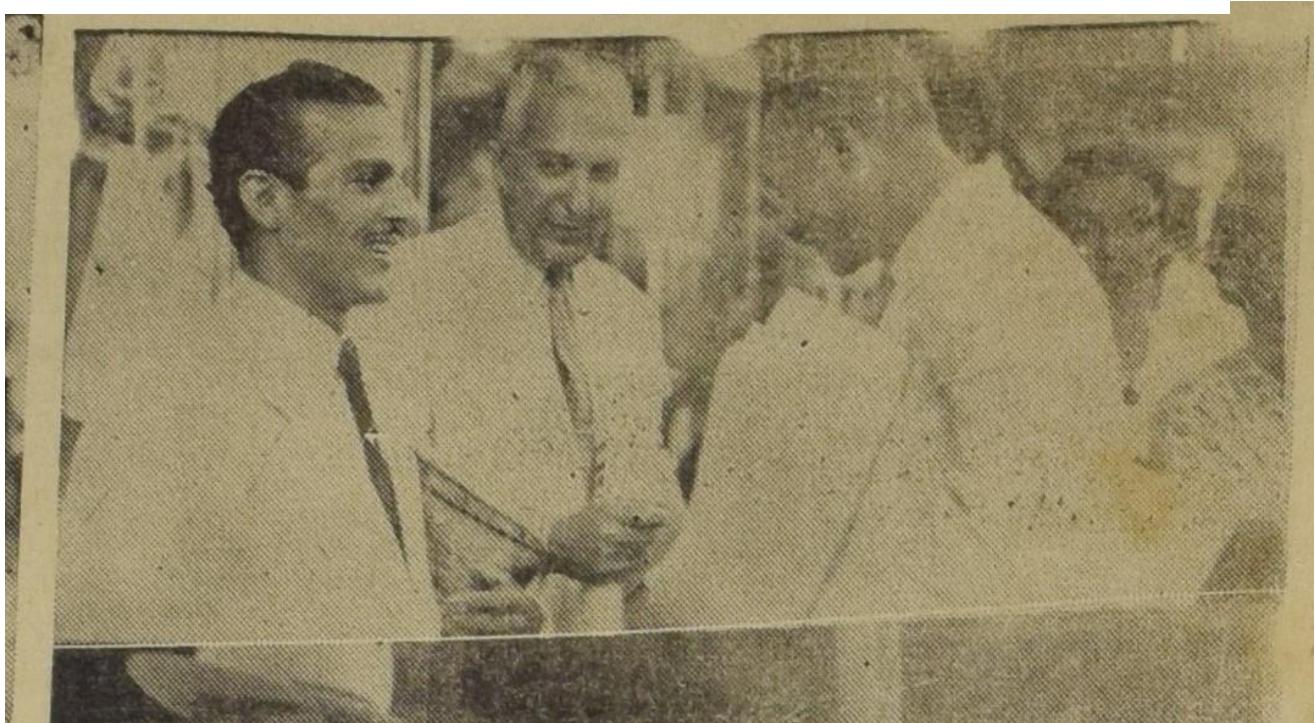
*ASSESSORES DA REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, realizada no domingo, vendo-se da esquerda para a direita, no princípio foto: Sérgio Holmios e o deputado Maurício Grabois, da Comissão Executiva; deputado Carlos Marighella, suplente da Comissão Executiva; deputado Agostinho Dias, Senador Carlos Prestes e Diógenes Arruda, deputado eleito no pleito de 1945, membros da Comissão Executiva. No segundo foto, também da esquerda para a direita: Armênio Guedes, suplente do Comitê Nacional; Francisco Gomes, deputado João Amazonas, Pedro Pomar, deputado eleito por São Paulo, e o deputado Milton Caires de Brito, todos da Comissão Executiva do PCB.*

## **Reuniu-se a Comissão Executiva do PCB Durante os Dias 26 e 27**

**Fonte:** *Tribuna Popular.*

*Da esquerda para direita: Sérgio Holmios, Maurício Grabois, Carlos Marighella, Agostinho Oliveira, Luís Carlos Prestes, Diógenes Arruda Câmara; Armênio Guedes, Francisco Gomes, João Amazonas, Pedro Pomar e Milton Caires de Brito.*

**Marighella vendendo jornal *O Momento* em Salvador (1947)**



**Fonte:** *O Momento.*

**Biografia de Marighella publicada no *O Momento* (1947)**



— Informações sobre quais as medidas adotadas pelo Governo para dar cumprimento ao dec. de 10. de Maio, que desapropria terrenos do Corte Braga e outros locais, na Capital;

— Inserção em ata de um voto de congratulações pela Congratulações ao deputado comunista Ao deputado Jaime Maciel foi dirigido o seguinte abaixo-assinado:

"Os infra-firmados, trabalhadores de diversas classes, vêm solidarizar-se com V. Excia, e vossa bancada pelo voto dignificante contra o aumento do subsídio do governador, secretários e deputados, expressando V. Excia, que é um autêntico trabalhador e representante do povo, lutando a favor da classe operária, contra os senhores que não querem resolver a situação vexatória do povo e sim de sua melhoria.

(Ass) Aloisio Moreira Santos; Pedro da Silva Freitas; Miguel José dos Santos; Manoel Reis; João Macedo Enrique Lima e 132 assinaturas.

**AUMENTO DE 100% nos SALARIOS**

RIO, (Do correspondente). — Os trabalhadores cariocas, como os de todo o país, acompanham com o maior interesse o projeto de lei apresentado à Câmara Federal pelo deputado comunista Diogenes Arruda Câmara, mandando que se aumente em 100% todos os salários. Essa é uma medida que virá melhorar bastante a situação difícil em que se encontram os trabalhadores de todo o país, com a desproporção entre os salários baixos e o elevadíssimo custo de vida. Esta será também uma medida justa para enfrentar a crise atual, pois irá elevar a capacidade de consumo do nosso povo. Em apoio esse projeto de lei os trabalhadores cariocas estão organizando um grande movimento.

# CARLOS MARIGHELLA

Carlos Marighella nasceu em Salvador, Estado da Bahia, a 5 de dezembro de 1911. Sua vida de dedicado militante do Partido Comunista do Brasil.

res pela anistia. Membro do Comitê Nacional do Partido Comunista, desde a Conferência de Agosto de 1943, quando o

**Fonte: *O Momento*.**

**Matéria contra a cassação dos mandatos dos comunistas (1947)**

# RESISTIR, PELA DEMOCRACIA

Bancada composta de operários e intelectuais honestos, homens que se fizeram na ardua luta do povo brasileiro, a bancada comunista sempre se distinguiu pela seriedade de seus projetos, pela firmeza de seus argumentos, e por devotar problemas do povo e à democracia, até agora esfriada. Eleita em pleitos livres e honestos, com os votos da parte mais pobre da população, de operários, filhos da classe média, funcionários públicos e camponeses sem terras, soube cumprir os compromissos antes assumidos com seus eleitores, os homens e mulheres cujos diretos juraram defender e para cujos problemas apresentaram soluções justas, que todavia não foram postas em prática pela maioria reacio-

ticos de todas as situações, homens que não conseguiram explicar nunca o que faziam durante a guerra contra o fascismo, traman-

e conspiraram para cassar os mandatos dos comunistas, mesmo que para isto tivessem de sacrificar inteiramente a dignidade do Par-

lamento e negar as próprias leis que ajudaram a fazer. E é neste instante decisivo para a marcha da democracia para a marcha da democracia (Conclui na 4a. pag.)

## O funcionamento do matadouro de S. Roque melhorará o abastecimento

O Matadouro custou um milhão de cruzeiros ao Estado, mas continua parado — Funcionar o Matadouro de São Roque é apurar as unhas do monopólio da carne — Um Requerimento da bancada comunista

A bancada comunista tem verde, e em defesa do povo, demonstrado na Câmara das Grandes Na-

**Fonte: *O Momento*.**

**Matéria da A Classe Operária com parte do pronunciamento de Marighella na III Conferência Nacional do PCB (1946)**

# A representação parlamentar comunista e a defesa da Democracia

(Intervenção especial à III Conferência Nacional do PCB).

CAMARADAS:

A discussão do informe político do Comitê Nacional, lido pelo camarada Prestes, abre-nos grandes perspectivas para o prosseguimento da luta de todo o nosso Partido em favor da Constituinte, da democracia, e nos fortalece na luta incessante contra o capital estrangeiro colonizador, contra todos os remanescentes do fascismo e os restos feudais e a completa emancipação econômica e política de nossa Pátria.

Confundindo ainda com a correlação de forças a favor do proletariado no mundo inteiro, demos passos avançados para a fronte e o interior, para a luta entre os camponeses, todo o povo, empregando pacíficas mas energéticas formas a armas da democracia, sob forteza e valentia. O Partido é uma arma da democracia. Esta é aarma é que o nosso Partido une a nossa representação comunista à constituinte, sabendo iligar essa eficiência nossa luta extraparlamentar à luta parlamentar.

Já não somos mais pequenos, nem um sótio, nem um grande partido ilegal. Somos hoje um grande partido de massa, em vias de se transformar no grande partido nacional de novo tipo que os interesses supremos de nossa Pátria reclamam de todos nós.

1 - A IMPORTÂNCIA DA ASSEMBLÉA CONSTITUINTE PARA A DEMOCRACIA

Camaradas:

Na presente sessão esta III Conferência Nacional, pela primeira vez em toda a vida de nosso Partido podemos nos referir à existência de uma fração parlamentar comunista e analisar o seu trabalho.

A importância que isso tem para o nosso Partido e para o proletariado e o povo brasileiro é patente demais. Em poucos meses de nossas atividades na Constituinte, a par-

ur de sua finalidade.

A Assembleia Constituinte, convocada após uma das maiores campanhas de massas dos últimos tempos, sob a égide da Constituição, representa um grande avanço na marcha da democracia. Mais do que isso, porém, a participação do Partido do proletariado no parlamento significa um dos maiores progressos da luta de classes.

Temos na Assembleia Constituinte um poderoso fator de democracia, uma vigorosa arma cujo valor não se poderá deixar de encarregar, e que se reflete na figura do camarada Prestes, em particular, dos camaradas que participaram da organização dos trinta e cinco mil e a emancipação do nosso povo, na fase atual de desenvolvimento pacífico.

E agora que se trata da solução urgente e inadiável dos problemas da revolução democrática, é preciso que o Partido, em sua maior oportunidade, faça tudo quanto é possível que trate da importância do parlamento a que se refere Lenin, quando afirma:

"A luta na tribuna parlamentar é obrigatória para o partido do proletariado, respeitado ou não, para educar os elementos estruturados de sua classe, despetar e instruir a massa aliada, amadurecida, ignorante e embrutecida."

Possumos, assim, com a Assembleia Constituinte um precioso meio de educar os grupos de partidos que se definirem perante o povo, em face dessas situações.

O crescimento de nosso Partido, sua influência cada vez maior no mundo do proletariado dos camponeses, das classes populares, e seu ascenso por outro lado, a necessidade da utilização do parlamento, como um instrumento interamente de nosso povo e em defesa da democracia do progresso.

Naturalmente, não alimentamos nenhuma parceria, o que seria ridículo. A maioria da Assembleia Constituinte é reacionária. Entretanto, não resta dúvida que, dentro dela, "os representantes das

doucos dominantes vedaram inviolavelmente entre a reação e a democracia". Nossa Ata da Constituinte tem sido a de procurar utilizar estas vacilações e não ignorá-las. Mas — como disse o camarada Prestes — é necessário aprofundar, reformar, mais do que nunca, nossas ligações com as grandes massas, especialmente operários e camponeses, porque nem o apelo direto ao povo é suficiente, quando cada povoerto fizer no Parlamento os deputados comunistas em minoria, por mais disciplinada e coesa sua atuação, por mais corajosa e inteligente sua atividade.

De uma forma ou de outra, assimilaremos, porém, a importância que não deve ser subestimada de forma alguma, sob pena de sermos vencidos a crer que a luta é menor. O Partido é uma arma da democracia, Esta é aarma é que o nosso Partido precisa e quer manter.

2 - O QUE É A FRAÇÃO PARLAMENTAR COMUNISTA

A fração comunista da Assembleia Constituinte é, antes de tudo, um instrumento do Partido para a aplicação de sua linha política. D. N., entretanto, foi falha. Sua tarefa é a de elaborar e difundir ideias alinhavadas em torno de um acordo com o P. S. D., levaram-na a propor uma comissão para elaborar as normas orgânicas que regem o parlamento, e que, parafraseando o camarada Prestes, é a de apoiada pelo nosso Partido, foi a indicação idêntica derrotada pelo P. S. D. aliado ao P.T.E., Vitorioso, o Partido comunista, para considerar a proposta de projeto de lei que o parlamento direto quanto a carta par-

ticaria de 37, atacando-a de frente e proposta a sua imediata revogação. A posição política da U. D. N., entretanto, foi falha.

Na luta contra a fraude, a luta

pelos interesses mais sentidos da classe operária e das vastas massas trabalhadoras, que representam contas no governo, é a atividade que submete a fraude, a crise e a guerra e procuram senilizar suas reivindicações.

For mais profundamente, porém, que recuperando, no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas populares as atitudes da fração parlamentar comunista, não é a fração comunista que incumbe dirigir o nosso Partido.

Pela sua própria natureza de representação parlamentar na Assembleia Constituinte, acha-se a fração parlamentar comunista submetida em todos os sentidos, e sobretudo politicamente, à Comissão Executiva, à direção nacional do nosso Partido.

Por sua fraude, a fração comunista não servidores de nosso povo, combateu os preconceitos interesses mais sentidos da classe operária e das vastas massas trabalhadoras, que representam contas no governo, é a atividade que submete a fraude, a crise e a guerra e procuram senilizar suas reivindicações.

For mais profundamente, porém, que recuperando, no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas populares as atitudes da fração parlamentar comunista, não é a fração comunista que incumbe dirigir o nosso Partido.

Pela sua própria natureza de representação parlamentar na Assembleia Constituinte, acha-se a fração parlamentar comunista submetida em todos os sentidos, e sobretudo politicamente, à Comissão Executiva, à direção nacional do nosso Partido.

Eita a unica forma de coordenar sua atuação política — de influência e repercução em todo o país — e de fazer respeitado o princípio direito da estrutura orgânica do Partido, que é a centralização.

Pela Assembleia Constituinte é particularmente para a nossa fração comunista estão voltados milhões de brasileiros que esperam melhores dias. No entanto, este alegria pelas famílias, a miséria, a doença, a ignorância, a escravidão nas fazendas do senhor.

Nossa tarefa é de Assembleia Constituinte é, portanto, o de encarar essa realidade, procurar convencer os democratas honestos, atacar de rijo a base econômica da reação do fascismo, insistir na liquidificação do capital, na terra, e dos grandes trusts e monopólios nacionais ou estrangeiros.

For a posição daquele que tem a desempenhar é que para além do parlamento, o caminho é o comunismo, e assim, direcionando todos os problemas adotados pelo nosso Partido e as grandes questões de interesse imediato de nosso povo.

3 - A LUTA PELA SOBERANIA DA ASSEMBLÉIA E CONTRA A CARTA DE 37

A posição das forças residenciais que lutam contra a democracia, em aliança com o capital estrangeiro, é claramente destrutiva da democracia mundial, tornou-se notadamente clara na Assembleia Constituinte, através das marchas que culminaram com a vitória massiva do P. S. D. e seu apêndice — o P. T. B. —

contra a soberania da Assembleia.

Ponto de fundamental importância para o nosso Partido, interessa em em liquidar os velhos poderes ditatoriais do Estado, e, em aspectos fundamentais, de acordo com as condições brasileiras, que impega a volta da reação e do fascismo, foi a soberania da Assembleia, com coragem pela fraude, e a aprovação do art. 76 do Regimento Interno que suprimia a Assembleia e direito de legislar, isto é, de promulgar e discutir lei, aprová-la em sugestão ao Executivo, e apresentá-la ao Congresso, e declará-la de veto contra o mesmo regimento, classificando de reacionário, não conseguindo desmover o poder da maioria de seus propósitos, a qual, contudo, com os mesmos artifícios conseguiu aliados e concorrentes para um amplo esclarecimento do povo.

Quando é carta de 37, atacamo-la de frente e proposta a sua imediata revogação. A posição política da U. D. N., entretanto, foi falha.

Na luta contra a fraude, a luta

pelos interesses mais sentidos da classe operária e das vastas massas trabalhadoras, que representam contas no governo, é a atividade que submete a fraude, a crise e a guerra e procuram senilizar suas reivindicações.

For mais profundamente, porém, que recuperando, no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas populares as atitudes da fração parlamentar comunista, não é a fração comunista que incumbe dirigir o nosso Partido.

Pela sua própria natureza de representação parlamentar na Assembleia Constituinte, acha-se a fração parlamentar comunista submetida em todos os sentidos, e sobretudo politicamente, à Comissão Executiva, à direção nacional do nosso Partido.

Eita a unica forma de coordenar sua atuação política — de influência e repercução em todo o país — e de fazer respeitado o princípio direito da estrutura orgânica do Partido, que é a centralização.

Pela Assembleia Constituinte é particularmente para a nossa fração comunista estão voltados milhões de brasileiros que esperam melhores dias. No entanto, este alegria pelas famílias, a miséria, a doença, a ignorância, a escravidão nas fazendas do senhor.

Nossa tarefa é de Assembleia Constituinte é, portanto, o de encarar essa realidade, procurar convencer os democratas honestos, atacar de rijo a base econômica da reação do fascismo, insistir na liquidificação do capital, na terra, e dos grandes

trusts e monopólios nacionais ou estrangeiros.

For a posição daquele que tem a desempenhar é que para além do parlamento, o caminho é o comunismo, e assim, direcionando todos os problemas adotados pelo nosso Partido e as grandes questões de interesse imediato de nosso povo.

4 - A LUTA CONTRA AS GUERRAS IMPERIALISTAS E PELA DEVOLUÇÃO DE NOSSAS BASES

A manifesta pressão do imperialismo norte-americano, aliado ao imperialismo soviético, que impõe a fraude, a luta contra a fraude, através dos seus representantes transformando a numera grande valvula por onde tem extravasado os maiores sentidos interesses de nosso povo. Quando mal não fôr, isso já é certeiro, sendo evitado, um grande serviço para a democracia.

O segredo da nossa fraude é que os grandes partidos que em nada prejudicavam nossa política de princípios. Em outros casos fizemos que eram intrinsecas, e embora detestadas nas votações, mantivemos nosos partidos da base, como os dezenas de milhares de homens que defendem a luta de classe, e que defendem Boa Vista em que, nos solidarizando com o proletariado e o povo americano, exigiram a devolução de nossas bases.

O Brasil, que é a realizada em seu conteúdo querido por uma nota da Comissão Executiva, foi por sua vez desmascarado pela nossa fraude na Constituinte como evidente provocação de guerra no Continente.

E é assim que na Constituinte desmascarada as violências contra o M.U.T. e o 1º de Maio, a ocupação militar do porto de Santos e a prisão dos estivadores e portuários, que provocaram os massacres dos trabalhadores da Light e a chacina de 23 de Maio no Largo da Carioca.

Nossa percepção, e pela preservação das conquistas democráticas, facultou a muitos representantes de outros partidos, honestos e democráticos, seguirem o nosso exemplo.

Assembleia Constituinte é a luta contra a fraude, a luta contra a reação, a luta contra o fascismo, é a luta contra o imperialismo, a luta contra a democracia.

5 - AS EMENDAS AO PROJETO CONSTITUCIONAL E A LUTA POR UMA CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA

Mas, certamente o trabalho mais importante da fração parlamentar comunista centraliza-se hoje no desfecho do projeto constitucional e na apresentação e votação das emendas.

Assembleia Constituinte é a luta contra a fraude, a luta contra a reação, a luta contra o fascismo, é a luta contra o imperialismo, a luta contra a democracia.

O que está presente fase de desmembramento das forças residenciais

é a recusa, baldia, vin-se obrigar em chão pelo P. S. D. e seu apêndice.

E que é a presente fase de desmembramento das forças residenciais

e a recusa, atingida em chão pelo P. T. B.

6 - AS EMENDAS AO PROJETO CONSTITUCIONAL E A LUTA POR UMA CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA

Assembleia Constituinte é a luta contra a fraude, a luta contra a reação,

a luta contra o fascismo, é a luta contra o imperialismo, a luta contra a democracia.

O que está presente fase de desmembramento das forças residenciais

e a recusa, atingida em chão pelo P. T. B.

7 - AS NOVAS TAREFAS DA UNIÃO NACIONAL

Camaradas!

Promulgada a constituição de 1945, nosso Partido terá nova vida a enfrentar.

Novas tarefas, surgiram cada vez maiores e mais sérias, e talvez a maior é a de lidar com o terceiro.

Sem falar, também, não é liquidar

as ilusões constitucionalistas que já começam a ganhar certos setores de massa.

8 - AS NOVAS TAREFAS DA UNIÃO NACIONAL

Camaradas!

Promulgada a constituição de 1945,

novo Partido terá nova vida a enfrentar.

Novas tarefas, surgiram cada vez

maiores e mais sérias, e talvez a maior

é a de lidar com o terceiro.

Sem falar, também, não é liquidar

as ilusões constitucionalistas que já

começam a ganhar certos setores de massa.

CARLOS MARIGHELLA

mente grandes projetos & democracia.

■ — A LUTA PELO PROGRAMA MINIMO E A UNIÃO NACIONAL, PELA PAZ E EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

para a realização da Constituição.

Decorridos 5 meses de atividade

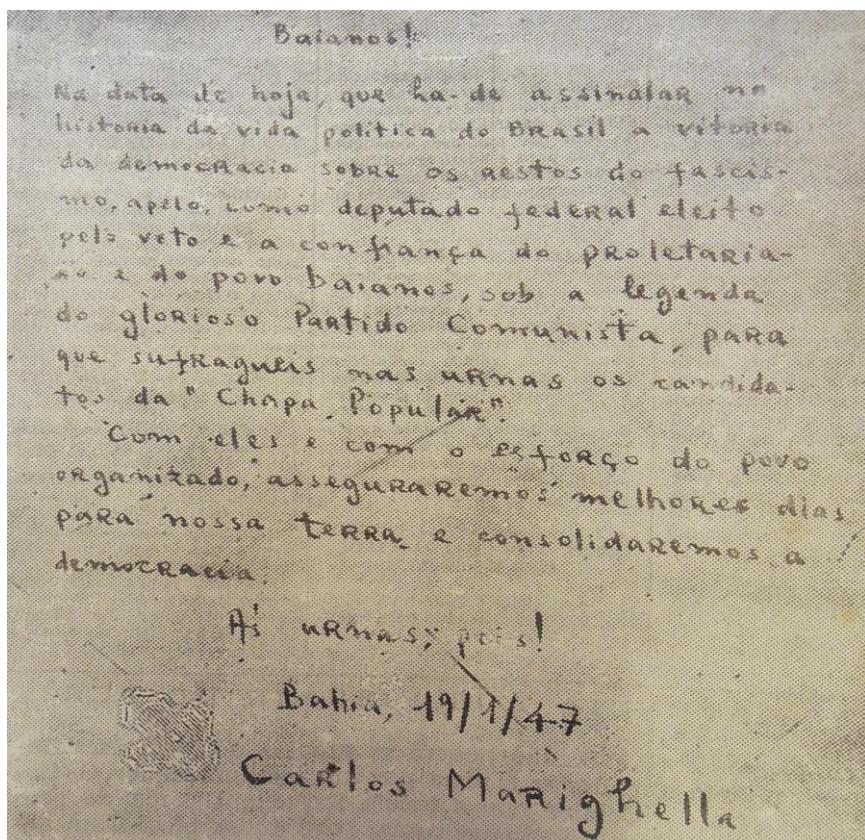
do Comitê Constitucional, não

temos alcançado nenhuma

realidade ou levantamento de todos

os problemas que têm de ser resolvidos

**Mensagem de Marighella aos baianos, publicada no *O Momento* (1947)**



**Fonte:** *O Momento*.

**Comício de Marighella no Largo dos Mares em Salvador (1947)**



**Fonte:** *O Momento*.

Marighella votando nas eleições para governador e deputados estaduais (1947)



Fonte: *O Momento*.

**Monitoramento policial sobre as atividades de Marighella (1945-1947)**

CARLOS MARINGELA

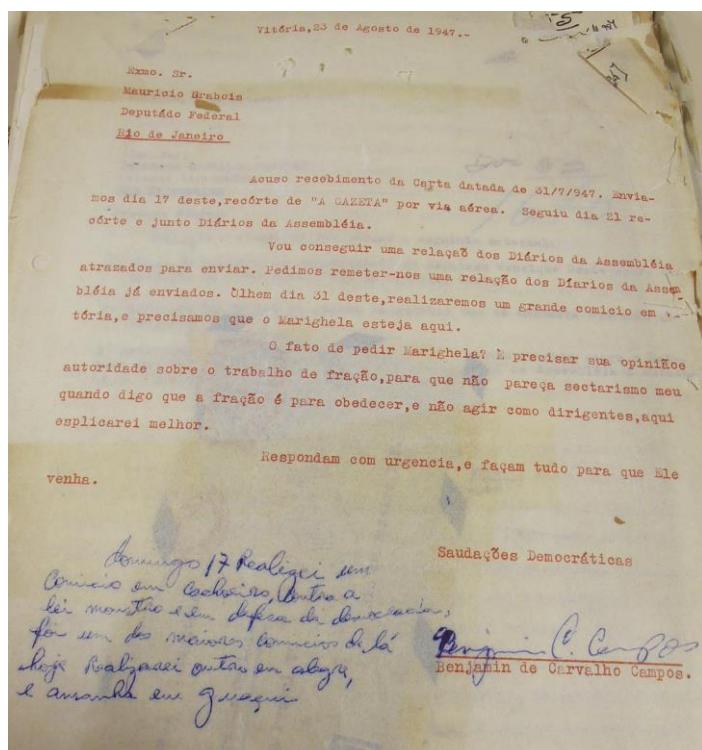
CARLOS MARINGELA, um dos dirigentes do Comitê Metropolitano do P.C.B., foi eleito para membro da comissão executiva do Partido, no dia que se realizou a terceira conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, na sede da União Nacional de Estudantes, sítia à Praça do Flamengo nº 132, no Distrito Federal.

Em 6-10-46, deu uma conferência sobre o povo e a Imprensa Popular, a conferência realizou-se na rua Dr. Getúlio Vargas nº 1722. Em casa do ~~Comunista~~ <sup>do Comunista</sup> Dr. Osório Pena. Percorrerá o Estado do Rio em propaganda política, nos seguintes municípios: Dia 5 de Outubro em Petrópolis, 6 em São Gonçalo dia 7 em Barra Mansa, 8 em Barra do Piraí, 9 em Marqueses de Valença 11 em Campos, 12 em Macaé, dia 13 em Santo Aleixo e Município de Magé.

Dia 18 de Outubro de 1946, deu uma entrevista a "Tribuna Popular", sobre uma série de conferências que o mesmo realizou por vários municípios Fluminenses ~~confiante~~. Referiu-se a participação de menores de 10 a 12 anos em Barra do Piraí na arrecadação de donativos para a Campanha Pró-Imprensa Popular. Referiu-se aos Caminhos de Campos, Barra do Piraí e Santo Aleixo que foram realizados sobre portes chuvosos.

Dia 19 de Outubro de 1946, falou em um Conselho realizado na Rua do Largo da Liberdade este conselho era assim intitulado "Petrópolis pela Democracia".

**Correspondência solicitando a ida de Marighella para Vitória/ES (1947)**



**Fonte:** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

**Ilustração sobre as torturas sofridas por Marighella na prisão (1947)**



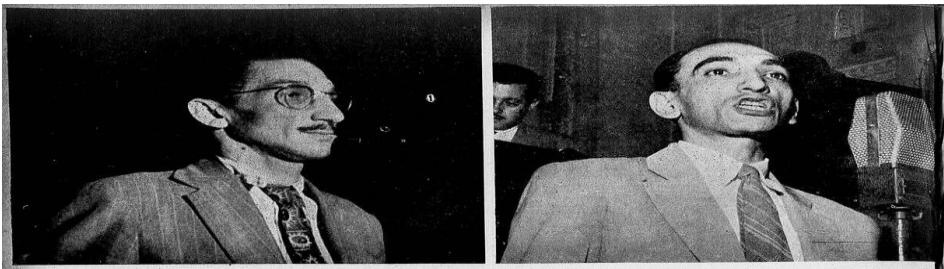
**Fonte:** Tribuna Popular.



## **Reportagem sobre a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1948)**



A esquerda: José Maria Crispim, paraense, eleito pela chapa paulista do P. C. B. para a Câmara Federal. A direita: Oswaldo Pacheco, filho do Estado de Sergipe e também eleito pelo P. C. B.



**Em cima, à esquerda:** Pedro Pemar, deputado comunista eleito pelo Partido Social Progressista, e Mauricio Grabois, ex-líder da Bancada do PCB. A direita: Alceo Coutinho,



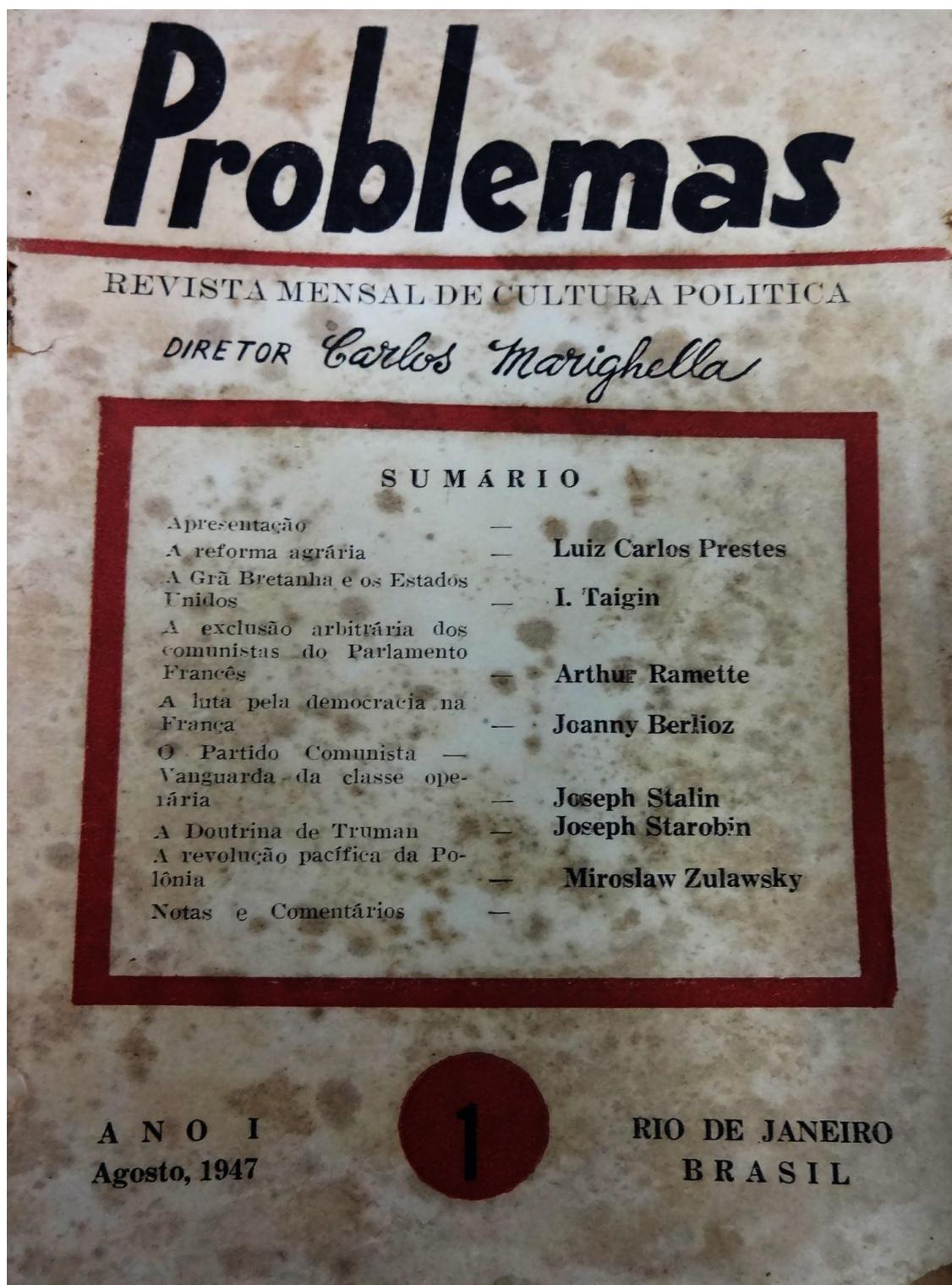
**Fonte:** *Revista da Semana*.

Estatutos do Partido Comunista do Brasil (1945)



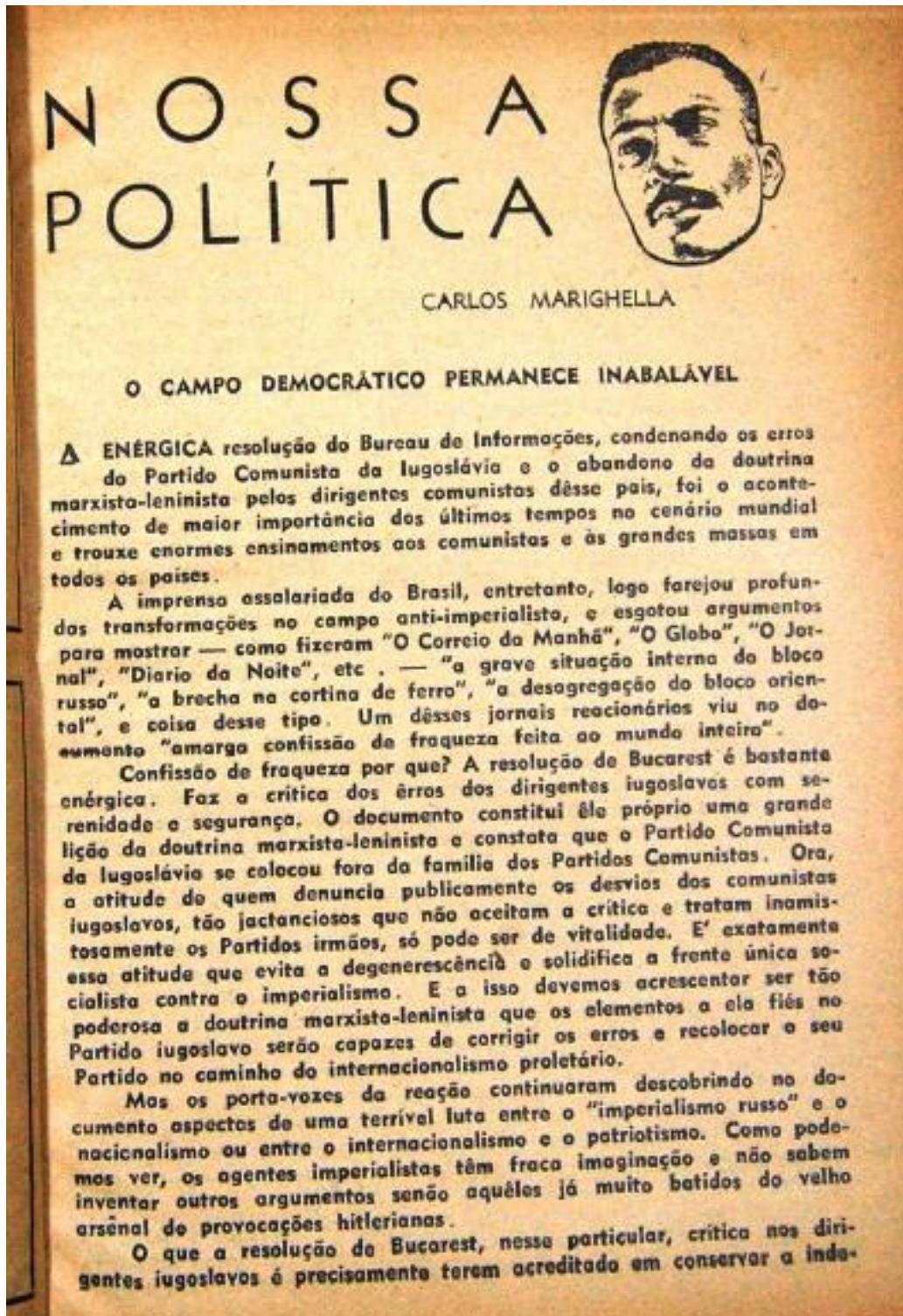
**Fonte:** Centro de Documentação e Memória (CEDEM).

Primeira edição da *Problemas* (1947)



**Fonte:** Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

Coluna Nossa Política, escrita por Marighella a partir da 3ª edição da *Problemas* (1947)



**NOS S A  
P O L Í T I C A**

CARLOS MARIGHELLA

**O CAMPO DEMOCRÁTICO PERMANECE INABALÁVEL**

**A ENÉRGICA** resolução do Bureau de Informações, condenando os erros do Partido Comunista da Iugoslávia e o abandono da doutrina marxista-leninista pelos dirigentes comunistas desse país, foi o acontecimento de maior importância dos últimos tempos no cenário mundial e trouxe enormes ensinamentos aos comunistas e às grandes massas em todos os países.

A imprensa assalariada do Brasil, entretanto, logo farejou profundos transformações no campo anti-imperialista, e esgotou argumentos para mostrar — como fixaram "O Correio da Manhã", "O Globo", "O Jornal", "Diário da Noite", etc. — "a grave situação interna do bloco russo", "a brecha na cortina de ferro", "a desagregação do bloco oriental", e coisa desse tipo. Um desses jornais reacionários viu no documento "amarga confissão de fraqueza feita ao mundo inteiro".

Confissão de fraqueza por que? A resolução de Bucarest é bastante enérgica. Faz a crítica dos erros dos dirigentes iugoslavos com serenidade e segurança. O documento constituião próprio uma grande lição da doutrina marxista-leninista e constata que o Partido Comunista da Iugoslávia se colocou fora da família dos Partidos Comunistas. Ora, a atitude de quem denuncia publicamente os desvios dos comunistas iugoslavos, tão jactanciosos que não aceitam a crítica e tratam inamistosamente os Partidos irmãos, só pode ser de vitalidade. É exatamente essa atitude que evita a degenerescência e solidifica a frente única socialista contra o imperialismo. E a isso devemos acrescentar ser tão poderosa a doutrina marxista-leninista que os elementos a ela fiéis no Partido iugoslavo serão capazes de corrigir os erros e recolocar o seu Partido no caminho do internacionalismo proletário.

Mas os porta-vozes da reação continuaram descobrindo no documento aspectos de uma terrível luta entre o "imperialismo russo" e o nacionalismo ou entre o internacionalismo e o patriotismo. Como podemos ver, os agentes imperialistas têm fraca imaginação e não sabem inventar outros argumentos senão aqueles já muito batidos do velho arsenal de provocações hitlerianas.

O que a resolução de Bucarest, nesse particular, critica nos dirigentes iugoslavos é precisamente terem acreditado em conservar a inde-

Fonte: *Problemas*.

**Carta de Antônio de Albuquerque Ferreira para Marighella (1947)**

Doc Z 85  
1672

NOVA GRANADA, 18 de agosto de 1947.

Caro amigo Carlos,

Acuso o recebimento de sua carta de 11/8/47, pela qual me informa não haver recebido resposta à sua missiva de 9/5/47 (SF-47/636).

Estranhei o fato, pois respondi-lhe em 16/8/47, por correspondência registrada, cuja cópia segue em anexo. Talvez tenha se extraviado.

Vou reclamar junto à Agência Postal daqui.

Carlos já me acho um pouco desanimado com os meus castelos.

Infeliz da pessoa que nasce desprotegida da sorte.

Como você sabe, fomos colegas de ginásio e hoje, você com os seus esforços, galgou com merecimento o cargo em exercício. No entretanto, eu, como a sorte encarou-me por um prisma diferente estou em uma colocação, das mais humildes, e que no momento não dá para satisfazer às minhas necessidades.

Sou casado, d'aí grandes são as minhas responsabilidades, que me levam a gastar tudo quanto ganho.

Digo-lhe com tôda a minha sinceridade de Carlos, se você conseguir pelo menos, com o Dr. Guilherme da Silveira, o meu enquadramento como escriturário contratado, para mim será a maior alegria da vida.

Sei que esta obrigação nunca poderá lhe pagar, porém, hei de pedir a Deus para lhe proporcionar uma grande recompensa.

Na administração do Dr. João Marques dos Reis, bem como na do Dr. Guilherme da Silveira, muitas pessoas estranhas ao Banco têm ascendência ao cargo de escriturário, sob contrato e sem concurso. Essas pessoas são geralmente, filhos e parentes de altos funcionários.

Ora, se estranhos ingressam no quadro de funcionários do Banco como escriturários, por que eu e outros mais, com 3 anos de serviços criteriosamente prestados à instituição, sem mácula alguma, não podemos, também, ser engajados como escriturários?

Estou estudando para prestar o primeiro concurso interno que houver, mas, não sabendo quando virá, apelo para você, como o fiz pela carta de 16/5/47, a fim de que me consiga a posição de Escriturário Contratado, sem prestaçao de concurso, como tem acontecido atualmente a diversos elementos.

Embora a cidade de Nova Granada não proporcione muito conforto e bem-estar, a quem quer que seja, desejaria minha nomeação para aqui, pois me conviria muito e creio que iria ao encontro dos interesses do Banco, o meu aproveitamento nesta localidade, uma vez que nesta Agência, há um colega adido, emprestado pela Agência, de Campinas, chamado Joao Bertazolli Filho, por não ter ainda a Direção Geral designado um substituto.

Agradecendo pela boa vontade demonstrada para comigo e pelo muito que certamente ainda fará, apresento-lhe,

Saudações

Do ex colega e amigo:

*A. A. L. Ferreira*  
Antônio de Albuquerque Ferreira.

**Fonte:** Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

## Trecho da autobiografia de Marighella (1954)

6

113

Comitê Central, cuando yo me encontrava  
a la cárcel. En 1945 ha venido la amnistia  
bajo la pression de las masas y yo, después  
de haber cumplido 7 años de la sentencia del  
Tribunal de Segurança, hey sido libertado. Luego  
<sup>heus</sup> entrado en ligacion con el Partido y they pro-  
mundo hacer autocritica de mi posición an-  
terior, pero tenía muy poca ideología para  
hacerla como lo debia. En 1945 hey sido elegido  
deputado al Parlamento. Nuestro Partido seguia  
entonces una linea de colaboracion de classes  
y mestros C. C. ha <sup>seguido</sup> pasando el revisionismo del  
marxismo. Por falta de ideología era aún muy difi-  
cil para mi <sup>sentir</sup> descubrir estos errores. Pero en  
1947, hey sido cooptado para el Bureau Politi-  
co. En 1948 hey trabajado en el secretariado  
del C.C. como su secretario de propaganda y  
hey seguido asi hasta 1949, quando hey sido  
trasladado a San Pablo a la cabeza del comi-  
té Regional. En 1950, cambiamos de orienta-  
cion y hemos ido à la izquierda con el  
Manifesto de agosto. En consequencia yo, que  
estaba integralmente de acuerdo con el Manifies-  
to de agosto, hey aplicado en San Pablo una  
orientacion de izquierda, pero algunas veces

**Fonte:** Arquivo Estatal de História Política e Social da Rússia.

Livro *A questão agrária no Brasil* (1980)



Fonte: *A questão Agrária no Brasil.*